

**ORIGEM E TRAJETÓRIA DO
MOVIMENTO AMIGOS DE BAIRROS
EM NOVA IGUAÇU
(MAB 1974/1992)**

Percival Tavares da Silva

FEV
200
1980

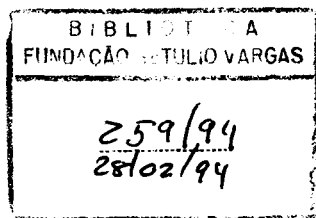
ORIGEM E TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO AMIGOS DE BAIRRO
EM NOVA IGUAÇU (MAB) -- 1974/1992
(Relação vanguarda-base-massa: práxis política e educativa)

PERCIVAL TAVARES DA SILVA
Orientador: Prof. Gaudêncio Frigotto

Dissertação submetida como requisito parcial
para a obtenção de grau de Mestre em Educação

Rio de Janeiro
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM EDUCAÇÃO
1993

BB-00050468-6



Dissertação apresentada aos Srs.:

Nome dos

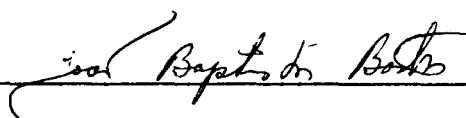
componentes da

Banca Examinadora



Gaudêncio Frigotto
(orientador)

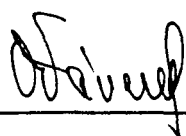
Maria Julieta Costa Calazans



João Baptista Bastos

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 11/02/1994



Osmar Fávero
Coordenador Geral do IESAE

SUMÁRIO

5	Resumo
6	Résumé
7	Agradecimentos
8	Introdução
10	1. Objetivos
11	2. Metodologia e procedimentos técnicos
19	3. Estrutura do trabalho
21	Notas da Introdução
Capítulo 1 - Ressurgimento do Movimento de Bairros em Nova Iguaçu (1974 a dezembro de 1981)	
25	1. Contexto sócio-político-econômico
34	2. Ressurgimento da mobilização popular
52	3. Explicitação e auto-consciência de "Movimento Social"
64	4. Assembléia dos 800 (outubro de 1978)
80	4.1. Movimento dos Conjuntos Habitacionais
87	5. Assembléia dos 3000 (julho de 1979)
100	5.1. Organização interna
109	6. Caravana ao Palácio da Guanabara (junho de 1980)
116	7. Recontextualizando o Movimento
124	Notas do Capítulo 1
Capítulo 2 - Trajetória da Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu (dezembro de 1981 a 1992)	
135	1. II Congresso do MAB (dezembro de 1981)
149	1.1. Movimento dos Transportes
156	2. III Congresso do MAB (dezembro de 1983)
166	2.1. A luta pelo Saneamento Básico
176	2.2. A luta pela Saúde

190	2.3. O MAB e o Movimento Constituinte
196	3. IV Congresso do MAB (dezembro de 1985)
205	3.1. O MAB e a Educação
211	3.2. A luta pelo "impeachment" de Paulo Leone
217	4. V Congresso do MAB (dezembro de 1987)
218	4.1. Significado dos Convênios Sociais
238	5. VI Congresso do MAB (dezembro 1989)
244	6. VII Congresso do MAB (dezembro 1991)
248	Post Scriptum
251	Notas do Capítulo 2
	Capítulo 3 - A práxis política educativa e educativa
	política do MAB
263	1. O conceito "Movimento Social Urbano"
267	2. Relações de poder no MAB
276	3. MAB e instâncias externas
276	3.1. MAB e Agentes Externos
280	3.2. MAB e Partido
285	3.3. MAB e Estado
289	4. Concepções em conflito no MAB
289	4.1. As concepções fundamentais
293	4.2. A lógica das tendências
304	5. A práxis política e educativa no e do MAB
306	5.1. Linha vanguardista
308	5.2. Linha basista
315	6. Sentido da desmobilização
320	Notas do Capítulo 3
323	Considerações finais
I	Anexo 1
VII	Anexo 2
XXXIII	Glossário
XXXIV	Bibliografia

RESUMO

O presente trabalho estuda o Movimento de Bairros no Município de Nova Iguaçu, o MAB, entre 1974 e 1992.

Ao recuperar a história desse movimento a preocupação é analisar e compreender o processo político-educativo e educativo-político e as relações de poder nele estabelecidas: a relação direção(vanguarda)-base-massa, analisar este Movimento na sua constituição, em seu processo e em seus descaminhos de gestão da contra-hegemonia popular.

O primeiro e segundo capítulos enfatizam a história do Movimento, enquanto processo político-educativo e educativo-político contra-hegemônico entre 1974 e 1992. Busca-se reconstituir neles a gênese do Movimento e da sua "crise de identidade".

O terceiro capítulo busca explicitar um conjunto de questões relativas às relações de poder intra-Movimento (direção-base-massa) e ao caráter político-educativo e educativo-político neste/deste Movimento no seu processo de construção da contra-hegemonia popular.

Conclui-se o trabalho apontando alguns ensinamentos a partir da práxis neste e deste Movimento e indicando alguns pressupostos para que a práxis político-educativa e educativo-política nos Movimentos Sociais seja verdadeiramente democrática.

RÉSUMÉ

Dans ce travail nous étudions le Mouvement des Associations de Quartiers de la municipalité de Nova Iguaçu (MAB) entre 1974 et 1992.

En cherchant à refaire l'histoire de ce mouvement, notre préoccupation est d'analyser et donc de mieux comprendre le processus politico-éducatif et éducatif-politico et les relations de pouvoir: la relation entre la direction du mouvement, sa base et la masse. Nous analysons comment ce mouvement s'est constitué et comment il a cherché son chemin pour se présenter comme contre-hégémonie populaire.

Le premier et le deuxième chapitres mettent en lumière l'histoire du mouvement comme processus politico-éducatif et éducatif-politico contre-hégémonique, entre 1974 et 1992. Nous cherchons alors à reconstituer la genèse du mouvement et sa "crise d'identité".

Le troisième chapitre cherche à expliciter un ensemble de questions relatives aux relations de pouvoir à l'intérieur du mouvement (direction-base-masse) ainsi que son caractère politico-éducatif et éducatif-politico dans le processus de construction de la contre-hégémonie populaire.

Dans notre conclusion nous tirons quelques enseignements à partir de la Praxis de ce mouvement et nous indiquons quelques pistes pour une pratique vraiment démocratique du politico-éducatif et éducatif-politico des mouvements sociaux.

AGRADECIMENTOS

Sem muitas delongas e sem formalismos, do fundo do coração quero agradecer a inúmeras pessoas e entidades a concretização deste trabalho, sem o seu apoio, dificilmente ter-se-ia atingido os objetivos propostos; aos companheiros e companheiras, ligados direta ou indiretamente ao MAB (militantes, direções, agentes externos etc) pela solicitude nos depoimentos, entrevistas e pelo acesso a seus arquivos pessoais; às direções do MAB, em especial nas gestões 90/91 e 92/93, ao CEAC, pelo apoio e acesso a informações; ao CAPPES, à FAPERJ, à SESNI (Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu) e ao CEDAC, pelo apoio a esta pesquisa científica; aos amigos Therezinha Almeida Prado pela revisão e Rogério Almeida Cunha e Giovanni Semeraro pelas valiosas observações; ao companheiro Gaudêncio Frigotto, hoje um amigo, pelo paciente e respeitoso trabalho pedagógico na elaboração desta dissertação; aos amigos, à militância sacrificada; em especial, à esposa Leci, às filhas Naiara, Maiana e Tainah, companheiras diletas, pela paciência e compreensão na execução dessa empreitada que lhes roubou muito do meu carinho e atenção.

Lamento, contudo, que uma Instituição tão conceituada em educação, o IESAE, esteja com seus dias contados, pois tecnoburocratas a pretexto de "modernizar" nosso País, a pretexto de que educação e cultura não dão lucro, decretaram a extinção desta Instituição e de outras congêneres. Os alunos ainda matriculados nesta Instituição só estão chegando ao término de seus estudos depois de muita luta e depois de ganhar liminar na justiça.

INTRODUÇÃO

Historicamente, em particular no Brasil, tem se notado nos movimentos populares, sindicais e partidários de projeto socialista, um distanciamento entre vanguarda-base-massa trabalhadora, popular, que se traduz na falta de mobilização das massas, no discurso sem ressonância, no indiferentismo das massas, que se tornam ausentes.

Apesar de estudos que denunciam essa situação de distanciamento, esse descolamento, por parte da vanguarda frente ao concreto das massas, os Movimentos sociais se ressentem da falta de estudos que busquem o como, o porquê e o que acontece nessa relação para que se dê e se mantenha esse distanciamento.

Este estudo, no seu limite de dissertação de Mestrado, defronta-se certamente com uma questão das mais polêmicas da luta popular pela hegemonia social, por uma sociedade alternativa. Historicamente poucos estudiosos ousaram enfrentar esta questão para tentar compreendê-la e buscar caminhos para sua superação. Marx, em "A ideologia Alemã", criticando o socialismo idealista burguês, e Gramsci são exceções. Anteriormente, ao tratar desta questão, as análises se ativeram muito ao nível geral, idealista, com pouca vinculação ao concreto, ao real.

Situando-se no rumo da superação dessas generalizações reducionistas anteriores, este estudo busca resgatar, de forma sistemática e exemplar, a memória de um Movimento Social real, concreto, o Movimento de Amigos de Bairros de Nova Iguaçu (MAB), Movimento Social Urbano com expressão significativa no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 70 e 80 (1).

O estudo do MAB, entre 1974 e 1992, reveste-se de uma importância ímpar para descortinar o caminho da construção da

contra-hegemonia popular. A soma das forças democráticas (esquerda) e da Igreja Popular num objetivo comum é o principal fator responsável pelo surgimento e pelo dinâmico crescimento desse movimento social urbano naquele período.

Depois de 1974, os esforços limitados e dispersos da população para obter melhores serviços urbanos foram gradualmente transformados num dos movimentos mais conhecidos e melhor organizados no Estado do Rio de Janeiro. A Igreja Católica desempenhou um papel relevante nesse desenvolvimento (cf. SCOTT, 1988: 208).

O caso de Nova Iguaçu também é interessante porque mostra a incapacidade, do Movimento de Bairros e suas lideranças de responder aos desafios políticos advindos das mudanças conjunturais. No caso, as conjunturas da Abertura Política, da "Nova República" e do "Neo-liberalismo" *collorido*: questão do processo político-educativo e do processo educativo-político. Finalmente, no caso de Nova Iguaçu, é possível detectar alguns dilemas que se dão na relação direção(vanguarda)-base-massa em busca da hegemonia popular.

Ao resgatar a história deste Movimento, buscando não fazer apologia em prol desta ou daquela concepção política, este estudo preocupa-se com um conjunto de questões tais como:

- a relação vanguarda-base-massa;
- o papel dos agentes externos;
- as concepções em conflito;
- os processos político-educativo e educativo-político desencadeados.

Ao analisar esse Movimento Social Urbano concreto, real na sua constituição, no seu processo, na proposta que não se completou principalmente por causa de suas lideranças -- descami-

nhos da esquerda --, busca este estudo descortinar possíveis caminhos para a superação do distanciamento vanguarda-base-massa.

Evidentemente, a matriz interpretativa deste evento histórico, o MAB, ilumina o entendimento dos Movimentos Sociais no Brasil. Esta generalização de um caso particular (o MAB) ao universal (os Movimentos Sociais no Brasil, especificamente, pós 64) é possível porque, apesar das especificidades próprias a cada Movimento Social (sindical, popular, partidário), há determinantes comuns a todos eles: contexto, acontecimentos, atores, cenários, concepções e práticas. Assim, o estudo de um desses Movimentos Sociais (no caso, o MAB) em seus determinantes, torna possível uma certa generalização e universalização.

1. Objetivos

Os objetivos deste estudo são:

- Detectar como tem sido o processo político e educativo nos e dos Movimentos Populares, em geral, e no e do MAB, em particular (questão da relação vanguarda-base-massa).
- Analisar essa relação e indicar uma prática político-educativa e educativo-política que contribua para a construção da hegemonia popular, da cidadania, da democracia, que passe pela autonomia do sujeito coletivo, o coletivo das classes populares e trabalhadoras.

2. Metodologia e Procedimentos Técnicos

"Segundo Marx, o conhecimento é um processo de ir além da aparência em busca da essência dos fenômenos" (KONDER, 1987: 45), ir além da dimensão imediata à dimensão mediata.

Evitando reduzir a relação vanguarda-base-massa e a sua prática política e educativa nos movimentos populares, a uma concepção apriorística e universalizante que as aplica abstratamente, este estudo investiga como se tem dado histórica e concretamente essa relação num Movimento Social Urbano concreto, o MAB:

"O melhor método será começar pelo real e pelo concreto que são a condição prévia e efetiva". E "o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade" (MARX, 1987: 218).

E aqui não se pode cair no reducionismo economicista, já criticado por Marx e Engels: "segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fator econômico é o único determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda" (ENGELS, 1986: 150).

Antes de mais nada, porém, "é sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor detalhadamente o movimento do real" (MARX, 1983: 20).

Assim, na primeira etapa, no processo de concreção, de

fundamentação do trabalho, utiliza-se o método de pesquisa-análise. Na segunda etapa, de posse de todas as informações concretas para a fundamentação da tese passa-se a expor o conteúdo sistematizado: método de exposição.

2.1. Justificativa do Método

Adotou-se, "como procedimento geral, duas combinações de método: análise + síntese e indução + dedução. Análise, entendida como a desagregação de um tema, de um sistema, de um processo nos seus diversos componentes, momentos, dimensões para estudá-los tanto isoladamente como nas suas articulações e relações entre si e com o todo. Síntese, entendida como a reagregação do que foi analisado, visando alcançar uma visão de conjunto e em profundidade do Real. Indução entendida como a caminhada do pensamento do particular para o geral, do local para global, do específico para o geral, do imediato para o mediato, do tático para o estratégico. Dedução, entendida como o caminho inverso" (ARRUDA, 1988: 11).

Trata-se, no plano do pensamento, de desintegrar para analisar e de voltar a integrar o real (a relação vanguarda-base-massa), a prática política e educativa no e do MAB, para ter-se uma visão de totalidade.

Metodologicamente, após a definição dos objetivos (2), descreveu-se a prática política e educativa no e do MAB, a maneira pela qual se tem dado aí a relação vanguarda-base-massa (levantamento histórico) (1º). A seguir, criou-se o método de análise (2º). De posse desse instrumental de e para a análise, analisou-se como tem se dado a relação vanguarda-base-massa e a

prática política e educativa no e do MAB (3º). Para ter-se uma visão orgânica, buscou-se sintetizar a maneira pela qual se tem dado essa relação no e do MAB e levantar pistas para uma prática, uma visão política e educativa mais colada ao concreto das massas populares e trabalhadora (4º). Por fim, fez-se a redação final expondo o concreto adquirido (5º).

2.2. Detalhando os passos

1º momento: descrição da prática política e educativa no e do MAB (relação vanguarda-base-massa)

Para se fazer uma análise em profundidade, isto é, para alcançar a essência do real (uno e multifacetado), mais além das aparências, para descobrir os fatos que determinam, nesse caso, a prática política e educativa no e do MAB, foi necessário ter clareza de todo "o campo" desta prática, de todos os elementos e dados (cf. ARRUDA, 1988: 14s).

Por isso, neste momento, pesquisou-se "todo" o campo desta prática no e do MAB, recolheram-se as múltiplas evidências -- o que aparece de imediato -- e algumas pistas para se chegar com profundidade à relação procurada (a descrição histórica do MAB).

Levantamento de:

- **contexto:** definição dos elementos que, historicamente, têm dado tônica ao MAB;
- **acontecimentos:** principais acontecimentos internos e externos (fatos, situações, lutas) ao Movimento que têm aprofundado a sua identidade;

- **atores:** vanguarda, base, massa. Principais atores (indivíduos, grupos organizados) que têm influído no MAB, seus interesses, concepções, modos de agir e relação com a base e a massa;
- **cenários:** levantamento dos espaços onde se deram e se dão a prática política e educativa, a relação vanguarda-base-massa (rua, bairro, prefeitura, fábrica, secretarias estaduais, FAMERJ, Igreja, sindicatos, partidos políticos etc).

Para cumprir esta etapa entrevistaram-se, em primeiro lugar 17 (dezessete) atores envolvidos direta ou indiretamente com o Movimento: direção, base e agentes externos. O questionário usado nas entrevistas serviu apenas como indicativo, pois foi se adaptando de acordo com a entrevista e o entrevistado.

Em segundo lugar, fez-se um levantamento bibliográfico e documental sobre o MAB, sobre o Movimento Popular e a Igreja em Nova Iguaçu e sobre a realidade local, junto a bibliotecas, universidades e arquivos pessoais.

Por fim, levantaram-se dados históricos e documentos do MAB, entre 1974 e 1992, junto aos arquivos do MAB, de entidades populares e de lideranças do Movimento (panfletos, jornal "Encontro" do MAB, boletins da FAMERJ e Federações da Baixada, teses aos Congressos do MAB, documentos internos e da Cáritas Diocesana, atas, recortes de jornais etc.).

Ao mesmo tempo colheram-se depoimentos de pessoas que estiveram sob o raio de influência do Movimento.

Este momento da descrição da práxis político-educativa e educativo-política no e do Movimento foi muito trabalhoso, porque o MAB não teve maiores preocupações com a sua memória, principalmente após se tornar Federação. A partir de então foi

se reduzindo a preocupação da direção com a memória do Movimento (arquivos documentais incompletos etc.) e com a publicação do Boletim informativo/formativo, o "Encontro", que foi definindo até sua completa extinção.

2º momento: criação do método de análise

Nesta etapa, preparou-se o campo para a análise da relação V-B-M e da prática política e educativa no e do MAB:

- **organizou -se** o material levantado: sistematizaram-se e priorizaram-se os diversos componentes à luz dos objetivos da dissertação;
- **identificaram-se** as mais importantes questões, temas, acontecimentos mais decisivos no e do MAB, desafios, problemas, atores, ordenando-os para análise (quanto aos atores, buscou-se organizá-los hierarquicamente de acordo com a influência de cada um nessa prática no MAB --- eliminando-se os menos importantes);
- **selecionaram-se, definiram-se, e até criaram-se** os conceitos, as categorias e as linhas de reflexão mais adequadas à análise (tais como vanguarda/vanguardismo, base/basismo, massa, autonomia, práxis, democracia, poder, direção, intelectual orgânico, hegemonia, dimensões política e educativa da ação política etc.);
- **escolheram-se** os recortes a fazer e definiu-se a forma de continuar o estudo, as informações adicionais a incluir: aqui se fez uma pesquisa junto aos delegados do VII Congresso em dezembro de 1991 (massa sensibilizada), buscando corroborar ou não as evidências até então iden-

tificadas (cf. Anexo 1); fez-se uma revisão literária em torno dos Movimentos Sociais Urbanos, da práxis político-educativa e educativo-política nos Movimentos latino-americanos e da relação vanguarda-base-massa; fizeram-se levantamentos estatísticos do nível de envolvimento e participação das AMs no MAB, no Conselho de Representantes (CR). Definiram-se ainda os passos a seguir no estudo.

Em suma, nesta etapa, tratou-se de definir o método para melhor estudar o MAB, e ver as informações a acrescentar.

3º momento: análise da prática política e educativa no e do MAB

Somente então atingiram-se as condições necessárias para a análise da prática política e educativa no e do MAB, tendo como enfoque central a relação V-B-M.

Neste momento, buscou-se ir além das aparências, estudar o MAB profundamente e, nele, a relação V-B-M. Depoimentos de, e conversas com militantes e ex-militantes foram respaldando a análise.

Para tanto, estudaram-se os dados levantados à luz da experiência do Autor, dos depoimentos colhidos e do conhecimento universal acumulado sobre a questão. Conduziram esta etapa perguntas tais como a:

- que influxo o MAB (enquanto organização, sua vanguarda e base) tem exercido sobre a massa? Tende a mantê-la na situação de grande ausente ou procura envolvê-la sempre mais como sujeito coletivo do processo político-educati-

vo e educativo-político?

- o MAB provoca efeitos de positiva "agregação" de um querer político de base, de uma vontade política, de uma "vontade de potência" (Nietzsche)?
- ou provoca efeitos de negativo impedimento ao surgimento da vontade política -- autonomia -- nas massas populares? (significado das vacâncias na direção e das correntes não hegemônicas que se mantêm ou não na ação).

"Analisar é buscar compreender a riqueza da diversidade e procurar os fios que tecem por detrás dela a Unidade Real. Analisar significa decompor o tema ou o acontecimento, desagregá-lo nos seus diversos componentes, sejam eles fatos, fenômenos, problemas, situações. Analisar não significa julgar o Real... Significa mais que tudo, detectar as tensões, ambiguidades, conflitos e antagonismos que constituem a complexidade do Real" (ARRUDA, 1988: 17).

Rever o MAB em seus diversos componentes envolveu os seguintes passos:

- "estudá-los separadamente, procurando compreendê-los, desvendar sua estrutura e tensões internas; no caso de cada ator, estudar também a natureza de seus interesses, suas ambigüidades, as forças, fraquezas e contradições de cada um;
- "estudá-los nas suas interações entre si e com o todo, buscando para além da dimensão aparente dos fenômenos, a compreensão deles na sua complexidade, na constelação das suas relações e no seu movimento" (ARRUDA, 1988: 17).

4º momento: síntese do estudo e levantamento de possíveis práticas

"Síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que defronta, numa situação dada" (KONDER, 1987: 37).

"A síntese é o processo de reagregação, de recomposição da unidade do Real no plano do pensamento, da percepção. É o momento de dar ênfase sobre os fatores determinantes da estrutura e do movimento da realidade, sobre as contradições mais importantes e abrangentes. É o momento de esclarecer a correlação das forças sociais que prevalece na conjuntura, as alianças tácitas ou explícitas de blocos de forças e de interesses. É o momento de compreender os fatores que dão hegemonia a um determinado bloco social nesta conjuntura histórica" (ARRUDA, 1988: 18).

Após todas essas informações, finalmente, num trabalho de síntese, buscou-se recompor, reagregar os componentes estudados para ter-se uma visão global do Real, recolocando-os no seu contexto histórico, e assim definir um posicionamento crítico em relação à prática político-educativa e educativo-política no e do MAB frente a um projeto alternativo de sociedade, a um projeto de contra-hegemonia popular.

Só então levantaram-se possíveis pistas para uma prática político-educativa e educativo-política nos movimentos populares, criadora duma hegemonia popular de sujeitos coletivos e autônomos. Tal prática se constitui como fruto do projeto indeterminado de sociedade que se faz coletivamente, a partir de fatores objetivos dados e de fatores subjetivos criados.

5º momento: Redação final

Redação (exposição) do adquirido através da aproximação do Real (a relação vanguarda-base-massa e o processo político-educativo no e do MAB) e indicação de uma práxis político-educativa e educativo-política conforme objetivos da dissertação.

3. Estrutura do trabalho

O trabalho comporta 3 (três) capítulos:

O primeiro e o segundo capítulos enfatizam a história do Movimento, enquanto processo político-educativo e educativo-político contra-hegemônico, entre 1974 e 1992. Neles se constitui, em seus múltiplos determinantes, a gênese do Movimento e da sua "crise de identidade".

Seu valor está no caráter histórico oral-documental e na preocupação com o conjunto de questões levantadas no seu desenvolver. Neles já existe uma determinada compreensão dos atores envolvidos e dos processos político e educativo desenvolvidos.

O primeiro capítulo resgata a história do MAB desde seu nascedouro até 1981.

O segundo capítulo continua tratando da memória do Movimento, a partir do momento em que se tornou Federação (1982 a 1992).

O terceiro capítulo busca explicitar um conjunto de questões relativas às relações de poder entre vanguarda-base-massa, ao caráter político-educativo e educativo-político nesse/desse Movimento no processo de construção da contra-hegemonia popu-

lar.

A estrutura reiterativa e detalhada dos capítulos 1 e 2 tem o objetivo de condensar o material disperso em arquivos e memórias. Preferiu-se manter o trabalho na sua aridez devido à riqueza do material levantado e à sua importância para o Movimento. Justifica-se, ainda, a sua densidade, pois não se conseguiria captar as nuances do processo contra-hegemônico detonado pelo MAB, objeto do terceiro capítulo, sem essa recuperação histórica:

"A formação de um movimento histórico coletivo poderia ser estudada concretamente, analisando-se todas as suas fases moleculares, o que geralmente não se faz porque tornaria pesada qualquer exposição (...) Trata-se de um processo molecular, minuciosíssimo, de análise extrema, capilar, cuja documentação é constituída de uma quantidade infindável de livros, opúsculos, artigos de revistas e de jornal, conversações e debates orais que se repetem infinitas vezes e que no seu conjunto gigantesco representam essa trabalhadeira da qual nasce uma vontade coletiva com um certo grau de homogeneidade, aquele que é necessário e suficiente para determinar uma ação coordenada e simultânea no tempo e no espaço geográfico em que o fato histórico se verifica" (GRAMSCI, 1990: 102s)

Evidentemente, esta interpretação não esgota o MAB real, concreto, pois "o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem" (MARX, 1983: 20). Há plena certeza disso. No entanto, na medida do possível e no limite das aptidões e condições de vida do pesquisador e das fontes, entende-se que se saiu do lugar comum, conseqüentemente do panfletarismo ingênuo, alienado/alienante, idealista, para o descortinar de um saber científico e um saber filosófico, para a

síntese das múltiplas determinações do MAB real.

Notas da Introdução

1. A ampliação do espaço político de atuação dos Movimentos Sociais Urbanos, especialmente do Movimento de Bairros, em fins da década de 60 na Europa, e a partir de meados da década de 70 na América Latina e no Brasil tem provocado a emergência de inúmeros estudos sobre sua reconceitualização e significação política (cf. Capítulo 3, item "1. O conceito 'Movimento Social Urbano'").
2. A definição dos objetivos da dissertação se deu de forma paulatina. Num primeiro momento, com uma visão muito ampla e genérica, tinha-se o objetivo de analisar a práxis política e educativa na e da esquerda nos Movimentos Sociais, em geral. Num segundo momento, para ter mais clareza e objetividade na definição do objeto de estudo, teorizando em cima duma prática concreta, nos definimos por estudar o Movimento de Bairros de Nova Iguaçu: MAB.

CAPÍTULO 1

RESSURGIMENTO DO MOVIMENTO DE BAIRROS EM NOVA IGUAÇU

(1974 a dezembro de 1981)

Este capítulo, compreendendo o período entre 1974 e dezembro de 1981, enfatiza mais o contexto do ressurgimento do Movimento de Bairros em Nova Iguaçu (MAB), seus atores e suas concepções, as principais lutas, seu grau de mobilização e de organização interna, o relacionamento vanguarda-base-massa e a práxis político-educativa e educativo-política no e do Movimento antes que este se constituísse como Federação.

1. Contexto sócio-político-econômico

Localizada a 33 quilômetros ao norte da cidade do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, Nova Iguaçu torna-se uma das mais importantes regiões produtoras de laranja do País na virada do século.

A produção de laranjas sofre declínio a partir de 1926, quando doenças começam a dizimar a plantação na Baixada. A população do Município cresce de 33.396 habitantes, em 1920, para 105.809 habitantes, em 1940, mas essa população é ainda predominantemente rural. Por volta do final da Segunda Guerra Mundial a produção de laranja sofre uma queda dramática (1).

Após 1945 Nova Iguaçu começa uma nova fase. À medida em que cresce o Grande Rio, os preços dos imóveis vão deslocando as classes populares para favelas ou para regiões periféricas afastadas, como Nova Iguaçu (2). De 145.649 habitantes em 1950, a população aumenta para 359.364, em 1960, e 727.140 em 1970, fazendo de Nova Iguaçu a cidade de mais rápido crescimento entre as maiores do País. Em 1950, 46,60% da população ainda reside em áreas rurais, mas em 1980 essa cifra baixa para 0,29%. O inchamento urbano torna-se mais lento durante as décadas de

70 e 80 mas a população aumenta para 1.094.805 em 1980, transformando Nova Iguaçu na sétima das maiores cidades do País, numa cidade eminentemente operária (cf. gráfico abaixo):

População de Nova Iguaçu

<u>Ano</u>	<u>População</u>	<u>População em áreas rurais (%)</u>
1920	33.396	-
1940	105.809	-
1950	145.649	46,60
1960	359.364	28,34
1970	727.140	0,39
1980	1.094.805	0,29
1991	1.286.337	-

Fonte: IBGE, Censo de vários anos

Estimava-se que o município de Nova Iguaçu teria uma população de 1.471.000 habitantes em 1990. No entanto, o censo de 1991, antes do desmembramento dos distritos emancipados na década de 90 (Belford Roxo, Queimados e Japeri), acusa uma população de 1.286.337 habitantes (3).

Nova Iguaçu é uma cidade operária, constituída por uma mão-de-obra em geral não qualificada, com muitos migrantes. Em 1980, 55,5% do total da população é composta de migrantes. De 374 mil pessoas na força de trabalho, em 1980 76 mil estavam na indústria; 155 mil em serviços; 54 mil na construção civil; 48 mil no comércio e 19 mil no setor público (IBGE, censo 1980).

A expansão dos serviços urbanos tem ficado muito aquém do inchamento da cidade. Em 1980, apenas 37,7% da população do município dispõe de água encanada e apenas 30,3% de esgotos; a água de esgotos, despejada em canais abertos e em rios, compromete seriamente a ecologia local e a da Baía da Guanabara, contribuindo para as péssimas condições sanitárias da Baixada Fluminense. A cidade só dispõe de 265 médicos, 27 dentistas e 961 leitos de hospital (nenhum leito público) (4). Entre 1968 e 1972, a taxa de mortalidade infantil nos primeiros quatro anos de vida era de 39% (cf. QUEIROZ, 1981: 79). Em 1980, de acordo com dados do Prefeito, 150 mil crianças em idade escolar não estão matriculadas (5), em parte devido à falta de escolas. A maioria das escolas encontram-se em condições precárias e com sérias deficiências de material. O analfabetismo entre a população com mais de dez anos de idade é de 17% em 1980, sendo que apenas 3% da população cursa o secundário completo. Em 1978, apenas cerca de 15% do lixo do município é coletado, deixando-se umas 500 toneladas de lixo, por dia, em valas e em terrenos baldios. O serviço policial inadequado eleva a área a um dos índices mais altos de criminalidade do País. Menos de 10% das vias municipais estão pavimentadas, gerando graves problemas de transporte em épocas de chuva. Uma estimativa de 1980 demonstra que, se a prefeitura continuar a pavimentar as estradas no ritmo da década anterior, levará 250 anos para asfaltar todas as ruas existentes ("Primeiro Ciclo de Debates populares do MAB").

A população de Nova Iguaçu tem uma certa tradição de luta pela obtenção de serviços urbanos (6). Já em 1945, há tentativas isoladas de organizar a população com esse propósito. Em 1950, formam-se as primeiras associações de bairro. À medida que o clima local dos últimos anos de populismo (1958-1964) estimu-

la um fértil debate político por toda a sociedade, o movimento de bairros se expande: são os chamados Movimento das Associações Pró-Melhoramentos de Bairro, Centros Pró-Melhoramentos de Bairros. Em 1960, esses grupos chegam a realizar um Congresso dos Centros Pró-Melhoramentos de Nova Iguaçu, que, posteriormente, o MAB encampa como sendo o Primeiro Congresso do Movimento Amigos do Bairros de Nova Iguaçu. O Congresso mobiliza muitas associações de bairro e obtem algumas concessões da Prefeitura. Não é uma Federação. O partido que está à frente desse Movimento é o PCB (Partido Comunista do Brasil) antes da sua subdivisão em 1962 (entr. Bráulio Rodrigues, 22/07/91) (7).

Segundo Bráulio Rodrigues, um dos organizadores desse I Congresso e do Congresso de fundação do MAB, esses Centros Pró-Melhoramentos que se espalham por toda Nova Iguaçu "não tinham a mesma característica que tem o MAB. Eram mais reivindicatórios. Festas para trazer o povão. Só se preocupavam com o dia-a-dia do bairro. Não tinham esta visão mais ampla. Politização não tinha. E quando tinha politização era feita pelos membros do PC" (idem).

Os anos que precedem o golpe assistem a outras mobilizações populares na Baixada Fluminense, inclusive um relevante movimento operário e outros ocasionais de camponeses e trabalhadores rurais (cf. LIMA, 1985). O movimento de bairros pós-1974 fundamenta-se também na história dessa mobilização popular; alguns de seus líderes participam ativamente dessas lutas pré-1964 (8).

O golpe militar, cassando e prendendo lideranças, acaba anulando esse Movimento e esfacelando a luta no campo. A repressão às lideranças impede a coordenação entre os bairros, reduz o movimento a iniciativas isoladas. As associações e co-

missões, que sobrevivem, buscam atingir suas reivindicações isoladamente, e têm pouca receptividade da parte do Governo. A repressão e o desmembramento das forças oposicionistas locais tornam impossível qualquer tentativa de organização popular fora da Igreja.

Após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) (9), recrudesce a repressão militar aos movimentos de luta, principalmente ao *foquismo*, às guerrilhas de 67/68 (10), aos movimentos estudantis. Por isso muitas lideranças atuantes no movimento político nacional "estavam nos bairros, algumas por questão de defesa mesmo, de não ter confronto maior com o regime militar. Outras porque ao sair da liderança dos movimentos de luta vieram morar aqui na Baixada Fluminense (...) intelectuais inclusive" (entr. João Batista de Assis, 07/08/91) (11).

Os anos que seguem ao golpe são difíceis para a maior parte da população. A cidade continua a inchar em ritmo acelerado, gerando novas tensões sociais. Os salários reais da maioria dos trabalhadores sofrem um declínio até aproximadamente 1976, e os serviços municipais não acompanham o crescimento populacional. Politicamente, a situação também está difícil. Além do aparato repressivo e da tentativa de enquadrar Nova Iguaçu como área de segurança nacional, o Esquadrão da Morte já é bastante ativo na Baixada. "Até 1979, executara pelo menos duas mil pessoas em Nova Iguaçu; outra organização para-militar executou 764 pessoas apenas no primeiro semestre de 1980. Os líderes progressistas locais do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foram presos e, a partir de 1970, o partido mergulhou numa crise profunda. No Estado do Rio de Janeiro, o MDB caiu nas mãos de um grupo conservador que mantinha estreitas ligações com o regime militar e era notório por sua corrupção" (SCOTT, 1988: 211). A

Aliança Renovadora Nacional (ARENA) de Nova Iguaçu é conservadora até mesmo em comparação com a de outras grandes cidades. É também conhecidamente corrupta, demonstrando muito pouco interesse em resolver os dramas que afligem a população. Apesar de seus problemas, o MDB derrota a ARENA nas eleições em 1974 e em 1978.

Nesse período, a Igreja Católica passa pelas mudanças que vão transformá-la em baluarte dos movimentos populares. A Diocese de Nova Iguaçu, criada em 1960, de perfil conservador, com a chegada de D. Adriano Hypólito, em 1966, sofre mudanças que levam-na a uma estreita identificação com as classes populares (12).

Ao definir as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como uma de suas prioridades, em sua primeira Assembléia diocesana de 1968 (SCOTT, 1988: 212), a Igreja de Nova Iguaçu acaba exercendo um papel subsidiário importantíssimo frente à carência de movimentos sociais, à falta de espaço e à repressão:

"Seria um pouco consequência do Vaticano II. Um crescendo enquanto forma organizativa, reflexões das chamadas CEBs. Irá por aí, o que são CEBs e mais. Por outro lado, D. Adriano abrindo o caminho, (...) favorecendo, facilitando, colocando pessoas bastante lúcidas e com uma visão progressista. Isso foi fundamental perante toda uma carência de movimentos sociais, perante toda uma situação de repressão, de falta de espaço. A Igreja ocupou o que se pode chamar um papel subsidiário importantíssimo, de forma que ela se tornou uma grande referência para a capacitação, para a formação do pessoal, para as lutas pequenas nos bairros. Foram despertadas (...) pessoas com maior potencial de mobilização e demais. E aí foram se criando toda uma série de encontros ao mesmo tempo de formar, de capacitar

mais esses líderes que avançavam um pouco mais (...) um fator muito importante foi realmente esse grau de autonomia que os leigos foram adquirindo dentro da Igreja, digo, na formação (...). Era um pessoal que queria que o povo caminhasse com as próprias pernas. (...) Queria que se criasse núcleos, que se formasse a comunidade viva, esse tipo de discurso que favoreceu a criação de novos hábitos (WEBER) de comportamento, que conduziram, no momento em que se partiu para tentar..." (entr. Carlos Minayo, 07/08/91, grifo meu - sic) (13).

"Coincidindo com o fechamento da sociedade civil, a Igreja começou a criar grupos comunitários -- círculos operários, clubes de mães, grupos de jovens, clubes de catecismo -- que discutiam a fé e a realidade social. Durante os anos de maior repressão, as CEBs foram praticamente as únicas organizações populares a promover perspectivas políticas críticas. Embora as CEBs estivessem envolvidas somente em ações políticas rudimentares, como assinar petições por serviços urbanos, sua importância se refletiria no desenvolvimento posterior dos movimentos populares, pois facilitam uma organização e uma mobilização mais amplas quando houve um afrouxamento da repressão. Muitos líderes e participantes do movimento de bairros haviam sido motivados por suas experiências nas CEBs" (SCOTT, 1988: 212).

Até 1969, mais ou menos, a Cáritas Diocesana está mais ligada ao assistencialismo, inclusive com distribuição de alimentos vindos da América do Norte. "Mas chegando D. Adriano, com novos ares soprando na Baixada, sentiu-se que não era por aí que deveria canalizar nossos esforços, nossas energias" (entr. Matheo Vivalda, 27/03/92) (14). Daí a decisão diocesana de abandonar esse programa de assistência e de criar uma entidade com finalidades mais promocionais surgindo, assim, o Movimento

de Integração Comunitária (MIC) em 1968. Com o MIC e o Clube de Mães, que surge no mesmo período, começa um trabalho no campo social, com preocupações maiores na linha da promoção da mulher, promoção das comunidades. Entre 1964 e 1974, a única tentativa de organizar a população numa base permanente é o MIC, que visa organizar os católicos em vista da obtenção de melhores serviços urbanos. Mas "o MIC era uma entidade mais informal (...). A um certo ponto, sentiu-se necessidade de algo mais (...) de criar uma entidade formal, com estatutos, legalizada, reconhecida e em condições de oferecer um apoio, um amparo jurídico às obras sociais da Diocese, das paróquias que estavam surgindo. E dar-se, assim, um caráter mais sistemático, mais organizado, mais eficiente (...). Surgiu a idéia de ressuscitar, revitalizar a Cáritas Diocesana, que até então existia, mas sem estatuto, sem personalidade jurídica. (...) Surgia a Cáritas Diocesana. E começou os primeiros passos assumindo muita pouca coisa, porque na realidade na Diocese não havia muita coisa no plano social. Havia naquele tempo (...) Alguns ambulatórios que funcionavam através do trabalho voluntário de médicos e de comunidades, havia os Clubes de Mães que estavam surgindo, mas os Clubes de Mães tinham uma direção, uma coordenação" (idem) (sic). Tudo isso acontece por volta de 1972, 1973.

Nesse período, então, o movimento de bairros é reduzido a esforços isolados para a obtenção de benefícios materiais limitados e imediatos, sem que haja articulação entre os bairros e tentativas de vincular esses esforços às questões políticas mais amplas.

Esse quadro modifica-se com o início da Abertura em 1974. A Abertura segue, em Nova Iguaçu, os mesmos contornos gerais

que a nível nacional, com um abrandamento gradual da repressão, especialmente após 1978. Entretanto, alguns aspectos particulares do processo de Abertura em Nova Iguaçu merecem ser ressaltados. A prefeitura e a ARENA local são particularmente desacreditadas, especialmente a partir da década de 70, em parte devido ao movimento de bairros. A prefeitura mantém-se indiferente às exigências da população, embora o afrouxamento da repressão permita maior largueza para que esta se organize. O MDB atravessa uma crise profunda que começa por volta de 1970, prolongando-se até pelo menos 1985. Em Nova Iguaçu alguns poucos políticos do MDB apoiam o movimento de bairros, mas a Igreja é sua maior aliada.

Além disso, a direita paramilitar continua atuante. A repressão sistemática do governo Médici desaparecera, mas o terrorismo de extrema direita inclui muitos incidentes com a Igreja em Nova Iguaçu e membros do movimento de bairros (cf. p. 45 e 116 ss). O espectro da repressão condiciona o desenvolvimento do movimento de bairros após 1974.

2. Ressurgimento da mobilização popular

A ampliação política do Movimento de Bairros em Nova Iguaçu data de 1974 aproximadamente. Dois jovens médicos (15), comprometidos com a população mais carente, começam um trabalho num posto de saúde em Cabuçu, bairro afastado do centro. Inicialmente atendem à população quase que gratuitamente e ministram cursos sobre saúde. Aos poucos, no entanto, "foram tomando consciência das limitações de um trabalho feito dessa maneira. O trabalho médico só servia de paliativo numa região sujeita à subnutrição generalizada, com esgotos abertos, sem coleta de lixo e com problemas de saneamento, e eles começaram a considerar a hipótese de organizar a população para modificar essas condições" (SCOTT, 1988: 213) (16).

"Esse grupo era muito politizado e sentiu que havia necessidade de ir além do serviço de ambulatório (...) era necessário que se tivesse também um mínimo de organização em cada comunidade atingida pelo ambulatório" (entr. Bráulio Rodrigues, 22/07/91).

Segundo Carlos Roberto de Andrade Trigo, o que motiva o surgimento do MAB é a "necessidade do povo organizar-se pra suprir a falta que estavam fazendo os partidos políticos, que estavam amordaçados e a necessidade do povo se organizar para retomar a democracia no País, (...) existiam também aquelas reivindicações para a melhoria de vida da população local" (entr. Carlos R. Trigo, 27/09/91) (17).

"A impressão que eu tenho é que havia uma clareza de que você tinha que criar uma organização representativa que fosse interlocutora do Estado, por parte dos intelectuais" (entr. Carlos Minayo, 07/08/91).

No início de 1975, a Cáritas Diocesana (18), preocupada em avançar sua atuação, junto aos ambulatorios paroquiais, para além do mero assistencialismo médico-ambulatorial contrata, por indicação do Pe. Paiva (19), esses dois médicos e mais dois outros para desenvolver o *Programa de Higiene Materno-Infantil* no Centro Social de Cabuçu e para buscar também a integração das experiências existentes.

Dessa forma, em plena repressão militar, quando ainda vigora o AI-5, a Igreja de Nova Iguaçu abre espaço e respalda a atuação desses médicos que se propõem realizar um trabalho na área de saúde, trabalho esse que não se limitasse às práticas assistencialistas.

Segundo Paiva, o contexto político brasileiro de então "foi fundamental para o surgimento do MAB, porque a Igreja abriu espaço para que esses fundadores do MAB trabalhassem na Baixada, não só legitimando a presença deles que estava condenada pelo Governo da época, que perseguia, não permitia. A Igreja, vamos dizer assim, deu um estatuto social, legitimou a presença deles: eram agentes que trabalhavam ali na Cáritas. E com isso podiam se apresentar à população" (entr. Ugo Paiva, 17/12/91, grifo meu) (sic).

A contratação dos médicos sanitaristas significa para a Igreja de Nova Iguaçu um salto qualitativo em sua linha pastoral. A Igreja, sensível à necessidade de organizações de origem popular, de instrumentos de luta do povo, reforça sua prática de "conscientização":

"A questão do MAB aparecia mais em reuniões do grupo pastoral que assessorava D. Adriano (20) (...). Havia ali um consenso de que deveria surgir uma organização popular de Amigos do Bairro que deveria ser autônoma e que os católicos, os mem-

bros das CEBs deveriam encontrar aí um campo, um instrumento para a sua luta; como morador, lutar" (entr. Ugo Paiva, 17/12/91, grifo meu) (sic).

Não se pode, no entanto, compreender a importância política da Igreja em Nova Iguaçu focalizando-se exclusivamente a hierarquia. O apoio das organizações na base também são decisivos para o surgimento do MAB, graças as suas atividades progressistas. A Igreja exerce maior impacto político em Nova Iguaçu, enquanto, como um todo, hierarquia e leigos, é capaz de fortalecer a sociedade civil, especialmente os movimentos populares.

De fato, o envolvimento prático da Igreja com o Movimento de Amigos do Bairro acaba concretizando-se em apoio financeiro (21), em infra-estrutura colocada à disposição do Movimento e das AMs (22), e o mais importante para o surgimento do movimento, as CEBs sensibilizadas para a questão social: "Tanto que os primeiros líderes do MAB vieram quase todos das CEBs (...); havia neles uma certa sensibilização pela pregação da Igreja" (entr. Ugo Paiva, 17/12/91) (sic).

"Eram os mesmos líderes de comunidades, os mais abertos, os mais conscientes, os mais sensíveis que assumiam (...) E a gente sentia dificuldade de encontrar pessoas que não fossem da comunidade (...) que viessem se somar (...) realmente a grande maioria, pelo que conheço das associações que surgiram, tinha uma conotação muito clara de ligação, não somente física, de pessoas, com as comunidades" (entr. Matheo Vivalda, 27/03/92) (sic).

Há, nesse momento, certa identificação entre o MAB e as comunidades.

"O elemento religioso não é que aparecesse com clareza,

apesar da gente descobrir que a motivação dos nossos agentes fosse religiosa e não ideológica. Ao contrário, aqueles que vinham de fora, a gente percebia que tinham uma motivação ideológica e respeitavam a religiosidade do povo" (entr. Matheo Vivalda, 27/03/92) (sic).

"Houve um crescimento, uma abertura cada vez maior. Porque quando começaram a surgir as associações, a se mobilizarem, a gente sentia que a presença dos padres e das irmãs nos movimentos era muito maior do que no passado quando a gente começou. Então tudo isso tem um efeito no despertar" (entr. Matheo Vivalda, 27/03/92) (sic).

Segundo Pe. Matheo, a vinda desses intelectuais comprometidos com as causas populares acaba sendo providencial para a Igreja carente de lideranças capacitadas: "Nós tínhamos pessoas abertas aos problemas, sobretudo nas comunidades, pessoas simples, humildes, mas interessadas. Mas o que a gente sentia era a falta de lideranças nossas pra assumir movimentos como esse (...). De certa maneira, foi providencial (...) a vinda dessas pessoas de fora que tinham um certo conhecimento, uma certa liderança, uma certa abertura mas não tinham bases. De certa maneira, podemos dizer que a Igreja entrou com a base, com as estruturas, e essas lideranças vindas de fora entraram com a cabeça deles, com o trabalho deles, o projeto deles. Tudo isso aconteceu de uma maneira não planejada. Dum lado, talvez essas lideranças vindas de fora interessadas em ocupar espaço, de outro lado as nossas comunidades começando a se abrir aos problemas sociais num sentido mais promocional, de reivindicação, embora não tendo em quem se apoiar" (entr. Matheo Vivalda, 27/03/92) (sic).

De acordo com Artur Messias, nos inícios do MAB, a distin-

ção entre as forças se dão entre "as pessoas confessamente ligadas à Igreja e as pessoas não ligadas à Igreja (...). A distinção seria essa 'quem era e quem não era de Igreja'. Sendo que, quem era de Igreja tinha uma base muito mais expressiva, porque havia lideranças que não se projetavam a nível de Município, mas que eram lideranças expressivas de suas regiões e que davam suporte aqueles que se lançavam na questão do MAB" (entr. Artur Messias, 21/10/91) (sic) (23). Nesta distinção está subentendido "que a Igreja não tinha uma organicidade, do ponto de vista de elaborar um projeto social. Já esses grupos se auto-denominavam como portadores de um projeto social" (idem) (sic).

Na prática essa divisão mão-cabeça, historicamente, vai permanecer no MAB. Ela mantém a situação de domínio do saber sobre a atividade prática, reproduz a divisão social do trabalho própria ao sistema capitalista: uns pensam, outros executam. A direção, aquele que está no poder, pensa; os dirigidos executam (cf. Anexo-1 "pesquisa sobre a práxis no e do MAB"). Historicamente esta dependência recíproca entre os intelectuais e a base permanece. Os intelectuais, sem uma maior inserção na massa, continuam dependendo da base para mobilizar. A base, despreparada, continua dependendo dos intelectuais para refletir, teorizar a própria prática. Quando o divórcio entre intelectuais e base acontece, o Movimento se esvai.

Desse casamento de intencionalidades, a dos médicos (vanguarda) sem base, mas com um projeto, e a da Igreja com base mas sem um projeto político definido, nasce o MAB. Nesses inícios, a ação da Cáritas e a ação dos agentes de saúde chegam a confundir-se (entr. Matheo Vivalda, 27/03/92).

Evidentemente, esses médicos sanitaristas são portadores

de um projeto político (24). Por isso, encontram desde o início resistências na Diocese, tanto da parte do clero progressista, mais "esclarecido" politicamente (entr. Ivo Lesbaupin, 02/92) (25), como do clero conservador. No entanto, a sua franqueza, ^{ao} explicitar que não são católicos e que suas contribuições serão apenas de ordem médica e política, leva-os a manter boas relações com D. Adriano e o clero progressista.

Por outro lado, a Igreja está mais preocupada com o engajamento social, com a mudança político-social. "E qualquer conotação religiosa podia correr o risco de (...) dividir. É claro que houve pressões a um certo ponto para a Igreja tomar distância de certas pessoas, de certas lideranças porque tinham uma conotação mais marxista, mas naquele tempo a Igreja tinha muito essa preocupação de ser o guarda-chuva de todas as lideranças sufocadas ou ameaçadas pela ditadura, pelo governo central. Então a preocupação da Igreja era sobretudo oferecer espaço a todos aqueles, não importa a ideologia, que estavam interessados, que estavam preocupados com o povo" (entr. Matheo Vivalda, 27/03/92) (sic).

Naquele momento, segundo Pe. Matheo, a Igreja como um todo não identifica as ideologias subjacentes à prática da equipe que assessorava à Cáritas. Matheo chega a afirmar: "talvez no começo não houvesse essa preocupação e nem condições para isso" (idem).

"Essa época foi muito importante porque as bases do movimento eram bases fundamentalmente procedentes da Igreja. E um pessoal que tinha essa visão maniqueísta do Estado, tinha uma visão bastante basista, de discussão entre nós e demais, de receio do intelectual. Esse tipo de peculiaridades dos movimentos de Igreja de uma etapa inicial. Houve, de fato, um entendimento

entre este pessoal que tinha uma visão mais clássica do trabalho popular, mais tradicional de trabalho popular e com raízes nos locais de moradia com todo um pessoal intelectual com discurso mais politizado, dentro já de uma corrente política, por exemplo, MR-8" (entr. Carlos Minayo, 07/08/91) (sic).

A principal contribuição desses intelectuais, para o surgimento do MAB, é a de articular e somar, desde o início, o que há de organização popular em Nova Iguaçu. Anna Leonor e Antonio Ivo são seus principais representantes (entr. Ugo Paiva, 17/12/91).

"Existiam muitas lideranças populares por aí, como o Laerte Bastos. A nível teórico, que ajudavam o Movimento a refletir, foram chegando, engrossando, o Nelson Nahon, a Dilcéia Nahon, pessoas que também foram presas, perseguidas. E o Sinval, falecido, líder sindical que também foi preso. Nessa de discutir esse negócio, começaram a aparecer lideranças que tinham tido um trabalho, tido suas prisões, já tinham uma noção de organização popular, até uma luta" (entr. Azuleicka Sampaio, 14/08/91) (sic) (26).

Através do Programa Comunitário de Assistência Materno-Infantil (27), programa desenvolvido pela Cáritas Diocesana, os quatro médicos iniciam o trabalho no Centro Comunitário de Cabuçu, em abril de 1975. Inicialmente dão apenas assistência ambulatorial e aos poucos tentam organizar as mães, através de um trabalho de conscientização, de educação para a saúde (28).

A leitura do Programa citado acima é importante para que se descortine as intencionalidades da Cáritas -- setor saúde -- naquele momento. Num dos seus objetivos, identifica-se o caráter educativo-político dessa atividade da Cáritas:

O "desenvolvimento de um processo pedagógico que, a partir

da 'problematização' de experiências e situações vivenciadas pela comunidade, possa contribuir para a integração e o desenvolvimento comunitários, em todos os aspectos" (grifo meu).

Quanto à metodologia do trabalho a ser desenvolvido, nota-se no Programa uma forte influência de Paulo Freire:

"Parte-se da premissa de que o verdadeiro processo educativo jamais comporta um fluxo unilateral de conhecimentos e influências. Educadores e educandos são ambos agentes do processo; a realidade por conhecer e transformar é o objeto. Portanto, a pressuposição básica de qualquer atitude pedagógica é a existência de condições reais, e não formais, de participação no processo" (idem).

O "Diário da práxis dos sanitaristas" (o. c.) e Paiva, em sua entrevista, confirmam esta influência de Paulo Freire nos inícios do MAB.

Paralelamente ao trabalho dos sanitaristas em Cabuçu, Luz e Austin e outros bairros, a Cáritas começa a organizar encontros, de seus ambulatorios, objetivando a troca de experiências e a avaliação dos trabalhos à luz da linha pastoral da diocese, linha de conscientização e de promoção humana (29). Naquele momento, o Setor Saúde da Cáritas é constituído por 18 laboratórios sem vínculo orgânico entre si (30).

O discurso ambíguo da Igreja em torno da "promoção humana", discurso que não explicita o seu conteúdo político/ideológico, acaba gerando, brevemente, os primeiros conflitos de intencionalidades entre ela (no caso Cáritas e Diocese) e os agentes sanitaristas:

Em 5 de novembro de 1975, comentando o convite para a primeira reunião dos ambulatorios, o "Diário da Práxis dos sanitaristas" (o. c.) observa: "A tônica da circular tenta afastar

trabalhos assistencialistas, mas não temos muita esperança que isso aconteça, porque o que se fala e o que se faz é bem diferente, e 'promoção do homem' tanto pode ser distribuição de leite como curso profissionalizante etc., etc. É uma confusão mental só".

O 1º encontro dos ambulatórios da Cáritas, organizado pela Diocese e liderado pelos quatro médicos, acontece em 8 de novembro de 1975, no Centro de Formação de Líderes, em Moquetá (31).

Nos questionamentos da circular-convite para esse encontro, vê-se a confirmação da intencionalidade da Cáritas e de seus Agentes de Saúde:

- "O nosso trabalho em saúde está efetivamente ajudando o povo no seu crescimento ou está apenas 'tapando o sol com a peneira'?"
- "O ambulatório está destinado a ser uma atividade meramente assistencialista ou ele pode ser um instrumento de conscientização? De que forma?"
- "Como aplicar ao nosso trabalho em saúde o velho ditado: 'não devemos dar o peixe, mas ensinar a pescar'?"
- "Existem outras maneiras de trabalhar em saúde, além do ambulatório?"

Desse encontro participam^m representantes de ambulatórios em 6 bairros de Nova Iguaçu: Boa Esperança, Cabuçu, Miguel Couto, Tinguá, Luz e Heliópolis; 2 de Nilópolis e 2 de São João de Meriti (32).

Reafirmando a intencionalidade para além do mero assistencialismo, o convite para o 2º encontro apresenta como questionamentos:

- "O nosso trabalho atua nas causas dos problemas da saúde

ou apenas nos efeitos? (grifo meu)

- "O nosso trabalho está ajudando o povo a se conscientizar dos seus problemas? De que forma? (sic - grifo meu)

- "O nosso trabalho estimula a participação do povo? De que forma? (grifo meu)

Nesse encontro, em março de 76, o grupo anuncia a sua orientação política básica:

"A solução dos problemas de saúde depende mais da união e decisão do povo, do que da presença do médico. O ambulatório em si é importante, mas não basta para resolver os problemas de saúde. Por isso, todas as formas que o povo tem de se unir para refletir seus problemas e que servem para aumentar sua consciência e união são importantes. As atividades meramente assistenciais, que não se preocupam em conscientizar, são deseducativas para o povo e não resolvem os problemas de saúde" (Encontro 2, março 76 - grifo meu).

Participam do encontro umas 20 pessoas, representando 8 ambulatórios. Essas pessoas decidem que os encontros serão bimensais.

A partir de então, a Cáritas começa a publicar regularmente o relatório desses encontros dos Grupos de Saúde, com o nome "Encontro". Essa publicação tem por meta tornar públicos os encontros e disseminar as idéias. Com o tempo, esse relatório/bolletim acaba se tornando o Jornal do Movimento de Amigos do Bairro (MAB) de Nova Iguaçu e, enquanto mantém a regularidade de publicação, exerce importante papel educativo-político e político-educativo dentro do Movimento.

Encontros dos Grupos de Saúde vão se sucedendo e paulatinamente os participantes vão percebendo que os seus problemas ultrapassam a área de saúde: são problemas como a falta de rede

de esgotos, falta de água, falta de calçamento, pobreza do povo, falta de alimentação, de assistência médica etc., enfim, problemas ligados às péssimas condições de vida.

Nos intervalos entre os Encontros de Saúde, em Moquetá, a equipe de saúde oferece um curso para os bairros interessados. Nesses cursos, a partir das discussões muitas idéias vão surgindo e pequenas ações começam a ser executadas. Por exemplo: alguns bairros decidem fazer abaixo-assinados para resolver o problema de água, outros para conseguir posto de saúde, outros organizam mutirões para queimar lixo etc. Dessa maneira começam a nascer, em um e outro bairro, grupos de Amigos do Bairro, o que imprime aos Encontros, primordialmente de saúde, uma feição diferente, dando-lhes uma característica de Encontros de Bairro tendo em comum a luta pela melhoria de suas comunidades (33).

No convite ao 3º encontro, a Coordenação do Setor Saúde, lembra os limites do mero assistencialismo identificados pelos participantes do 2º encontro:

"No último encontro, foram debatidos os principais problemas de saúde de nossa região. Foi visto que os problemas são grandes e muitos e que os ambulatorios por si não dão conta de resolvê-los".

Ainda que na superfície, o pólo político-educativo faz-se então presente a todos:

"São as comunidades, através de sua união, que podem dar os maiores passos para melhorar a sua situação de saúde (por exemplo: conseguir água encanada para o bairro, esgoto etc)".

E, reforçando o político-educativo da prática assistencialista, a Coordenação afirma:

"É por isso que nosso trabalho em saúde deve se preocupar sempre em auxiliar as comunidades a tomar uma consciência mais

profunda e mais viva desses problemas" (sic).

Desse 3º encontro, junho de 76, participam 22 pessoas, re-presentando 9 trabalhos em saúde.

O convite ao 4º encontro, recuperando as conclusões anteriores, afirma: "a necessidade de buscar sempre a participação ativa do povo no debate e reflexão desses problemas, assim como na procura de soluções" e a necessidade de se planejar o trabalho.

Nesse encontro, agosto 76, acontece um curso de formação sobre "Planejamento de trabalho". Destaca-se aqui a preocupação da Equipe de Saúde da Cáritas com a dimensão "educativo-política" do processo contra-hegemônico, com a busca da capacitação dos não-antagônicos para a luta contra os antagônicos.

Em 22 de setembro de 1976 o Bispo da diocese de Nova Iguaçu, D. Adriano Hypólito é seqüestrado e torturado. Buscando intimidar a linha pastoral da Igreja Católica, radicais de direita, ligados ao Regime Militar, seqüestram o Bispo, deixando-o nu e pintado de vermelho, numa alusão ao comunismo, num canto ermo de Nova Iguaçu. Esse episódio, de repercussão nacional, leva a Igreja e setores de esquerda a se manifestarem conjuntamente e contribui para a rearticulação do movimento popular em Nova Iguaçu. A linha pastoral da Igreja (34) e o MAB em gestação questionados, saem reforçados do episódio.

No 5º encontro, outubro de 76, pela primeira vez se fala em grupo de Amigos do Bairro (35). Umas 25 pessoas de 12 bairros estão presentes. A partir de então, "o Encontro passa a ser organizado em duas partes: a troca de experiências, em que os moradores de cada local relatam como estão tentando resolver seus problemas; e uma discussão mais geral, sobre um tema definido pela equipe de saúde, conforme a oportunidade" (QUEIROZ,

1981: 132).

Nota-se que esses encontros em Moquetá, primeiramente entre Grupos de Saúde, depois como Amigos do Bairro, vão despertando e motivando a população para a ação no bairro: a união e a certeza de não se estar sozinho na luta: "A gente vê que nos bairros as pessoas estão começando a se unir, tentando resolver juntos os problemas. E cada um no seu bairro não se sente mais sozinho, sabe que em outros bairros também tem pessoas lutando para resolver os problemas" (Encontro 5, outubro 76) (sic).

Em novembro de 1976, Rui Queiroz, ex-interventor municipal, é eleito prefeito de Nova Iguaçu pela ARENA.

O documento da Cáritas, "linhas gerais de trabalho para 1977", avaliando o "Programa de Higiene Materno-Infantil" em Cabuçu, diz:

"Criado com a finalidade principal de estimular o nascimento de grupos de moradores que, a partir dos problemas de saúde, possam refletir e debater a realidade do bairro e desenvolver ações no sentido de transformá-la, o Programa vem paulatinamente produzindo resultados. Por um lado, é ainda limitado pelo forte peso do atendimento ambulatorial para a população o que, privilegiando os aspectos médicos da doença em detrimento dos aspectos sociais, tende às vezes a produzir formas de participação de caráter mais técnico e operacional do que reflexivo e crítico. Por outro lado, as atividades não médicas do Programa (pedagógicas) vêm se desenvolvendo e têm dado oportunidade ao nascimento de ações comunitárias (abaixo-assinado pedindo água encanada, por exemplo) e à formação de grupos permanentes de reflexão sobre a realidade (por exemplo: grupos de gestantes, curso sobre legislação social)" (grifo meu).

O mesmo documento traz uma visão crítica dos encontros até

então realizados:

"São encontros bimensais e procuram reunir representantes dos grupos paroquiais de base em vista a troca de experiências e a reflexão comum, em busca de pistas para uma melhor adequação do trabalho em saúde com a linha pastoral diocesana. A presença de membros das comunidades é ainda limitada (algumas paróquias se fazem representar apenas por irmãs ou padres) o que se explica pelo ainda baixo grau de participação de moradores nos diversos trabalhos de saúde. De qualquer forma, os encontros têm sido bastante positivos não só como estímulo aos participantes como sobretudo vem despertando em alguns grupos uma nova visão de trabalho, menos assistencial e mais voltada para as ações comunitárias" (grifo meu).

No relatório do 6º encontro, janeiro de 77, pela primeira vez, não há referência aos "Grupos de Saúde". 7 bairros e umas 15 pessoas participam deste encontro.

Percebe-se no relatório grupos de bairro, Amigos do Bairro surgindo:

- Santa Rita está pensando em formar um grupo de Amigos do Bairro;
- Carmari está ajudando um grupo que nasce no Parque Flora e unindo-se com Nova América numa comissão de água.

Aos poucos, nota-se um caminho para a autonomia trilhado pelos participantes dos encontros. A partir de então, a preparação e a coordenação de cada encontro começa a ficar sob a responsabilidade de um bairro. Até então estivera restrita à equipe de saúde da Cáritas.

No relatório do 7º encontro, março de 77, reduz-se ainda mais o destaque à Cáritas Diocesana: a partir de então a referência à mesma começa a sair no final do boletim, não mais no

cabeçalho. 12 bairros estão presentes a este encontro.

Pela primeira vez há representantes da Associação de Amigos do Bairro do Km 32 (Jardim Guandu), que é registrada, num encontro em Moquetá. Sua líder, Maria José, de origem de Igreja, da Pastoral Operária, iniciou um trabalho independente da Cáritas, fundando a associação em 1976. As conquistas dessa associação, principalmente a da água em 1978, vão exercer grande influência no MAB.

No 8º encontro, maio de 77, pela primeira vez sai a chamada "Amigos do Bairro" no cabeçalho do boletim (36). Participam deste encontro 35 pessoas representando 13 bairros.

O Conselho Comunitário do Jardim Gláucia, com tradição de luta popular, participa pela primeira vez do encontro. Esse Conselho, composto pelo Jardim Gláucia, Jardim Redentor, Parque São José, Calundu, São Bento e Jardim Ideal, surgiu em 1973. Sua líder é Terezinha Lopes. A Cáritas elabora, em setembro de 77, um projeto para este Centro, o "Projeto Comunitário de Assistência Infantil-pediatria e Puericultura". O médico Nelson Nahon, fundador do MAB, está envolvido no mesmo pela Cáritas Diocesana.

Refletindo sobre os problemas da escola e do esgoto, os participantes deste encontro apontam como atividades exercidas e a serem exercidas por eles:

"Abaixo-assinado, pesquisa, mutirão, grupos para discutir problemas, comissões para falar com as autoridades, trabalhar em conjunto com outros bairros, fundar associação de Amigos do Bairro" (grifo meu).

Nota-se um enfoque mais político-educativo (a articulação e a mobilização) nas atividades desenvolvidas. Para ajudar no trabalho, os participantes levantam como principais pistas: mu-

tirão, convites por escrito, mostrar aos moradores que o problema é de todos, visitas entre bairros.

O Movimento se direciona para o seu crescimento quantitativo, para o aumento do número de participantes, para a mobilização, elementos importantíssimos para o embate com o poder público (político-educativo). Parece, no entanto, pouco preocupado com o seu crescimento qualitativo, com a sua capacitação para o embate (educativo-político).

Em junho de 1977, prestando contas à **Inter-American Foundation** do refinanciamento do "Programa Comunitário de Assistência Materno-Infantil" em Cabuçu, relativo ao período novembro 76 a novembro 77, a **Cáritas** assim se expressa a respeito da atividade de assessoria da sua equipe de saúde a grupos de bairros:

"A equipe vem prestando assessoria a alguns grupos de bairros que assim solicitam. Esse trabalho consiste em ajudar o grupo a planejar seu trabalho comunitário. É interessante notar que o processo de discussão e identificação dos problemas locais frequentemente ultrapassa a problemática da saúde e desemboca em outras atividades do bairro (escola, transporte, trabalho). Em consequência, e na medida em que as ações propostas visam também outros aspectos da realidade, esses grupos ultrapassam a qualidade de grupos de saúde, alcançando um raio mais amplo de prática e reflexão".

"O trabalho de assessoria e acompanhamento abrange no momento 12 bairros, assumindo formas variáveis de acordo com a especificidade e o desejo de cada grupo" (grifo meu).

Quanto aos encontros bimensais entre os grupos de bairros, diz:

"Iniciados com a finalidade de permitir a aproximação en-

tre os diferentes grupos que trabalhavam em saúde, esses grupos foram pouco a pouco se transformando. A participação crescente de grupos de moradores engajados em ações coletivas pela melhoria do seu bairro fez com que, também aqui, as discussões rompessem os limites da problemática da saúde. Por outro lado, o avanço do trabalho concreto dos grupos permitiu que a reflexão sobre os problemas do bairro se enriquecesse com as discussões sobre os problemas da prática concreta de enfrentá-los" (grifo meu - sic).

"Esses encontros são hoje um instrumento de articulação e troca de experiências entre os diferentes grupos" (grifo meu). Isto é, os encontros são um instrumento político-educativo e educativo-político.

Do 9º encontro, julho de 77, participam 25 pessoas, representando 10 bairros.

O boletim, além da tradicional troca de experiências entre os bairros, traz algumas conclusões do encontro sobre a maneira de enfrentar as dificuldades do Amigos do Bairro. Uma delas mostra a importância da articulação entre as várias atividades sociais:

"Para trocar experiências é importante aumentar a ligação entre os grupos de Amigos do Bairro, e também com os outros trabalhos da Diocese (Clube de Mães, jovens, Pastoral Operária etc.)" (grifo meu).

Dessa forma, "essas experiências iniciais vão transbordando para outros bairros, inicialmente na esteira da Igreja, uma vez que já se colocava para os participantes a necessidade de se unificarem com outros bairros para ganhar força suficiente para enfrentar o poder público, o que favorecia a difusão especial do movimento" (BERNARDES, 1987: 18s).

"Nestes primeiros momentos do 'Amigos do Bairro' havia uma preocupação com a troca de experiências, com a socialização das dificuldades, com a busca de alternativas para o enfrentamento dos problemas em relação à organização dos moradores, o que reflete muito a formação proporcionada pela Igreja" (idem: 19).

34 pessoas participam do 10º encontro, setembro de 77, representando 10 bairros de Nova Iguaçu, 1 do Rio de Janeiro e outro de Duque de Caxias.

O Grupo de Shangri-lá apresenta no encontro o teatro "nó cego".

Pode-se medir o efeito educativo-político deste recurso pedagógico pelas conclusões dos participantes do encontro:

- Da autonomia e prática: "É importante o Amigos do Bairro criar e confiar na própria força. Não pode deixar só na mão do vereador ou de qualquer um que diga que resolve tudo. Porque aí acaba não dando em nada".
- Da necessidade de se priorizar atividades: "Tem que escolher um problema e ir até o fim".
- Da compreensão do Movimento como um grupo aberto: "Só falar com a comunidade da Igreja não dá. Se é problema do bairro tem que falar com todos os moradores".
- Do reconhecimento da importância duma direção para o Movimento e da clareza do seu papel: "É bom o Amigos do Bairro ter uma diretoria, não para mandar mas para coordenar os trabalhos" (grifo meu).

O detalhe que chama a atenção é a participação de grupos do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias, mostrando que a experiência começa a ser reconhecida fora do Município. Outro detalhe é a assiduidade dos representantes: há algo que une e motiva aos encontros bimensais.

3. Explicitação e auto-consciência de "Movimento Social"

Do 11º encontro, novembro de 77, participam 38 pessoas, representando 12 bairros (um deles do Rio de Janeiro).

Chama a atenção a intervenção do representante da Associação de Moradores de Boa Esperança, que participa pela primeira vez: "Nossa Associação de Amigos do Bairro foi fundada em 1965. .. é registrada e reconhecida como de utilidade pública" (37).

Nesse encontro **avalia-se a caminhada de 1977**. E pela primeira vez se explicita a existência do Movimento, para o grande público, e seu objetivo:

"Os grupos de Amigos do Bairro formam um movimento que tem o sentido de lutar pelo bem social de todos, por uma vida melhor e mais digna" (grifo meu).

Ressalta-se, aqui, a importância do momento da parada avaliativa como descortinador do projeto subjacente à prática, como organizador e sistematizador da prática, enfim, como um elemento fundamental para a realização do processo educativo-político. Importância da burilada avaliativa em profundidade para descortinar o norte político subjacente à ação e ^{para} a definição/redefinição das estratégias de luta.

Os participantes da avaliação detectam:

- A importância motivadora dos encontros para a luta (primeiro passo do processo educativo-político): "Os encontros são bons porque juntam as experiências dos bairros. Daí cada grupo sai com mais ânimo e com idéias novas para enfrentar os seus problemas." (sic)
- O fortalecimento do movimento no ano que passou (surge entre os participantes a consciência de que são um movimento): "Esse ano aumentou o entrosamento entre os bair-

ros. Exemplo disso são os encontros e visitas entre os bairros. Assim o crescimento de cada um ajuda o crescimento dos outros e o movimento ganha mais força" (grifo meu).

- A consciência de que é importante somar as forças: "O trabalho isolado não resolve nada. Descobrimos que a nossa força está na nossa união. E essa união tem que começar nos bairros, nas coisas pequenas. Mas também temos que achar as maneiras de unir mais o conjunto todo dos grupos de Amigos do Bairro" (grifo meu).

Historicamente, o MAB não consegue encontrar estas "maneiras de unir mais o conjunto" fator de mobilização tão sabiamente detectado por um participante da avaliação. Por um período consegue somar, mas não consegue cimentar, criar um novo consenso....

- A amplitude do Movimento: "O movimento dos Amigos do Bairro deve servir para unir todos os moradores independente da sua religião. Lutando pela melhoria do bairro estamos vivendo concretamente o Evangelho".
- A "recuperação" da dignidade acontecendo: "Aos poucos a gente vai perdendo o medo e a inibição de lutar por melhorias nos bairros. Vamos descobrindo o nosso valor e o nosso direito".
- A importância político-pedagógica de se acreditar num projeto e começar a executá-lo: "O trabalho desse ano mostrou que é importante dar o primeiro passo. Porque depois de começar, mais gente cria confiança de falar e participar também".
- No clientelismo manipulador, o limite do relacionamento do Movimento com os políticos: "Os políticos podem e de-

vem ajudar nosso movimento. O que não podemos deixar é que eles se utilizem dos nossos grupos para satisfazer seus interesses".

Em suma, nessas conclusões avaliativas profundas do Movimento em 1977, vemos indicativos fundamentais para um movimento orgânico, democrático e autônomo, independente de "políticos" e da Igreja. O Movimento está preocupado em motivar e apoiar os moradores para se organizarem em seus bairros e também preocupado em canalizar, reforçar e articular os Amigos do Bairro existentes. Indicativos que acabam sendo obscurecidos pelo ativismo político e pelo cupulismo (vanguardismo) que acabam tomando conta do MAB.

Em janeiro de 78, participam do 12º encontro 8 bairros. Após relatar suas atividades pelos bairros, o grupo levanta sugestões para as mesmas (vide Encontro 12, janeiro 78).

Quanto ao conjunto do Movimento é sugerido:

- "Fazer um arquivo com as experiências de trabalhos nos bairros e com informações úteis para os grupos. Assim, quando um grupo precisar de alguma orientação já tem meio caminho andado" (grifo meu).

Nessa idéia do arquivo está a preocupação com o saber adquirido a partir da própria luta e com o saber universal acumulado. Subjaz aí a preocupação com a capacitação para a luta, o educativo-político.

É sugerido, ainda, que se busque:

- "Aumentar o intercâmbio entre os bairros. Para isso, aumentar as visitas entre os grupos e fazer, de vez em quando, encontros conjuntos entre dois ou mais bairros" (grifo meu).
- "Criar um jornalzinho do Movimento Amigos do Bairro. As-

sim, podemos divulgar os problemas e as lutas dos bairros" (grifo meu). Esta sugestão evidencia a importância política e educativa do boletim "Encontro". É sintomática a relação dialética existente entre o crescimento do Movimento e a periodicidade regular do boletim; e entre o esvaziamento do mesmo e o fim da periodicidade regular de o "Encontro".

- "Aumentar o número de bairros que participam do movimento. Cada bairro ficou de tentar começar um novo grupo de Amigos do Bairro em algum bairro próximo" (grifo meu).
- "Alguns acharam importante formar uma comissão geral que represente todos os bairros" (grifo meu - sic): sugestão aprofundada no encontro seguinte.

Estas sugestões e decisões manifestam forte militância e vontade de investir no Movimento como um todo.

Em fevereiro de 78, a equipe de saúde da Cáritas, avaliando o caminho trilhado pelo Movimento, nota algumas mudanças importantes:

"Os grupos em cada bairro vão crescendo e se consolidando. Em cima de ações concretas, ainda que pequena. É exatamente esta prática coletiva, ao mesmo tempo transformadora da realidade e do indivíduo, que fornece os elementos para a formação da consciência de que é possível mudar as coisas, e que isso depende da força e da organização que conseguem ter a cada momento.

"O que de início era um movimento circunscrito a cada bairro já adquire proporções de Movimento conjunto dos bairros. Os bairros mais antigos ajudam na organização de novos grupos de Amigos do Bairro; bairros próximos, participam das reuniões um do outro, o que revela a compreensão de que o movimento de

um bairro é também o movimento de todos (grifo meu).

"Já começa a se estruturar uma comissão geral de bairros, representantes de vários bairros, cuja atribuição deve ser a coordenação do movimento" (38).

Há uma percepção, por parte da equipe da Cáritas, "de que um real processo de conscientização não pode se dar à margem de uma prática social. Só através de ações, mesmo que inicialmente pequenas e circunscritas, é possível o indivíduo tomar consciência de que é um agente de mudança" (grifo meu). Esta constatação é indicativa do efeito educativo exercido pelo Movimento sobre seus agentes.

A equipe da Cáritas aponta, nessa oportunidade, os seguintes indícios de que seu trabalho tem avançado:

- "O desempenho dos diversos grupos de Amigos do Bairro no encaminhamento concreto de ações em seus bairros e no conjunto do Movimento;
- "O fato da coordenação do Movimento de Amigos do Bairro começar a ser exercida pelos próprios moradores" (idem).

Já nessa época, em 1978, o setor saúde da Cáritas prioriza os Grupos de Amigos do Bairro:

"A prioridade de nosso trabalho hoje está dirigida para esses grupos de Amigos do Bairro porque:

- "acreditamos que a melhoria de condições de vida desses setores marginalizados da população só será conquistada à medida em que os moradores se grupalizem no sentido de garantir mudanças que beneficiem; (sic)
- "a experiência tem demonstrado que os Grupos de Amigos do Bairro são formas eficazes de articulação da população" (idem).

E referindo-se à assistência médica propriamente dita e à

atuação pedagógica e política que objetiva um processo de conscientização a partir de temas ligados à saúde, a Cáritas afirma:

"Buscando coerência com essa visão entendemos que o tratamento que dispensamos originalmente ao aspecto de saúde está hoje ultrapassado. Dessa forma passamos a encarar a saúde como mais um dos sérios problemas a serem enfrentados, e assim como os demais, terá melhores condições de ser equacionado na razão direta do interesse e participação da população" (idem - grifo meu).

Estão presentes ao 13º encontro, março de 78, 12 bairros de Nova Iguaçu e 2 do Rio de Janeiro. O boletim, como de costume, relata as atividades de cada bairro e as conclusões do tema debatido no encontro. Nessa oportunidade discute-se a propósito duma "Coordenação do Movimento". A expansão, advinda do envolvimento crescente de novos bairros ao Amigos do Bairro, traz a necessidade de lideranças mais formais. Assim o título da matéria, "todos os bairros concordaram com a formação dessa coordenação", destaca o consenso dos bairros em torno da oportunidade de sua formação.

As funções da coordenação são:

- "orientar o Movimento, procurando animar e encorajar os grupos, mas sem dominar;
- promover a troca de experiências;
- visitar os bairros;
- fazer um apanhado dos debates dos encontros;
- estimular a formação de novos grupos de Amigos do Bairro;
- representar o Movimento quando for o caso;
- fazer um jornal informativo dos problemas e das lutas

dos bairros;

- fazer um arquivo central com as experiências de todos os grupos, endereços importantes e outras informações para colocar à disposição de quem precisar;
- fazer cursinhos" (Encontro 13, março 78 - grifo meu).

Nota-se, claramente, que o consenso em torno da necessidade de uma coordenação e o levantamento de suas funções são frutos de uma experiência acumulada pelo Movimento, de uma práxis político-educativa e educativo-política até então. Na verdade, o Movimento está dando um salto de qualidade ao refletir e decidir sobre a formação de uma coordenação. Num sinal de crescimento e maturidade, o Movimento chama a si a responsabilidade pelas tarefas de direção até então exercida exclusivamente pelos médicos e Cáritas Diocesana.

Assim, pouco a pouco, o Movimento caminha para uma autonomia em relação à Cáritas e seus agentes (médicos), para uma direção "legitimada". Até então tem-se uma direção vigente, reconhecida, mas não legitimada (39).

Nessas funções práticas se contemplam as dimensões político-educativa e educativo-política

Historicamente as direções do MAB, quem mais quem menos, acabam "esquecendo" essas funções práticas que criaram um consenso entre direção-base-massa, que criaram o orgânico denominado MAB.

E na composição representativa da coordenação, se reconhece os "Encontros" em Moquetá como o fórum legitimador do Movimento:

- "Cada bairro deve ter um representante na coordenação.
- "Para ter direito a um representante na coordenação, o bairro deve ter participado de pelo menos três encon-

tros.

- "Cada representante deve ser escolhido em seu bairro" (Encontro 13, março 78).

Assim, o MAB forma a sua primeira coordenação formal, constituída de representantes de 8 bairros que atendem aos critérios definidos (40).

O estabelecimento de uma hierarquia é um passo importante para o Movimento, pois permite a expansão do mesmo para além das necessidades imediatas isoladas, e o desenvolvimento dum trabalho de massas com horizontes políticos mais amplos. Outro passo importante neste sentido se dá com o jornal que, aos poucos, se torna o jornal do Movimento. "O Movimento entrara num período de consolidação e rápido crescimento" (SCOTT, 1988: 215).

As reflexões em torno da criação de uma "coordenação do movimento" estão mais do que maduras. Seus efeitos já se fazem sentir no boletim seguinte (Encontro 14, maio 78). A partir de então, nota-se um salto de qualidade no Movimento e no seu jornal. A Cáritas cada vez mais cede espaço aos Amigos do Bairro, a partir de agora ela passa a assinar o jornal apenas como "colaboradora". No cabeçalho do informativo, o Movimento adota o seu nome definitivo: "Movimento Amigos do Bairro" (MAB).

"A partir deste número, nosso jornalzinho entra numa nova etapa. Ele deixa de ser um simples relatório dos Encontros dos Amigos do Bairro para se transformar num informativo geral do Movimento. Sai agora trazendo mais informações e notícias daqui e de outros lugares" (Encontro 14, maio 78 - grifo meu). Na verdade deixa de ser apenas um relatório dos encontros dos Amigos do Bairro, para transformar-se num boletim do MAB.

A seção "notícias dos bairros", passa a veicular notícias

dos bairros, em geral e não apenas dos bairros participantes dos encontros.

Evidenciando os objetivos dessas mudanças, continua o mesmo boletim:

"Assim, esse novo jeito do jornalzinho pretende ajudar o trabalho dos grupos que estão trabalhando e também espalhar as notícias e as idéias dos Amigos do Bairro para quem está 'por fora', ainda sem acreditar na força que pode ter a união dos moradores para melhorar as condições do bairro". Dentro desses objetivos, está a totalidade do processo educativo-político e político-educativo, em busca do consenso dos moradores (41).

Segundo QUEIROZ, essa mudança no "jornalzinho" reflete transformações em três níveis que se interagem:

- "Crescimento do movimento: o estágio a que chega o MAB permite que se lhe coloquem informações e questões que não lhe dizem tão imediatamente respeito;
- "Concepção de jornal da direção do movimento: como instrumento fundamental para a reprodução do movimento e de posições políticas não mais resolve relatar simplesmente os debates dos encontros. É necessário que se levem aos grupos de Amigos do Bairro e aos moradores em geral outras experiências de organização, de luta. O jornal é também um instrumento de articulação do MAB com outros movimentos sociais;
- "A conjuntura política em sua dupla dimensão: nacional e local" (QUEIROZ, 1981: 143): A política de "abertura lenta, gradual e segura" do Presidente; o movimento popular dando mostras de início de rearticulação: após 68, em março de 78 acontece a primeira greve, a "dos braços cruzados", dirigida pelos metalúrgicos de S. Bernardo, e

uma série de greves pelo Brasil. Com a aproximação das eleições para deputados e senadores, também se colocaram em Nova Iguaçu, os debates sobre a anistia, eleições diretas, constituinte (Correio da Lavoura 23-24/07/77). Comemora-se na Câmara Municipal o Dia Internacional da Mulher, com a participação de mulheres e entidades publicamente de oposição (Correio da Lavoura 11-12/03/78). A Igreja posiciona-se cada vez mais politicamente: a CDJP apóia presos políticos em luta pela anistia (Correio da Lavoura 25-26/03/78).

O critério para a publicação de notícias é a afinidade e a proximidade dos movimentos.

Nessa fase, "as associações continuaram sendo o principal instrumento para a organização dos bairros. O MAB coordenou esses esforços, transformando-os num projeto mais coeso, capaz de pressionar o Estado a ser mais receptivo às necessidades da população" (SCOTT, 1988: 215).

O número de 50 participantes do 14º encontro, maio de 78 (18 bairros), evidencia o crescimento quantitativo do Movimento.

Observa-se, neste encontro, que a projeção de um filme sobre a história de uma Associação de Moradores alimenta a dimensão educativo-política e a capacitação dos não-antagônicos. Este recurso pedagógico, "filme-debate", aplicado à prática dos Amigos do Bairro leva os participantes a conclusões interessantes:

A primeira conclusão foi sobre o caráter reivindicativo dos Amigos do Bairro e sobre o caráter pedagógico das soluções locais:

"Embora o papel da Associação e do Amigos do Bairro seja

reivindicar, a solução demora. Enquanto isso a gente pode e deve resolver juntos o pequeno problema. Não para tirar a obrigação da Prefeitura, mas porque assim cria união no bairro. Daí a importância dos mutirões" (Encontro 14 - grifo meu).

A segunda conclusão, apesar de destacar que o "registrar a associação dá mais força às reivindicações", relativiza a força do registro frente à força maior advinda do crescimento do Movimento: "Mas a força maior vem do próprio crescimento do nosso Movimento, para dar uma sacudidela nas autoridades, lembrando que a gente não está dormindo" (idem).

Nas duas conclusões destaca-se a importância da ação concreta, que age sobre a visão política da massa sob influência do MAB e alimenta a contra-hegemonia, frente a uma possível burocratização do Movimento.

Algumas lutas dos bairros, destacadas no jornal, evidenciam o novo ritmo do Movimento. A veiculação dessas notícias acabam reforçando, politizando ainda mais o Movimento.

A notícia, "Vila Norma: moradores lotam a Câmara", é significativa para o Movimento, pois é a primeira vez, depois de anos, que moradores de um bairro fazem um ato mais público: "Quase 100 moradores de Vila Norma compareceram à Câmara Municipal para entregar um memorial denunciando o estado de abandono em que vive o bairro há mais de 20 anos" (idem).

A notícia de que a prefeitura recusara receber um abaixo-assinado do Parque Flora, uma das associações mais ativas, com 1500 assinaturas, declarando que só receberia abaixo-assinados de quem tivesse pago seu imposto predial, causa revolta entre os participantes do encontro bimensal. Apesar disso, naquele momento, avalia-se que ainda não têm força para uma ação comum. Por isso decidem que Parque Flora levará a luta sozinho, apoia-

do pelos demais Amigos do Bairro.

4. Assembléia dos 800 (outubro 1978)

O episódio Prefeitura e Parque Flora acaba tendo repercussão decisiva no interior do MAB:

"Começou a haver uma discussão um pouco mais aprofundada, porque o problema não era o problema de um abaixo-assinado. O pessoal começou a ver que o abaixo-assinado era o primeiro veículo em torno do qual o bairro se organizava. Se a prefeitura barrava aquilo, era uma forma de barrar todos os bairros. Aí(..) se começou a discutir, que aquilo era um problema também geral, não era só do Parque Flora" (Anna Leonor de Carvalho, da coordenação do MAB, depoimento a QUEIROZ, 1981: 146).

Protestando contra a decisão, os moradores do Parque Flora vão à Câmara de Vereadores. O movimento desperta o interesse da imprensa local. Sob pressão, o Prefeito Rui Queiroz acaba retirando, em parte, sua declaração inicial. Em 25 de julho, publica em seu Boletim oficial que "os abaixo-assinados são bem vindos" (Encontro 15, julho 78), mas anuncia que, ao distribuir os recursos públicos, dará prioridade àqueles que tiverem pago os impostos.

O Movimento conquista uma vitória. Pela primeira vez o MAB, através de um bairro, tem visibilidade pública, aparece na imprensa.

O Encontro 15 destaca, ainda, entre as "Notícias dos Bairros":

"Administrador bombardeado na assembléia do Lote 15".

A notícia diz:

"Os moradores do Lote 15, cansados da falta de ônibus, escolas, policiamento, falta de água, saneamento - etc, decidiram fazer uma assembléia dia 22 de julho, às 16 horas, com a pre-

sença do Prefeito". Apesar de ter prometido comparecer, o Prefeito, sem avisar, envia como seu representante o administrador local, que provoca indignação ao afirmar não morar no local.

A maior parte dos bairros presentes a essa assembléia do Lote 15, representados por 70 líderes, ainda não havia participado de nenhum encontro em Moquetá (42). Aliás, com exceção do Jardim Gláucia, nenhum outro bairro que participa dessa assembléia se fará presente à primeira assembléia do MAB, em outubro de 1978. À assembléia do Lote 15 compareceram também representantes do Parque Flora, Piam e Carmari, já na coordenação do MAB.

Esses outros bairros organizados, ainda não presentes aos encontros bimensais em Moquetá, capazes de realizar uma assembléia, a primeira de que se tem conhecimento após 1964, com tal representatividade, vão surgindo na área do Lote 15 onde havia um trabalho significativo da Igreja a nível da Pastoral Operária e das CEBs, com linhas de pensamento e de ação diversos (cf. CHAVERRA, 1985). A Pastoral Operária Diocesana desenvolvia um trabalho popular voltado para o "Mundo do Trabalho", mais a nível das questões sindicais (formação e organização por local de trabalho, categorias, oposições e direções combativas). Embora a direção da Pastoral Operária questionasse a prática dos médicos sanitарistas, conhecida de "outros carnavais" e receasse uma aproximação que poderia levar a direção do MAB a manipular a Pastoral Operária, "o contato com o MAB foi se fazendo mais constante" (entr. Ivo Lesbaupin, 02/92). A base da Pastoral Operária, sensibilizada para as questões sociais, vai se envolvendo nas lutas a partir do local de moradia e se somando ao MAB, atropelando a direção da Pastoral Operária (idem). Por um tempo, o MAB vai comportar uma simbiose e um sincretismo de

concepções em seu interior, pois esses outros grupos de bairros, que já eram notícia no Encontro, paulatinamente acabam se incorporando.

Para protestar contra o tratamento desdenhoso da Prefeitura, no encontro de julho, cerca de 60 pessoas, representando 18 bairros, decidiram convidar o Prefeito para participar de uma assembléia com todos os bairros, a fim de debater seus problemas e reivindicações. Em agosto, essa decisão acabou sendo reforçada por um ato da Prefeitura que passou a exigir o pagamento duma taxa para encaminhar um ofício ou abaixo-assinado (Boletim Especial "10 anos de MAB", dezembro 1991):

"O abandono total dos bairros, as reivindicações pouco ou nada atendidas, a não prestação de contas do poder público, a recusa da Prefeitura em atender os bairros e a ameaça de fechamento do único canal direto de comunicação entre a Prefeitura e os Amigos do Bairro, os quais se recusavam ficar à mercê dos políticos tradicionais e desejavam reivindicar diretamente através da sua própria organização, constituem fatores determinantes da realização da primeira grande assembléia do MAB, em outubro de 1978" (BERNARDES, 1983: 163).

Pela primeira vez, o MAB confronta os bairros com o poder público de forma unificada.

A comissão organizadora da primeira Assembléia do MAB, que passara a funcionar como Coordenação do Movimento, convida o Prefeito Rui Queiroz a marcar a data da mesma. O Prefeito marca a Assembléia para 14 de outubro de 1978.

O processo de discussão e preparação da Assembléia contribui muito para o crescimento do MAB. Com a divulgação realizada pelo próprio Movimento e pela imprensa local, o trabalho se alastra rapidamente. Muitos bairros se organizam para partici-

par do evento, novos bairros se somam aos já organizados no MAB (43).

Durante dois meses procura-se discutir com os moradores e preparar os memoriais de reivindicações de cada bairro organizado no MAB. Ao mesmo tempo, busca-se divulgar a assembléia em outros bairros, onde já há iniciativas de organização dos moradores ou onde contatos com lideranças locais já vêm sendo travados:

"A intensa propaganda foi um fator que muito contribuiu para a adesão dos bairros não diretamente atingidos pelas lideranças do MAB e, independentemente da influência das mesmas, organizaram também seu memorial de reivindicações" (BERNARDES, 1983: 164 - grifo meu)

Com base nas reivindicações, presentes no Movimento desde o seu início, a comissão prepara um "memorial ao Prefeito de Nova Iguaçu". O memorial é lido nos bairros, discutido, aprovado e assinado por 34 bairros em diferentes estágios de organização: "moradores", "amigos do bairro", entidades formais como "centros comunitários", "sociedade amigos de bairro" (44) (cf. Anexo 2, quadro I, coluna 6, os 34 bairros que subscreveram o memorial).

À assembléia, realizada no Centro de Formação de Líderes, em Moquetá, comparecem cerca de 800 moradores de Nova Iguaçu, representando 38 bairros, além de representantes da Rocinha, Catumbi, Vidigal, Vila Aliança e Campo Grande.

O Prefeito não se faz presente. Representando-o estão seu secretário de Planejamento, Silvio Ferreira, e o então líder do Governo na Câmara, Adjovaldo Silveira. O deputado Francisco Amaral (MDB) e a Comissão Diocesana de Justiça e Paz (CDJP) também comparecem.

Quatro moradores, formando a mesa, conduzem a assembléia.

A palavra só é dada às autoridades após terem ouvido às reivindicações dos bairros. Fato político-educativo considerado fundamental pelo MAB: "um trabalho político, uma inversão dos papéis" (depoimento de Bráulio Rodrigues, da coordenação do MAB, a QUEIROZ, 1981: 149).

Na conclusão da assembléia, o MAB apresenta como **"proposta"** geral do Movimento: "Que o Prefeito assumisse o compromisso de receber quinzenalmente, em dia, hora e local fixos, qualquer comissão de bairro que quisesse levar suas reivindicações ou cobrar os compromissos assumidos, sem necessidade de audiência ou de ir com político" (Encontro 16, outubro 78).

Trata-se de uma proposta decisiva para o Movimento no combate ao clientelismo vigente no Município. A aceitação da audiência pública garantiria um canal direto de reivindicação dos moradores à Prefeitura, um elemento fundamental para a organização dos moradores e para a elucidação cada vez mais direta do caráter do poder público municipal:

"Antigamente a associação, o morador, ou qualquer pessoa que quisesse fazer um abaixo-assinado, tinha que chegar no protocolo da Prefeitura, pagar uma taxa, e não tinha como falar com o representante do governo. O negócio ficava muito a nível pessoal, as reivindicações dos moradores eram recebidas por meio de vereadores. E as organizações de massa não tinham forma de dialogar ou de pressionar as autoridades. O MAB, juntando as associações numa primeira assembléia colocou isso como uma exigência ao poder municipal. Era assim uma forma de oficializar a presença das associações dentro do contexto de Nova Iguaçu. Elas não queriam ficar na dependência de ter que colocar o seu pedido na mão do Vereador para daí chegar ao governo a fim de

conseguir alguma coisa. Elas queriam reivindicar diretamente" (depoimento de Enock Cavalcanti a BERNARDES, 1983: 164).

Dessa forma, o MAB busca solapar o clientelismo muito presente na política iguaçuana:

"Era o Prefeito, o deputado, o vereador, o cabo eleitoral que distribuíam favores para a base. E o MAB pensou que deveria quebrar esse esquema, obrigar as autoridades. Funcionava como grupo de pressão, obrigando as autoridades. O MAB funcionou como grupo de pressão para quebrar esse esquema e fazer uma política de pressão mais direta. E a força do MAB estava na articulação das várias associações. Exigindo do Prefeito a prestação de contas, obrigando a Prefeitura a criar órgãos de atendimento específicos às associações. E foi difícil para o Prefeito porque no início não tinha jogo de cintura para saber lidar com essa realidade nova, a organização popular" (entr. Ugo Paiva 17/12/91).

"A repercussão foi muito grande (...) Em 78 não se fazia grandes manifestações de massa quando era ditadura, repressão. E esse encontro foi significativo (...) Já começou a ser uma forma de pressão. As associações de bairro, os bairros que não tinham associação também, começaram a sentir que havia aí uma coisa útil pra eles, uma força que estava surgindo. Tanto que essa assembléia foi no final de 78 e nova assembléia foi feita em julho de 1979 com 3 mil pessoas. Um salto de 700/800 para 3 mil pessoas em 9 meses" (entr. Ivo Lesbaupin, 02/92).

A assembléia é a primeira manifestação conjunta, com uma primeira reivindicação geral dos bairros. Do "esgoto para um bairro" passa-se a pleitear um canal direto com a Prefeitura para os moradores de todos os bairros. O MAB reivindica seu reconhecimento como interlocutor do Governo Municipal.

O secretário de Planejamento marca na assembléia um encontro com o MAB, a realizar-se seis dias depois, para dar a resposta do Prefeito.

No editorial do Encontro 16, a coordenação interpreta o significado da assembléia: "Para nós a assembléia não é o fim. Muito pelo contrário, ela é vista como ponto de fortalecimento, como dose de energia na continuação das lutas, no aumento das forças nos bairros para poder exigir os nossos direitos" (grifo meu).

Após a assembléia, a prioridade imediata do MAB é concretizar a audiência quinzenal "com o objetivo de termos um diálogo com a administração Pública" (grifo meu).

Sem fornecer resposta precisa, a Prefeitura obriga o Movimento a reunir-se amiúde. Não são mais encontros bimensais, nem reuniões de coordenação. As avaliações sobre a força do Movimento para conquistar aquele canal são as mais diversas. Temporariamente desorganizado e sem perspectivas imediatas de ação, insistindo, além disso, na reivindicação, o Movimento se desgasta (cf. QUEIROZ, 1981: 154).

Somente em 7 de dezembro de 1978, após 7 idas à Prefeitura e dois meses de muito desgaste para o Movimento, dá-se a primeira audiência a qual passa a ser feita todas as quinta-feiras, pela manhã (Encontro 17, fevereiro 79). A partir de então, a questão da audiência pública junto à Prefeitura, acaba tornando-se objeto de disputas entre o MAB e os Executivos Municipais que se sucedem em Nova Iguaçu, até 1993.

"O centro de gravidade do MAB passa a ser constituído, basicamente, pelas audiências semanais na Prefeitura. São arrastados, para elas, o maior número de bairros que ali se somavam numericamente, porém reivindicavam fragmentariamente, pois cada

bairro continuava levando seu próprio pacote de reivindicações. Cabe ressaltar que, assim como antes da Assembléia dos 800 não se observava maior preocupação em se selecionar e unificar reivindicações a partir das prioridades estabelecidas pelos bairros. Nesta fase tal procedimento persiste" (BERNARDES, 1983: 170).

"Toda semana, de manhã, às quintas-feiras, a gente tinha audiência com a Prefeitura e lá cada bairro reivindicava, 20 bairros, 25, 30 às vezes. Quer dizer, passa a ser um trabalho mais de aperto da Prefeitura" (depoimento de Nelson Nahon, da Coordenação, a BERNARDES, 1983: 171).

Em fins de 1978, na Avaliação e Planejamento 78/79 do "Programa de apoio ao Amigos do Bairro", a equipe da Cáritas relata a situação concreta do programa. Ao caracterizar os grupos de Amigos do Bairro, afirma:

"São grupos que se constituem para lutar por melhorias no bairro. Nesse sentido uma das características dos grupos é a existência de diferentes e até divergentes concepções; diferentes maneiras de enxergar o próprio grupo. É portanto um instrumento de natureza ampla, que comporta no seu interior desde um cabo eleitoral, até aqueles que enxergam um pouco além da luta imediata por melhorias no bairro" (grifo meu).

E continua: "A existência dessas diferentes concepções confere ao movimento uma riqueza muito grande resultante da interação das diferentes posições, e o situa como um instrumento de amplitude grande. Isso propicia uma participação cada vez mais extensiva dos moradores" (sic).

A propósito dos Encontros Bimensais entre os Grupos de Amigos do Bairro para troca de experiências, a equipe da Cáritas (agentes), naquela oportunidade levantava dois efeitos edu-

cativos sobre o conjunto dos bairros:

- "Ajuda efetivamente os bairros a encaminharem suas reivindicações" (efeito pragmático).
- "É um momento em que as experiências localizadas ultrapassam os limites do bairro e se estendem a um conjunto. As experiências mais significativas de alguns bairros são capitalizadas para o conjunto dos grupos. As vivências que se dão de maneira isolada, mas que se repetem nos diferentes grupos encontram um local de expressão, produzindo a nível do Movimento algumas formulações de ordem geral. Por exemplo: a presença do político, ou seja a autonomia do Movimento com relação aos políticos; a importância de todos participarem independente de religião, já que a luta é de todos os moradores. Questões estas que são incorporadas pelo conjunto como princípios do Movimento" (grifo meu).

Note-se aqui que os Encontros Bimensais exercem sobre o MAB nascente um processo educativo-político muito importante. A partir deles, ainda que não em profundidade, cada grupo de Amigos do Bairro, assim como o seu conjunto, vai se capacitando para a luta contra os antagônicos e se politizando:

"À medida em que os diferentes grupos de bairro desenvolvem uma prática de enfrentamento da realidade, e ao mesmo tempo integram isso a um conjunto maior (através do intercâmbio de experiências, e de uma unidade em torno dos objetivos comuns) o Movimento vai adquirindo uma vida própria", vai adquirindo autonomia. "Com isso vai definindo um modo mais adequado de ação, com seus mecanismos de coordenação e atuação" (idem).

Naquela oportunidade a equipe da Cáritas aponta como expressões dessa autonomia do Movimento:

"A dinâmica própria de funcionamento de cada grupo. Alguns já são Associações de Moradores legalizadas, registradas, e grande parte são grupos não tão formalizados mas que têm algumas pessoas que tomam a si o pensar o trabalho no seu bairro, as formas de ampliar a participação, a reflexão e o debate em torno da prática que vem sendo desenvolvida" (ibidem - grifo meu).

"A coordenação do Movimento que é um (1) representante de cada bairro (escolhido no próprio bairro). Essa coordenação tem como função a discussão, o debate das questões mais gerais do Movimento, a distribuição de material para os grupos, a discussão sobre os rumos do Movimento" (ibidem - grifo meu).

A coordenação "funciona também como um ponto de referência do conjunto para cada grupo em particular. Para isso é imprescindível estar profundamente relacionada com o dia a dia dos grupos" (ibidem - grifo meu).

Com o tempo, vê-se que a coordenação já não está profundamente relacionada com o dia a dia dos grupos. Muito pelo contrário, vai-se criando um vazio entre direção-base-massa. Consequentemente, o Movimento se enfraquece.

Continuando a Avaliação, a equipe da Cáritas destaca o avanço do processo político-educativo e educativo-político do Movimento:

"Ao se organizarem para enfrentar os problemas mais imediatos do bairro, os grupos se colocam numa dinâmica de interação com a realidade. Realidade essa que abrange desde a prática coletiva de discussão nos grupos, ao aprimoramento dos mecanismos de decisão e execução, a experiência de lidar com políticos, cabos eleitorais, a discussões de como tornar o Movimento mais forte, até o enfrentamento direto com os Poderes Públicos.

Toda essa experiência, que até então se dava de maneira fragmentária, esporádica passa a se dar de maneira mais permanente e coletiva. Esse processo vai dando elementos para o surgimento de uma consciência mais abrangente de sua luta" (ibidem).

Embora detecte que nesse processo "vão se destacando pessoas que enxergam de maneira mais global o Movimento", a equipe da Cáritas percebe que essa prática acaba sendo insuficiente "para dar conta de novas questões que, em parte, foram postas por ela" (ibidem).

E aqui surge a figura do intelectual orgânico: "Nesse momento ganha importância o papel dos agentes no interior do Movimento: como veiculador de informações, como ponte para estabelecer o entrosamento com os diferentes grupos, como viabilizador de subsídios e dados importantes que signifiquem inclusive um substrato para um salto do Movimento. É todo um conjunto de atividades que se dão em caráter de assessoria ao Movimento, e que dificilmente teriam condições de surgir espontaneamente" (ibidem).

"Esse papel só será desempenhado eficientemente à medida em que esse trabalho se dê de forma subordinada às necessidades do Movimento. E subordinado no sentido de que essa assessoria só se justifica, e só será eficaz à medida em que retornar e se reproduzir no interior do Movimento. Enfim que seus frutos se reflitam no conjunto do Movimento" (ibidem).

É a partir dessa exigência de alimentar a dimensão educativo-política do Movimento que se coloca para a equipe da Cáritas, intelectual orgânico do MAB, a necessidade de "contribuir com subsídios (contribuição essa que passa inclusive a ser solicitada e definida pelo próprio Movimento). O que se daria numa linha de fornecimento de materiais de outras experiências,

no estímulo aos debates coletivos, a reflexão sobre a prática desenvolvida" (ibidem).

Nesse sentido, no seu programa de apoio ao Movimento, a Cáritas programa para 1979 uma atuação nas linhas do treinamento e da avaliação periódica:

"O sentido do treinamento é contribuir para a cristalização de uma visão abrangente do universo em que se movimentam os grupos. Aprofundar o debate em torno de questões que estão estreitamente ligadas às práticas dos grupos, e dar um conteúdo maior a essa prática. Por exemplo:

"Dados sobre a realidade do Município: saneamento, educação, saúde e condições de vida.

"Estrutura do Poder Público: Legislativo, Executivo -- suas atribuições.

"Como a população contribui para a receita do Município -- impostos diretos e indiretos.

"Estimular a avaliação periódica em cada grupo em particular, no sentido de se estar permanentemente refletindo sobre a prática.

"Estimular o debate a nível da coordenação sobre os rumos do Movimento, a necessidade de discussões coletivas e resoluções coletivas. No sentido de favorecer decisões democráticas e que esse comportamento se reproduza em cada grupo" (ibidem).

A assembléia de 1978 acaba inaugurando um novo período no desenvolvimento do MAB, período marcado por uma participação mais ampla, por uma maior visibilidade pública, por uma forte repercussão na conjuntura política local e no movimento popular e por vínculos mais fortes com os políticos locais e com a imprensa. Essas relações aumentam o impacto do Movimento.

No entanto, o crescimento quantitativo do MAB que, num

curto espaço de tempo, dobra o número de bairros, apanha de surpresa as suas lideranças que ficam durante algum tempo desorganizadas, sem saber muito que direção dar ao Movimento. Tal situação demanda mudanças na sua estrutura organizativa para melhor dar conta da expansão atingida pelo Movimento como também fazer frente às novas tarefas colocadas: as Audiências Públicas e a ampliação do Movimento exigem uma estruturação, menos amadora e experimental, que responda às novas exigências.

Assim, em janeiro de 1979, o MAB define a sua regionalização. E, a partir de fevereiro, passa a contar com quatro Regionais, que funcionam, cada um, como o próprio MAB anteriormente: encontros de grupos de moradores de diversos bairros, com troca de experiências e discussões gerais.

"Porque os regionais? essa divisão foi decidida porque o Movimento cresceu muito desde a assembléia. Hoje contamos com a participação de mais de 40 bairros filiados, e a divisão por Regionais vai ajudar na troca de experiências em permitir um maior entrosamento entre os bairros, além de incentivar os grupos novos" (Encontro 17, fevereiro 79 - sic).

Os Regionais contam com equipes responsáveis pela preparação de seus encontros, compostas por membros da coordenação e de moradores da área que se dispõem a integrá-las. A regionalização também impõe uma articulação firme, de modo a manter a unidade do Movimento (cont. p. 165).

Buscando atender às exigências do estágio do Movimento, ainda em janeiro de 1979, "numa reunião onde estavam representantes de 26 bairros", após debater funções e critérios, elege-se a primeira Coordenação formal do MAB, composta por 13 membros (45) "para orientar e dar conta das tarefas do Movimento no seu conjunto" (Encontro 17).

A Coordenação passa a se reunir semanalmente. Já não se trata duma representação por bairros, mas duma representação e direção do próprio Movimento como um todo. Os eleitos são aqueles que, desde a preparação da assembléia até a conquista efetiva das Audiências Semanais, se mostraram os mais combativos e mais comprometidos com o Movimento (46). Vemos aqui o perigo, para o MAB, de muitos bairros não se sentirem contemplados, o perigo do distanciamento direção-base-massa.

Pela primeira vez, o boletim "Encontro" não é reflexo de um encontro bimensal dos Amigos do Bairro, nem cumpre a mesma regularidade bimensal de publicação: entre os Encontros 16 e 17 há um espaço de 4 meses.

Evidentemente essas mudanças organizacionais e políticas acompanharam a expansão do Movimento e as mudanças na política nacional.

Quando se elege a nova Coordenação do MAB, já se observa indícios de dissidência no interior do Movimento, fruto das diferentes concepções já identificadas pela equipe da Cáritas. A notícia que segue ilustra bem:

"Sentindo que o estágio atual da luta não tem lugar para oportunistas e vacilantes, como vem ocorrendo, muitos líderes comunitários estão se articulando no sentido de criar uma coordenação forte, desligada da Cáritas para poder depurar o Movimento Comunitário de representações fictícias ou embrionárias que na realidade não representam e até desfiguram, a qualidade da luta" (Correio da Lavoura, 23-24/12/78).

BERNARDES afirma: "Vimos a saber mais tarde que tal notícia era induzida por participantes de um grupo de Amigos do Bairro (Conselho Comunitário do Jd. Boa Esperança) que, a partir da reformulação partidária, havia ingressado no hoje extin-

to Partido Popular, e que objetivavam atrelar o MAB a uma política clientelista" (1983: 169).

Segundo Queiroz, "a causa que está no fundo dessa divergência, na verdade é a prática cupulista do Centro, que se choca com a do MAB" (1981: 187 - grifo meu).

"O Centro, na busca de solução para problemas do bairro, privilegia contatos de cúpula -- seu presidente com autoridades, políticos etc --, em detrimento da ação coletiva dos moradores. Às vezes consegue os objetivos, devido às articulações pessoais de seu presidente" (idem).

"O MAB tem proposta inversa: ainda que buscando contatos de cúpula, procura principalmente a mobilização e organização massiva. A representatividade real, o poder de mobilização, a participação cada vez maior dos moradores na luta por seus interesses -- ponto de partida para a participação mais efetiva -- são objetivos primordiais perseguidos pelo MAB, desde que considera que os problemas dos bairros só serão resolvidos com pressão da massa" (ibidem).

Em junho de 1979, esse grupo tenta constituir, entre vários bairros, uma "Comissão de Mobilização Comunitária (...) primeiro passo concreto para que as comunidades possam enfrentar a omissão das autoridades públicas municipais" (Correio da Lavoura, 16-17/06/79). Essa comissão, no entanto, não chega a ter uma vida real junto aos moradores. Assim, o Centro Comunitário acaba assinando o manifesto da Assembléia dos 3000, em julho de 1979. Seu presidente, ainda que persistisse na afirmação da dependência do MAB à Igreja, faz autocrítica de sua oposição à Igreja. Diz ele: o "contexto real de suas possibilidades" é sua ligação direta com "a atual política social da Igreja católica". Assim ele retira "a utópica proposta de transfor-

mar a coordenação atual, exercida majoritariamente por pessoas vinculadas à Cáritas Diocesana, em federação independente de tais vínculos com a Igreja" (Correio da Lavoura, 14-15/07/79).

Outras concepções acerca da condução do Movimento já se delineiam, mas ainda não se confrontam de forma mais contundente.

"Nesse momento alguns problemas fundamentais agudizam-se no Movimento, a saber: o descompasso entre um número significativo de bairros, que dependiam diretamente de uma assessoria mais contínua para o desenvolvimento de um trabalho de organização em seus bairros e um número reduzido de lideranças capacitadas disponíveis. Isto representava uma sobrecarga de atribuições para as mesmas incumbidas de realizar tal assessoria, resultando num maior afastamento de seus próprios bairros, repercutindo em termos de perda de qualidade do trabalho local e de sua continuidade" (BERNARDES, 1983: 170).

Essa escassez de lideranças capacitadas tem sua origem na desatenção da direção do MAB e de seus intelectuais orgânicos frente ao processo educativo-político, frente à formação-capacitação das lideranças do MAB para a luta contra-hegemônica. Não se observa, por parte do MAB, talvez devido às exigências conjunturais de então, uma atenção maior aos diversos estágios de organização em que cada bairro se encontra, nem aos diversos níveis de capacitação-politização de suas lideranças. Embora a equipe da Cáritas, ciente disso, já tomasse as providências necessárias -- como seu programa de apoio ao Movimento para 1979 indica -- tudo leva a crer que a Cáritas já sente, naquele momento, reduzida a sua influência no Movimento. O certo é que não há formação-capacitação de suas lideranças, principalmente das lideranças na base, nas AMs.

Nos inícios de 1979, desencadeiam-se duas lutas que terão significado especial para o MAB: a luta da taxa escolar (cf. p. 98 s) e a dos Conjuntos Habitacionais.

4.1. Movimento dos Conjuntos Habitacionais

Na história de Nova Iguaçu o movimento dos conjuntos habitacionais do BNH, é sem dúvida, a luta por serviços urbanos de maior dimensão.

O movimento nasce e se desenvolve paralelamente ao MAB, embora com seu apoio. Já nos inícios de 1978, as financeiras (UNIBANCO, APEX, Cofrelar etc) que passam a intermediar o financiamento, começam a despejar os moradores dos Conjuntos Habitacionais em situação irregular (muitos não haviam conseguido acompanhar as correções trimestrais das prestações), mas o MAB faz uma primeira referência a essa questão somente em outubro de 1978:

"A Associação de Moradores do Conjunto Residencial Canetas Compactor foi criada pelos moradores para resistir à ameaça de despejo" (Encontro 16, outubro 78 - grifo meu).

A expressão política desse movimento se deve não somente ao número de moradores afetados (47), às manifestações massivas e ao envolvimento de personalidades e entidades (48), como também ao seu inequívoco questionamento da política nacional de habitação.

Em maio de 78, uma comissão de moradores do Jardim Esplanada procura a CDJP para denunciar o despejo violento de 95 famílias em abril e pedir o apoio. Em junho moradores do Conjunto Compactor denunciam a ameaça de despejo. Em outubro, apoiados

pela CDJP, estes conseguem sustar o despejo e abrir negociações com o BNH.

"A partir disso, e sabendo da notícia de que havia cerca de 3500 mandados de despejo transitando no Fórum de Nova Iguaçu, os moradores de vários conjuntos resolveram se organizar. O Movimento Amigos do Bairro resolveu assumir a luta, assim como a Comissão Diocesana de Justiça e Paz" (Encontro 18, maio 79).

Desde fevereiro de 1979, com a ajuda do MAB e o apoio da CDJP, os moradores da maioria dos conjuntos ameaçados (49) vêm se mobilizando e formando comissões para resistir aos despejos (cf. Encontro 18).

Em 7 de abril de 1979, cerca de 200 representantes dos conjuntos mais ameaçados, num encontro convocado pelo MAB, formam uma Comissão Geral dos Conjuntos que passa a coordenar e dirigir a luta, ajudada pela Coordenação do MAB e apoiada pela CDJP (Encontro 18). Decidem, ainda nesse encontro, elaborar e levar um "abaixo-assinado gigante ao Presidente da República e outros órgãos federais..." e "que os deputados mais comprometidos com a causa popular formem uma frente parlamentar de apoio ao movimento..." (nota da Comissão Geral dos Conjuntos e MAB, 10/04/79).

A nota conclui apresentando como objetivos imediatos da luta:

- "Pela suspensão imediata dos despejos.
- "Pelo direito de os atuais moradores comprarem suas casas por um preço acessível" (idem).

Em maio, antes mesmo de se implementarem as decisões deste encontro, os despejos são suspensos, por compromisso assumido pelo BNH e pelo UNIBANCO (principal financiadora), diante dos deputados do MDB Francisco Amaral, Jorge Gama e dr. Paulo

Amaral, da CDJP.

Outra nota da Comissão Geral e do MAB, de 27 de maio -- "Começa uma nova etapa na luta" -- além de capitalizar a vitória da suspensão dos despejos, afirma: "É hora de mais trabalho e é hora também de apresentar propostas concretas para o plano comunitário. E para que esse plano satisfaça a todos é preciso que se conheça a situação real de todos os imóveis dos conjuntos". Assim as comissões dos conjuntos começam a fazer um levantamento sócio-econômico de todos os moradores com o objetivo de elaborar um plano de pagamento, de acordo com as possibilidades de cada um (Encontro 20, novembro 79).

Num processo participativo, educativo e mobilizador a partir de seus interesses imediatos, mutirões de moradores dos conjuntos, levantam rapidamente os dados buscados (Encontro 19, agosto 79).

Nesse período acontece a segunda assembléia do MAB, em 15 de julho de 1979. A assembléia se manifesta frente à situação dos conjuntos denunciando:

"Essa situação foi criada pelo sistema injusto e extorsivo de financiamento que, sendo mais voltado para os interesses econômicos das financeiras se torna inviável para o trabalhador" (Manifesto de Protesto do Povo de Nova Iguaçu).

O movimento dos conjuntos vai crescendo e obtém vitórias significativas. No entanto, apesar das afinidades entre as lutas e do apoio concreto do MAB, os movimentos não se fundem, os moradores dos conjuntos não se organizam no interior do MAB.

Segundo Bráulio, membro da Coordenação do MAB incumbido de acompanhar permanentemente esse movimento, isso se dá porque a única questão que interessa àqueles moradores, naquele momento, é a garantia da permanência em suas casas (cf. QUEIROZ, 1981:

169):

"O MAB travava luta com a Prefeitura e tinha um nível de organização bastante superior. As diferenças concretas das lutas de massa, no momento, aliadas à pouca politização e experiência daqueles coordenadores do MAB, impediam que os movimentos se fundissem" (Bráulio Rodrigues, depoimento a QUEIROZ 1981: 170).

"Entretanto, as desigualdades objetivas entre as lutas e a relativa debilidade política da Coordenação do MAB não parecem ser os únicos fatores que determinam o desenvolvimento paralelo de movimentos essencialmente semelhantes -- moradores reivindicando ao poder público melhores condições de equipamentos de consumo coletivo" (QUEIROZ, 1981: 170). De acordo com Queiroz, há indícios de que essa não fusão dos movimentos se deve também à divergência entre o MAB e a Comissão Diocesana de Justiça e Paz, órgão com acentuada presença no movimento dos conjuntos, desde o início.

A Comissão Geral continua a se reunir semanalmente para discutir o encaminhamento de sua luta, enquanto a comissão formada pelos parlamentares e representantes do MAB e da CDJP mantém entendimentos de cúpula com o presidente do BNH.

No início de outubro, "em reunião da Comissão Geral dos Conjuntos, as diferenças entre as concepções do MAB e da CDJP se evidenciam. Para exigir do BNH a regularização definitiva da situação dos moradores, o MAB privilegia a pressão de massa, propondo uma grande assembléia, e a CDJP propõe que se prossiga mantendo as negociações com o BNH, uma vez que o movimento obtivera vitórias" (QUEIROZ, 1981: 198).

Assim o MAB e a CDJP disputam o direcionamento do movimento dos conjuntos. Embora nessa ocasião seja vitoriosa a posição

da CDJP, novos despejos e a lentidão do Governo Federal em "dar uma solução social ao problema" (Encontro 20, novembro 79), levam as Comissões de Moradores dos Conjuntos, o MAB e a CDJP a convocarem uma assembléia dos conjuntos.

À essa assembléia, em 11 de novembro de 79, comparecem cerca de 3 mil moradores, representando um total de 16 conjuntos. A faixa "BNH sim, financeira não" afixada à mesa e as manifestações explicitam a crítica da assembléia à política habitacional do Governo Federal.

As pichações em três igrejas de Nova Iguaçu, ofendendo e ameaçando o "bispo comunista", na semana da assembléia, contribuem para politizar a mesma.

Em 7 de abril de 1980, o presidente do BNH assina a resolução nº 66/80, autorizando as financeiras a renegociarem os imóveis, sem entrada, beneficiando os 23 conjuntos habitacionais da região (Encontro 22, julho 80).

Numa reunião, em 15 de julho, entre a Comissão dos Conjuntos e a diretoria do BNH, se constitui um grupo integrado por um morador de conjunto habitacional de Nova Iguaçu, e do Rio, por um representante de financeira e pela diretoria do BNH, que fica encarregada de disciplinar a portaria nº 66/80 que continua em vigor (idem).

Até o início de 1981, após 2 anos de luta, os moradores dos Conjuntos há conseguido a suspensão dos despejos e 5.277 famílias comprado seus imóveis (Encontro 26, maio 81).

Entre outros motivos, a Comissão Geral dos Conjuntos credita essa vitória à "união de todos os moradores, fruto dum acelerado processo de conscientização" (Convocatória para a assembléia de 03/05/81).

Em maio de 81, cerca de 300 moradores, representando 16

associações de conjuntos de Nova Iguaçu, em assembléia com autoridades, buscam solução para outras 15 mil famílias que ainda não haviam resolvido sua situação (Encontro 26, maio 81).

Apesar dos acordos com o BNH, as financeiras ainda continuam com ações de despejos. Uma delas, em 24 de agosto, no conjunto Grande Rio e outra no dia 4 de setembro, no Monte Líbano, são barradas pelos moradores.

O MAB vai reduzindo sua presença nessa luta. A partir de então a luta dos mutuários do BNH adquire um caráter nacional e se concentra, a nível do Estado do Rio, na FAMERJ, apoiada pelo MAB, e noutras federações estaduais e nacionais.

Os aumentos abusivos das prestações e a política habitacional do Governo levam cerca de 1500 pessoas a realizarem, em 1º de julho de 83, um ato organizado pela FAMERJ à frente do edifício do BNH no centro do Rio de Janeiro. O MAB envia cerca de 350 pessoas.

A luta dos mutuários do BNH ganha caminhos próprios e o MAB se afasta paulatinamente. A questão da habitação popular será retomada pelo MAB, federações da Baixada e FAMERJ, articulada ao saneamento básico, a partir de 1988, em decorrência da grande enchente de fevereiro (cf. p. 171 ss).

No bojo da luta pela habitação popular, o MAB faz, em meados de 1981, uma primeira referência ao Mutirão Urbano de Nova Aurora:

"Cerca de 2 mil pessoas que ganham abaixo do salário mínimo (...) vêm lutando e se organizando para conquistar um lote onde possam abrigar suas famílias". Esse grupo "descobriu que a Prefeitura possui, em Nova Aurora, uma área ociosa e que dá para abrigar mais de 2500 famílias". Diante disso "foi formada (...) uma comissão, com o apoio do Bispo e da CDJP, para exigir

do Prefeito a doação desta área àqueles que dela necessitam (..). Já se conseguiu que o Prefeito fizesse um projeto de dividir as terras, em convênio com a Caixa Econômica, através de lotes e casas populares, que terão como pagamento apenas uma taxa simbólica" (Encontro 27, junho 81). O projeto de loteamento "consta de 927 lotes, 1.100 moradores inscritos" (Encontro 29, agosto 81).

Dia 18 de agosto acontece uma reunião no Centro de Formação da Comissão de Moradores, a CDJP, D. Adriano Hypólito, o Prefeito Rui Queiroz, o BNH, a CEF para acerto dos detalhes do projeto.

E o MAB não publicaria mais nada a respeito deste mutirão, que até hoje repercute no Município e fora dele. Uma das lideranças desse mutirão, Laerte Bastos, então no PDT e hoje no PSDB, estará liderando a ocupação rural de Campo Alegre, outro mutirão que recebeu forte apoio e incentivo do Bispo e da diocese de Nova Iguaçu (cf. p. 165). Seria a questão partidária impedindo uma maior presença do MAB?

5. Assembléia dos 3000 (julho 1979)

No entanto, a principal luta do MAB nessa etapa (1979) é seu confronto com a Prefeitura e a consolidação do canal por ela aberto: a audiência pública:

"Para isso a coordenação visita os bairros, estimulando os moradores a formarem comissões para levar suas reivindicações. Convida a imprensa para assistir e divulgar as audiências. E define sempre pelo menos duas pessoas para orientar os moradores no contato com o poder municipal" (QUEIROZ, 1981: 170).

A rotina das audiências torna-se, desde o princípio, uma contenda permanente entre dois pólos opostos -- Movimento e poder municipal --, ambos inexperientes e necessitando urgentemente estruturarem-se para enfrentar a nova situação

O Movimento ainda é bastante heterogêneo a nível de mobilização e organização. Isso acaba favorecendo a política da Prefeitura que, apesar do seu desgaste, não atende às reivindicações dos moradores:

Se antes usava a tática do apadrinhamento político para fins eleitoreiros na realização de algumas obras, a título de favor, agora tenta evitar comissões e muita gente no gabinete, sondando quem são os cabeças e até cooptando pessoas. Depois da assembléia dos 800 "mudavam constantemente o pessoal da secretaria para confundir as pessoas, protocolavam e engavetavam processos, informavam mal, enrolavam, procuravam desgastar e desorganizar o pessoal e não resolviam nada alegando falta de verbas, ou então faziam obras pela metade" (depoimento de Brandão a BERNARDES, 1983: 172).

E o MAB utiliza essa situação para deslegitimar o governo municipal, tornando públicas as reiteradas falhas do Governo em

cumprir suas promessas, o desrespeito pelos participantes do MAB, os escândalos financeiros que cercam a administração e suas falhas no atendimento às necessidades da população. Em resposta a esse "descaso dos governantes", descaso que leva o Movimento a desgastar-se, o MAB decide realizar uma outra assembléia.

No editorial "povo quer assembléia monstro", a Coordenação reconhece que "a tentativa de solucionar os problemas através do diálogo não foi levada a sério pela Prefeitura" (Encontro 18, maio 79 - grifo meu). Por isso, "depois de várias sugestões dos bairros e regionais, o Movimento concluiu que uma nova assembléia deverá ser realizada" (idem). O caráter dessa assembléia, continua a Coordenação, será de "protesto pelo não atendimento das reivindicações feitas até agora" (ibidem - grifo meu).

Nesse momento, é nítida a vontade do MAB de pressionar a administração municipal.

Segundo BERNARDES, "a decisão de se realizar esta segunda assembléia por parte do MAB, revestia-se mais de um caráter estratégico, já que o Movimento estava praticamente encerrado nas idas às audiências semanais da Prefeitura, sem obter quase nenhum resultado. Por essa razão, tenta-se exercer uma pressão pública de forma mais ampliada e contundente, que causasse maior impacto à Prefeitura" (BERNARDES, 1983: 175).

Apesar dessa decisão estar fundamentada em sugestões dos bairros e dos regionais, percebe-se que o Movimento vai, paulatinamente, descuidando seu caráter educativo-político. A Coordenação, enquanto direção, vai se fixando no ativismo da luta política, reivindicativa (polo político educativo) e no imediatismo. Não há por parte do Movimento, nem de sua direção, cla-

reza na maneira de encaminhar a luta a médio e longo prazos. Aliás nem se coloca essa questão. A direção já não manifesta qualquer preocupação com o processo de fundamentação e capacitação dos militantes e lideranças do MAB (não-antagônicos) para a luta contra os antagônicos: processo educativo-político. A tônica do Movimento se reduz à mobilização massiva, a massa ainda permanece objeto, agora da direção "com maior visão" (Vanguardismo). A vanguarda é a consciência da massa.

Ao contrário da primeira em que coube ao Prefeito marcar a data da assembléia, nessa é o Movimento quem marca, para o dia 15 de julho de 1979.

Durante dois meses todo um esquema de mobilização é montado, distribuem-se tarefas, movimentam-se as comunidades, desenvolve-se ampla propaganda com distribuição de cartazes, notas, entrevistas e se convoca a imprensa.

Nessa etapa, a relação estabelecida no Movimento entre direção-base-massa é particularmente interessante: "Não havia, em sua organização, uma instância deliberativa intermediária: apenas a Coordenação decidia os rumos do MAB" (QUEIROZ, 1981: 174 - grifo meu).

É nítida a preocupação da Coordenação com a expansão quantitativa do Movimento, e a sua compreensão de que se faz necessário envolver "o maior número de pessoas possível", os vários outros grupos e movimentos organizados para que a pressão seja forte e para "conseguirmos nossos objetivos" (50). No entanto, não se nota uma preocupação pela criação de um consenso entre os não-antagônicos, mas apenas por contar com o seu apoio e soma.

O estágio do Movimento e o desgaste do poder municipal já aponta a necessidade de se recorrer a outras instâncias. Por

isso, "vão ser convidados: Governador do Estado, Prefeito, Secretários, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores, os responsáveis pela FUNDREM, CEDAE, DNOS, enfim todas as autoridades responsáveis direta ou indiretamente pela administração do Município" (Circular do MAB, 31/05/79).

O "próprio estágio, o do movimento popular, e da conjuntura em geral, impõe ao MAB, para sua reprodução, que amplie seus horizontes, ganhe 'visibilidade', força social e política. Torna-se necessário 'divulgar o que está acontecendo em Nova Iguaçu'. Para isso é preciso criar um fato que, por um lado, demonstre um grande poder de mobilização e, por outro, faça-o crescer (51) ainda mais. A direção avalia que o Movimento acumulou força para dar esse passo" (QUEIROZ, 1981: 174).

Enquanto isso, nos bairros discute-se um manifesto a ser apresentado na assembléia. 69 bairros entre grupos de Amigos do Bairro, Comissões de Bairros e Associações elaboram o Manifesto.

Todo esse processo, como na primeira assembléia, mobiliza bastante os moradores e estimula a sua organização em muitos bairros novos. Se nos convites expedidos em vista da assembléia afirma-se que o Movimento Amigos do Bairro "congrega mais de 50 associações de Bairro em Nova Iguaçu", verifica-se que 69 bairros subescrevem o "Manifesto de protesto do povo de Nova Iguaçu". Isso indica o ingresso de quase 20 bairros no Movimento nesse período (cf. Anexo 2, quadro I, coluna 7, os 69 bairros que subescreveram o Manifesto da Assembléia dos 3000). Nesse Manifesto, no entanto, estão ausentes 6 bairros que assinaram o Manifesto da primeira assembléia, revelando uma incapacidade do MAB de manter sob seu raio de ação todos os bairros sensibilizados (52).

Para as lideranças que já vêm participando do MAB, ainda que tenham sido atingidas pelo desgaste das idas à Prefeitura, a realização de uma nova assembléia nutre expectativas de conseguir algum avanço, embora sem muita clareza de para onde e como avançar e sem capacidade de descortinar um projeto a médio e longo prazos para o MAB.

Dessa vez a mobilização assume maiores dimensões, apesar do Movimento não ter obtido, até então, avanços no atendimento das reivindicações dos bairros. Isso é, de certa forma, neutralizado pela conjuntura favorável, com a abertura política e o ascenso do movimento social:

- o MDB vence a ARENA nas eleições para deputados e senadores em novembro de 1978;
- o Presidente Ernesto Geisel, no final de 1978, extingue o AI-5;
- greves se sucedem nas grandes cidades brasileiras em 1978 e se intensificam, principalmente no segundo semestre de 1979.

Embora o MAB esteja evoluindo no sentido de transformar-se em movimento de massa, mantém-se ainda quase exclusivamente preocupado com as necessidades imediatas. Essa tendência começa a mudar por volta do final de 1978 e início de 1979, pois sua liderança volta-se para as questões locais e nacionais. O MAB participa do Movimento de solidariedade à greve do ABC e à greve dos professores do Rio, envia representantes às manifestações locais e apóia a reforma partidária, a anistia política e a reforma governamental local. "Todos esses fatos conjugados expressam um clima de participação que contribuiu para a criação de condições mais propícias à atuação do MAB" (BERNARDES, 1983: 172 s).

Nota-se, nessa conjuntura, uma prática local e nacional de solidariedade, uma articulação ampla entre Igreja, movimento sindical e movimento popular buscando despertar a massa e envolvê-la na luta. Em Nova Iguaçu a Igreja (Diocese, Pastoral Operária, Cáritas, CDJP), o MAB e o movimento sindical se somam e se solidarizam. Com o tempo o movimento organizado vai perdendo essa prática, o que contribui para sua desmobilização.

A Abertura, no entanto, não comportando o crescimento da mobilização popular, leva o Governo a intervir em sindicatos e a reprimir com violência algumas manifestações. Na repressão às greves são mortos um operário da construção civil em Minas Gerais e um metalúrgico em São Paulo.

O movimento social cada vez mais se transforma em polo de contradição ao regime. Assume, paulatinamente, o lugar de principal setor da oposição, que fora até então de entidades ditas "liberais democráticas", como Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

No segundo semestre as lutas eminentemente políticas ganham corpo. A campanha pela anistia ocupa as ruas. Aprofunda-se o debate em torno da reformulação partidária e sua concretização no final do ano.

É nesse cenário de avanço do movimento social, de intensificação do clima político, de passos contraditórios do Governo, que o MAB passa a intervir. Intervenção ainda muito débil.

Os 3000 moradores, representando 69 bairros de Nova Iguaçu, protestando pelo não atendimento de suas reivindicações, são uma verdadeira demonstração da força e da capacidade mobilizadora do MAB: o MAB acena com bandeiras que vão ao encontro dos anseios mais imediatos da população e, ainda, não tem

sua imagem desgastada por derrotas.

A preocupação da direção do MAB com a mobilização, a soma, a união e a solidariedade entre os movimentos populares, com o reforço na luta (isto é, com o quantitativo), fica evidenciada quando, com presteza e visão, logo após a assembléia, ela envia já no dia 24 de julho uma carta às entidades populares agradecendo sua presença e apoio: "Entendemos que essa luta é de todo o povo e por isso consideramos muito importante a presença e o apoio dos companheiros em nossa assembléia. Esperamos que a união se consolide cada vez mais. Por isso, vocês podem contar também com nosso apoio e participação nas suas lutas que for necessário" (carta de 24/07/79 - grifo meu - sic).

A questão política é colocada explicitamente pela assembléia:

"Estamos cansados de verificar que a participação do povo só é solicitada em época de eleições e, quando o povo começa a abrir os olhos tomando consciência dos seus direitos, vê sua participação impedida. Não vamos mais pedir licença para participar" (Manifesto de protesto do povo de Nova Iguaçu, assembléia MAB 15/07/79).

As "propostas" da assembléia são, (sublinhe-se "propostas") (53).

- abertura da Câmara de Vereadores para encontros e debates dos problemas do Município;
- retorno das audiências semanais ao Centro de Nova Iguaçu;
- suspensão da obrigatoriedade da taxa escolar;
- publicação trimestral de um plano de Aplicação de Recursos da Prefeitura.

Quatro "propostas" nitidamente políticas, quatro "propos-

tas", ao contrário da reivindicação geral da primeira assembléia (audiência pública), desmobilizantes, pois não se desdobram em ações sistemáticas de massa.

Segundo Nelson Nahon, a segunda assembléia significa uma transformação do MAB diversa da primeira: "A primeira assembléia, como mudança, é muito mais importante que a segunda. Talvez o principal marco o MAB. (...) a outra assembléia é muito mais de crescimento, consequência dessa primeira assembléia, a maior liberdade para organizar o povo (...). Acho que já é um salto de qualidade da força política" (Nelson Nahon, da Coordenação, depoimento a QUEIROZ, 1981: 180 s - grifo meu).

Já nesta segunda assembléia se faz nítida a incapacidade do MAB para um salto qualitativo, pois se restringe a catalisar a insatisfação geral através do protesto:

"O fato do MAB sempre buscar pressionar o poder público mais em cima da unificação da denúncia dos problemas do que da sua resolução se expressa na inexistência de um plano de luta que unificasse não apenas a insatisfação geral mas as reivindicações mais urgentes e a solução de prioridades comuns. Apesar da importância numérica e da visibilidade pública, o MAB perdeu a oportunidade de legitimar uma ofensiva e acabou ficando à mercê do poder público" (BERNARDES, 1987: 20).

De fato, outros participantes do Movimento entendem que a assembléia deve ter um outro caráter. Consideram:

- "que as propostas deveriam ser centralizadas nas reivindicações dos bairros, dando prioridade às obras mais urgentes onde as situações fossem mais alarmantes;
- que os moradores tivessem um programa que se impusesse ao da Prefeitura;
- que deveria ter-se estabelecido prazo para o atendimento

das reivindicações, marcando-se nova assembléia" (BERNARDES, 1983: 175).

No entanto, "essa proposta de estabelecimento de prazo para o atendimento, quer dizer, o programa dos moradores se impondo ao da Prefeitura, foi desconsiderada" (Enock Cavalcanti, depoimento a BERNARDES, 1983: 178).

A luta pela implementação das "propostas" dessa assembléia, acaba demandando esforços e táticas diversificados do Movimento:

- Quanto à "proposta" de abertura da Câmara Municipal para debates com o MAB, com a qual os vereadores presentes à assembléia se comprometem, decide-se enviar um projeto à Câmara. Apesar da pressão do MAB, a maioria da Câmara vota contra. O MAB, que participara diretamente da sua elaboração, denuncia, em nota pública, um a um os vereadores que votam contra ou se omitem.
- As audiências públicas semanais, suspensas pela Prefeitura uma semana antes da assembléia, voltam para o centro da cidade, já a partir de 9 de agosto (Encontro 19, agosto 79):

"Tendo em vista o caráter limitado de pressão que estas audiências apresentavam antes da assembléia, a conquista do retorno das mesmas não representava maiores ameaças para a Prefeitura. Além disso, não seria tático, por parte do Prefeito, já excessivamente desgastado, a negação de uma concessão já feita" (BERNARDES, 1983: 177).

No entanto, esta questão não é de todo resolvida. Em 22 de novembro do mesmo ano, a Coordenação do MAB envia carta ao Prefeito Rui Queiroz denunciando o descaso e as manobras do Poder Público frente às reivindicações do MAB e do então Secretá-

rio de Gabinete que tenta mudar o dia das audiências. Depois de inúteis tentativas para mantê-las às quintas-feiras, a direção do MAB acaba cedendo, e as mesmas passam a ser às sextas-feiras.

A luta pelas audiências públicas permanece em pauta em toda a história do MAB, até hoje, com os vários prefeitos que se sucederam à frente do Executivo de Nova Iguaçu, buscando por todos os meios esvaziá-las, extingui-las.

- A propósito da publicação trimestral dum Plano de Aplicação de Recursos, a Coordenação afirma: "O significado dessa 'proposta' é forçar um planejamento por parte da Prefeitura, coisa que nunca foi feita" (Encontro 19, agosto 79).

Apesar de prometer publicar já em outubro o relatório trimestral, apenas seis meses depois o Prefeito publica em boletim oficial as obras planejadas, realizando apenas aquelas voltadas para o atendimento de vereadores na sua esfera de influência (cf. BERNARDES, 1983: 180).

Na segunda audiência com o Prefeito, em 13 de agosto de 1979, é entregue pelo Poder Público o projeto Operação Comunitária de Integração Social de Nova Iguaçu (CISNI). Projeto de grande alcance e que contaria com a participação comunitária dos moradores na realização de obras de limpeza de valas, passagem de máquinas, remoção de lixo, colocação de luminárias etc. Este projeto, onde as prioridades definidas pela Prefeitura nem sempre coincidiam com as dos moradores, acaba limitando-se praticamente à aplicação da primeira fase de Vacinação anti-pólio: "de concreto foi feito apenas atendimento médico, vacinação e colocação de algumas manilhas em Santa Rita" (Carta do MAB ao Prefeito, 22/11/79). Este projeto acaba significando

uma fraca resposta do Poder Público às investidas do MAB. Pela primeira vez, no entanto, a Prefeitura dava uma resposta, embora apenas a nível de planejamento e não de execução.

Conforme a Circular 001/80, maio de 1980, do MAB: "foi finalmente entregue pela Prefeitura ao MAB um plano de obras a ser efetivado até dezembro deste ano, que prevê o saneamento e calçamento de 28 ruas".

"Foi colocada à disposição das Associações, através das audiências das sextas-feiras na Prefeitura, uma equipe de serviços (...) com a finalidade de atender imediatamente às reivindicações de melhorias de ruas, limpeza de valas e troca de lâmpadas" (idem).

E o MAB conclui a Circular opondo-se frontalmente ao clientelismo local, alertando os moradores que essas conquistas "são fruto da 'luta do povo'" e não de favores:

"Nos bairros beneficiados, já começam a aparecer políticos oportunistas e desonestos querendo se fazer passar por benfeitores dos bairros. Não podemos admitir isso. Precisamos mostrar ao povo que as melhorias são fruto da luta do povo. Foram conquistas e não favores deste ou daquele político" (idem).

No entanto, "o não atendimento das reivindicações dos bairros continua sendo a tônica por parte do Poder Público" (BERNARDES, 1983: 185 s).

- A suspensão da obrigatoriedade da taxa escolar, se fundamenta na Constituição de então que garante o ensino primário gratuito a todas as crianças de 7 a 14 anos nos estabelecimentos públicos oficiais. No entanto, em 1978 é comum, nos bairros periféricos de Nova Iguaçu, que crianças fiquem sem estudo por não pagar a taxa escolar. O MAB e a CDJP vinham alertando o público para a sua não

obrigatoriedade desde 1979, quando o Amigos do Bairro da Piam levanta a questão (Encontro 17, fevereiro 79) e consegue derrubá-la (Encontro 18, maio 79).

Apesar dessa luta ganhar repercussão na imprensa local, desde o início, "a suspensão da taxa escolar foi das menos enfatizadas, não havendo por parte da Coordenação maior empenho em direcionar esta luta de forma generalizada para o conjunto do MAB. Segundo depoimentos, o que ocorreu, na verdade, foram iniciativas de alguns bairros como Parque Flora, Carmari, Piam e alguns outros, que travaram essa luta tendo como alvo a própria escola local de cada bairro" (BERNARDES, 1983: 178).

Tais iniciativas são apoiadas pelo MAB e pela CDJP, mas não difundidas para o conjunto do Movimento: se por um lado a Coordenação assume o encaminhamento da reivindicação durante a assembleia, por outro não dirige nem encaminha esta luta, previamente ou depois desse evento, para o conjunto dos bairros.

O que há de tomada de posição mais contundente pela direção do MAB, após a assembleia, é aproveitar-se da ida do Secretário Estadual de Educação Arnaldo Niskier, em 17 de julho de 1979, a Nova Iguaçu para pressioná-lo, denunciando diretamente ao mesmo a cobrança ilegal da taxa. Neste dia o Secretário declara à imprensa que a "cobrança obrigatória da taxa escolar é ilegal" (Jornal de Hoje, 18/07/79).

Apesar das declarações das autoridades municipais e estaduais, a taxa continua sendo cobrada, mesmo nos lugares onde se desenvolve intensa e desgastante luta. O fato é que a questão da taxa escolar acaba sendo relegada pelo MAB a um plano subalterno frente a outras prioridades como a assembleia dos conjuntos, a organização do Movimento, a relação com a Prefeitura. Mesmo assim, em dezembro de 79, o MAB tenta articular-se com o

CEP, visando travar com ele essa luta.

Constata-se "que o alvo desta acabou por centrar-se mais em direções de escolas locais, constituindo tal procedimento a única alternativa que se colocava para estes bairros em luta, já que se ressentia da falta de articulação com um número significativo de bairros que acumulasse forças para pressionar o verdadeiro alvo", que eram as Secretarias Estadual e Municipal de Educação (BERNARDES, 1983: 176 s).

Em 1981, o MAB entrevista 245 famílias, com filhos em 32 escolas, comprovando que a taxa escolar é obrigatória em toda a rede municipal. O resultado desta é entregue, em 10 de novembro de 1981, ao Secretário de Educação do Município de Nova Iguaçu, Armando Aurora.

No IV Congresso do MAB, anos depois, em dezembro de 85, ainda se fala na necessidade do MAB retomar a luta contra a taxa escolar.

A direção do MAB, ao não assumir de fato essa luta, mostrou-se incapaz de ser orgânica ao Movimento. Teria essa preocupação? Problema do distanciamento direção-base-massa. A direção acabou perdendo uma excelente oportunidade de mobilizar (político-educativo) a população dos bairros através de um problema e interesse comuns. Ao mesmo tempo, demonstrou falta de senso de direção ao apoiar iniciativas isoladas de alguns bairros que, embora louváveis, eram limitadas para a obtenção de alguma vitória. Vanguardismo priorizando outras lutas e apoiando pro forma essa luta?

Depois da assembléia dos 3000, os bairros voltam à rotina das idas à Prefeitura e a Coordenação assume sozinha a negociação. Pouco a pouco se estabelece uma defasagem entre esses contatos da direção (Coordenação) e a chegada de informações nos

bairros (base e massa). E o poder público dá fracas respostas às investidas do MAB. Este volta-se para sua organização interna em função das novas dimensões assumidas. Seu crescimento quantitativo confere-lhe, agora, uma expressão política qualitativamente diversa, não se tratando mais de um movimento circunscrito ao âmbito municipal.

No entanto, seu crescimento quantitativo vincula-se muito mais à sua capacidade de estabelecer contatos, de mobilizar e articular bairros que já apresentam iniciativas de organização, numa conjuntura propícia bem capitalizada, do que à sua capacidade de trabalhar a contra-hegemonia, de criar um novo consenso.

5.1. Organização interna

A "Coordenação dos treze", eleita em janeiro de 1979, prepara uma proposta de Regimento Interno. Há consenso na Coordenação para criar-se o Conselho de Representantes (CR), órgão intermediário entre a Coordenação e as bases do Movimento.

Em tese, o CR, com poder decisório superior ao da Coordenação, garante, "de forma definitiva, os dois alicerces fundamentais do MAB: democracia interna e unidade na ação" (Encontro 20, novembro 79)

Em nota às Associações de Moradores (AMs) e aos Amigos do Bairro (AB), em 22 de setembro de 79, a Coordenação justifica a necessidade de se constituir o CR, que "deverá ser o órgão máximo do Movimento":

"Se faz necessário também melhorar a nossa organização interna de modo a garantir aquilo que sempre foi a fonte de nossa

força: a participação do bairro nas decisões e a sua unidade de ação" (QUEIROZ, 1983: 250, nota 40 - grifo meu).

Na mesma nota, a Coordenação, que já definira o processo de eleição dos membros do CR, indica o processo que cada bairro deve seguir para eleger seu representante. No entanto, no interior do Movimento não há consenso em torno dos encaminhamentos dados. Militantes do MAB, alegando ser centralizadora e antidemocrática a maneira pela qual a direção encaminha a sua reestruturação, realizam uma reunião no bairro Piam, em 15 de setembro de 1979. Visam com a mesma viabilizar a convocação de uma assembléia interna, como "Fórum mais democrático" para se encaminhar a reestruturação do mesmo.

A nota convocatória para essa reunião diz:

"A Coordenação que, composta por 13 companheiros, dirige o MAB, tem declarado (como fez na Regional III) estar preocupada com os rumos do Movimento, e com a falta de democracia interna em sua estrutura. E para resolver esses problemas, a melhor forma encontrada pela Coordenação é a convocação de um CR para a formação do qual, a Coordenação proporá normas brevemente. Será esta a melhor solução?

"Achamos que a forma mais democrática, mais correta para ser levada a discussão a respeito da reformulação de nosso Movimento, e a decidir quais serão seus rumos, é realmente uma assembléia interna, participando com voz e voto, aqueles que atuam no MAB, todos aqueles que, organizados em seus bairros, lutam por uma comunidade melhor.

"Sendo assim, buscando fortalecer a unidade e garantir a democracia em nosso Movimento, convidamos a todos os companheiros, que concordam com a nossa visão acima, a virem discutir e elaborar um documento para ser levado à Coordenação e às bases

do MAB, contendo (...) o resumo dos seguintes pontos, os quais debateremos na procura de uma visão unitária e consensual (sic):

- "- Avaliação do MAB, como um todo, desde a sua criação.
- "- Avaliação da assembléia de 15 de julho de 79 e da dinâmica do MAB após sua assembléia de protesto.
- "- Propostas de encaminhamento para a assembléia interna.
- "- Propostas de reformulação da estrutura interna do MAB, para discussão em uma assembléia interna."

Em resposta a essa iniciativa, a Coordenação realiza uma outra reunião no mesmo local, conseguindo "convencer" os moradores sobre a sua proposta. A proposta da "assembléia interna" é recolocada e derrotada nas reuniões do CR em que se discute o Regimento Interno.

Dessa forma, uma iniciativa que aponta para as relações de poder-decisão-direção no MAB, já centralizados nas mãos duma vanguarda, e para a dificuldade dessa vanguarda em democratizar as discussões e decisões com a base e a massa, é abafada. O MAB perde uma oportunidade ímpar para avançar no processo de capacitação de seus militantes a partir duma discussão ampla que avaliasse o Movimento e buscasse uma estruturação mais adequada à realidade do mesmo.

Assim em 15 de novembro de 79, 150 pessoas, representantes de 59 AMs e ABs filiados ao MAB (dos 65 representantes eleitos até aquela data) fazem a primeira reunião do CR.

A partir de então, o nível de presença das AMs filiadas nas reuniões do CR, torna-se o termômetro da real participação das bases no MAB. Para se ter uma idéia disso, desde a eleição dos primeiros conselheiros em sua primeira reunião, em 15 de novembro, quando estão presentes 59 bairros até a 27ª reunião

do CR, em 8 de novembro de 1981, reunião que antecede ao Congresso de Fundação da Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu, em média 29 AMs participam das reuniões do CR, correspondendo a 36,2% das 94 AMs até então com representação no CR. Média que o MAB nunca mais vem a atingir, evidenciando um paulatino distanciamento entre direção do MAB e AMs, direção-base-massa (cf. Anexo 2, quadro I, coluna 8, os bairros participantes das 27 primeiras reuniões do CR. Cf. também nos quadros II e III, as médias de participação de AMs nas demais reuniões do CR do MAB).

As divergências se fazem presentes também no interior da direção do Movimento. Ao buscar definir os critérios para a eleição da nova Coordenação surgem duas posições. Segundo Antônio Ivo de Carvalho, da Coordenação, as divergências se dão porque um grupo defende que "a Coordenação não deveria ser eleita por chapa e só a comporiam elementos que tivessem sido eleitos representantes em seus bairros"; enquanto outro grupo defende que "a eleição deveria ser por chapa e qualquer morador de bairro poderia integrar a Coordenação" (QUEIROZ, 1981: 204).

Uma proposta conciliatória resolve a questão: "A eleição será feita através da indicação de nome pelo CR e pela Coordenação..." e "poderão ser indicados para concorrer qualquer participante de Associação ou Grupo de Amigos do Bairro filiado ao MAB" (Regimento Interno, março 80, itens 2.3 e 2.6 do capítulo III).

Assim, em 20 de janeiro de 80, 43 representantes de bairro, na quarta reunião do CR, elegem a primeira Coordenação de dezenove. Dos eleitos, apenas um nome não está entre os indicados pela Coordenação anterior.

A nova Coordenação assume e elege sua assessoria, formada

por três médicos, dois dos quais intelectuais iniciadores do MAB (54). E aqui, o reconhecimento do papel dos intelectuais orgânicos para o avanço do MAB.

Objetivando ampliar a mobilização da massa popular, em fevereiro de 1980, é lançado o Departamento Cultural do MAB.

Em sua sexta reunião, 9 de março de 80, o CR aprova o Regimento Interno do MAB. Subscvem o Regimento Interno 68 AMs e ABs filiados (cf. Anexo 2, quadro I, coluna 9).

No Regimento, vemos a cristalização da prática do MAB e, particularmente, a concepção de movimento federativo (55).

O Regimento fala da autonomia do MAB que "não tem compromissos de natureza político-partidária nem religiosa" (Regimento Interno, capítulo I, item 2).

Define como órgãos do MAB:

- o Conselho de Representantes (CR): "órgão máximo deliberativo do MAB";
- a Coordenação Executiva (CE): "órgão executivo e diretor do MAB";
- e os Regionais, onde se agrupam as Associações e grupos de Amigos do Bairro filiados.

A partir de então o MAB estará dividido em 6 regionais.

Na prática haverá um paulatino esvaziamento do CR e quem acaba dando a direção do Movimento é a CE e sua presidência.

De acordo com o Regimento, o MAB passa a contar com quatro departamentos: "jornal", secretaria, finanças e cultura (sic).

Na definição das finalidades do MAB (capítulo I, item 1), a visão unilateral de sua direção se explicita: as atividades políticas do Movimento estão todas elas voltadas para o embate político, contra os antagônicos. Não há qualquer menção à formação-capacitação dos não-antagônicos para o embate com os an-

tagônicos. As únicas referências ao processo educativo-político são feitas de passagem ao dizer que cabe ao CR, às equipes regionais, promover a troca de experiências entre as AMs e ABs -- processo esse muito na superfície para uma capacitação -- e ao dizer que cabe ao CR constituir comissões de estudos sobre temas de interesse (educação, saúde, transporte etc).

Em 1980, após a aprovação do RI, dá-se prioridade, no âmbito regional, à organização das equipes regionais. Ainda no campo da organização, a Coordenação define para esse mesmo ano, uma campanha de legalização de associações (cf. p. 135).

Seguindo decisão do CR, o MAB faz manifestação durante a inauguração da nova sede da Prefeitura de Nova Iguaçu, em 2 de fevereiro de 1980. Demonstra assim seu desagravo ante tal investimento, enquanto nos bairros os moradores não têm sequer a infra-estrutura urbana básica. Essa iniciativa acaba "transformando o ato numa manifestação popular que colocava presentes as necessidades e reivindicações dos bairros" (Encontro 20, abril 80).

Nessa época, o movimento localizado de maior dimensão é a mobilização dos moradores de diversos bairros situados próximos à Estrada de Madureira. Esses moradores protestam contra a ameaça de desapropriação, pela FUNDREM, "de uma área de 40 milhões de hectares, desde o km 32 da antiga Rio-São Paulo até as imediações do Rio de Queimados" para a construção de um grande conjunto residencial (Encontro 21, abril 80).

Os moradores, dirigidos pela AM Jd. Guandu e pelo MAB e apoiados pela CDJP, fazem assembléias com mais de 1000 pessoas até que conseguem declaração do presidente da CEHAB de que não haverá remoções.

Repercute também no Movimento a luta da AM Jd. Ulisses, Tropical, Monte Líbano e Engenho Pequeno que decide partir para a ofensiva depois de muito pedir, em vão, a limpeza e a construção de galerias num valão que corta o bairro: "No dia 7 de março a entidade deu um ultimato: ou eles (a Prefeitura e a FUNDREM, para onde haviam sido encaminhadas as solicitações) iniciavam os trabalhos em um prazo de oito dias ou a própria Associação se encarregaria disso" (Encontro 21, abril 80), contratando uma empresa para fazer os serviços, cobrando depois, judicialmente, as despesas da Prefeitura. "No dia 13 de março quatro máquinas da Prefeitura começam a limpeza do valão" (idem).

"Surge, nesse começo de ano a concepção de que o MAB precisa lançar-se em campanhas mais amplas -- a própria taxa escolar ser fortalecida e generalizada, transportes, saúde etc. Essa idéia se concretizará, um ano depois, em uma luta que já começa a aparecer: a do hospital do INAMPS" (QUEIROZ, 1981: 221).

E assim, nos inícios de 80, ao nível das lutas gerais, o MAB se envolve na extinção da taxa escolar (cf. p. 98 s) e no Movimento Contra a Carestia (MCC).

Nos inícios de 1979 a CDJP resolvera apoiar o MCC que a Pastoral Operária de Nova Iguaçu havia iniciado (Correio da Lavora, 03-04/02/79). Entretanto, ainda embrionário, o Movimento só começa a ganhar força no segundo semestre, quando o MAB participa da primeira tentativa de organização do MCC no Rio de Janeiro e passa a levar o debate mais sistematicamente aos bairros.

Duas propostas diferentes evidenciam divergentes concepções acerca do Movimento:

- uma delas propõe a formação de núcleos do MCC;

- a outra propõe que o movimento passe pelas entidades de massa, funcionando como bandeira geral unificadora do movimento popular.

"O MAB defende a segunda, sendo dominante em seu interior a concepção de que o MCC deve ser um movimento amplo e massivo, com evidente caráter político de denúncia à política inflacionária do Governo" (QUEIROZ, 1981: 197).

Após a reunião do MCC, em novembro de 79, no Rio de Janeiro, onde se decide realizar assembléias locais preparatórias da grande assembléia de março de 80, o MAB centra esforços na Baixada. A nova Coordenação do MAB consolida a idéia de que esta é uma luta de pressão, basicamente de rua e por suas próprias características -- não contar com vitórias imediatas -- não pode ser levada isoladamente, tem que ser geral. Efetua-se reuniões dirigidas pelos movimentos federativos de bairro da Baixada: MAB (Nova Iguaçu) MUB (Duque de Caxias) e ABM (São João de Meriti).

MAB participa do Encontro Nacional Contra a Carestia em 22 e 23 de março, em Salvador.

Soma-se ainda à preparação do I Congresso da Mulher Fluminense, realizado em 8 de Março. Participa do lançamento da Campanha da Fraternidade 80, em Nova Iguaçu, cujo tema é migração.

No entanto, as principais atividades do MAB, são, nesse primeiro semestre, a preparação da exposição de fotografias e a ida ao Palácio da Guanabara:

A exposição de fotografias, inaugurada em 28 de junho de 80, na Praça da liberdade, Centro de Nova Iguaçu, com 200 fotos denunciando a situação de abandono dos bairros, é vista por centenas de moradores. Encerrada com um ato público, a exposi-

ção percorre, em seguida, vários bairros (cf. Encontro 22, julho 80).

Por volta do primeiro semestre de 80, o MAB já se depara com a desmobilização. A Coordenação, refletindo as duas concepções básicas no MAB, (cf. p. 122) a que privilegia o trabalho de base e a que privilegia a direção política, avalia:

- "a) Os problemas organizativos e de excesso de tarefas do MAB o levam a um abandono dos bairros;
- "b) têm faltado ao MAB eixos claros de direção; o movimento oscila sem conseguir dar uma direção firme às questões, empreender lutas mais decididamente" (QUEIROZ, 1981: 225).

Embora fruto de concepções diferentes, as análises se complementam. Na sua articulação dialética nota-se o porquê da desmobilização: falta um claro norte político à direção do MAB, que não consegue dar um direcionamento firme às questões. A direção, não conseguindo fazer uma síntese dialética entre as concepções hegemônicas, vacila entre o democratismo e o autoritarismo. Isso leva ao ativismo e ao abandono dos bairros, ao distanciamento direção-base do Movimento.

6. Caravana ao Palácio da Guanabara (junho 1980)

A ida ao Palácio da Guanabara, gerada e assumida mais a nível da Coordenação, constitui-se em proposta alternativa frente ao esvaziamento do Movimento. Com a caravana o MAB busca redirecionar os bairros a fim de reivindicar junto ao poder estadual, já que a pressão sobre a Prefeitura não surte outro efeito senão o desgaste do Prefeito. Ao reivindicar junto ao governo estadual a direção conta com as contradições entre os poderes municipal e estadual (PP X PDS).

No dia 13 de junho de 1980, o MAB toma conta do noticiário da grande imprensa falada e escrita. 700 pessoas, em manifestação às portas do Palácio do Governo Estadual, ao denunciar o abandono de Nova Iguaçu, reivindicam melhorias urbanas. Destaca-se entre suas reivindicações a questão do saneamento básico.

"Essa manifestação marcou um passo importante na presença e na capacidade do MAB de negociar com o Estado. Significava lidar com um nível administrativo mais alto e inaugurava uma estratégia de obrigar o PDS e PP a competirem para atender à população. O Governador Chagas Freitas, o único de oposição no país, era uma figura conservadora dentro do partido mais conservador e mantinha fortes vínculos com o governo federal, mas sua estratégia para lidar com os movimentos populares era de menos confrontação e menos repressão do que a da Prefeitura de Nova Iguaçu" (SCOTT, 1988: 217).

No entanto, se a caravana amplia a visibilidade pública do MAB para o âmbito estadual (há quem considere, também, nacional), suas denúncias e suas reivindicações acabam surtindo pouco efeito:

"O conflito entre as instâncias municipal e estadual não chega a se estabelecer porque ambos não tinham interesse no atendimento das reivindicações via MAB, continuando o não atendimento às reivindicações sendo a tônica por parte do poder público" (BERNARDES, 1987: 20 s).

Concretamente, o governo estadual instala, em janeiro de 81, um escritório da FUNDREM em Nova Iguaçu, realizando algumas pequenas obras. Mas esta iniciativa não é levada adiante.

Após essa manifestação em frente ao Palácio da Guanabara, a direção do MAB amplia sua integração aos Movimentos Sociais. Começa a intervir no movimento de bairros a nível estadual, desempenhando aí um importante papel na articulação das diversas experiências regionais em uma federação estadual, a FAMERJ. Nesse sentido, são decisivas as ações conjuntas do MAB, FAMERJ E FAFERJ, como o debate "a luta pela democracia e as associações de moradores", realizado na ABI em 15 de agosto de 80, o ato público contra a carestia em 31 de agosto, em Madureira. Nesse momento, começa também a surgir embrionariamente o debate sobre a formação de uma entidade nacional de associações de moradores, da qual o MAB participa. Essa iniciativa, em breve, alimenta os conflitos no interior do MAB, conflitos de concepções: CONAM x ANAMPOS.

O MAB avança na sua politização também. Além da sua maior integração junto aos movimentos sociais, a direção do MAB se posiciona cada vez mais, oficialmente, nas questões centrais da conjuntura nacional: a luta contra o adiamento das eleições municipais, contra o Estatuto dos Estrangeiros, contra o terrorismo, pela Assembléia Nacional Constituinte. Dessa forma, alia-se ao conjunto da oposição brasileira na luta mais global pelas liberdades democráticas: "Sua direção leva as posições às

bases do Movimento através do jornal, de notas, de manifestações promovidas pelo MAB ou do estímulo à participação nos atos mais gerais" (QUEIROZ, 1981: 232).

"A ampliação de sua política de alianças se expressa na absorção do 'saber técnico', principalmente através da aproximação com entidades profissionais que têm em comum com o MAB o programa democrático mais geral. O marco fundamental dessa política é o 'Primeiro Ciclo de Debates Populares do MAB', realizado em novembro" de 1980 (idem).

"Quanto à sua relação com o Estado, em que o confronto direto e a denúncia haviam sido a tônica, o MAB principia a adotar a linha de aproveitar as contradições internas no aparelho estadual, aguçadas com o avanço da conjuntura. Essa mudança (...) baseia-se na conjugação de alguns fatores essenciais, entre os quais o próprio acúmulo de força do MAB -- que se capacita melhor, assim, a negociar com o Estado -- e o aprofundamento das contradições no poder dominante" (ibidem: 233 - grifo meu).

A relação sistemática da Coordenação do MAB com a FUNDREM, desde a ida da Caravana ao Palácio da Guanabara, é o sinal mais evidente dessa nova tática do MAB com o poder público.

A busca de ampliação da base social do MAB, expressa-se tanto a nível local, como a nível geral. A nível local, as reuniões organizativas deixam de ser a atividade única ou principal e as AMs passam a promover um número maior de atividades que atinjam o conjunto dos moradores, tais como assembléias de ruas, atos públicos, serestas e festas. A nível geral surgem novas formas de luta, cada vez mais massivas, tais como manifestações contra a carestia, exposição de fotografias denunciando o abandono dos bairros e a luta pela abertura do Hospital da Posse (cf. QUEIROZ, 1981: 234; Encontros 22 e 23, de ju-

lho e outubro 80, respectivamente).

Aliás, a luta pela abertura do Hospital do INAMPS, na Posse, iniciada em setembro de 1980, e, posteriormente, a luta pelo seu adequado funcionamento são marcantes na história do MAB e de Nova Iguaçu. O Hospital que pertenceu a um grupo particular e foi desapropriado pelo Governo Federal em fevereiro de 1980, continua fechado em setembro de 1980. Essa luta, é inicialmente assumida mais a nível do Regional I do MAB, onde se situa o Hospital. Encaminha-se ao diretor do INAMPS um abaixo-assinado, com 8.000 assinaturas. No entanto a abertura do mesmo é protelada diversas vezes, a fim de evitar que o MAB capitalizasse politicamente. Somente em 1982, por ocasião das eleições para governador, prefeitos, deputados estaduais, federais e senadores o Hospital é inaugurado. Começa aí a luta do MAB e de outros movimentos pelo seu adequado funcionamento, com inúmeras denúncias e manifestações. Em 1993, o Hospital se encontra praticamente parado por falta de verbas e desvios de recursos.

A luta pelo Hospital do INAMPS se reveste de um significado especial para o MAB. Esse Hospital se constitui até hoje, 1993, no único Hospital Geral na Baixada Fluminense. Apesar das suas precárias condições, para ele acorre toda a população local, cerca de 3.500.000 habitantes. Apesar da sua importância, a luta capitalizada pelo MAB, inicialmente de grandes mobilizações massivas, pouco efeito concreto surte. Veja-se, nesse sentido, o estado deplorável em que hoje se encontra.

Em 2 de novembro de 1980, o CR avaliando as atividades do MAB no ano que passou conclui:

"O MAB (...) hoje sem dúvida se destaca como uma entidade respeitada pela sua organização e combatividade...

"Embora nosso trabalho já tenha reduzido bastante o campo

de manobras políticas, principalmente da Prefeitura, há ainda necessidade do MAB acumular muito mais força e organização para conseguir melhorar a situação dos bairros.

"Foi ressaltada a necessidade de se buscar novas formas de luta que permitam exercer uma maior pressão sobre os poderes públicos" (Circular 05/80, 04/12/80).

Investindo no seu processo educativo, o MAB, em 8 e 9 de novembro de 1980, promove o "Primeiro Ciclo de Debates Populares do MAB", como alternativa à proposta rejeitada pela Câmara em setembro (cf. p. 95). Nessa ocasião, o MAB apresenta um relatório detalhado sobre a situação de saúde, educação, infraestrutura e saneamento em Nova Iguaçu. A direção convida para o debate, além dos órgãos oficiais responsáveis, profissionais do Instituto de Medicina Social da UERJ, CEP, Clube de Engenheiros e Arquitetos de Nova Iguaçu.

Objetiva com o debate, "estabelecer um diálogo público entre o povo, através de suas associações, e as autoridades responsáveis em busca de soluções viáveis para os graves problemas de nosso Município" (Convite às autoridades e órgãos de comunicação, 17/10/80).

Da administração municipal só comparece o secretário de saúde.

Em janeiro de 1981, o CR elege a nova Coordenação, composta de 19 membros (56): "Os nomes escolhidos foram indicados pela antiga Coordenação, demonstrando que a linha de trabalho que vinha sendo desenvolvida encontra total apoio e reconhecimento da grande maioria dos conselheiros" (Encontro 24, fevereiro 81). Esses coordenadores, com exceção de Raimundo Neves que se afasta e Sinval Costa que vem a falecer pouco depois, acabam organizando o Congresso de Fundação da Federação das Associa-

ções de Moradores de Nova Iguaçu, em dezembro de 1981.

Buscando agilizar as informações, o MAB passa, a partir de abril de 1981, a editar mensalmente o "Encontro".

Em maio de 1981, o MAB, a Cáritas Diocesana, a CDJP e o Clube de Engenheiros e Arquitetos de Nova Iguaçu, promovem o "Seminário Planejamento Municipal". O Prefeito Dirceu Carneiro (PMDB), em debate, fala a respeito de sua administração à frente da Prefeitura de Lages, SC. O debate, processo educativo, formativo, que conta com a presença de centenas de moradores de Nova Iguaçu, "acendeu uma luz de esperança e mostrou, que para resolver os problemas do povo basta interesse e a abertura de espaços para que todos se manifestem e participem na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, que atenda às necessidades de todos" (Encontro 27, junho 81).

Em 31 de julho de 1981, 3000 moradores, em passeata organizada pelo MAB, exigem do Prefeito Rui Queiroz a aplicação das verbas da Prefeitura em obras nos bairros, o fim da taxa ilegal da iluminação pública (57), e o fim da taxa escolar (Encontro 29, agosto 81). Mais uma vez o MAB demonstra a sua capacidade de polarizar o protesto da população .

A partir dessa passeata, acentuam-se as ameaças e perseguições aos líderes do movimento popular e das CEBs. Isto leva D. Adriano Hypólito, a Coordenação Diocesana de Pastoral, a CDJP e o MAB a denunciarem os acontecimentos e a entregarem um dossiê ao Ministro da Justiça, exigindo providências.

A direção, puxando o Movimento para bandeiras de lutas mais gerais, afirma: "Hoje sabemos que para resolver o problema da saúde, da educação, dos transportes, da carestia, do desemprego temos que mudar o regime que governa nosso país. Temos que lutar por um regime democrático com a participação de todos

os trabalhadores e democratas. E hoje esta luta passa pela defesa das eleições sem casuísmos em 1982, para escolhermos o Governador, os deputados, o Prefeito e os vereadores de forma livre, partindo, também, para eleições diretas para a Presidência da República em 1984" (Encontro 30, setembro 81 - grifo meu).

7. Recontextualizando o Movimento

Nesta fase de expansão e de maior destaque, em que "o Movimento era basicamente confrontador à situação do País" (entr. Carlos R. Trigo, 27/09/91), observa-se a intensificação dos ataques ao MAB e à Igreja de Nova Iguaçu:

"O MAB passou a ser taxado de subversivo e de desenvolver atividades políticas, provocando o afastamento de algumas lideranças e até de algumas associações" (BERNARDES, 1983: 169 - grifo meu).

Em março de 79, pela primeira vez, setores de Nova Iguaçu descontentes com o processo de democratização do país, através do DPPS, tentam intimidar algumas lideranças do MAB (Correio da Lavoura, 30-31/03/79).

Em julho, "a tendência política hegemônica no governo municipal faz sua maior investida no sentido de reprimir o MAB" (QUEIROZ, 1981: 183).

"O Deputado Federal Darcílio Ayres e o Prefeito Rui Queiroz entregaram ao Ministro da Justiça, Senador Petrônio Portella, relatório de seis laudas sobre o Movimento Amigos do Bairro de Nova Iguaçu, denunciando que a entidade tem ligações com a Convergência Socialista e se integra em um plano mais amplo, que visa decretar greve geral no país dentro de alguns meses" (O Fluminense, 26/07/79).

"A Prefeitura já havia veiculado documento em que afirmava a 'infiltração de agitadores' (Correio da Lavoura, 9-10/07/79) no Movimento e frequentemente tentava divulgar tal acusação. O relatório, porém, é a manifestação mais contundente do caráter autoritário do governo municipal, que se alinha com os setores mais reacionários do aparelho do Estado, insatisfeitos com a

política de democratização então dominante no Governo central" (QUEIROZ, 1981: 184).

Se por um lado esta ofensiva da direita provoca o afastamento de lideranças e associações do MAB, por outro lado contribui para isolar mais o Prefeito. Críticas de diversos setores ocupam a imprensa local.

Trata-se de uma conjuntura em que se acirram as contradições políticas, tanto local como nacional, em que setores ultra-reacionários voltam a manifestar-se, prenúncio de um movimento que assumiria proporções maiores em meados de 1980.

Em 30 de outubro de 79, durante a repressão à greve dos metalúrgicos de São Paulo, é assassinado o operário Santo Dias da Silva. O MAB se soma a 10 outras entidades e pastorais de Nova Iguaçu e do Estado do Rio lançando a nota "comunicado ao povo":

"É com profunda revolta que mais uma vez constatamos qual é o real espírito da **abertura** tão divulgada pelo Governo. No momento em que milhares de trabalhadores de São Paulo, através de um recurso legítimo que é a greve, postulam o reconhecimento de um direito líquido e certo, sentem cair sobre si a mais violenta repressão: um morto, centenas de trabalhadores presos, igrejas invadidas, operários e padres espancados. Eis o saldo da violência que retrata com fidelidade a decantada **abertura**."

O clima de confronto entre a direita reacionária de Nova Iguaçu e o MAB/Igreja se acirra:

Na semana que precede a assembléia dos Conjuntos Habitacionais, realizada em 11 de novembro de 1979, três igrejas de Nova Iguaçu (Catedral, Prata e Santa Rita) amanhecem pichadas com ameaças e ofensas ao "bispo comunista". Mas "D. Adriano garante que ninguém fará a Igreja de Nova Iguaçu recuar" (Correio

da Lavoura, 17-18/11/79).

A CDJP envia carta ao Ministro da Justiça, Petrônio Portella, denunciando a crescente onda de violência na região. Na assembléia dos conjuntos uma nota da CDJP denuncia os fatos e vários oradores manifestam solidariedade ao Bispo.

A resposta da direita não se faz esperar. Em dezembro de 79, em um novo atentado à Diocese de Nova Iguaçu, uma bomba explode sob o altar da Catedral de Santo Antônio, destruindo o sacrário. E o MAB, encabeçando a nota "Bomba na Catedral", de 22 de dezembro de 79, denuncia:

"Os atentados contra D. Adriano e membros da Igreja de Nova Iguaçu vêm se repetindo há mais de 3 anos sem que as autoridades tomem providências.

"Essa violência é feita por quem não deseja a participação do povo nas decisões do país".

E ameaçando, "Aqueles que pensam que vão intimidar o povo, agindo dessa maneira, desconhecem a força que hoje têm as organizações populares. Nos bairros, nas fábricas e nas ruas é cada vez maior a união dos oprimidos contra os opressores" (idem).

Convoca a população para as atividades de repúdio programadas:

"Este atentado, como todos os outros, também terá sua resposta" (idem).

Neste clima de confronto, são distribuídos panfletos apócrifos com a sigla "MAB", vinculando o MAB e D. Adriano à Rússia, à Cuba e a movimentos revolucionários, numa clara tentativa de dividir e esvaziar o Movimento e a linha pastoral da Igreja. Em "nota ao público", de 6 de janeiro de 1980, a Coordenação e o CR, denunciam essa manipulação que busca "amedrontar e dividir aquilo que sempre foi a nossa força, a unidade na

luta". E alertam a população a ficar atenta "porque não faltaram tentativas de penetrar e esvaziar o nosso Movimento".

Em novembro de 1980, frente às investidas do Deputado Darcílio Ayres, que mais uma vez tenta difamar e caluniar o Bispo de Nova Iguaçu, D. Adriano Hypólito, o MAB divulga uma "Carta aberta ao Deputado", onde presta total solidariedade ao Bispo e denuncia a omissão do deputado frente aos problemas da população de Nova Iguaçu:

"O Sr. Deputado, neste sentido, querendo ganhar a notoriedade da sofrida população de Nova Iguaçu, raciocina que seu trabalho na Câmara Federal tem que ser apenas de retaliação a pessoas honradas. Julga ele que foi eleito só para servir de dedo-duro aos movimentos reivindicatórios dos moradores, como o caso de Movimento de Amigos do Bairro de Nova Iguaçu".

Por todos os meios, a direita iguaçuana busca enfraquecer a linha pastoral da Igreja de Nova Iguaçu e esvaziar o MAB. Chega ao extremo de travestir-se dum trabalho semelhante ao das CEBs junto às comunidades carentes do Município. Buscando conquistar a confiança da população carente, o deputado estadual do PP, João Batista Lubanco, "resolveu pôr em xeque o prestígio das CEBs e de seus movimentos associados em Nova Iguaçu (...) partiu para a instituição, há oito meses, de um conjunto de Núcleos de Mobilização Comunitária. Com a vantagem de ter reivindicações mínimas, quanto a obras públicas, atendidas na esfera da administração estadual. (...) Passou a ser procurado por moradores (...) interessados também em se associar a movimentos descompromissados com a política ideológica" (JB, 07/07/81).

Nos inícios de 1981, grave crise econômica, social e política afeta o Brasil. Enquanto crescem assustadoramente os níveis de desemprego e da inflação (a inflação de 110% ao ano é a

maior da história do Brasil, até então), crescem também a corrupção e a troca de favores nos altos escalões. O Governo "enfrenta" a crise com a recessão, com a força policial e com o adiamento, por mais dois anos, das eleições gerais para Prefeito. O processo de abertura política, lenta e gradual, dá um passo atrás.

O episódio da "bomba do Riocentro" ilustra com propriedade a conjuntura de então. Às vésperas do 1º de Maio fracassa o atentado terrorista de direita a ser efetuado durante o tradicional show em homenagem ao trabalhador, que se realiza no Riocentro. Na explosão acidental duma bomba, morre um sargento e fica ferido um capitão do Exército que tencionava^m executar o atentado. Estavam a serviço do órgão de informações do Exército: DOI-CODI. O fato provoca uma onda de repúdio nacional e exige-se a punição dos responsáveis. Como consequência são apreendidos e censurados os jornais Movimento, Hora do Povo e Tribuna Operária que publicam fatos concretos do ato.

Captando a gravidade do momento nacional, já em fevereiro, a direção do MAB afirma que para sair da crise: "Precisamos colocar à frente do País governantes capazes e que tenham como objetivo construir um Governo de fato popular e voltado para o interesse de todo o povo brasileiro" (Encontro 24, fevereiro de 81).

Para isso, "a única maneira de garantir os nossos direitos é a luta decidida de todo o povo. Mais do que nunca é preciso unir e organizar todos os trabalhadores da cidade e do campo e todos aqueles que desejam mudar este estado de coisas" (idem).

E a direção do MAB, em uma grande intuição política, afirma: "É preciso transformar este desejo de mudança numa força política concreta capaz de intervir nos acontecimentos e criar

as condições para uma verdadeira democracia popular" (ibidem - grifo meu).

Intuição política que historicamente acabará não se concretizando, pois as forças democráticas no País, e no MAB, em particular, a despeito de sua capacidade de somar, unir, mobilizar para intervir nos acontecimentos, foram incapazes de preparar-se (educar, capacitar) para criar as condições de uma verdadeira democracia popular. Historicamente, a massa popular acaba à margem do processo, a vanguarda não consegue avançar para além da superfície do fenômeno político.

A reformulação partidária de 1979, a partir da extinção da ARENA e MDB, é um dos passos mais importantes na abertura do regime. Afeta profundamente todo o processo político. Em Nova Iguaçu, nos inícios de 1980, os políticos começam a alinhar-se nos novos partidos. No MAB, o presidente do Centro Comunitário do Jardim Boa Esperança, Caioaba, Vila Nova e adjacências, antigo crítico do MAB, opta pelo Partido Popular (PP) (cf. p. 77). Os líderes mais expressivos do MAB começam a definir opções distribuindo-se principalmente entre o PMDB e o PT. Alguns poucos ingressam no PDT. "Entre os membros da Coordenação original, 11 optaram pelo PMDB (58) e 8 pelo PT" (SCOTT, 1988: 217).

"A questão dos partidos teria sido menos importante se não tivesse havido diferenças paralelas nas estratégias de como conduzir os movimentos populares. Algumas pessoas (em sua maioria membros do PT) estavam mais preocupadas com as discussões da base e em assegurar-se de que o povo iria conduzir o Movimento; outros (a maioria pertencente ao PMDB) davam ênfase à criação de um movimento de massas que iria participar do processo de democratização" (SCOTT, 1988: 217).

Pouco a pouco, as diferentes propostas políticas, presentes no MAB desde a sua origem, foram assumindo contornos mais nítidos.

Desde o início do MAB, duas concepções distintas, mas não excludentes, se articulam dialeticamente na caracterização do Movimento:

A esquerda materialista entende o MAB como "um Movimento fundamentalmente **massivo** e que, portanto, tivesse uma prática definida prioritariamente pela **ação** coletiva, visando **resolver** os problemas imediatos e mais sentidos pela massa" (QUEIROZ, 1981: 215).

Enquanto a esquerda católica entende o MAB como "um Movimento '**dos mais conscientes**', em que a prática prioritária seria a **discussão que conscientizasse** 'os oprimidos' de seu antagonismo contra 'os opressores'" (idem).

Assim, apesar dos "consensos", os conflitos entre as diferentes concepções aparecem:

Embora o MAB sempre se tenha colocado como independente politicamente e apartidário, tanto setores de Igreja tentaram vinculá-lo a ela, assim como partidos e tendências buscaram subordiná-lo, atrelá-lo às suas concepções políticas, a seus interesses: questão da partidarização. Num ou noutro caso, o Movimento continuou prisioneiro de uma "vanguarda" esclarecida, portadora do "verdadeiro" projeto das classes trabalhadoras.

De acordo com Antônio Ivo, da Coordenação, em depoimento a QUEIROZ, o MAB real se construiu com e nessa contradição: "não dá pra pensar o MAB como uma coisa que nasce como alternativa à Igreja, nasce brigando com a Igreja... ele nasce também na esteira do movimento de renovação da Igreja. Ao mesmo tempo que tem esse conflito esse tempo todo, ele também só é viável por-

que a Igreja sempre apoiou o MAB" (ibidem, 1981: 217).

"Até dezembro de 1981, a despeito das tensões entre os líderes do PT e do PMDB, a existência de concepções conflitantes sobre como conduzir o movimento popular ajudou o MAB a manter um equilíbrio entre o trabalho popular e a luta política mais ampla, o que fez com que ele se tornasse um dos mais bem sucedidos movimentos de bairros do País" (SCOTT, 1988: 217).

No entanto, a articulação dialética dessas concepções, nesse momento, é mais fruto duma conjuntura externa, que leva as forças intra-MAB a trabalharem/negociarem as diferenças frente a um inimigo comum, o regime militar (cf. como exemplo, a definição dos critérios para a eleição da Coordenação quando se discute o Regimento Interno do MAB, p. 103). O consenso obtido (soma) se dá na superfície, fruto duma conveniência conjuntural, mais do que na profundidade da criação dum "bloco histórico" (GRAMSCI). A necessidade da redemocratização do país soma os grupos.

Assim, no Congresso de fundação da Federação, em dezembro de 1981, o fracionamento interno se manifesta em toda sua profundidade, fracionamento provocado por essas concepções que buscam deter o controle, a hegemonia interna do Movimento.

Passados todos esses anos, já não se coloca mais, hoje, a questão da autonomia do MAB frente à Igreja -- mesmo porque ela está ausente do Movimento -- mas frente às concepções estreitas de tendências e partidos no interior do Movimento.

NOTAS DO CAPÍTULO 1

1. Sobre o desenvolvimento de Nova Iguaçu: QUEIROZ, 1981; BERNARDES, 1983; SOUZA: 1992.
2. "A população do Rio era de 1.156.873 em 1920; 1.764.141 em 1940; 3.281.908 em 1960; 4.251.918 em 1970; e 5.183.992 em 1980. O preço de imóveis no Rio sofreu um aumento real de 3,76 entre 1957 e 1976. 'Solo Urbano e Ação Pastoral', Documentos da CNBB, 23 (1982): A população das favelas superou o ritmo de crescimento global da população. De acordo com uma estimativa, a população da favela cresceu de 57.889 em 1933 a 965.000 em 1961. Fundação Leão XIII, Favelas: Um Compromisso Que Vamos Resgatar (Rio de Janeiro, 1962). Em 1980, mais ou menos 1,8 milhão de pessoas morava nas favelas do Rio" (SCOTT, 1988: 230).
3. Até a década de 40, a área do antigo Município de Nova Iguaçu correspondia aos atuais municípios de São João de Meriti, Duque de Caxias, Nilópolis (emancipados na década de 40), Japeri, Queimados, Belford Roxo (emancipados na década de 90) e Nova Iguaçu. Antes dessas últimas emancipações Nova Iguaçu compreendia uma área de 76.400 ha.
4. "Primeiros Ciclos de Debates Populares do MAB", mimeógrafo, novembro 1980.
5. "Nova Iguaçu - Município problema", tese ao II Congresso do MAB, 1981.
6. Detalhes do Movimento de Bairros em Nova Iguaçu anterior a 1964, veja QUEIROZ, 1981: 89-126.
7. Bráulio Rodrigues da Silva, AM Monte Líbano e Adj. da coordenação do MAB antes deste se tornar federação e diretor nos mandatos 86-87 (pós IV Congresso) e 88-89 (pós V Congresso).
8. Alguns líderes do MAB remanescentes da luta de bairros antes de 1964 identificados; Bráulio Rodrigues, Telines Basílio do Nascimento e Luís Gonzaga (entr. Bráulio Rodrigues, 22/07/91).
9. Com a decretação do AI-5 em dezembro de 1968, expressão máxima da ditadura militar, inaugurou-se no Brasil o período de maior rigor e repressão políticos do regime de 1964.
10. "Você, em termos de contexto, não pode desconhecer que o fim dos anos 60 foi o final da alternativa foquista, que vendo que não tinha muita facilidade na linha da luta armada... Houve a reformulação. Apesar de que, sei lá, o pessoal do PC do B estava nessa época na luta do Araguaia... Mas, enfim, a prática na cidade e demais, era mais de movimento de massa, de atuação no movimento de massa" (entr. Carlos Minayo, 07/08/91).
11. João Batista de Assis, origem da Igreja, AM Jd. Marajoara, diretor do MAB mandatos 90/91 (pós VI Congresso) e 92/93 (pós VII Congresso).

12. Para uma introdução à percepção da Igreja e da Política de D. Adriano, ver "entrevista com D. Adriano", *Vozes*, 75 (jan-fev/81); e a entrevista com D. Adriano em *SEDOC*, 11 (1978/1979): 496-511.
13. Carlos Minayo, hoje padre casado, ex-assistente nacional da Ação Católica (ACO), assessorou os agentes de pastoral da diocese de Nova Iguaçu até 1974, período que antecedeu a chegada dos quatro sanitaristas a Nova Iguaçu.
14. Matheo Vivalda (Pe.), diretor da Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu por ocasião do surgimento do MAB, ainda hoje vigário em Heliópolis.
15. Trata-se dos médicos sanitaristas: Antônio Ivo de Carvalho e Anna Leonor de Carvalho.
16. Essa análise, também partilhada por Azuleicka Sampaio (entr. em 14/08/91), e por muitas outras pessoas sobre as origens do MAB, de que os sanitaristas "foram tomando consciência", não encontra respaldo nos documentos de então (*Diário da práxis dos sanitaristas*, documentos e projetos da Cáritas e entrevistas). Nestes há fortes indícios de que já havia uma intencionalidade ("*Diário da Práxis dos Sanitaristas*" é o título dado por mim aos manuscritos de um dos sanitaristas, fundadores do MAB, manuscritos relativos à sua experiência político-educativa e educativo-política, entre 1975 e 1978, nos bairros de Cabuçu, Luz e Austin. Nele se descortina a atuação dos 4 médicos para o surgimento e determinação do Movimento a partir do trabalho com saúde, o papel e a atuação desses agentes no processo, seus interesses e conflitos com a Igreja) (in arquivos do CEAC).
17. Carlos Roberto de Andrade Trigo, AM Belford Roxo-Centro, diretor do MAB gestão 88-89 (pós V-Congresso). Se afastou antes do término do mandato.
18. "A Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu é uma sociedade civil, filantrópica, inserida na pastoral da Diocese para exercer atividades de assistência social, educacional e de saúde, visando o menor, a juventude, a família e a comunidade, numa **promoção integral**" ("Programa Comunitário de Assistência Materno-Infantil", projeto financeiro à **Inter-American Foundation**, 11/04/75 - grifo meu).
19. Ugo Vasconcelos Paiva (Pe.), então na Coordenação da Pastoral da Diocese de Nova Iguaçu, hoje ex-padre, foi um dos mentores do MAB. Segundo Matheo Vivalda "apareceram em Nova Iguaçu os 4 médicos e quem trouxe, quem fez a ponte foi o Pe. Paiva. Gente conhecida do Paiva, médicos interessados realmente em fazer um trabalho social e, parece, não encontrando espaço no Rio vieram para Nova Iguaçu" (entr. Matheo Vivalda, 27/03/92, cf. também Ugo Paiva, 17/12/91).
20. Pertenciam a esse grupo de pastoral que assessorava D. Adriano, entre outros, os padres e agentes de pastoral: Pe. Matheo Vivalda, (diretor da Cáritas Diocesana); Pe. Henrique (vigário da Catedral); Pe. Agostinho Pretto (Assistente da Pastoral Operária); Pe. Ugo Paiva (Coordenação da Pasto-

ral da Diocese de Nova Iguaçu).

21. No início das atividades, quando ainda não se articulava o MAB, haviam projetos financeiros da Cáritas junto a entidades no exterior em apoio aos Amigos de Bairro. Posteriormente, com a articulação do Amigos de Bairro e seu crescente grau de autonomia surgiram projetos do MAB, avalizados pela Cáritas (a quase identificação da Cáritas setor Saúde, seus agentes de saúde, com a liderança do Movimento Amigos de Bairros assegurava a aprovação dos projetos do MAB). Há ainda que se lembrar dos vários mini-projetos localizados nas paróquias que os vigários levantavam no exterior em apoio a muitas AMs.
22. Inúmeras paróquias e CEBs cederam salas para as reuniões dos Amigos de Bairro, das AMs (muitas delas ainda hoje têm suas sedes em salões de comunidades da Igreja Católica), emprestaram seus mimeógrafos e carros para o Movimento, reproduziram panfletos, divulgaram com veemência as reuniões e eventos do Movimento nas suas celebrações etc.
23. Artur Messias, origem de Igreja -- grupo jovem, AM Pq Ludolf e adj., não foi diretor do MAB, acompanha o Movimento desde 1979, Vereador pelo PT em 91/92 (assumindo a suplência de Rosely de Souza) e reeleito em 1992.
24. Os médicos sanitaristas pertenciam ao MR-8, com militância no movimento estudantil universitário. Tinham sido presos. Eram do Rio de Janeiro, agora com residência em Nova Iguaçu.
25. Ivo Lesbaupin, ex-dominicano, companheiro do Frei Betto, hoje no IBRADES, assessor da Pastoral Operária na região do Lote 15 entre 1976-1982.
26. Azuleicka Sampaio Rodrigues, origem Igreja -- CEBs, AM Piam, da coordenação do MAB antes deste se tornar federação, presidente do MAB mandatos 84/85 (pós III Congresso), 86/87 (pós IV Congresso) e vice-presidente mandato 88/89 (pós V Congresso).
27. A Cáritas Diocesana, através de seu diretor Pe. Matheo Vivalda, em 11 de abril de 1975, solicitou à Inter-American Foundation financiamento para o "Programa Comunitário de Assistência Materno-Infantil" no Bairro Cabuçu, a ser desenvolvido no período de novembro de 1975 a novembro de 1976. O projeto aprovado pela entidade seria posteriormente renovado (conforme entr. Matheo Vivalda, 27/03/92).
28. "Diário da práxis dos sanitaristas" (o. c.).
29. Conforme "Programa Comunitário de Assistência Materno-Infantil" em Cabuçu, pedido de refinanciamento em 5 de abril de 1976, para o período de novembro de 76 a novembro de 1977, endereçado à Inter-American Foundation, entidade norte-americana, financiadora do programa.
30. Conforme correspondência da Cáritas à Inter-American Foundation, em 8 de junho de 1977.

31. O Centro de Formação de Líderes é uma Casa de Formação da Diocese de Nova Iguaçu, situado no Bairro Moquetá, em Nova Iguaçu. Por muito tempo, este Centro foi local da sede da Cáritas. Até outubro de 1985, quando comprou e inaugurou sua sede própria, o MAB fez seus encontros e reuniões neste Centro.
32. Não se confunda aqui o espaço geográfico da Diocese, e portanto de atuação da Cáritas Diocesana, que na oportunidade abrangia os municípios de Nova Iguaçu, Nilópolis e S. João de Meriti, com o espaço geográfico do MAB restrito ao Município de Nova Iguaçu. Isso explica a presença imediata de representantes de outros municípios nos encontros dos ambulatórios da Cáritas.
33. Conforme avaliação do "Programa Comunitário de Assistência Materno-Infantil", feita pela equipe de saúde da Cáritas, em fevereiro de 1978 (arquivo CEAC).
34. Em 9 de agosto de 1992, em entrevista ao Jornal O Dia, falando do processo de sua sucessão, D. Adriano fazia um balanço de seus 26 anos como Bispo de Nova Iguaçu: "Em 26 anos aconteceram muitas coisas. Lembro, por exemplo, a atmosfera de repressão e de perseguição nos anos do governo militar, o seqüestro pelo qual passei em 22 de setembro de 1976. Houve momentos desagradáveis como a falsificação do jornal diocesano A Folha, em 29 de maio de 1977, a explosão de uma bomba sob o altar da catedral, pichações, panfletos. Mas aconteceu também a renovação da pastoral, segundo os princípios do Vaticano II, como a restauração litúrgica e a maior participação dos leigos na vida interna da Igreja" (O Dia, 09/08/92).
35. Os representantes de Carmari falaram da pesquisa que seu Grupo de Amigos de Bairro estava fazendo.
36. O cabeçalho dos relatórios que até o 5º Encontro saiu "Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu - Grupos de Saúde", vai mudando aos poucos até chegar a "Amigos do Bairro" no 8º Encontro.
37. Mais precisamente, trata-se do Centro Comunitário dos Bairros Jd. Boa Esperança, Caioaba, Nova América e Adjacências.
38. Avaliação do "Programa Comunitário de Assistência Materno-Infantil" de Cabuçu, fevereiro de 1978.
39. Sobre o poder/autoridade vigentes e reconhecidos, mas não legitimados, ver HINKELAMMERT, 1983: 203-211.
40. Em levantamento junto aos "Encontros" identifiquei 7 bairros que com certeza, participaram desta primeira Coordenação: Carmari, Parque Flora, KM 32/Guandu, Shangri-lá, Centro Comunitário Jd. Gláucia, Tinguazinho, Piam. O oitavo bairro, provavelmente, foi Santa Rita.
41. Confirmando o avanço político-educativo do Movimento, avanço qualitativo, são matérias nesta nova etapa do "Encon-

tro": "Vidigal resiste à remoção", "São Paulo: Movimento do Custo de Vida", "Belo Horizonte: 22 bairros lutam por condução" (Encontro 14, maio 1978); Rio: "Vila Aliança, 3500 elegem Conselho", "Rocinha faz mutirões" e "Favelados discutem remoção" e "São Paulo: custo de vida dá samba" (Encontro 15, julho 78); "Favelados reativam FAFERJ", "Salvador: famílias lutam pela condução" (Encontro 16, outubro 78); "Goiás: a luta do custo de vida"; "Rio: favelados formam chapa de oposição" (Encontro 17, fevereiro 79).

42. Bairros do Lote 15 presentes à assembléia: Lote 15, Apolo XI, João XXIII, Pq. União, Pq. Ferreiras, Pq. Esperanças, Vasco, Pq. Amorim, Outeiro, Santa Emília, Roseiral, Gláucia (Encontro 15, julho de 78).
43. Os Amigos do Bairro que, duma ou doutra forma, já se somavam no MAB eram os recém-criados Ambaí, Pq. Flora, Nova América, Carmari, Vila Nova, Shangri-lá, S. Francisco, Piam, Xavantes, Nova Aurora e os já existentes Tinguazinho, Boa Esperança, AM Guandu (KM 32) e o Centro Comunitário Jd. Gláucia.
44. "Convém observar as diferenças entre AMs, com caráter mais formal, registradas em cartório e com reconhecimento oficial, grupos de Amigos de Bairro que não implicam nestas exigências formais, bastando a existência de um núcleo de 21 pessoas para eleger um conselheiro para o MAB e finalmente comissões de moradores, uma simples representação do bairro para aquela determinada atividade" (BERNARDES, 1983: 212, nota 6).
45. Provavelmente pertenciam à nova Coordenação do MAB: Maria Lanaro, Dilcéia Quintella Nahon, Bráulio Rodrigues, Sinval Costa, Anna Leonor de Carvalho, Maria de Fátima de Souza Silva, Maria Cecília Cardoso, José Bertoldo Brandão, José Abranches Sobrinho, Antônio Ivo de Carvalho, Lúcia Regina Souto Noronha, Maria José de Souza, Nelson Nahon.
46. De acordo com anotações de Anna Leonor de Carvalho, da Coordenação do MAB, a eleição de cada membro da Coordenação deveria ter como "critérios: ser membro ativo de Grupo de Amigos de Bairro; ter experiência; ter espírito comunitário; ter tempo disponível; ser fixo; ter participado da reunião da Coordenação velha pelo menos uma vez". A Coordenação eleita teria como "funções: ligação entre regiões; orientação geral do Movimento; Jornal 'Encontro'; finanças; representação do MAB; apoio a bairros novos; arquivo; preparação da eleição de outra coordenação até o fim de 1979". (QUEIROZ, 1981: 156 s).
47. Em princípios de 79, 90% das 20 mil famílias iguaçuanas moradoras em conjunto Habitacionais do BNH achavam-se em situação irregular (Encontro 18, maio 79).
48. Na questão dos Conjuntos Habitacionais, além do presidente do BNH e representantes de financeiras, vão se envolver D. Adriano Hypólito, os deputados do MDB Francisco Amaral, Jorge Gama e José Eudes, Edson Klair (partido?), e o Ministro da Justiça, além da CDJP e o MAB.

49. Conjuntos ameaçados: Nova Califórnia, Monte Líbano, Manoel João Gonçalves, Sta Amélia, Botafogo, Rosa dos Ventos, Lídia Maurício, Grande Rio (Encontro 18, maio 79)
50. "Pedir apoio a outros movimentos existentes no bairro, tais como: Clubes de Mães, Pastoral Operária etc" (Circular do MAB, 31/05/79).
51. QUEIROZ, ao que tudo indica, refere-se ao crescimento quantitativo, pois a direção insensível ao crescimento qualitativo não manifesta qualquer preocupação com a formação-capacitação do MAB para a luta contra os antagônicos.
52. Ausentes os Amigos do Bairro de S.Vicente, Moradores de Rodilândia e adj., Ideal II, Moradores do B. Figueira, Soc. Amigos do Tinguazinho e AAB Jd. Boa Esperança. Destes, dois permaneceram sob seu raio de influência, enquanto quatro só retornarão a partir do III Congresso (1983). De acordo com levantamento no "Encontro" e documentos do MAB, do 8º Encontro (quando pela primeira vez o Encontro sai com o cabeçalho "Amigos de Bairros") até o 16º Encontro, incluído, quando aconteceu a Primeira Assembléia do MAB, o mesmo já tinha sob seu raio de influência cerca de 56 bairros. Desse, no entanto, 24 (em torno de 43%) não participaram da Assembléia dos 800. Sendo que 10 brevemente voltarão ao MAB (até o II Congresso, incluído), outros 9 durante os anos 80 e 90, enquanto 7 (12,5%) nunca mais aparecerão (cf. Anexo 2, quadro I). Dos 77 bairros sob influência do MAB (do 8º ao 18º Encontro) até a Assembléia dos 3000, 34 (cerca de 44%) não participaram da mesma. Sendo que 12 se reintegrarão ao MAB até o II Congresso, incluído; 15 nos anos 80/90 e 7 nunca mais (cf. Anexo 2, quadro I).
53. Há aqui uma confusão conceitual ou posicionamento ideológico-político que não faz distinção entre os conceitos "proposta" e "reivindicação". Enquanto à proposta não cabe a exigência mas o diálogo, a negociação, à reivindicação cabe reclamar, exigir, requerer, cobrar, pressionar. E reivindicar é o que o MAB como um todo (direção, base e massa) buscou fazer antes, durante e após a Assembléia dos 3000. Ao que tudo indica, a direção ainda vacilava entre o diálogo e o confronto com o poder municipal. O fato é que esta imprecisão conceitual/política da direção acabaria sendo umas das razões das divergências intra-MAB e do racha já no Congresso de fundação da Federação MAB, dezembro 81.
54. Os assessores da Primeira Coordenação de 19 foram os médicos Ana Alice Teixeira, Antônio Ivo de Carvalho e Anna Leonor de Carvalho.
55. "O Movimento Amigos de Bairro (MAB) é uma organização independente de moradores que congrega as diversas Associações e Grupos de Amigos de Bairros e organizações afins do Município de Nova Iguaçu, tendo por finalidade:
a) Lutar permanentemente junto aos Poderes Públicos pelo atendimento das reivindicações dos moradores e pela melhoria das condições de vida nos bairros populares do Município.

- b) Promover o intercâmbio e a integração entre as Associações e Grupos de Amigos de Bairro na sua luta por melhores condições de vida.
- c) Coordenar e dirigir as lutas e atividades mais gerais de interesse do conjunto dos bairros.
- d) Apoiar e estimular a fundação de novas Associações e Grupos de Amigos de Bairro.
- e) Estimular, a partir das Associações e Grupos de AB, o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e esportivas, tanto no nível local, quanto no nível regional e municipal.
- f) Prestar solidariedade ao conjunto das lutas do povo trabalhador, mantendo relacionamento com outras entidades populares e organizações de classes ligadas ao movimento da classe trabalhadora" (Regimento Interno, capítulo 1, item 1).

56. Coordenação do MAB eleita em 11 de janeiro de 1981 (19 membros):

Anna Leonor de Carvalho (Juriti)
 Antônio Ivo de Carvalho (Mesquita -- Centro)
 Azuleicka Sampaio (Piam)
 André Borges (Paraíso)
 Bráulio Rodrigues (Monte Líbano)
 Carmem Lúcia Ramos (Vila Emil)
 João Valani (Xavantes)
 Jorge Anselmo dos Santos (Pq. Amorim)
 José Abranches Sobrinho (Pq. Flora)
 José Bertoldo Brandão (Pq. Flora)
 Lurdes Batista Pereira (Carmari)
 Lúcia Regina Souto Noronha (Ponto Chic)
 Maria Fátima de Souza Silva (Sto Elias)
 Maria José de Souza (Jd Guandu)
 Nelson Nahon (S. Bernardo)
 Raimundo Neves (Caioaba)
 Antônio Cândido de Oliveira (Vale do Ipê)
 Sinval Costa (Chavascal)
 Terezinha Lopes (Jd. Gláucia)
 Ana Alice Teixeira Pereira (assessora)
 Para Conselho Fiscal: João Sena (Xavantes), João? (Monte Líbano), Antônio? (S. Teodoro) e o suplente Wilson Antunes (Grande Rio) (cf. Encontro 24, fevereiro 81).

57. A Taxa Municipal de Iluminação Pública foi criada nos inícios de 1981, a partir dum convênio Prefeitura e Light. Após esta passeata, as iniciativas do MAB se restringirão à criação de uma comissão encarregada de travar contatos com a Light e a Prefeitura e ao encaminhamento de um abaixo-assinado visando entrar com uma ação popular contra sua cobrança ilegal. Todavia, tais iniciativas não atingiram seus objetivos, pois ficaram centralizadas nas mãos dos advogados, sofrendo os empecilhos da tramitação legal, diluindo-se, portanto, a luta, nos labirintos da legalidade. Ainda hoje a taxa continua a ser cobrada a toda população iguaçuana indistintamente, servida ou não pela iluminação pública. Das grandes lutas do MAB, essa foi "a que menos mobilizou a massa (...) É uma cobrança inconstitucional mas nós não tivemos a capacidade de mobilizar o povo" (Entr. Bráulio Rodrigues, 22/07/91).

CAPÍTULO 2

**TRAJETÓRIA DA FEDERAÇÃO DAS AS. DE MORADORES DE NOVA IGUAÇU
(dezembro 1981 a 1992)**

58. A reforma partidária, ainda restritiva, fez com que o PCB, o PCdoB e o MR-8, forças no MAB, permanecessem abrigados no PMDB.

Este segundo capítulo, compreendendo a história do MAB desde o seu II Congresso (dezembro 1981), quando se constitui como Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu, até o seu VII Congresso (dezembro 1991), destaca o contexto sócio-político-econômico, congressos, as concepções em conflito, principais lutas, grau de mobilização e de organização, o relacionamento vanguarda-base-massa e a práxis político-educativa e educativo-política no e do Movimento ao longo desse período.

1. II Congresso do MAB (dezembro 1981)

O fato mais marcante no MAB em 1981, é a realização do II Congresso Municipal das Associações de Moradores em 5 e 6 de dezembro de 1981 (1), quando a entidade se efetiva como Federação e elege sua primeira direção. A proposta de legalização do MAB enquanto Federação, praticamente consensual ao nível da sua direção, objetiva facilitar a atuação do MAB naqueles espaços onde a luta envereda por caminhos jurídico-constitucionais (cf. BERNARDES, 1983: 187):

"A nossa legalização como Federação é hoje um importante passo para aumentar a nossa luta e representa um grande passo na nossa organização" (Encontro 30, setembro 81).

A realização do Congresso é aprovada numa reunião do Conselho de Representantes. Nela a Coordenação fica encarregada de constituir uma comissão para preparar o Congresso. Apesar de tal deliberação ter sido tomada com certa antecedência, somente alguns meses antes do evento é iniciada a sua preparação, não havendo maior aprofundamento das discussões nas bases. As bases são mobilizadas mais para garantir a legalização das Associações,

conforme exigência para terem representantes no Congresso com direito a voz e voto (cf. BERNARDES, 1983: 187).

"Constituiu, portanto, mais um processo burocrático de legalização do MAB como entidade jurídica e, apesar de importantes questões políticas estarem em pauta, estas não foram discutidas" (idem: 187)

Dessa forma, o MAB perde uma boa oportunidade de avançar na sua capacitação para a luta contra os antagônicos, ficando no superficialismo da luta, no ativismo político:

"Ainda que deste Congresso tenha saído um programa mínimo de governo, a sua elaboração se deu muito mais a partir da denúncia dos problemas e do esboço de algumas propostas de como deveria ser governado o Município de Nova Iguaçu. Entretanto (...) tal programa não foi resultado de um processo de discussão e análise que culminasse com a realização do Congresso" (ibidem: 187).

Estão presentes ao Congresso 54 AMs (cf. Anexo 2, quadro VII) com 486 delegados inscritos (cf. Anexo 2, quadro IVa).

Além da presença de entidades, deputados e vereadores, destacam-se nesse Congresso, a presença da Igreja e de suas entidades (Cáritas, CDJP, representantes da Diocese e a presença do Bispo D. Adriano Hypólito). Nos Congressos posteriores essa presença da Igreja Instituição se reduz até se anular completamente. Há um paulatino afastamento da Igreja.

"O fato mais marcante deste Congresso foi o acirramento das divergências no interior da direção que afloraram mais em função da disputa pela hegemonia no interior da Coordenação do que em decorrência de concepções diferentes acerca da orientação que vinha sendo imprimida ao Movimento" (BERNARDES, 1987: 21):

A eleição da nova Coordenação leva a disputas violentas.

Duas chapas, inicialmente, aparecem disputando a direção (2). As duas, praticamente, com a mesma composição de pessoas (14 nomes comuns). A disputa se dá entre elas na distribuição dos cargos. Nesse impasse, lideranças ligadas ao PMDB não compuseram com a chapa 1 (cf. Capítulo 2, nota 2), a qual se recompôs no último instante, batendo-se, então, chapa contra chapa.

Num depoimento em 24 de junho de 1992, Azuleicka Sampaio, recuperando o histórico desse racha, diz: "O que motivou o racha foi a cabeça da chapa. Um grupo defendia Terezinha Lopes e outro Bráulio Rodrigues. No impasse, Adair Rocha (PT-Rio) veio dialogar comigo, na mesa, para uma composição (o pessoal da chapa acordando também): 'Se você entrar na cabeça da chapa, a gente fecha com a chapa de vocês'. Havia um consenso... A última palavra foi dada por mim. 'Decisão em cima da hora?' Com pouca visão política, eu não conseguia entender porque tinha que ser assim. E eu disse 'não!'" (sic).

O resultado desse processo todo não poderia ter sido mais desastroso para o Movimento. Muitos líderes das origens do MAB, inclusive os quatro médicos são derrotados. Doze dos dezenove membros da Coordenação perdem a direção. A Coordenação modifica-se. A hegemonia do MAB passou ao PT-Igreja (linha mais ba-sista), em composição com o PT tendências (Ala Vermelha, MEP) e o ainda ilegal PCdoB com 176 votos (3). O PMDB (MR-8, PCB, ala progressista do PMDB) e o setor Igreja sob sua influência ficam de fora com 121 votos.

Após o Congresso, acusações de manipulação se seguem pelos dois lados. Deflagra-se uma campanha pública de propaganda contra a chapa vencedora e de questionamento à legitimidade daquele Congresso, tentando anulá-lo. Faz-se até um abaixo-assinado. O documento, "É preciso impedir a destruição do MAB", lançado

10 dias após por lideranças não contempladas na nova direção, atesta a disputa interna acirrada e expõe a fratura do MAB. Esse documento leva a nova direção a defender a sua "verdade" e a contra-atacar no Encontro 32, janeiro 82. A nova direção reconhece, então, que realmente "existem concepções diferentes sobre o Movimento popular e é preciso que os participantes do MAB em seu conjunto tomem conhecimento disto, para decidir o futuro do MAB". Mas, para que o Movimento não perca seu norte de luta, alerta:

"Nosso inimigo principal hoje é esse regime que nos sufoca e oprime. Divergências no interior do Movimento Popular existem, mas é preciso levar o MAB adiante. A unidade se constrói no trabalho do dia-a-dia. O momento agora é de luta e de unirmos todas as forças" (idem).

O fato é que "permeia este quadro, o acirramento das diferenças partidárias num contexto de disputa eleitoral de pluripartidarismo, ao contrário do início, quando o Movimento se inseria numa conjuntura de bipartidarismo político" (BERNARDES, 1987: 21 - grifo meu). "Aí cada um queria ter sua predominância, a hegemonia dentro do Movimento" (entr. Bráulio Rodrigues, 22/07/91).

Sem contar com a experiência das lideranças excluídas da direção no Congresso e com um frágil equilíbrio interno (brigas internas), a nova direção tem muita dificuldade para trabalhar (entr. Ivo Lesbaupin, 02/92). Isso provoca o esvaziamento da direção. Já no segundo semestre de 82, quatro diretores, chamados à última hora para recompor a chapa 1 do II Congresso, tinham se afastado da direção do MAB (cf. asterisco nota 3).

O aumento das tensões internas e o forte envolvimento das principais lideranças no processo eleitoral de 1982 restringem

a atuação do MAB. Tudo isso, de certa forma, alimenta a desmobilização das bases e da massa sensibilizada.

Na eleição do Conselho Fiscal do MAB durante a reunião do CR, em 14 de fevereiro de 1982, formalmente se recompõe a "unidade" do Movimento: "Concorreu somente uma chapa que foi aprovada por todos os conselheiros, havendo duas abstenções. Foi uma chapa de unidade, que representou um avanço dentro do MAB, onde posições minoritárias que apontavam para a divisão (...) voltaram para o interior do Movimento como oposição" (Encontro 34, março 82 - grifo meu). Na prática o fracionamento permanece:

Em 11 de julho de 1982, numa reunião específica para "avaliação política do MAB", a direção verifica que o conjunto não tem investido naquela que é a luta de maior destaque no período, a dos transportes: "Infelizmente notamos que as divergências internas se refletiram no Movimento do Transporte, quando vários companheiros e Associações não jogaram peso na luta".

Verifica ainda, que nas reuniões do CR, "tem diminuído muito a participação dos Conselheiros (...) Muitas associações não têm enviado nenhum representante".

Frente a esse esvaziamento, a direção propõe que, a partir da reunião de agosto, de 3 em 3 meses, se avalie o Movimento na reunião do CR.

A diretoria avalia, ainda, que as divergências internas se refletem também nos Regionais, fazendo com que os mesmos não cumpram seu papel de facilitar a troca de experiências e de auxílio entre as associações: "Há muito tempo não se realizam encontros regionais. Grande parte das associações não participam ativamente, e as que vão na maioria são sempre as mesmas pessoas" (sic).

Identifica, também, que as associações "em sua grande maioria são muito frágeis, com pouca participação e reconhecimento no bairro. Falta planejamento e maior organização, as discussões geralmente são sobre problemas locais, sem que se consiga uma conscientização maior, ligando estes problemas a outros mais sérios. Sendo portanto o apoio a outros movimentos inexistente e, quando há fica limitado a alguns membros da diretoria. A mobilização para as lutas do MAB também é pequena na maioria das associações" (sic).

A propósito da direção do MAB, avalia: "A diretoria assumiu um trabalho muito difícil onde a luta interna fazia com que fosse quase impossível conduzir satisfatoriamente o Movimento. Tem tido dificuldade de acompanhar e fortalecer o trabalho das associações, e de dinamizar as regionais. Alguns membros da direção não têm participado das reuniões nem assumido as tarefas, o que sobrecarrega trabalho de alguns da diretoria. Falta à diretoria um maior amadurecimento ao trabalho de superestrutura" (sic - grifo meu).

Preocupada com esta despreparação do MAB, a direção se propôs "planejar e organizar debates sobre temas de interesse geral, inclusive as eleições".

Segundo depoimentos de pessoas ligadas ao CEDAC (4), entidade de educação popular na linha auto-gestionária, em 1982 diretores do MAB ligados à Igreja iniciam um trabalho de formação junto à direção do MAB, um curso de planejamento estratégico acompanhado pelo CEDAC, assessorado por Chico Whitaker. Há um primeiro encontro de dois dias. Um segundo encontro não acontece porque não há consenso na direção entorno desse processo de formação: o fracionamento interno impede, nesse momento, o processo de formação e capacitação de suas lideranças.

Após o Congresso de fundação, embora aumente progressivamente o número de AMs filiadas -- entre dezembro de 81 e dezembro de 91, 290 AMs se filiam ao MAB (cf. Anexo 2, quadro VII) --, o MAB não tem a mesma força de mobilização de rua.

Os conflitos internos acabam fazendo o jogo do Governo: "Até 1982, o regime saíra-se relativamente bem na tentativa de institucionalizar um sistema elitista, mesmo dentro de um esquema de fortalecimento eleitoral, enquanto a oposição estava um tanto desarticulada. Faltava agora aos movimentos populares o crescimento dinâmico que fora característico do período de 1974/1980" (SCOTT, 1988: 218).

Logo após o II Congresso, a única luta do MAB a merecer destaque é a dos transportes (cf. p. 149 ss), já que nesse período o alvo das atenções são as eleições para Governador, para assembleias estaduais e municipais, assim como prefeituras. E as eleições de 1982 estimulam muitos debates e conflitos dentro do Movimento.

Oficialmente o MAB adota uma posição de autonomia frente aos partidos políticos. Isto é, enquanto Movimento o MAB não opta por nenhum partido em particular, mas mantém-se aberto a todos os indivíduos, não importando qual seja sua filiação partidária. Na prática, diversos líderes do MAB, candidatos ou não, reconhecendo a importância de se eleger indivíduos comprometidos com o Movimento, estão bastante comprometidos com o processo eleitoral: "Aproximadamente uma dúzia de líderes do MAB concorreu às eleições; todos, com apenas uma exceção, estavam no PMDB ou PT" (SCOTT, 1988: 218).

"Cabe ressaltar, ainda, que o espaço aberto pelo processo eleitoral não foi devidamente aproveitado pelo Movimento que ficou ofuscado pela disputa partidária, não tendo demonstrado

maiores iniciativas de capitalização dessa conjuntura no sentido de empreender maior ofensiva. Nessa fase limitou-se à realização de um debate com os candidatos (em outubro) para cobrar-lhes maior comprometimento com o movimento popular, através da assinatura de uma carta contendo um programa mínimo" (BERNARDES, 1983: 189 s).

O resultado das eleições vem a ser uma grande decepção para os líderes do Movimento. A direção do MAB superestimara a sua capacidade de mobilização e, conseqüentemente, a de traduzi-la em votos. Nenhum dos candidatos populares de Nova Iguaçu é eleito. Leonel Brizola vence em Nova Iguaçu por grande diferença de votos, e o PDT ganha com facilidade as eleições municipais.

Se a nível de Brasil, o PMDB é o depositário de uma grande esperança, ressurge a nível do Rio de Janeiro o populismo brizolista.

No 1º de dezembro de 1982, o Regional II do MAB, avaliando as eleições, após afirmar que "o povo ainda não acredita na sua própria força organizada", "não está acostumado a ter que participar e lutar para as mudanças acontecerem", reconhece que **"temos muito que crescer e conquistar uma representatividade maior no nosso Município"** (grifo meu).

Se, por um lado, o resultado das eleições abala as "seguranças" da direção e lideranças do MAB, por outro, acaba possibilitando que descortinem o significado mais profundo da luta a partir de então:

Ao avaliar que "a Ditadura Militar foi abalada por essas eleições (...) mas o sistema capitalista de exploração sobre o povo trabalhador não foi abalado", a direção do MAB tem ao seu alcance, a partir da sua prática, a oportunidade de distinguir

"regime de governo" e "sistema econômico". Confusão conceitual e prática geradas na gênese do MAB, quando MAB e oposições são todos contra a ditadura militar. Uma coisa é ser contra a ditadura militar, que atinge um universo mais amplo de pessoas. Outra coisa é ser contra o sistema econômico, contra o sistema capitalista e suas formas de exclusão, o que é mais restrito. No entanto, a direção não percebe que a oposição, na sua totalidade, é contra a Ditadura Militar, mas só uma parcela dela é contra o sistema capitalista. Para a grande maioria da oposição, na qual se inclui também a massa popular, a luta é pela melhoria das condições de vida, pela redemocratização do País, e não pela mudança do sistema econômico.

Apesar dessa superficialidade frente ao sentido mais profundo de sua luta, algumas propostas, ainda naquela avaliação, apontam para um salto qualitativo da direção.

Uma das propostas aponta para a necessidade da direção encontrar uma metodologia, que leve a base e a massa sensibilizadas a avançarem politicamente: "Nosso trabalho, a nível da comunidade não tem feito as pessoas avançarem politicamente (ex.: duas ou três pessoas assumindo pelas outras nas associações). Temos que encontrar uma nova metodologia. Nossas propostas precisam ser fáceis para a compreensão do povo. Não podemos ser paternalistas. Temos que conseguir aumentar a participação e a consciência do povo de nossos bairros" (idem - grifo meu).

Outra proposta aponta para a necessidade da capacitação dos não-antagônicos: "Temos que subsidiar o Movimento com discussões políticas (ex.: convidar para o CR analistas políticos para analisar a situação econômica, o FMI, etc...)" (ibidem).

Em janeiro de 1983, a direção do MAB observava "que muitas Associações caminham com dificuldade no que se refere à parti-

cipação, divulgação e organização. Hoje ainda são poucas as intervenções da maioria das lideranças, seja no CR, seja nas Regionais" (Encontro 36, janeiro 83, sic - grifo meu).

"Apesar das conquistas do MAB, suas tarefas tornavam-se mais complicadas à medida que o Movimento amadurecia. Mobilizar a população local continuava sendo difícil, em função do problema de segurança da região, o caráter ruim e relativamente caro dos transportes, a escassez de tempo e sobretudo a despolitização da maioria do povo. Problemas financeiros continuavam a limitar o Movimento. A repressão abrandou-se, mas a estabilidade da abertura ainda estava em dúvida. Até as eleições de novembro de 1982, a Prefeitura mantivera-se totalmente indiferente ao MAB e às exigências populares" (SCOTT, 1988: 218).

Agora abrem-se perspectivas. A mudança do quadro político estadual e municipal, e, sobretudo, os contatos com a nova administração municipal colocam para o MAB o desafio do relacionamento do Movimento com o novo Governo, de participar na elaboração do programa de governo.

A direção, entendendo a necessidade de uma reflexão ampla no interior do Movimento, refletir sobre os seus rumos nesse novo momento, envia em 18 de dezembro de 1982 a todas às AMs o documento "O MAB e o novo Governo" "para abrir e contribuir com esta discussão, que deverá ser aprofundada pelas associações" ("O MAB e novo Governo", 18/12/82).

Há anos o MAB vem reivindicando a participação popular na elaboração do plano de aplicação de verbas públicas. E, agora, a nível municipal se coloca "possibilidades de uma participação na elaboração do programa de governo" (idem - grifo meu). A direção, no entanto, alerta para se ver como será esta participação e "o reflexo disto nas AMs e no conjunto", pois, "durante

todos estes anos o MAB se consolidou como uma Organização de Moradores, independente dos partidos políticos" (ibidem). A direção alerta porque "Experiências passadas e históricas do Povo Brasileiro, demonstraram que a concentração das decisões em um pequeno grupo de indivíduos, e o atrelamento das Associações de Moradores e Sindicatos a um Partido Político ou a um determinado Governo levou ao enfraquecimento da luta, pois o principal não era feito: a participação efetiva e ativa do povo e sua conscientização" (ibidem).

No entanto, essas "experiências passadas", ao que tudo indica, estão colocadas para o MAB mais a nível teórico do que prático, pois intra-MAB se repetem os mesmos equívocos, em concepções que se excluem.

Continua a direção: "Por isto entendemos que todo e qualquer atendimento de nossas reivindicações será uma conquista de nossa organização e luta. E que isto deverá servir para nos animar a desenvolver um trabalho de conscientização, que tenha como resultado o aumento de participação ativa dos moradores e a criação de novas associações" (ibidem).

E conclui: "O MAB quer participar das decisões dos poderes públicos, mas de maneira independente: (...) acima de tudo entendemos que qualquer transformação na nossa realidade sócio-econômico só virá como fruto de nossa luta e organização (ibidem - grifo meu).

Disposto a participar, de maneira independente, das decisões dos poderes públicos, a partir de 1983 o MAB investe no relacionamento com os governos estadual e municipal.

Em 13 de março, organiza a primeira assembléia com o novo Prefeito. Do evento, no Col. Monteiro Lobato, participam 106 AMs e mais de 3000 moradores (Encontro 39, novembro 83).

No encontro o MAB apresenta 5 reivindicações principais:

- o passe-livre para estudantes;
- a extinção da taxa de iluminação pública;
- a participação ampla do MAB no Primeiro Congresso de Opinião Pública a ser promovido pela Prefeitura;
- a aprovação do Conselho Comunitário;
- a extinção da taxa escolar.

O Prefeito reafirma o compromisso assumido na campanha eleitoral, durante o debate com os prefeitáveis, de atender a todas elas. Após esta assembléia com o Prefeito, o Movimento, praticamente, se coloca em "compasso de espera". Com o passar do tempo e funcionando mal as inúmeras comissões criadas pela Prefeitura, algumas nem funcionando, o MAB volta a pressionar de forma mais intensa a administração municipal, fortalecendo a comissão de emergência e as audiências com o Prefeito (tese delegados AMs Sto. Elias e Banco de Areia, III Congresso do MAB).

E em 27 de março, o MAB participa do "Encontro com o Governador Brizola". A esse encontro, organizado pela FAMERJ, o MAB envia mais de 1000 pessoas em 13 ônibus. Ali elas entregam suas reivindicações ao Administrador Estadual.

Nota-se, da parte dessa direção, uma preocupação em envolver as AMs nas discussões, por exemplo, na discussão sobre a formação do Conselho Comunitário, aprovado pelo MAB em fevereiro de 1983 e apresentado ao Prefeito na Assembléia de 13 de março. A Circular 03/83, de 18 de abril, às AMs tratando do Conselho Comunitário diz "O objetivo da circular é apresentar as propostas para serem discutidas no interior do MAB". Inicia-tiva essa, de fundamental importância para o processo educativo-político.

Neste ano, o MAB tem grande participação no I Congresso

das Associações de Moradores do Estado Rio de Janeiro (FAMERJ), realizado nos dias 27, 28 e 29 de maio, na UERJ. Participam deste evento cerca de 300 AMs com 1250 delegados a nível estadual. Nova Iguaçu está presente com mais de 40 AMs.

À direção da FAMERJ concorre uma chapa única, eleita por aclamação. Dela participam 3 pessoas do MAB: Nelson Nahon como 3º vice-presidente, Antônio Ivo como secretário geral e Maria José como diretora. Jó Rezende é o presidente eleito. As forças do MAB na direção da FAMERJ indicam que o MAB caminha novamente para a soma das forças.

Nos dias 11 e 12 de junho de 1983, a Prefeitura de Nova Iguaçu promove o "Primeiro Congresso de Opinião Pública". Do evento, no Centro de Formação, Moquetá, participam cerca de 400 pessoas de 140 entidades representativas dos diversos segmentos sociais da comunidade iguaçuana. O MAB, através das suas associações é a força quase majoritária. Nesse Congresso, o MAB e as entidades populares vêem suas propostas aprovadas quase na sua totalidade, propostas que acabam não sendo colocadas em prática pelo poder público. Na verdade, o Congresso se reveste de um caráter demagógico, com tentativas da parte do poder público de cooptar o MAB e as entidades populares.

"No Estado inteiro, Brizola implementou práticas populistas visando ganhar o apoio popular. Diante da grave crise econômica, da estratégia do Governo Federal de reduzir os recursos dos governos de oposição e de uma minoria pedetista na Assembleia Estadual, Brizola teve dificuldades em efetuar grandes mudanças" (SCOTT, 1988: 218 s).

Tanto a nível municipal como estadual, o fato da oposição ter vencido eleições competitivas, livres, mas de não ter conseguido introduzir melhorias substanciais nas condições de vida

da população, cria novos problemas para o MAB. Como o MAB não investira no processo educativo-político, age e pensa na superfície do fenômeno político (o fenômeno revela e esconde, ao mesmo tempo). Suas lideranças não conseguem pensar em profundidade, refletir a política de então. Vivendo no mundo da pseudo-concreticidade política (KOSIK, 1989: 9-20), SÃO incapazes de se aproximar da política concreta, real, de então. Como declarou um líder do Movimento:

"Quando o PDS estava no poder, todo mundo sabia que o governo estava contra o povo. Com o Brizola, com o PDT, fica mais difícil. Brizola diz ser nosso amigo, mas a prática não é muito melhor do que a do PDS. Mas a maioria das pessoas não enxerga isso" (entr. a SCOTT, 21/01/85, 1988: 219 - grifo meu).

Por ocasião do seu III Congresso, o MAB avaliando o seu relacionamento com o poder público depois das eleições de 1982, afirma:

"Durante esse ano (1993) de relacionamento das Associações com os governos municipal e estadual já extraímos vários ensinamentos e alcançamos algumas vitórias. Conquistamos um maior espaço no que diz respeito a audiências e diálogo com o poder executivo. O MAB vem participando com uma representação nas Comissões de emergência, transporte, saúde e educação constituídas pela Prefeitura (...) Apesar desses avanços sentimos que muitas vezes a nossa participação não tem resultado em soluções concretas (...) Não temos influências nas questões chaves como elaboração do Plano de Governo e Reforma Administrativa..." (tese da chapa "unidade e ação", ao III Congresso -- grifo meu).

1.1. Movimento dos Transportes

Conforme o afirmado anteriormente, logo após o II Congresso a única luta do MAB a merecer destaque é a **dos Transportes**. Esta luta é deflagrada em 1982 em decorrência dos aumentos excessivos das passagens, a partir do segundo semestre de 1981. Tais aumentos antes decretados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) passam a ser autorizados pelas Prefeituras Municipais.

Atos em vários Regionais, um ato público no Centro de Nova Iguaçu em 5 de fevereiro, ampla panfletagem e propaganda através da imprensa antecedem a passeata/manifestação de 2000 pessoas, até a Prefeitura, em 26 de março de 1982. Na ocasião, através dum abaixo-assinado com 22 mil assinaturas, são encaminhadas ao Prefeito as reivindicações:

- Retorno das passagens aos preços anteriores ao aumento;
- Congelamento das mesmas por um ano;
- Passe-livre para estudantes uniformizados e para desempregados há mais de três meses.

Como desdobramento, em reunião no dia 6 de abril, na Prefeitura, o Prefeito e empresários se comprometem com o congelamento dos preços das passagens de ônibus até que exista uma solução para as reivindicações do MAB, e a formação de uma Comissão para viabilizar as reivindicações. Na ocasião os empresários se comprometem com a lei que garante passes de estudantes com 50% de descontos.

O MAB se soma ao ato da FAMERJ, no Palácio da Guanabara, dia 23 de abril de 1982, quando é entregue ao Secretário do Governador um abaixo-assinado com 50 mil assinaturas reivindicando o congelamento das passagens de ônibus do Estado do Rio de

Janeiro.

Na prática, as reivindicações não são levadas em consideração pela Prefeitura. Nos inícios de junho, desrespeitando os compromissos assumidos, o Prefeito decreta novo aumento das passagens. Em função disso, o MAB faz uma vigília de 11 dias e 5 noites à porta da Prefeitura. Exige a reunião prometida para estabelecer critérios técnicos para o transporte iguaçuano. Durante este período o MAB recebe apoio do CEP, um abaixo-assinado da FAMERJ com 500 assinaturas de AMS do Estado do Rio de Janeiro e um outro da Diocese de Nova Iguaçu, com assinaturas de 30 padres e do Bispo.

Ao mesmo tempo, uma comissão designada pelo MAB, pesquisa junto ao Departamento de Transportes Coletivos (DTC). Seu estudo minucioso comprova a defasagem entre a tabela de reajustes do salário mínimo e a do aumento das passagens.

De posse dos dados, o MAB encaminha uma Ação Popular que acaba indeferida pela Justiça. A Justiça alega ser o mesmo uma federação representativa de alguns bairros e não do conjunto da população de Nova Iguaçu.

Assim, em 30 de julho, o MAB realiza, sob chuva, nova manifestação com 500 pessoas até a Prefeitura.

A direção, em reunião no dia 11 de julho de 1982, avalia que o MAB avançara, assumindo novas formas de luta (vigília, ação popular). Destaca especialmente a luta do transporte que "elevou a consciência dos moradores, na medida em que foi travada contra os grandes empresários de ônibus, saindo do espaço único das reivindicações dos Órgãos Públicos".

Em dezembro é decretado novo aumento ilegal e o MAB discute como continuar a luta, agora sob novos administradores estadual e municipal.

Em 1983, acontece o grande ganho do MAB entorno dos transportes. Depois de muita pressão, consegue que o novo Prefeito (Paulo Leone) decrete, em julho, a criação duma Comissão Mista de Transporte. A comissão é composta por 2 representantes da Prefeitura, 2 do MAB, 2 da UIES (União Iguazuana dos Estudantes Secundaristas), 2 do Sindicato dos Rodoviários, 2 do Sindicato dos Empresários de Transportes Rodoviários e Câmara dos Vereadores. Ela tem como objetivo elaborar uma planilha de cálculos tarifários. Até então os aumentos das passagens são dados sem nenhum critério técnico, sempre de acordo com os interesses dos empresários.

O MAB forma uma Comissão Técnica para elaborar a planilha de custos. Nessa comissão conta com a assessoria técnica do engenheiro Vicente Loureiro, o qual define diante dos empresários os interesses populares. Eis aqui um salto qualitativo do MAB ao buscar fundamentar-se tecnicamente para uma luta mais incisiva.

Durante meses, o MAB, em conjunto com a Comissão Mista de Transportes, elabora uma planilha de transportes para o Município. Pressionado pelo MAB, que recompõe suas forças no III Congresso (dezembro 83), o Prefeito sanciona a planilha em 31 de dezembro de 1983, que é colocada em execução a partir de 1º de janeiro de 1984. A planilha prova que em Nova Iguaçu os transportes são cobrados acima do valor real. Nesse dia apenas 20% das linhas de ônibus têm aumento e muitas empresas têm que baixar os preços das passagens, quando os empresários estão exigindo um aumento de 30%.

Pela primeira vez, na história do Município, o Poder Público toma uma decisão com bases técnicas. Vemos aqui a importância duma assessoria, duma capacitação e fundamentação do mi-

litante para a luta.

Nesse momento, a direção do MAB já aponta o novo passo da luta dos transportes: "O próximo passo é a elaboração pela comissão de transportes, num prazo de 180 dias, de um Regulamento para o Sistema de Transportes em Nova Iguaçu, o levantamento dos dados reais do funcionamento das empresas de ônibus, e criação da tarifa social e passe-livre para estudantes uniformizados" (Panfleto MAB/FAMERJ, janeiro 1984 - sic).

Ainda em janeiro, o MAB se mobiliza a favor do Prefeito para obrigar os empresários a assumirem o decreto, já que estes têm como decisão ignorá-lo. O MAB faz manifestações públicas, leva denúncia à Secretaria da Justiça. Alguns ônibus chegam a ser apreendidos junto à Delegacia de Polícia.

E a luta dos transportes, aos poucos, vai capitalizando o descontentamento do Movimento e da população com a administração municipal. Paulo Leone, embora menos repressor e mais aberto do que os Prefeitos anteriores, se revela indiferente aos dramas da população e se vê às voltas com problemas de corrupção.

O MAB vai capitalizar a luta contra a corrupção municipal. Esta torna-se, a partir de 1986, a sua principal luta até a intervenção do Governo Estadual no Município de Nova Iguaçu (cf. 211 ss).

Já em meados de 1985 se avanta a possibilidade de "impeachment" contra o Prefeito. Nesta ocasião o MAB e a UIES se empenhando contra os aumentos abusivos das tarifas dos ônibus, vão ao Palácio da Guanabara e ameaçam o Prefeito, caso ceda à pressão dos empresários que querem majorar as passagens em 60%:

"O Prefeito Paulo Leone está arriscando, se atender os donos das empresas, a ter outras dores de cabeça. Juristas, do

Rio, consultados pelas Associações de Bairros, com apoio da FARMERJ, aventam a hipótese de um 'impeachment', precedido de uma Ação Popular, por descumprimento do preceito constitucional que considera o transporte coletivo um serviço público, sujeito a controle tarifário, com base em levantamento real de custos" (Jornal de Hoje, 26/06/85).

Os aumentos das passagens se sucedem, onerando o já parco poder aquisitivo da população iguaçuana. As arbitrariedades são tantas, que em pleno Plano Cruzado, desrespeitando o congelamento de preços decretado pelo Governo Federal, em 12 de junho de 1987 são majoradas as passagens municipais e inter-municipais. E o MAB faz um ato público em 24 de junho de 1987.

Nesse período, o governador Leonel Brizola já iniciara o processo de encampação de algumas empresas de ônibus pela Companhia Estadual de Transportes Coletivos (CTC). Desafinada com o Governador, a direção do MAB não capitaliza esta iniciativa. Sua posição política "era de total aversão a qualquer medida do Governo, mesmo quando algumas destas medidas interessavam ao Movimento" (tese "Regional V" ao V Congresso, Encontro Especial, novembro 87). Em 1987, com a posse do novo Governador do Estado, Moreira Franco, o processo de encampação é interrompido e as empresas devolvidas aos seus "donos", apesar das lutas e manifestações isoladas de AMs. Novamente a direção do MAB não aglutina o conjunto das AMs entorno dos transportes, agora para garantir a iniciativa da encampação, pois está afinada com o novo Executivo Estadual (cf. entr. Moisés Corrêa, 25/03/93) (5).

Em março de 1984, lutando pelo passe-livre para estudantes, o MAB conquista 75% de descontos nos preços das passagens para estudantes: "Em 28 de dezembro de 1984, os vere-

adores de Nova Iguaçu aprovaram a lei de nº 956, garantindo a gratuidade nas passagens de ônibus para estudantes de escolas públicas municipais e estaduais" (Jornal da FAMERJ, 22/03/85).

No entanto, só em meados de 1985, o Prefeito decreta o passe-livre para os estudantes uniformizados. Mas os empresários conseguem uma liminar na justiça. Por causa dessa liminar, a venda dos passes é suspensa pelos empresários em 1º de agosto.

O MAB, a UIES e a FAMERJ saem às ruas, em 30 de agosto do mesmo ano, exigindo o retorno imediato da venda dos passes. Ao mesmo tempo denunciam o desgoverno municipal (a permanência da cobrança ilegal e inconstitucional da taxa de iluminação pública; irregularidades na arrecadação municipal; desperdício de recursos públicos com gastos desnecessários e distribuição de favores), denunciam ainda a suspensão, pelo Prefeito, das audiências públicas com as AMs.

A luta pelo passe do estudante rende . Em 1988, após a posse do interventor Francisco Amaral na Administração Municipal, a UIES promove ato pelo passe-livre e o MAB se ausenta, alegando problemas de agenda. O fato gera certo desconforto para a direção: "Lamentando a ausência do MAB, o diretor (Milton Castro) lembrou que a conquista do passe-livre pelos estudantes é uma luta que o MAB encampou há anos" (Ultima Hora, 26/10/88).

O interventor, desde a origem ligado ao MAB (mais especificamente ao MAB de origem Cáritas e advogado da CDJP), ante a reivindicação da UIES, joga a questão do passe-livre para seu sucessor: "Argumentando que o passe dos estudantes resultaria em aumento da passagem para toda a população, Chico Amaral prometeu encaminhar o caso ao Prefeito que o sucederá" (Última Hora, 1º/11/88).

Ao que tudo indica, o problema de "agenda" do MAB para não participar dessa luta da UIES, tem por detrás as concepções em conflito no interior do MAB, conflitos entre lideranças do PT e do PMDB (que já se desdobrara em PMDB, PCdoB e PCB). Não há, da parte da direção do MAB, interesse em entrar em conflito com o interventor que, sendo quadro do PMDB progressista, sempre esteve próximo ao pessoal de origem do MAB.

Nessa época, a venda dos passes com 75% de desconto ainda permanece suspensa.

O movimento organizado (MAB, UIES, FAMERJ), depois de anos de luta, somente sob o governo Aluísio Gama consegue a aprovação do passe-livre para estudantes no município de Nova Iguaçu. Mesmo assim, duma forma restritiva e refém do clientelismo, pois só têm direito assegurado ao passe-livre os estudantes cadastrados, cadastro renovável mês a mês, sujeito a interesses outros: em maio de 1990, o jornal Hora H denuncia que a lei do passe-livre não está sendo cumprida.

Em 6 de maio de 1993, com o MAB enfraquecido e sem poder de intervenção, a Câmara de Nova Iguaçu aprova o projeto dos vereadores petistas concedendo "o passe-livre aos estudantes de 1º e 2º graus nos transportes coletivos urbanos". E assegurando o mesmo "a todos os estudantes uniformizados ou de posse da carteira escolar", barra o jogo clientelista embutido na lei do passe-livre até então em vigor. No entanto, aprovado e sancionado pelo Prefeito Altamir Gomes (PDT), eleito em 15 de novembro de 1992, o passe-livre estudante ainda hoje demanda muita luta.

2. III Congresso do MAB (dezembro 1983)

O III Congresso do MAB, em 2, 3, e 4 dezembro de 1983, acontece numa conjuntura onde ainda vigora a Lei de Segurança Nacional: recentemente tinham sido processados dois padres franceses e 13 posseiros no Pará; tinha sido decretado Estado de Emergência em Brasília por ocasião da Votação do Decreto Lei 2045 pelo Congresso Nacional. Enquanto a recessão econômica apresentava índices de desempregos nunca vistos no Brasil, iam surgindo Comitês de Luta Contra o Desemprego pelo Brasil afora.

Apesar dos novos desafios e de uma temporária desmobilização, principalmente devido ao fracionamento interno, o MAB ainda continua sendo um dos mais importantes movimentos populares do Estado.

O MAB chega ao III Congresso organizado em 7 Regionais e com 96/98 AMs registradas. E chega mais amadurecido. A experiência passada, excluindo da direção lideranças significativas, apontara para seu esvaziamento e enfraquecimento, refletindo na sua capacidade de mobilização:

"Diversas associações têm dificuldades de mobilizar. No CR e nas regionais do MAB, ainda há pouca participação dos representantes das Associações. O MAB enfrenta dificuldades em acompanhar o crescimento e a complexidade das lutas. O número de Associações cresceu muito, e o MAB não conseguiu gerar uma política capaz de absorver todo este conjunto (hoje existem mais de 30 Associações legalizadas que não estão filiadas ao MAB). A comunicação e a integração da diretoria da Federação com as Associações é precária" (Tese da chapa "Unidade e Ação", III Congresso do MAB -- grifo meu).

Embora a atual diretoria continue a afirmar que "somente

elevando o nível de consciência dos moradores conseguiremos fortalecer o Movimento" (Encontro 39, novembro 83), seu editorial é todo entorno da unidade do Movimento:

"Hoje, todos nós moradores estamos colocados frente a um momento em que toda entidade democrática, independente e popular, busca superar os problemas no seu interior para avançar, seja nos aspectos organizativos, mobilização e discussão, seja nas lutas a serem travadas pelas melhorias das condições de vida" (idem).

"Notadamente, queremos ressaltar o aspecto principal que deve cumprir este Congresso, que é o de responder por uma tri-
lha unitária, coesa e forte, às questões colocadas no interior das AMs, articulando os interesses imediatos às lutas mais gerais. Para tal, é importante o conhecimento do nosso Movimento e sua avaliação, tanto para aqueles que são novos em suas fileiras, como para os que o acompanham desde o início" (ibidem - grifo meu).

"Neste sentido é que não podemos cair na avaliação unilateral sem o senso crítico e auto-crítico, como se o MAB estivesse separado do conjunto do movimento popular. Ao contrário, a história do MAB é a história da trajetória do movimento em nosso país, história essa que, num primeiro momento foi de acúmulo de forças, onde as lutas estritamente reivindicatórias eram predominantes, onde formaram-se lideranças e aconteceram grandes mobilizações unitárias. Num segundo momento, teve um caráter predominantemente político, quando, a partir de forças, aprofundou o conteúdo de suas lutas e das discussões (aparecendo já algumas divergências profundas). Hoje, sentimos uma necessidade -- que chega a ser um desafio -- que é a de caminhar juntos, numa ação unificada do movimento popular, mesmo que ne-

le haja diferentes visões da situação que vivemos" (ibidem - grifo meu).

Esta necessidade da unidade do Movimento seria real ou apenas tático-estratégica? Pois no IV Congresso esta propalada unidade se desfaz e nunca mais se recompôs.

O fracionamento no II Congresso fora precipitação? Tudo indica que sim. Ainda era cedo para lutar pela hegemonia interna, pois o inimigo comum, o regime autoritário, ainda não tinha sido debelado. A experiência negativa do fracionamento do MAB iluminara a FAMERJ, no seu recente Congresso, a trabalhar a unidade com uma chapa única. Esta especulação, entorno da unidade, é reforçada por várias entrevistas e depoimentos, onde se afirma que a unidade do MAB existia só na hora dos Congressos, nos discursos.

Concluindo a sua defesa da unidade, a direção afirma: "O conjunto de problemas que se coloca para o MAB tem origem nos vários momentos do Movimento, seja o de acúmulo de forças, seja o de aprofundamento político. Assim, se existem associações ainda fracas e pouco mobilizadas que não vinculam as reivindicações econômicas às reivindicações políticas, se o Movimento não absorve outras parcelas da sociedade, a saída é uma só: a maturidade nas discussões políticas, o senso crítico e auto-crítico que, unidos na ação, respondermos à principal causa de nossos problemas que é o regime de arbítrio que está jogando na fome e na miséria a maioria da população" (ibidem - sic - grifo meu).

Assim, em 83, "sentamos novamente (...) Aí foi mais fácil construir uma chapa de consenso. Porque a experiência mostrou que quando uma força (...) Quer dizer, você vinha trazendo uma luta com 'n' forças, (...) ficou muito claro que uma força só

não levava. Aí foi mais fácil levar o consenso" (entr. Azuleিকা Sampaio, 14/08/91 - sic).

Em dezembro, no Instituto de Educação Rangel Pestana, acontece o III Congresso do MAB. Das 98 AMs filiadas, 77 estão inscritas. 74 AMs filiadas e 11 AMs observadoras participam do mesmo (cf. Anexo 2, quadro VII), com 696 delegados inscritos (cf. Anexo 2, quadro IVa). A presença do Prefeito, de dois secretários municipais e de quatro vereadores, todos do PDT, sinalizam a importância dada pelo poder público local ao MAB. A significativa presença dessas autoridades e de 22 outras representações de partidos, entidades estudantis, populares e sindicais iguaçuanas e estaduais evidenciam a importância adquirida pelo MAB. Chama a atenção a ausência da Igreja enquanto instituição. Pela primeira vez a Cáritas, a CDJP, a hierarquia eclesiástica (em especial D. Adriano) não participam dum evento fundamental para os destinos do MAB.

Se, por um lado, o MAB instituição adquire maior presença política, por outro vai perdendo seu vínculo maior com as bases. A ausência da Igreja traz embutida a redução do seu apoio ao MAB: apoio financeiro, infra-estrutural, incentivo às bases para se envolverem no Movimento, divulgação dos eventos do MAB.

O objetivo principal do Congresso, o da recomposição da sua "unidade", é atingido. Apenas uma chapa, a "chapa da Unidade e Ação", concorre recebendo apoio unânime com apenas um voto contra e 7 abstenções. O MAB, dessa forma, recompôs as suas forças internas num bloco único de ação, dando início a uma outra fase de crescimento (6).

Além da eleição da nova direção do Movimento, destacam-se como deliberações do Congresso:

- A nível das lutas específicas, continuar ininterrupta-

mente a luta pela melhoria das condições de vida do Município (lutar por um plano integrado de saneamento básico, pela medicina preventiva, pelo congelamento das tarifas de ônibus e pelo passe-livre para estudantes uniformizados);

- A nível do relacionamento com o poder público, reafirmar a autonomia e a independência do Movimento frente ao Estado; priorizar a mobilização popular para a conquista das reivindicações e a criação de um conselho comunitário com a participação dos setores da sociedade nas decisões do Município;
- A nível das questões nacionais, participar das lutas pelas Eleições Diretas para Presidente e em todos os níveis, pelo fim do regime militar e de todas as leis de exceção, por uma Assembléia Nacional Constituinte, pela Reforma Agrária, pela moratória unilateral da dívida externa e pelo fim da atual política econômica;
- A nível da organização interna:
 - . "fortalecer as AMS (...) através de maior assessoria da Federação, maior comunicação entre a direção e a base do Movimento, campanha permanente de filiação de novas associações, apoio material e jurídico para a organização e registro de novas associações";
 - . "fortalecer as Regionais da Federação através da reestruturação dos Regionais, de modo que eles correspondam melhor às necessidades de articulação e coordenação das lutas do Movimento, da criação de Coordenações Regionais;
 - . "fortalecer o Conselho de Representantes (CR) de modo a garantir uma ampla participação das associações fi-

liadas ou não;

- . "criar uma estrutura sólida para o Movimento, composta de sede própria e equipamentos, colocados à disposição do Movimento e das AMs;
- . "reativar os departamentos da Federação. No cultural, criar atividades educativas e de formação de lideranças através de convênios com entidades da área;
- . "garantir o jornal Encontro;
- . "melhorar a articulação com entidades e organizações populares e democráticas, por exemplo, a FAMERJ" (Ata do III Congresso, grifo meu - sic).

A nova direção assume e se depara com o patrimônio do Movimento despedaçado e sem dinheiro. A falta de verba vai se refletir diretamente na articulação e mobilização do Movimento. A partir do Congresso, o Encontro, que exercera papel fundamental na troca de experiências entre as AMs, na articulação, mobilização e crescimento do MAB, perde definitivamente a sua já precária periodicidade de publicação. Entre o III e o IV Congressos, por exemplo, saem apenas dois números do Encontro. Isto se reflete profundamente na relação da direção com a base do Movimento e a massa sensibilizada.

Logo após o III Congresso, a nova direção busca avançar no relacionamento do MAB com o poder executivo municipal. Seguindo as deliberações do Congresso, "no sentido de criar instrumentos de democratização da administração pública garantindo uma participação efetiva da comunidade nas resoluções do Governo" (Carta ao Prefeito, 15/12/83), a direção propôs ao Prefeito a criação dos Conselhos Comunitários.

A transição democrática, lenta e gradual do País, iniciada no Governo João Figueiredo, traz em seu bojo a rearticulação da

sociedade civil com a crescente incidência da violência armada, inicialmente na área rural (7), posteriormente na cidade, e também a impunidade. Da parte dos Movimentos Sociais, em agosto de 1983 fundou-se a CUT, em meados de 83 a FAMERJ, a CONAM, a CGT. Da parte da classe dominante, no campo os fazendeiros se articulam entorno da UDR (União Democrática Ruralista) e suas milícias paramilitares.

As reivindicações e mobilizações populares e as greves dos trabalhadores continuam a ser tratadas como caso de polícia, tanto por Figueiredo, como pelo seu sucessor, José Sarney.

O MAB inicia 1984 conseguindo a aprovação pelo Prefeito da planilha de transportes elaborada pela Comissão Mista de Transportes (cf. p. 151) e se envolvendo na luta pelas "Diretas-Já" para Presidente da República. Participa dos eventos locais promovidos pelo "Comitê Pró-Diretas de Nova Iguaçu", que chega a reunir cerca de 3000 pessoas, em 16 de março, num comício local. Neste período, vai incentivando as AMs a se envolverem nessa luta, reforçando os comícios no Rio de Janeiro. A campanha pelas diretas toma proporções inimagináveis. Por todo o País, o povo vai às ruas. O comício do Rio de Janeiro reunindo mais de um milhão de pessoas, e o de São Paulo reunindo cerca de um milhão e meio de manifestantes são, até então, as maiores concentrações populares da história do Brasil.

Frente à mobilização popular, a direita conservadora redireciona a reivindicação, impõe ao eleitorado brasileiro o Colégio Eleitoral como o único espaço de disputa à sucessão presidencial. Via Colégio Eleitoral, Tancredo Neves (PMDB), em janeiro de 1985, disputa com Paulo Maluf (PDS) a Presidência da República, saindo vencedor. Com a "morte" de Tancredo Neves, antes da sua posse, assume seu vice José Sarney. Mas uma vez, a

direita conservadora conseguira recompor a hegemonia frente a uma conjuntura desfavorável a ela.

E os posicionamentos das várias forças dentro do MAB, frente à essa conjuntura, acirram as divergências internas, levam a um novo racha durante o IV Congresso, em dezembro de 1985.

Por ocasião do IV Congresso, lideranças do MAB ligadas ao PT e à ALP avaliam que a luta pelas Diretas ficara mais a nível da diretoria do MAB:

"Poucas foram as Associações que assumiram a luta, organizando manifestação nos bairros, ou participando das manifestações gerais. Na verdade, a própria diretoria do MAB, em sua maioria, já se definia a favor do Colégio Eleitoral, antes mesmo de serem esgotadas todas as chances de conquistar as diretas-já. Em virtude disso não teve interesse, a partir de certo momento, de incentivar a continuidade dessa luta nas AMs" (Tese IV Congresso "As lutas gerais do MAB", Encontro 41, novembro 85).

Nos inícios de 1984, apesar de não ver contempladas a quase totalidade de suas reivindicações, o MAB ainda alimenta esperança a nível do relacionamento com o Executivo Municipal. Afinal conseguira algumas vitórias na luta dos transportes e o Prefeito havia se comprometido com as reivindicações do MAB em março de 1983. Nesse sentido, em 12 março de 84, entrega um ofício ao Prefeito onde faz considerações entorno do relacionamento do Movimento com a Prefeitura (inoperância da Comissão de Emergência; audiências públicas sem resultados efetivos, se esvaziando; trabalho da Comissão de Educação desativado; Comissão de Transportes sofrendo boicotes e pressões; decisões vitais para o Município tomadas sem a participação do MAB).

A partir dessas considerações faz uma série de "propostas". Termina o ofício: "Certos de podermos contar com a sua atenção no sentido de analisar com profundidade a nossa avaliação".

Neste mesmo encontro, entrega ao Prefeito denúncias de corrupção na cobrança dos Impostos da Prefeitura, denúncias comprovadas por uma AM filiada ao MAB.

Diante da insensibilidade dos poderes municipais, a direção decide pressionar a Câmara de Vereadores e o Executivo Municipal.

Na ida à Câmara, em 17 de abril, a direção entrega um documento denunciando a inoperância, irresponsabilidade e corrupção do poder legislativo, fazendo uma série de reivindicações.

Na passeata de 11 de maio, duas mil pessoas saem às ruas de Nova Iguaçu para protestar, denunciar a má administração municipal e exigir do Prefeito o cumprimento dos compromissos assumidos em março de 83.

A nota "à população de Nova Iguaçu" distribuída durante a passeata, aponta como condições indispensáveis para o progresso e desenvolvimento do Município o "combate sem tréguas à corrupção e à política do apadrinhamento" e a "democratização pública". Na ocasião, o MAB entrega um extenso documento contendo as principais reivindicações do Movimento.

Apesar de pedir o prazo de um mês para analisar e responder às reivindicações, o Prefeito não traz qualquer solução.

Dia 27 de julho, o MAB participa, do Painel de Debates sobre o Plano Urbanitário de Sérgio Bernardo, Secretário de Planejamento da Prefeitura, painel promovido pela CDJP. Neste debate o MAB critica "o projeto faraônico e totalmente burguês" e entrega um documento. O certo é que o MAB, a partir de 1983,

caminha "a reboque das propostas enganosas do Prefeito que sempre resultaram em nada (...) As lideranças perdidas nas negociações não conseguiram trabalhar as bases do Movimento" (Tese ao IV Congresso "relação com o Governo..." (Encontro 41, novembro 85).

O Mutirão Rural de Campo Alegre, localizado em Queimados, Nova Iguaçu, e desapropriado pelo Governo do Estado em 1984, dando direito de posse aos lavradores. A área em disputa entre grileiros e 500 famílias camponesas, registrara muitas mortes. Assim como o Mutirão Urbano de Nova Aurora (cf. p. 85 s), este mutirão também liderado por Laerte Rezende Bastos, do PDT, conta com intenso apoio da Igreja de Nova Iguaçu.

Ao mesmo tempo em que se embate com o poder público iguaçuano, o Movimento discute a reestruturação de seus Regionais, conforme deliberação do III Congresso. Em março de 84, a direção envia aos Regionais uma proposta de reestruturação dos mesmos a ser amplamente discutida pelo Movimento:

"A reestruturação visa um melhor funcionamento das Regionais, seja através de uma redistribuição e criação de Regionais, seja através da criação de uma estrutura, como as Coordenações Regionais" (Boletim Informativo do MAB, 1/84, março - sic).

De acordo com a proposta, 126 AMs estão sob o raio de influência do MAB nesse período, sendo que 31 ainda não são filiadas.

Em julho, o CR delibera a reestruturação do MAB em 12 Regionais (8): "Desta maneira, o MAB passa a ter 12 Regionais, que deverão ser implantados na medida em que forem sendo criadas as condições para isto. Outro ponto importante do Regimento é a criação das Coordenações Regionais. A reestruturação visa

dinamizar mais a vida das Regionais, através do aumento da participação das associações e o desenvolvimento de lutas regionais, e a criação de Coordenações Regionais" (Boletim do MAB, setembro 84 - sic).

"As Regionais, como instância de troca de experiências e encaminhamento de lutas por região, são estruturas fundamentais do Movimento. É na Regional que podemos acompanhar mais detalhadamente o trabalho das associações e é nela que podemos, também, ampliar o trabalho de organização de novas associações" (Encontro 41, novembro 85 - sic).

2.1. A luta pelo Saneamento Básico

A partir do segundo semestre de 1984, o MAB decide priorizar a luta pelo saneamento básico e travá-lo em conjunto com o MUB, a ABM e a FAMERJ.

"Com mais de 3 milhões de habitantes, uma das áreas mais populosas do país, a situação da região é grave: a cada hora e quinze minutos morre uma criança na Baixada em decorrência da falta de saneamento básico (19 crianças por dia), enchentes prejudicam severamente a vida da população doente e debilitada. A indiferença e a omissão dos Governos Estadual, Municipais e Federal chega a ser criminosa diante de uma realidade tão grave. A se manter o atual investimento público no saneamento da Baixada Fluminense levaremos 150 anos para sanear a região" (Carta das Federações, 7/10/84, convocando para a Assembléia de 18/11/84).

No entanto, essa luta não é recente no MAB. O saneamento básico vem sendo uma das suas reivindicações prioritárias do

MAB em todos os momentos de enfrentamento com o poder público.

Já na sua Primeira Assembléia, outubro de 78, quando o Movimento começa a se estruturar, o saneamento básico é destacado como um dos maiores problemas, se não o maior. A Segunda Assembléia, julho de 79, repudiando o descaso do poder municipal em torno dos problemas enfrentados pela população iguaçuana, reafirma esta prioridade.

Frente à indiferença do Executivo Municipal, o Movimento dá um salto qualitativo ao se voltar para o Governo Estadual. A Caravana ao Palácio da Guanabara, junho 80, reivindica saneamento básico e água. Isso leva a FUNDREM a anunciar, no Primeiro Ciclo de Debates Populares, novembro 80, o estabelecimento de um escritório em Nova Iguaçu.

Todavia as "iniciativas decorrentes do Convênio FUNDREM -- Estado não foram levadas adiante, havendo mesmo denúncias, por parte de técnicos da FUNDREM, de pressões políticas do Governo Estadual, não interessado na realização dessas obras via MAB" (BERNARDES, 1983: 185).

A ocupação desordenada do solo urbano, o inchamento provocado pelo êxodo rural forçado e as precaríssimas condições de saneamento básico, com tendência a se degradar com o tempo, expõem a população da Baixada a constantes enchentes por ocasião das chuvas de verão.

Em janeiro de 82, as enchentes desabrigam mais de 1000 famílias só em Nova Iguaçu. 31 bairros, cerca de 150 pessoas, dia 14 de janeiro, vão ao escritório da FUNDREM em Nova Iguaçu, na Posse. No dia seguinte, 14 bairros, 25 pessoas vão à sede da FUNDREM, no Palácio do Governo do Estado exigindo saneamento básico. A falta de saneamento básico é a grande responsável pelas enchentes.

Nesse momento a luta pelo saneamento básico está articulada à luta pela habitação popular para as famílias que vão perdendo suas casas com as enchentes. A Prefeitura de Nova Iguaçu, em convênio com o BNH, através do Projeto Pro-Morar, se compromete a construir 100 casas para os desabrigados. No entanto, além de poucas para o número de desabrigados e de só terem sido construídas no segundo semestre de 1982, as casas são de péssima qualidade, não têm água nem luz. Isso leva diversas famílias a abandonarem as casas, voltando para os seus barracos da beira-rio (cf. Encontro 36, janeiro 83).

No entanto, somente em julho de 84, a luta pelo saneamento básico dá um salto qualitativo. É quando o MAB decide priorizá-la e levá-la em conjunto com as demais Federações de Associações de Moradores da Baixada MUB (Duque de Caxias), ABM (S. João de Meriti) e a FAMERJ. O MAB percebe que o problema do saneamento básico é comum aos Municípios da Baixada. O MAB compreende que a busca duma solução exige a articulação das Federações de AMs locais, pois "uma articulação e uma definição política para a solução do problema necessariamente terão de se dar a nível dos governos federal, estadual e municipal" (Encontro 41, novembro 85).

A partir dessa avaliação, o MAB propõe às Federações de Duque de Caxias e São João de Meriti o início duma luta conjunta pelo saneamento da região. Então, dirigentes das Federações da Baixada e da FAMERJ passam a se reunir semanalmente organizando a assembléia dos moradores da Baixada pelo saneamento básico, realizada em 18 de novembro de 1984.

Nesse período, de 26 a 28 de outubro, as três Federações da Baixada participam ativamente do "Primeiro Congresso Para o Desenvolvimento dos Municípios da Baixada Fluminense", organi-

zado pela FUNDREM (SECDREM) e prefeituras de Nova Iguaçu, Caxias, S. João e Nilópolis. As Federações influem decididamente para que o documento final do Congresso considere o saneamento básico a principal reivindicação da região.

Mais uma vez, no entanto, as autoridades mostram o seu descaso pelas questões públicas, pois não encaminham o deliberado nem dão satisfação aos participantes do Congresso. E o movimento popular não consegue responder a este desafio.

No dia 18 de novembro, em assembléia, mais de cinco mil pessoas (há documentos do MAB que falam em 3 mil pessoas), com o slogan "Baixada exige, saneamento já", lotam o Instituto de Educação Rangel Pestana, em Nova Iguaçu. As autoridades convidadas não comparecem.

Esta manifestação acaba se tornando muito importante, primeiro porque a Baixada se une pela primeira vez em uma luta comum; em segundo lugar, porque é a maior manifestação do movimento de associações de moradores no Estado do Rio em todo o ano de 84; e, finalmente, porque consegue chamar a atenção para o grave problema do saneamento da Baixada Fluminense.

Em virtude da ausência das autoridades, a assembléia decide fazer, na semana seguinte, uma passeata ao Palácio da Guanabara. Assim, dia 23 de novembro, cerca de 2 mil moradores da Baixada caminham da Central do Brasil a Laranjeiras, protestam e exigem um Plano Global de Saneamento Básico para a Baixada Fluminense. Mais uma vez não são recebidos por Brizola que se encontra em viagem.

O Secretário Estadual de Obras, Luiz Alfredo Salomão, em nome do Governo do Estado, assume o compromisso de ir à Baixada para se reunir com as três Federações. Essa manifestação alcança grande repercussão na imprensa, consegue destaque nos gran-

des jornais e na televisão.

A partir de então, a luta pelo saneamento básico da Baixada toma novo impulso. No entanto, se por um lado o Movimento conquista espaços de participação junto às Secretarias do Estado e na discussão do Planejamento Global para a Baixada, por outro lado, ao privilegiar as reuniões com os Secretários de Estado, a direção esvazia o Movimento e fortalece o Governo do Estado (cf. Tese ao IV Congresso "Relação com o Governo Estadual", Encontro 41, novembro 85).

De qualquer forma, inicia-se uma série de negociações com a Secretaria de Obras do Estado e o Governo do Estado se compromete a realizar o saneamento básico na Baixada a partir da liberação de verbas pelo BNH. É aberto um canal de discussão com a criação do Comitê de Saneamento, com a participação das Federações da Baixada e a FAMERJ, onde se discute o Plano de Saneamento Básico e suas prioridades.

Como desdobramento, em fevereiro de 1985, formam-se os Comitês de Saneamento Estadual e Municipal. A partir de então são realizadas centenas de reuniões, plenárias, passeatas.

Em 4 de julho de 85 é assinado um convênio entre o BNH e o Estado para o Programa Integrado de Saneamento Básico da Baixada Fluminense e outros municípios. A elaboração do Plano é acompanhada por um representante de cada Federação de Moradores, mantidos junto à Secretaria de Obras, para analisarem com os técnicos da pasta as necessidades e prioridades do projeto (Jornal de Hoje, 15/08/85).

Neste mesmo dia da assinatura do convênio é inaugurado o Plano Piloto de Vilar dos Telles, em São João de Meriti. O Movimento considera que isso "já é uma conquista". Até setembro iniciam-se as obras de esgoto sanitário em dois bairros de Nova

Iguaçu (Bom Pastor, em Belford Roxo, e Chatuba, em Mesquita) e em dois bairros de Duque de Caxias.

Apesar do Convênio para o Programa Integrado de Saneamento da Baixada ter sido assinado em julho de 85 e o Governo Figueiredo ter liberado a verba, ela só começa a chegar ao seu destino após a instalação da "Nova República".

No IV Congresso do MAB, dezembro 85, são questionadas a morosidade das obras, as limitações do Plano Piloto e a tentativa do Governo Estadual de cobrar da população as obras sanitárias.

De acordo com o Plano Global, as obras de dragagem do Rio Botas estão previstas só para 1988. Mas devido a pressão popular, no início de 1986 começa a dragagem emergencial desse Rio. Seu saneamento básico é prioritário para o MAB, pois a maioria dos bairros de Nova Iguaçu pertencem à sua bacia (Jornal de Hoje, 22/04/86).

Aos poucos a luta pelo saneamento básico vai se reduzindo, praticamente, a negociações das diretorias das federações com o Governo Estadual. Em Nova Iguaçu, não há sequer uma Comissão de Saneamento organizada. O MAB se limita a enviar dois diretores para as reuniões do Comitê da Baixada com o Secretário (Tese ao Congresso, "MAB pela Base", Encontro 41, novembro 85). Isso leva as AMS a se desmobilizarem. E a luta do MAB pelo saneamento só é retomada por ocasião das enchentes de 88, já sob o Governo Moreira Franco.

Em fevereiro de 88, enchentes assolam o Estado do Rio de Janeiro. As cidades mais afetadas são o Rio de Janeiro, Petrópolis, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Magé e Nova Iguaçu. Há um saldo de milhares de desabrigados, centenas de mortos, além do agravamento da saúde da população com a lep-

tospirose e verminose. Só em Nova Iguaçu mais de 2 mil famílias são desabrigadas. A calamidade pública ganha o noticiário nacional e internacional expondo ao grande público a dramaticidade do saneamento básico e da habitação no Estado, em particular, na Baixada Fluminense.

Mais uma vez a necessidade imediata da população vai ajudar o MAB a resgatar o movimento de massa. Em 17 de fevereiro de 88, o MAB se soma às Federações da Baixada e à FAMERJ num ato público de protesto às margens do Rio Sarapuí em Duque de Caxias. O ato é apoiado pela Diocese de Duque de Caxias e S. João de Meriti, PT, PCdoB e PDT.

Em nota à população, o Comitê de Saneamento (MAB, MUB, ABM e FAMERJ) denuncia: "As enchentes não são consequências naturais e sem solução, mas resultado da falta de uma política urbana que atenda às reivindicações básicas da população, como a falta de saneamento básico". E reivindicava "mais verbas para agilizar as obras de saneamento básico na Baixada, a imediata limpeza dos rios, estações de tratamento e manutenção do sistema, plena urbanização e participação efetiva do Comitê de Saneamento da Baixada no processo de decisão e acompanhamento das obras".

As mais de duas mil pessoas presentes ao ato decidem realizar um Encontro de Saneamento no dia 3 de abril.

Em 5 de março, a Diocese de Nova Iguaçu, no "Comunicado às comunidades -- cobrança às autoridades", aponta "as verdadeiras causas das enchentes..." e completa: "Neste quadro de abandono geral, a Diocese de Nova Iguaçu, juntamente com os setores comprometidos do Movimento Popular, quer oferecer-se para ser voz deste povo, que nunca é ouvido e levado a sério pelas autoridades, a não ser em períodos de demagogia eleitoral".

A "Comissão de Saneamento" do MAB, em março, no panfleto "Saneamento Já", conclama as AMS a se organizarem e a se mobilizarem para o "Encontro da Baixada pelo Saneamento Básico". A Comissão denuncia que "até hoje o saneamento em Nova Iguaçu só existe nas placas e propagandas da televisão" (9).

E em 3 de abril acontece o encontro no Estádio Corrêa Méier, em Caxias. O Encontro ratificando o "Plano Geral de Saneamento" exige "Saneamento Já" e um "projeto de habitação popular". O Vice-governador, Francisco Amaral comparece. O encontro ganha repercussão na grande imprensa, com notícias de liberação de verbas pelo BIRD, entorno de US\$ 300 milhões, para o Plano de Habitação e com as acusações recíprocas entre representantes do Governo, do Movimento Popular e da Igreja.

No entanto, os órgãos públicos são morosos para apresentar soluções para o problema dos desabrigados. "Havia um desentendimento entre a Prefeitura (Nova Iguaçu) e a CEHAB quanto à liberação das áreas e início das obras" (Jornal de Hoje, 24/05/88). Esta morosidade leva o MAB a promover, em 20 de maio de 88, a nível simbólico, o "Dia Municipal da Luta pela Habitação e Saneamento Básico".

Nesse dia, para garantir o início imediato da construção das casas para os desabrigados, o MAB realiza 5 manifestações em 5 áreas diferentes no Município. Chega a ocupar uma delas pertencente à CEHAB (Companhia Estadual de Habitação) em Belford Roxo. A iniciativa repercute na grande imprensa e se desdobra em várias outras ocupações e repressão policial. De acordo com a CDJP, "em menos de um mês registram-se 12 ocupações de terra em Nova Iguaçu" (Última Hora, 07/06/88).

Ainda em 1988, o Governo Estadual começa a construir cerca de 1200 casas em Nova Iguaçu e a cadastrar as famílias às mar-

gens do Rio Botas. No bojo dessa luta, o MAB denuncia o desvio de verbas, destinadas aos desabrigados, pelo Prefeito Paulo Leone. Tal denúncia vem a engrossar a campanha em curso pelo seu afastamento do Executivo Municipal.

Nesse período, a Comissão de Habitação, é formada por representantes do MAB, da CDJP, pela CEHAB e Prefeitura de Nova Iguaçu. A prefeitura fora excluída, pois, de acordo com a presidente do MAB, Dilcéia Nahon "ficava muito difícil trabalhar com a Prefeitura porque ela não cumpria nada do que era estabelecido" (Jornal de Hoje, 23/06/88).

Mas a relação com o Governo Estadual também não é pacífica. A propósito das ocupações urbanas que se sucediam, o Governo Moreira Franco determina que "não haverá complacência: quem invadir terá atrás de si a força da polícia" (JB, 12/06/88).

Em 9 de julho de 1988, o Comitê de Saneamento da Baixada faz uma carreata pelos municípios da Baixada protestando pelo descaso das autoridades para com a população atingida pelas enchentes e convoca a população para uma Manifestação da FAMERJ, na Central do Brasil, em 21 de julho de 88. À manifestação se somam os professores estaduais em greve e 15 Federações Municipais filiadas à FAMERJ. Cerca de 5 mil manifestantes gritam "Moreira não cumpre -- vamos cobrar".

Um ano após as enchentes, em pleno verão de 89, pouca coisa mudara a nível do Saneamento Básico: "os recursos prometidos não chegaram. Das reuniões e promessas ficaram apenas as manchetes de jornais (...) Depois de percorrerem mais de três mil quilômetros, técnicos militares da Defesa Civil dão seu veredicto, a situação é alarmante e não há como evitar que tragédias até piores venham a acontecer" (Jornal de Hoje, 10/12/88).

Em janeiro de 1989, toma posse o novo Prefeito de Nova Iguaçu, Aluísio Gama e inicia-se um novo entendimento do MAB com o Executivo Municipal entorno dos flagelados de 1988.

Os recursos para as obras emergenciais, como a construção de casas, limpeza de rios e a contenção de encostas demoram a ser repassados na sua totalidade. E o Comitê de Saneamento da Baixada e a FAMERJ decidem ir à Brasília cobrar a verba das enchentes de 88. No dia da viagem, 17 de julho de 89, promovem um ato no centro do Rio de Janeiro, em frente à sede da Caixa Econômica. 2000 pessoas assistem a partida de 20 ônibus.

A cobrança pela liberação das verbas para o Saneamento Básico do Grande Rio está muito presente na imprensa nessa época (10). Em agosto, o Banco Mundial, financiador do saneamento, pede pressa no início das obras (Última Hora, 09/08/89).

Em abril de 1990, as enchentes voltam a castigar a Baixada, deixando um saldo de 5 mil casas inundadas (O Globo, 21/04/90) e 1.566 desabrigados em Nova Iguaçu e Belford Roxo (Jornal de Hoje, 21/04/90).

Em maio de 90, o Governador do Estado entrega as chaves de 650 casas do Conjunto Habitacional do Sítio Livramento, em Belford Roxo, a uma parcela das famílias atingidas pelas enchentes de 1988 e que ocupavam áreas de risco às margens do Rio Botas.

Somente em Julho de 90, após sete anos de Luta do Comitê de Saneamento da Baixada, e quase dois anos após a aprovação do financiamento do Banco Mundial, com a liberação da verba pela Caixa Econômica (Última Hora, 29/06/90), é que se iniciam as obras de limpeza e canalização de rios e afluentes da Baixada (cf. O Dia, 1º/05/90).

Mas a luta ainda não está ganha. Em fevereiro de 91, todas as obras de saneamento, previstas no Plano Global de Saneamento

e Meio Ambiente, são paralizadas. O descaso das autoridades públicas e sua falta de vontade política para encaminhar as questões públicas iriam prejudicar a Baixada e o Estado do Rio, em geral. Como o BIRD exigisse transparência na aplicação dos recursos e prestação de contas, as autoridades públicas não se interessaram em encaminhar o Projeto de Saneamento Global. A sua não implementação leva o BIRD a retomar o dinheiro e a Baixada continua sem saneamento básico.

Em março de 93, frente à epidemia da Cólera, o Prefeito de Duque de Caxias afirma, numa entrevista, que apenas 10% da população da Baixada é servida por saneamento básico.

2.2. A luta pela Saúde

Após anos de luta, em maio de 85, o MAB avalia que a sua luta entorno da saúde "não tem sido em vão". Até então conquistara "a contratação de 12 funcionários pelo Estado, para trabalharem nos mini-postos pioneiros em Nova Iguaçu; a abertura do Hospital da Posse; a ampliação da rede de mini-postos; o funcionamento em horário integral de alguns postos de saúde do Estado e a assinatura do convênio entre a Prefeitura de Nova Iguaçu e o INAMPS (SUDS), iniciando as Ações Integradas de Saúde" (Manifesto às autoridades de saúde municipal, estadual e do INAMPS, 07/05/85).

Era pouco frente às necessidades e aos recursos alocados para a saúde e desviados para as clínicas e hospitais particulares.

Em 30 de novembro de 84, a Previdência Social firma o Convênio das "Ações Integradas de Saúde" com quase todas as Pre-

feituas do País, inclusive com a Prefeitura de Nova Iguaçu. Por ele, a Previdência se compromete em repassar uma verba mensal para as necessidades de saúde de cada Município.

O Convênio prevê a criação do CIMS (Conselho Interinstitucional Municipal de Saúde) e do CCS (Conselho Comunitário de Saúde) (11). Esses Conselhos têm como objetivos administrar as verbas oriundas da Previdência Social e traçar uma política referente ao setor no Município.

A partir de então, a luta do MAB entorno da saúde se desenvolve através da implantação desse programa, em primeiro lugar, pela instalação do CCS. Embora tenha assinado o Convênio, a Prefeitura acaba sendo o maior obstáculo ao desenvolvimento das Ações Integradas de Saúde no Município (cf. Boletim 41, novembro 85).

Pressionando pela instalação do CCS, o MAB convoca uma reunião entre as autoridades do setor saúde e as Associações de Moradores. À reunião, em 7 de maio de 85, comparecem representantes do Superintendente Regional do INAMPS e do Secretário Municipal e cerca de 200 representantes de AMs.

No documento "manifesto às autoridades de saúde municipal, estadual e INAMPS", o MAB denuncia que, apesar do início do Programa de Ações Integradas de Saúde, pouca coisa tem mudado. Faz críticas à atuação da Prefeitura, do Estado e do INAMPS, no setor saúde, que continua desarticulado. E propõe medidas nos três níveis para se alcançar melhorias além da adoção de um plano municipal de saúde.

Neste dia é fundado o CCS (12). O MAB, apesar das pressões contrárias, conquista o direito de participar desse conselho e de integrar, com um membro, o CIMS de Nova Iguaçu: "Para a presidente do MAB, Azuleicka Sampaio, esta foi 'uma grande con-

quista' do contribuinte. 'Havia pressões para que não participássemos dos dois órgãos e conseguimos vencê-las', disse" (Jornal de Hoje, 11/13/05/85).

Apesar dessas conquistas, por ocasião do IV Congresso, a direção do MAB avalia que "de melhoras no atendimento à população, até o momento nada obtivemos" (Encontro 41, novembro 85).

"O Conselho Comunitário vem se reunindo mensalmente com a CIMS sem que as propostas aprovadas sejam executadas. A Prefeitura, apesar de receber mensalmente verba do INAMPS, nada fez para aplicar esse dinheiro ou para aumentar a importância que recebe" (idem). A inoperância da Prefeitura chega ao extremo de, no período, usar apenas 5% da verba do convênio destinada ao Município (Encontro 41, novembro 85).

Em setembro de 85, seguindo deliberação do CR do MAB e do CCS, a presidente do MAB, Azuleicka Sampaio, entra com uma Ação Popular na justiça do Município tentando tornar sem efeito a desapropriação e compra da Casa de Saúde do Dr. Manhães, no bairro da Posse, decretada pelo Prefeito. A Ação Popular denuncia que o Prefeito tomara tal decisão sem consultar o CCS e o CIMS. Sua crítica se fundamenta no fato da Casa de Saúde estar a menos de 1 km do Hospital do INAMPS, enquanto outras regiões do Município não dispõem nem mesmo de precários postos de saúde:

"A Ação Popular se baseia no fato de que os membros do CCS e do CIMS já definiram, em sucessivos debates, uma política municipal que dê prioridade ao atendimento descentralizado, voltada para o aparelhamento dos mini-postos de saúde e atendimento médico nos bairros da periferia" (Correio da Lavoura, 14-15/09/85).

O relacionamento do MAB com o Executivo Municipal se dete-

riora paulatinamente, a ponto do Prefeito em 1985 suspender as audiências públicas, uma das primeiras conquistas do Movimento (cf. p. 68 ss).

O Governo Estadual, até o IV Congresso do MAB (dezembro 85), não prestara contas da verba que também recebera do INAMPS. No INAMPS, o atendimento continua precário, com muita verba sendo aplicada na rede privada. E o CCS decide exigir um Plano Municipal de Saúde e cobrar do Prefeito o cumprimento do convênio que ele próprio assinara.

No período de 1985, acontecem greves dos profissionais de saúde do Estado, e o MAB se solidariza a eles.

No início de 1986, num contexto de declínio do MAB, irrompe no Estado do Rio de Janeiro a epidemia da dengue, que chega a atingir entorno de 500 mil pessoas só em Nova Iguaçu.

"O MAB, além da participação nos debates do CCS da Baixada, a única atividade que desenvolveu e que obteve certa expressão foi a organização de uma passeata fechando a Dutra, manifestação que teve apoio das Federações das Associações de Bairros dos outros municípios da Baixada, da FAMERJ, de entidades de classes e políticos, reunindo 500 pessoas, conseguindo alguma cobertura da imprensa" (BERNARDES, 1987: 22 s).

A manifestação, em 27 de maio de 86, fecha a Via Dutra nos dois sentidos, na altura do km 13, em Nova Iguaçu. Com ela o MAB busca "chamar a atenção da opinião pública e das autoridades responsáveis para a dramática situação de saúde da região, a omissão criminosa dos poderes públicos, tudo isso agravado com a epidemia de dengue que continua se espalhando em todo o Estado" (Informativo do MAB, 1986).

No documento "pare: Baixada em perigo. Saúde Urgente", os manifestantes denunciam "a desarticulação total entre os diver-

sos órgãos do Governo, que insistem em colocar interesses mesquinhos e a politicagem eleitoreira acima dos interesses de toda a população". Predomina na região a rede privada de saúde, a se sustentar com os recursos públicos:

"A comercialização da saúde, hoje virou uma distorção que faz com que grande parte dos recursos públicos sejam gastos em Medicina Curativa, ao invés de Medicina Preventiva. Exemplo disto, é o INAMPS que gasta 90% de seus recursos em casas de Saúde Particulares. Os Prontos Socorros Municipais (FISABEM), além de precários no seu atendimento pela falta de medicamentos, gases, mercúrio, etc... funcionam muito mais para dar empregos à clientela dos políticos" (Projeto do MAB à *Brasilien-Solidaritates Initiative*, 02/07/87).

"Sabemos que a epidemia da dengue é a expressão dramática do custo social decorrente da falência completa do sistema de saúde e dos recursos insignificantes destinados à área da saúde" (Documento "pare: Baixada em perigo...").

Num momento em que a situação da saúde se torna aguda em Nova Iguaçu, sensibilizando não apenas a imprensa local, a fraca mobilização e visibilidade pública do MAB são um forte demonstrativo do acentuado refluxo que o Movimento vem sofrendo.

Após a manifestação de maio de 86, o INAMPS define a Baixada, pela primeira vez, como área prioritária para investimentos. O Movimento Popular, diante da omissão e ineficiência da Prefeitura, passa a exigir que os recursos repassados pelo INAMPS não sejam administrados pela Prefeitura. Segue-se uma série de encontros com o INAMPS e o Ministério da Saúde. Neles se define o repasse da verba à Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu, para que esta gerencie 200 agentes de saúde no combate ao dengue, pelo período de 6 meses (até 31 de dezembro 86), sob a

assistência técnica da SUCAM.

É o início do SOS Baixada, posteriormente, em 1987, denominado Programa Especial de Saúde da Baixada (PESB).

No combate ao dengue, cabe ao contrato Cáritas-SUCAM, segundo critérios da SUCAM, ocupar-se de 37 das 161 localidades de Nova Iguaçu. O restante fica aos cuidados da própria SUCAM e do Exército.

Vencida a atividade emergencial, o combate ao dengue é esvaziado, com o corte paulatino dos agentes e das verbas. Em 1988, com a ameaça de nova epidemia, agora da dengue hemorrágica, retoma-se o combate ao dengue na Baixada, mas sem o mesmo cuidado anterior.

O Programa SOS Baixada, discutido e aprovado pelo CCS, ainda em 1986, inclui o convênio Cáritas/INAMPS para o funcionamento de 23 postos comunitários de saúde. "Apenas em Nova Iguaçu, a carência do atendimento atingia 1 milhão de consultas ao ano" (Hésio Cordeiro, ex-presidente do INAMPS, JB, 02/02/91).

O Convênio Cáritas/INAMPS (SUDS) tem início nas Ações Integradas de Saúde, um dos pilares da reforma sanitária de então e que tem a participação comunitária como uma de suas principais características.

O INAMPS prefere, nesse momento, trabalhar diretamente com a comunidade, ao invés de continuar repassando verbas para clínicas particulares, com atendimento pior do que o dos PAMS (Postos de Assistência Médica do INAMPS). Ao mesmo tempo, o INAMPS concorda com as AMS que é impossível um trabalho integrado com a Prefeitura de Nova Iguaçu. Até então a Prefeitura se revelara ineficiente e omissa aos convênios firmados.

Diante do sucesso do projeto dengue, as AMS pedem a Cári-

tas que gerencie a verba do INAMPS. Surge assim o convênio Cáritas/INAMPS onde os moradores também decidem a aprovação de candidatos e aferem seu espírito comunitário.

No entanto, a assinatura deste convênio, em 27 de outubro de 86, às vésperas das eleições para governador do Estado, deputados estaduais, federais e senadores, provoca suspeitas dentro do MAB:

"Por último registramos a denúncia de manipulação ocorrido quando da assinatura do convênio em momento eleitoral, onde foram convidados os candidatos do PMDB; os candidatos a vice-governador e senador (13) do mesmo partido e a obrigatoriedade dos funcionários da Previdência de comparecerem à solenidade em seu dia de folga (dia do funcionalismo público) demonstrando o caráter eleitoreiro que o evento assumiu" (carta da Executiva da V Regional do MAB, 03/02/87, ao CCS e à Previdência Social de Nova Iguaçu).

O CCS considera a assinatura do Convênio Cáritas/INAMPS "uma expressiva vitória da população organizada através das AMS, do CCS. É bom lembrar que nada disso caiu do céu..." (Circular do CCS, 01/86).

Aqui vemos a ação educativo-política reduzindo-se a alertar sobre os avanços nas melhorias populares como frutos da luta organizada. Trata-se de um educar na superfície. A direção sabe (acordo de bastidores?); a massa que não sabe (sente apenas) é apenas informada (GRAMSCI, 1987: 138 s). A "educação" se reduz então ao panfletarismo, ao senso comum.

Avaliando politicamente o Projeto Saúde, em março de 88, a Cáritas conclui:

"A grande novidade de nosso Projeto está na participação efetiva da comunidade. Não se trata, apenas de um trabalho para

o povo, mas sim junto, com o povo. Sabemos que é uma caminhada longa... É um projeto para ser lentamente construído. As mini-assembléias nos revelaram isso (sic).

"Principais pontos:

- alguns postos estão funcionando de um lado e a comunidade está do outro lado;
- ainda não se entendeu bem o que queremos com esse Projeto;
- não há participação da comunidade: são algumas pessoas que 'carregam' o Projeto;
- não há ligação com a AM;
- o posto ainda não está presente no conjunto das lutas populares do bairro;
- a comunidade ainda não sente a força política que o Projeto quer ser;
- há sinais de integração entre Posto-comunidade-Associação de Moradores" ("Avaliação política do Projeto Saúde", Cáritas, março 88).

A Cáritas, no entanto, tem dificuldades para gerir democraticamente o convênio. 22 postos e 55 representantes de AMs e comunidades participam da reunião do dia 22 de abril de 1988. Nela são apresentados os resultados das assembléias realizadas em cada bairro. São objetivos dessa reunião avaliar o Projeto Cáritas/SUDS e aprovar as propostas das comunidades a serem encaminhadas para a reunião da Comissão Mista em 29 de abril.

Daquela reunião resulta o documento "Propostas das Comunidades Organizadas". Há, então, da parte das "comunidades organizadas", uma maior exigência de participação e gestão no Convênio:

"Por acreditarmos que a conquista de uma sociedade mais

justa passa pela efetiva participação da comunidade organizada na fiscalização e gestão dos serviços a ela dirigidos, propomos":

- "Reconhecimento oficial do papel da comunidade organizada em todos os aspectos que envolvam a gestão dessas unidades, da fiscalização à participação na definição de prioridades, buscando sempre um maior entrosamento entre equipe de saúde e comunidade, tendo em vista o fortalecimento da organização popular (...);
- "Que a Cáritas preste contas do Projeto como um todo à comunidade organizada e ao Conselho de Saúde (...);
- "Que a Cáritas reconheça o papel de supervisão da comunidade, quanto à questão do horário dos profissionais (...);
- "Que seja reconhecido o papel da comunidade organizada de proceder avaliações do desempenho dos profissionais e solicitar, nos casos onde não se cumpra os objetivos do Projeto, a advertência ou desligamento do profissional do Projeto;
- "Que sejam realizadas atividades comunitárias conscientizadoras, tais como: palestras, dinâmicas de grupo etc;
- "Que sejam realizadas reuniões periódicas nos postos com a população, os profissionais e a comunidade organizada, tendo em vista a avaliação permanente e o aperfeiçoamento do trabalho, com a participação da Cáritas;
- "Que as reivindicações da Equipe de Saúde do Mini-posto passem por uma discussão junto às Comunidades organizadas: Associações/comunidades de igreja etc., que vêm acompanhando o Projeto" (Propostas das Comunidades Organizadas, 27/04/88). Entre as propostas, estas são as que

se destacam.

Apesar de suas debilidades, o Projeto Saúde, convênio Cáritas/INAMPS (SUDS), enquanto houve vontade política das autoridades governamentais foi um sucesso, chegando a ganhar certa repercussão na grande imprensa (14).

Lúcia Souto (15), então integrante do CCS de Nova Iguaçu, "observa que o projeto da Cáritas Diocesana começa a dar resultados. 'Estamos administrando 23 mini-postos, dando seqüência a um sistema inédito de trabalho médico-comunidade, supervisionado pelas AMs onde estão instalados'. A médica diz que a saída para a crise seria a construção imediata de Unidades Mistas -- dotadas de laboratório e setor de emergência espalhadas em áreas consideradas críticas" (Última Hora, 07/06/88).

O Projeto, no entanto, iniciado pelo INAMPS, com a descentralização e unificação da saúde, é transferido para a Secretaria Estadual de Saúde:

"Cabe aqui dizer, a bem da verdade, que o Projeto não sofreu interrupção, sendo aprimorado e executado segundo os princípios que o nortearam desde o começo (1985-6). Até porque a equipe era a mesma" (Hésio Cordeiro, ex-presidente do INAMPS, JB, 02/02/91 -- grifo meu).

"Mas o Governo do Estado (Moreira Franco) foi deixando de lado qualquer prioridade para a saúde da população da Baixada Fluminense. Em que pese a propaganda oficial, o PESB teve seus recursos agravados neste último ano (1990). Os salários ficaram totalmente defasados e pagos com atrasos cada vez maiores. No início deste mês de janeiro eram quase cinco vezes menores do que os do INAMPS. Falta material, as ambulâncias estão danificadas, os equipamentos de raios 'X' não funcionam, quatro ambulatórios estão fechados" (idem).

"E o Governo Estadual reclama de verbas federais ao mesmo tempo em que diminui os recursos do Tesouro do Estado destinados à saúde (...) O PESB foi falido pela falta de prioridade do Governo do Estado" (idem).

A intervenção do Governo Estadual no Executivo Municipal, em meados de 88, aproxima ainda mais das autoridades instituídas as lideranças da sociedade civil organizadas no CCS (MAB, Cáritas e AMs). Até então, a nível de saúde, a proximidade se restringira aos poderes estadual e federal (INAMPS/SUDS). Agora, sob intervenção, com Lúcia Souto assumindo a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, o Executivo Municipal também se aproxima da sociedade civil organizada, ampliando o consenso entorno da saúde. Há, nesse momento, da parte da sociedade organizada uma maior confiança na Prefeitura.

No dia 13 de setembro de 1988, realiza-se formalmente a entrada da Prefeitura no SUDS (Sistema Unificado Descentralizado de Saúde), "iniciando historicamente uma nova caminhada dos órgãos governamentais e a sociedade organizada na busca de melhorias e mudanças nos serviços de saúde em Nova Iguaçu, que signifique resgatar imediatamente maiores investimentos de forma conjugada nas esferas de governo Municipal, Estadual e Federal" (Boletim Informativo do CCS e Previdência Social, nº 1, set/out. 88 - sic).

"A participação da PMNI no SUDS, atende em parte às reivindicações do CCS de Nova Iguaçu, e o Movimento Popular, em geral, visto que inúmeras vezes pressionamos o Prefeito deposto o que em nada resultou, ao contrário, gerou uma situação de total desrespeito às reivindicações das AMs" (idem).

Passam a integrar, a partir de então, a CIMS (Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde) de Nova Iguaçu represen-

tantes da Secretaria Municipal de Saúde, Medicina Social do INAMPS, a direção do Centro de Saúde Vasco Barcelos (estadual), a direção do Hospital do INAMPS da Posse, o CCS, o MAB e a CDJP.

Ao assumir a Secretaria Municipal de Saúde, a equipe interventora tem como metas:

"Programas especiais de saúde, recuperação de postos, criação de creches, reativação de 28 mini-postos e abastecimento de material médico nos hospitais" (Jornal de Hoje, 25/08/88 - sic).

No entanto, Lúcia Souto encontra dificuldades à frente da Secretaria Municipal de Saúde. Depara-se:

- com a greve dos médicos e dentistas do Centro Médico Odontológico de Nova Iguaçu, a partir de 21 de outubro. Enquanto os grevistas requerem reajustes de 80%, a Secretaria concede apenas 30%. Acusações e justificativas de lado a lado se sucedem junto à população;
- com a invasão da Secretaria Municipal de Saúde por um grupo de cerca de 20 pessoas vestidas de branco, na madrugada de 27 de outubro;
- com os protestos de AMs por ocasião das inaugurações de Unidades Mistas de Saúde (o Programa Especial de Saúde da Baixada Fluminense, promovido pelo Governo Moreira Franco, previa a construção de 14 Unidades Mistas na Baixada). Os manifestantes acusam que os postos estão sendo inaugurados apressadamente, em locais sem infraestrutura, em função das eleições municipais:

"A pressa da Secretaria Municipal de Saúde em inaugurar as Unidades Mista de Saúde de Nova Iguaçu, antes das eleições de 15 de novembro, está encontrando uma expres-

siva resistência por parte das populações locais. Depois do protesto dos moradores do Jd. Guandu, agora foi a vez do bairro Apolo XI, em Lote XV, organizar uma manifestação contra a entrada em operação do mini-hospital sem que os esgotos sejam tratados e as ruas ao redor sofram obras de colocação de manilhas" (Última Hora, 25/10/88)

"A inauguração das Unidades Mistas -- mini-hospitais que funcionam em regime de 24 horas --, na Baixada, está sendo utilizada pelos candidatos do PMDB como uma forma de promoção pessoal. A opinião é do diretor da FAMERJ, Homero de Souza, que tem participado das manifestações de protesto organizadas pelas comunidades situadas nos bairros vizinhos às unidades" (Última Hora, 12/11/88).

"De fato, o interventor estadual de Nova Iguaçu, Francisco Amaral, e o seu candidato a prefeito, Ernani Boldrim, bem como a presidente da Federação Municipal das AMs (MAB), Dilecia Nahon, passaram por maus momentos durante a cerimônia de inauguração da unidade mista do Jd. Guandu, devido às queixas dos moradores" (idem).

Explicita-se, assim, o fracionamento do Movimento. Na direção do MAB estão, nesse momento, lideranças de origem do PMDB, PCB e PCdoB que apóiam o Governo Moreira Franco. Na direção da FAMERJ, eleita em meados de 1987, lideranças ligadas ao PT, ao Coletivo Gregório Bezerra (CGB) e à OPPL (Organização Popular é Pra Lutar) que são oposição à direção do MAB e a Moreira Franco (entr. F. Assis Freitas, 11/12/91) (16).

Com a posse, em 1989, de Aluísio Gama (PDT), novo prefeito de Nova Iguaçu, a situação da saúde no Município se agrava. O fato leva o CCS, o MAB e a FAMERJ (com nova direção), em meados

de 1989 (22 de junho de 89), a sair às ruas protestando contra a ausência da secretária municipal de saúde nas reuniões do CIMS. Os manifestantes acusam a secretária de não possuir um plano de saúde para o Município.

A partir de então, com o movimento popular, através do CCS, sendo isolado pelos poderes municipal, estadual e federal, o já precário serviço público de saúde em Nova Iguaçu, vai tomando contornos de calamidade pública:

A nível municipal, a Secretaria de Saúde trata com descaso e menosprezo as questões básicas de saúde, haja visto o que foi aprovado na Lei Orgânica do Município para a área da saúde.

A nível estadual, como se não bastassem várias unidades de saúde estarem funcionando precariamente e os salários do funcionalismo estarem defasados, em meados de 1993, por falta de verbas, encontram-se paralizadas as obras de 6 unidades de saúde na Baixada Fluminense. "Com um déficit, segundo o Conselho Regional de Medicina (CREMERJ), que ultrapassa os 60% de sua rede hospitalar e ambulatorial" (O dia, 20/06/93), por descaso das autoridades, o sistema de saúde da Baixada Fluminense agoniza. Somente no início de 1991, já na gestão Leonel Brizola, começam a ser executadas as obras de dois dos três Hospitais Gerais da Baixada, prometidos por Moreira Franco para o segundo semestre de 1988 (17). São as obras dos hospitais de Saracuruna (Duque de Caxias) e de Queimados. No entanto, desde janeiro de 1992 encontram-se paralizadas por falta de verbas do Ministério da Saúde (idem).

Assim, a extinção do INAMPS e a unificação da saúde em um só Ministério só vem agravar o serviço público de saúde na Baixada.

2.3. O MAB e o Movimento Constituinte

Em 26 de janeiro de 85 é lançado, em Duque de Caxias, RJ, o Movimento Nacional Constituinte. O MAB, o MUB e a FAMERJ subscrevem juntamente com outras entidades, Igrejas e partidos, o manifesto à nação "Movimento Nacional pela Constituinte a Caminho da Constituinte".

Em 13 de março de 85, numa reunião da diretoria, o MAB delibera levar a discussão da Constituinte para o conjunto do Movimento AMs e Regionais; promover debates; elaborar material didático com o auxílio do CEAC (18).

Em 24 de agosto, o MAB participa da instalação do "Comitê Constituinte de Nova Iguaçu" e, em 28 de setembro, do "Movimento Constituinte Fluminense" (MCF).

Embora, o IV Congresso do MAB, dezembro de 1985, delibere:

- lutar por uma "Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana, especificamente convocada para elaborar a nova Constituição;
- a "participação das AMs nos comitês por bairro, Município e Estado;
- "organizar debates, cursos (...) nas AMs;
- "organizar mini-congressos nos regionais preparatórios para o Congresso Extraordinário da FAMERJ que debaterá a Constituinte" (Ata IV Congresso).

Praticamente nada do deliberado é posto em prática pelo Movimento como um todo.

A despeito da sua participação nestes comitês, a direção do MAB (vanguarda) não consegue sensibilizar suas bases para a criação dum Movimento Constituinte no Município. Em janeiro de 86, o Comitê Municipal avalia não estar estruturado para levar

às bases a luta pela Constituinte (Reunião Comitê Constituinte de Nova Iguaçu, 05/01/86).

Em Nova Iguaçu, várias iniciativas entorno da Constituinte acontecem até a promulgação da Nova Constituição: encontros, seminários, panfletagens e coletas de assinaturas para as emendas populares. Em 30 de novembro de 85, o MCF é informado que no período de 2 meses tinham sido realizados mais de 60 encontros em escolas, comunidades eclesiais e AMs. Próximo às eleições de 1986, distribuíam-se folhetos sugerindo critérios para a escolha de candidatos comprometidos com as causas populares. Os folhetos também denunciavam os deputados federais e senadores do Estado que haviam votado contra os interesses populares (contra a "Diretas Já", a "Assembléia Nacional Constituinte"). Após a instalação do Congresso Constituinte, em fevereiro de 87, faz-se coletas de assinaturas para as emendas populares em vários locais do Município.

O detalhe, porém, é que o Comitê Constituinte de Nova Iguaçu, efetivamente, não existe como mobilizador e articulador dessa luta. O MAB, enquanto Movimento, praticamente está ausente. Assim, em Nova Iguaçu, a luta Constituinte acaba se restringindo a atividades soltas, isoladas, sem maior peso político. A experiência de pólo aglutinador, de soma, acumulada pelo MAB acaba não sendo posta a serviço do Movimento Constituinte. O distanciamento vanguarda-base-massa se evidencia nessa luta: enquanto a direção do MAB, da CDJP e lideranças de partidos (PT, PCdoB, PCB, PMDB e ALP) compõem o Comitê Constituinte de Nova Iguaçu, as bases do MAB, da Igreja etc, praticamente caminham sozinhas, sem qualquer articulação e peso político mais efetivos.

Com a promulgação da Constituição Federal em 5 de outubro

de 1988 e estando em curso a elaboração da Constituição Estadual, Nova Iguaçu, a exemplo dos demais municípios brasileiros, inicia a elaboração de sua Lei Orgânica e, a seguir, do Plano Diretor.

Se a articulação e mobilização popular no Município entorno da Constituinte Federal são fraquíssimas, a nível da Constituinte Estadual praticamente inexistem (cf. entr. Artur Messias, 21/10/91). Segundo Azuleicka Sampaio, ex-presidente do MAB, "a população não foi envolvida devido à divulgação ter sido restrita" (Ata da Primeira Reunião do Fórum Popular de Lei Orgânica, 1º/11/89).

Desde dezembro de 1988 o CR sente necessidade de elaborar propostas do MAB para a Lei Orgânica de Nova Iguaçu (Última Hora 06/12/88). No entanto, somente em 15 de março de 89, o MAB, a Cáritas, a CDJP, a UIES, a Associação das Empregadas Domésticas, o Sindicato dos Metalúrgicos, o PCdoB, o PT, a Juventude Socialista do PDT e o PV iniciam uma discussão sobre a participação popular no processo de elaboração da L. O. Municipal. Nesta reunião forma-se uma comissão para estudos preliminares e perspectivas de participação do movimento popular organizado.

Agora busca-se uma real participação e envolvimento da população.

Dia 13 de maio de 89 se promove o "Seminário Pro-Participação Popular da Constituinte Estadual e Lei Orgânica Municipal de Nova Iguaçu", no Instituto de Educação. Os temas são: saúde, educação, transporte, violência, terra urbana e rural e meio ambiente.

Dia 31 de maio, o CEP, o MAB, a Associação das Empregadas Domésticas e o CEAC realizam Ato Público no calçadão de Nova Iguaçu colhendo assinaturas para as emendas populares da Cons-

tituinte Estadual.

Dia 16 de setembro, na sede do MAB, representantes de 20 entidades e vereadores decidem criar o Fórum Permanente para a formulação de propostas populares para a Lei Orgânica (Correio da Lavoura, 23-29/09/89).

Em 27 de outubro a Câmara Municipal de Nova Iguaçu instala a Câmara Municipal Organizante para elaborar a Lei Orgânica (O Dia, 29/10/89). O Movimento Organizado Popular, no entanto, fica excluído do processo de elaboração (Jornal de Hoje, 02/11/89).

Dia 1º de novembro acontece a primeira reunião semanal do Fórum Popular da Lei Orgânica. Participam somente a direção do MAB e mais 7 AMs filiadas à Federação. Escolhem-se duas comissões, uma para sistematização e outra para divulgação.

Convocados pelo presidente da "Comissão de Saúde, Educação, Cultura e higiene", o vereador Moacir de Carvalho, representantes de mais de 40 entidades do setor apresentam, em 20 de novembro de 89, um ante-projeto à Comissão (Última Hora, 21/11/89 e Jornal de Hoje, 20/11/89).

Dia 21 de novembro o Conselho Comunitário de Saúde recebe da mesma Comissão convite para participar da elaboração da Lei Orgânica nos dias 23, 25 e 28 de novembro de 89, no plenário da Câmara dos Vereadores.

No início de 1990, o MAB colhe assinaturas (Mínimo de 1000 assinaturas para cada emenda) para emendas populares "nos diversos campos da vida social tais como saúde, educação, meio-ambiente e ecologia, reforma urbana e reforma agrária" (Carta do MAB às AMs filiadas, 29/01/90 - sic).

A insistência da maioria dos vereadores em elaborar leis prejudiciais ao povo iguaçuano, leva o CR do MAB a convocar uma

manifestação em frente à Câmara de Vereadores em 9 de fevereiro de 90.

Finalmente, em 30 de maio de 90, com atraso, é promulgada a Lei Orgânica de Nova Iguaçu. Apesar dos 12 projetos populares e das manifestações populares, a nova Lei Orgânica já nasce velha sem contemplar os interesses populares.

Dessa forma, o MAB não investe plenamente nas Constituintes Federal, Estadual e na Lei Orgânica Municipal, perdendo oportunidades ímpares para um salto qualitativo ao nível da formação-capacitação de seus quadros e militantes: "Alguns momentos foram bastante interessantes para possibilitar isso, mas aí nós caímos também naquilo que a gente chama de corporativismo" (entr. Artur Messias, 21/10/91).

Evidentemente, as discussões entorno das emendas populares para a Constituinte Nacional e para a Lei Orgânica Municipal, objetivando garantir alguns direitos, levam a um salto qualitativo importante, dão um mínimo de formação: "Mesmo assim de forma muito corporativa. Ou seja, os fóruns constituídos eram fóruns que tinham representantes que só iam ao Fórum com suas propostas, suas emendas. Quem militava na área da saúde ia defender questões específicas da saúde, e não estava muito informado, não estava a par de outras questões, da criança, por exemplo" (idem).

E agora, "o processo do Plano Diretor da cidade (...) momento rico também da gente garantir uma formação melhor de nossos quadros na questão das políticas públicas, do poder local (...), veio justamente num momento em que o Movimento estava totalmente em descenso mesmo, em queda, e sem nenhum poder de articulação. Não há hoje por parte da Federação um investimento neste sentido e até porque a Federação hoje já está muito preo-

cupada com questões da sobrevivência dela própria" (ibidem - sic).

Ainda em 1985 o MAB avança no seu aparelhamento. Em outubro inaugura a sua sede própria, compra financiada pela CEBEMO (entidade holandesa). Passa, a partir de então, a contar com uma infra-estrutura invejável à disposição do Movimento: telefone, serviço gráfico, dois aparelhos de som, várias assinaturas de jornais (Encontro 41, novembro 85).

No segundo semestre o departamento feminino promove "um encontro sobre a Nicarágua, sobre creches públicas e pré-escolares que apontou para a realização de um encontro de mulheres ainda este ano" (idem).

De agosto a novembro de 1985, o Departamento Cultural do MAB e a FAMERJ promovem o Primeiro Festival de Música Popular de Nova Iguaçu (1º FESTIMAB). O evento conta com o apoio da União Iguaçuana de Estudantes Secundaristas (UIES), do Centro de Estudos e Ações Comunitários (CEAC), do Centro de Cultura de Nova Iguaçu, da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Objetiva-se a "integração de diferentes setores sociais para a dinamização da vida cultural do Município de Nova Iguaçu". O Festival é um sucesso.

3. IV Congresso do MAB (dezembro 1985)

O MAB chega ao seu IV Congresso, em 6, 7 e 8 de dezembro de 1985, com 147 AMs filiadas (cf. Anexo 2, quadro VII), mas enfrentando sérias dificuldades de mobilização e organização. Diversas lutas estão sendo travadas nos bairros, mas há dificuldades para unificá-las:

"Uma realidade que hoje, todas as AMS enfrentam, em graus diversos, é a dificuldade de mobilização dos moradores, seja para participar nas atividades das Associações, seja para participar nas Regionais, CR e Manifestações do MAB" (Tese ao Congresso, "A organização do MAB e a conquista de vitórias reais", Encontro 41, novembro 85 - sic).

Apesar do número das AMs organizadas e do número significativo de AMs com mais de 500 e até 2000 sócios, "demonstrando uma penetração importante no bairro" (Encontro 41, novembro 85), a direção reconhece que há um grande número de AMs com trabalho ainda limitado:

"Temos associações onde há apenas uma diretoria funcionando e o número de sócios é insignificante. Esta situação mostra uma desigualdade entre as associações do ponto de vista de seu enraizamento, representatividade e atuação em cada bairro" (idem).

Os signatários dessa tese identificam como externa ao Movimento a principal causa dessa desmobilização:

"A causa principal desta pouca participação, foram os 20 anos de autoritarismo que o País atravessou (?), que levou o povo à uma descrença de sua própria força e do poder de transformar a realidade social. Junto disto temos uma série de causas que o próprio sistema social do País, o capitalismo, impõe

à população trabalhadora, que é a falta de atendimento às reivindicações, o cansaço físico devido a uma sobrecarga de trabalho (10 a 12 horas de trabalho por dia), a falta de experiência de organização autônoma da população, a falta de recursos materiais, etc" (ibidem - sic).

Esta crise de mobilização do MAB, no entanto, não bate com a conjuntura sindical, pois nesse ano de 1985 há um significativo crescimento da luta sindical: um total de 6 milhões de trabalhadores realizam cerca de 900 greves, o maior índice de greve desde 1978 (cf. Boletim Nacional da Pastoral Operária, 31, março/abril 86).

Embora reconheça que a organização interna atual do Movimento é a mais democrática possível, a oposição aponta a prática cupulista da direção do MAB como a causa interna dessa desmobilização, pois "de acordo com a maneira que atuamos e colocamos em funcionamento esta estrutura, podemos ou não, contribuir para o avanço da consciência política das suas lideranças e da população em geral, no sentido do aumento de sua participação" (Tese ao IV Congresso, "A organização do MAB e a conquista de vitórias reais").

"Atualmente, apesar de toda esta estrutura democrática, as decisões vêm ficando, muitas vezes, restritas às diretorias ou algumas lideranças, o que desestimula a participação. E (...) À medida que os moradores participam pouco, a diretoria da entidade ou mesmo 1 ou 2 membros da mesma passam a decidir e encaminhar as lutas, perpetuando a falta de participação" (idem).

A nova conjuntura política nacional e estadual ao exigir um novo relacionamento dos Movimentos Sociais com o Poder Público, é identificada como a motivadora desse desvio da direção do MAB:

"Com o processo de 'democratização' do País, no qual as Associações conquistaram um espaço de reivindicação nos diversos órgãos do Poder Público, a multiplicação do número de reuniões e de lutas, que estão sendo encaminhadas, levou a que as decisões sejam tomadas em vários locais, que não são as estruturas de deliberação do Movimento. Exemplificamos: a luta de Saúde tem sido discutida e deliberada pelo Conselho Comunitário de Saúde; a luta pelo Saneamento Básico é decidida nos Regionais e pelas diretorias das Federações da Baixada; a luta por creches e pré-escolas tem sido decidida nas reuniões ampliadas do Departamento Feminino. A falta de tempo e a urgência das decisões acaba por fazer com que as lideranças deliberem sem uma consulta ao conjunto dos moradores ou das Associações" (ibidem).

"Com isto tudo, restam às assembléias e ao CR do MAB poucas decisões, contribuindo para o seu esvaziamento... As questões centrais não são decididas no Conselho, o que contribui para a falta de estímulo à participação nas reuniões" (ibidem).

Alimentando o quadro desmobilizador, "a despolitização das AMs, o sectarismo no interior do Movimento, leva a sua direção e o CR a se perderem em discussões cansativas, improdutivas e quase sempre secundárias, emperrando o encaminhamento das lutas" (Tese ao IV Congresso, "Relação com o Governo Estadual", Encontro 41, novembro 85).

Tal como a oposição, a direção reconhece que o CR, principal instância do Movimento depois do Congresso, "vem enfrentando dificuldades. Hoje o Conselho conta com a participação média de 40% das AMs" (Encontro 41, novembro 85). Enquanto a oposição identifica as tomadas de decisões da diretoria, sem consulta às instâncias deliberativas e à pauta das reuniões do CR, cheia de

informes, como fatores internos do esvaziamento do Movimento, a direção reduz a problemática à pauta das reuniões carregada de informes. Tanto uma como outra, no entanto, não tocam no cerne da questão: a relação vanguarda-base-massa.

Ambas, porém, sentem a necessidade de avançar nas formas de comunicação dentro do Movimento. Segundo a direção, "com isso ganharíamos em objetividade, concentrando as reuniões em temas bem definidos e estimulando o debate prévio nas Regionais sempre que isso for possível" (Encontro 41, novembro 85).

De qualquer forma, o Movimento já sente a falta de um veículo de comunicação articulador e mobilizador das AMs. Tarefa executada pelo "Encontro" desde a origem do MAB até final de 1983, quando este jornal praticamente se extingue.

Embora o IV Congresso delibere que o Departamento de Imprensa deve "garantir o jornal 'Encontro' com regularidade", a sua publicação acaba se restringindo às ocasiões do Congresso do MAB.

A propósito da desmobilização das AMs, a direção propõe que as AMs procurem consolidar seu trabalho fazendo de sua sede o centro aglutinador das várias atividades do bairro e que realizem campanhas permanentes de filiação para ampliar o quadro de sócios. E conclui: "A nossa força será maior na medida da força e da representatividade de cada Associação" (Encontro 41 -- grifo meu).

Quanto aos Regionais, apesar de avaliar como positiva a sua reestruturação nos dois últimos anos (cf. p. 165 s), a direção reconhece que poucos Regionais criaram suas Coordenações -- direção intermediária --, e que as criadas funcionam precariamente (Encontro 41).

A nível das lutas gerais, a chapa 2 avalia que:

"O MAB tem dado poucos passos no encaminhamento das lutas gerais, geralmente se fica a nível da participação da diretoria e quando muito da discussão superficial no CR. Na questão das diretas, por exemplo (...). No apoio às greves, pouco tem sido feito e pouco é discutido no conjunto do Movimento, que não tem se manifestado, globalmente, em apoio aos movimentos grevistas. Precisamos resgatar as experiências de 1978, 1979 e 1980, quando o movimento de bairros se solidarizou ativamente com as lutas e greves operárias.

"Atualmente na discussão sobre a Constituinte pouco se tem avançado" (tese ao IV Congresso, "As lutas gerais do MAB", Encontro 41, novembro 85).

Em maio de 85, no II Congresso da FAMERJ, o Movimento ainda consegue compor uma chapa única, somando as forças do Movimento (do MAB entram na direção da FAMERJ: Nelson Nahon, como 1º Vice-Presidente; Antonio Ivo de Carvalho, como Secretário Geral; Ewerson de Azevedo, como 1º Secretário). No entanto, essa unidade, em plena implantação da Nova República, não se concretiza numa prática cotidiana. O mandato 86/87, com Chico Alencar na presidência, se caracteriza pela partidarização do Movimento e seu conseqüente esvaziamento:

"O povo das Associações não tem comparecido às reuniões porque são sempre os mesmos que falam, não discutem os problemas que nos afligem de fato. Os Conselhos da FAMERJ e zonais viraram um palco de disputa partidária, enquanto o povo quer se organizar para resolver seus problemas. Por isso, os Conselhos são esvaziados, e não porque o Movimento está em crise, como afirmam eles" (Tese "FAMERJ e o seu III Congresso", 30/04/87, militantes do PCB).

O MAB chega ao IV Congresso com o mesmo discurso de unida-

de. Avaliando a organização do Movimento, a direção (ainda soma das várias forças) diz: "para levar à frente a transformação dessa sociedade injusta e desigual é necessária a crescente organização da população brasileira e uma ação unitária" (Encontro 41, dezembro 85).

No entanto, a conjuntura nacional entorno da sucessão presidencial via Colégio Eleitoral já contribuíra para acirrar as divergências intra-Movimento. O apoio de lideranças do MAB ao Colégio Eleitoral e à "Nova República" será o pomo da discórdia. Segmentos do MAB considerarão esse apoio uma traição (cf. tese ao IV Congresso, "As lutas gerais do MAB", Encontro 41, novembro 85) e o fracionamento interno se expõe novamente.

Duas chapas concorrem, então, à direção do MAB em dezembro de 1985: a chapa 1 composta pelas forças mais à esquerda do antigo MDB (PMDB, PCB, PCdoB) e a chapa 2, "Avançar na luta", composta pelo PT, ALP e pessoas independentes (19). Dessa forma, nega-se, concretamente, o discurso da unidade: Enquanto o pessoal que integra a chapa 2 recusa-se a compor com os "traidores", o pessoal da chapa 1 levanta dados da correlação de forças intra-MAB antes de definir a composição de sua chapa (cf. Anexo 2, quadro IX). Ambas práticas negam a unidade idealizada.

Por uma diferença de 25 votos (4,2%), o PCB mantém a hegemonia do Movimento. A chapa 1 obtém 305 votos e a chapa 2 obtém 280 votos. Dos 632 delegados credenciados, 592 votam. O sistema de proporcionalidade, proposto por uma das teses para a eleição da nova direção é desconsiderado pelo Congresso, e o MAB não consegue se firmar contendo as diferenças no interior da sua direção.

São inscritos ao Congresso 100 AMs (68% das filiadas), 901

delegados (cf. Anexo 2, quadros IV, VII e VIII) e 12 convidados (representantes de 4 partidos, de 3 Federações de AMs, do presidente do INAMPS, do CEP, da UIES, da UBES e 1 vereador do PDT). Além da ausência da hierarquia eclesiástica, é significativa a redução dos convidados presentes, em relação aos Congressos anteriores.

Entre as decisões do Congresso destacam-se:

- a luta pelo saneamento básico como prioridade;
- o estabelecimento, pelo departamento cultural, de uma política de formação de lideranças, promovendo cursos, debates e palestras nas Regionais e Associações;
- a reafirmação das deliberações tomadas no último CR da FAMERJ no sentido de filiar-se à CONAM (Confederação Nacional das AMs) como forma de garantir a sua constituição como entidade nacional e representativa de todo Movimento;
- a participação maciça no Congresso Nacional das AMs a se realizar em março de 1986, em Brasília (122 votos a favor e 87 contra);
- a luta pela Assembléia Nacional Constituinte;
- a oposição a qualquer pacto social que prejudique os interesses dos trabalhadores (Ata IV Congresso).

Posicionamentos diversos das forças no MAB frente às conjunturas municipal, estadual e federal a partir do fim da ditadura militar e da instalação da "Nova República" em 1985 acirram, então, as lutas intra-MAB.

A nível nacional, enquanto a situação do MAB, ligada ao PCB, PCdoB e PMDB, apóia a "transição democrática", o "plano cruzado" e o congelamento de preços etc e privilegia a política assistencialista via convênios e as negociações de gabinete, a

oposição (PT, OPPL e CGB) defende a autonomia e independência política do Movimento frente aos poderes públicos, a conscientização e a mobilização popular.

O Pacote Econômico e os convênios sociais chegam num momento de ascenso da luta popular nas "diretas já", nas greves, nas eleições para prefeitos das capitais, a CUT crescendo no campo e na cidade, o movimento organizado exigindo participação popular na Constituinte (Boletim Nacional da Pastoral Operária, 32, maio 1985).

A nível estadual, a direção eleita no IV Congresso se envolve na campanha do PMDB para as eleições de 1986. Investe na campanha de Moreira Franco (ex-MR-8) para Governador do Estado e de Francisco Amaral (ligado, desde a origem à ala progressista do MDB no MAB) para vice-governador. O PMDB, partido do Presidente José Sarney, na esteira do Plano Cruzado e do congelamento de preços, elege o maior número de governadores, senadores e deputados. Eleito Moreira Franco governador do Estado do Rio, muitas das lideranças da situação do MAB passam a ocupar cargos de confiança no seu governo:

"Após as eleições do PCB e o PCdoB, partidos tidos como de esquerda, disputam as Secretarias de Governo e órgãos públicos pelos serviços prestados, Secretarias de Saúde, Meio-ambiente, Instituto Vital Brasil, enfim dividem o bolo conforme as conveniências políticas" (tese "Regional V", V Congresso do MAB, Encontro Especial, novembro 87).

A oposição denuncia as "manobras eleitoreiras" e a política de alianças da direção com o governo estadual e suas consequências para o Movimento.

Logo após as eleições de novembro 86, o Governo Federal, que até então "segurara" o congelamento de preços do Plano Cru-

zado para assegurar a maioria dos governadores e dos congressistas constituintes, decreta novo choque econômico e inicia um "novo" discurso de Pacto Social tentando cooptar o Movimento Social.

Em 12 de dezembro acontece a primeira Greve Geral pós-64.

Se a nível municipal a direção do MAB conseguira criar um consenso entorno da intervenção na Prefeitura (p. 211 ss), a nível estadual e federal o seu grau de envolvimento e comprometimento com os governos impede que se faça maiores mobilizações populares e denúncias. Sua ação se restringe, sobretudo, a negociações de cúpulas e aos projetos assistenciais.

Esta política alimenta as divergências internas, pois as concepções em jogo têm posicionamentos diversos frente aos governos estadual e federal. Moreira Franco se elegera prometendo continuar com o Projeto CIEPs, acabar com a violência no Estado. E, no entanto, após sua posse, lentamente o projeto dos CIEPs é esvaziado; a violência recrudesce no Estado, principalmente nas favelas do Rio e na Baixada Fluminense, com os grupos de extermínio tendo livre atividade, o que leva à criação do "Fórum Permanente Contra a Violência em Defesa da Vida", em 1989; as empresas de ônibus encampadas pelo Governador Leonel Brizola são devolvidas aos seus "donos".

No início de 87, as forças armadas voltam a ocupar as ruas e as portas das fábricas para impedir as greves dos portuários e petroleiros. Neste primeiro semestre acontecem 752 greves, com a adesão de 6.428.609 trabalhadores (dados do DIEESE e CPV).

Em 12 de junho de 87 é decretado o Plano Bresser.

Em 29 de novembro do mesmo ano, em plena "Nova República", acontece o massacre de Serra Pelada. 1.500 garimpeiros (fala-se

também de 3.500 a 4.000 garimpeiros) que bloqueavam a ponte sobre o Rio Tocantins, no Pará, a 2 km de Marabá, interrompendo o tráfego de veículos e trens de minérios e passageiros da Ferrovia Carajás, para chamar a atenção das autoridades sobre seus problemas e reivindicações, por ordem do Governador do Pará, Hélio Gueiros, são massacrados por uma tropa de 360 soldados da PM do Pará. A tropa cerca, pelos dois lados, a ponte ocupada pelos garimpeiros e começa a disparar contra homens, mulheres e crianças enfileirados para o jantar. Com isso, mais de 93 pessoas desaparecem, 43 são feridas à bala e 3 são mortas.

3.1. O MAB e a Educação

Apesar da falta de escolas e do abandono da educação em Nova Iguaçu, a luta entorno da educação no MAB, enquanto Federação, só começa efetivamente a tomar corpo a partir de 1986, mesmo assim de forma limitada. Nesse período são firmados convênios com a Fundação Educar e o MEC para desenvolver nas AMs 120 turmas do Educar e 100 do Pré-escolar sob a coordenação do MAB.

No período anterior, o MAB se limitara a apoiar e, às vezes, até a investir de forma esporádica em atividades desarticuladas das AMs na Educação. As lutas pelo fim da taxa escolar (cf. p. 97 ss), pelo passe-escolar, acopladas à luta dos transportes (cf. p. 149 ss), pela criação e manutenção de creches e pré-escolas a partir de 1980, os concursos públicos e seleção de profissionais por ocasião das inaugurações de CIEPs são assumidas mais a nível de AMs.

Em 18 de outubro de 84, o Departamento Feminino do MAB e o

CEAC realizam o Primeiro Encontro sobre Creches de Nova Iguaçu. Participam do evento 21 AMs e autoridades da Coordenadoria Estadual de Desenvolvimento Social, UNICEF, FUNABEM, MOBRAL, FE-EM, Secretaria Municipal de Saúde de Nova Iguaçu e Secretaria de Educação de Nova Iguaçu. A principal reivindicação do Encontro é um programa de Creches Públicas em Nova Iguaçu. O Encontro objetivava "levar ao conhecimento das autoridades como vem sendo desenvolvido o trabalho com crianças nas Associações. Da necessidade e da dificuldade que os membros atravessam" (Relatório do Primeiro Encontro sobre Creches de Nova Iguaçu). De acordo com o relatório 33 AMs filiadas ao MAB mantinham então trabalhos com crianças.

Em 1985 o MAB realiza, em conjunto com o CEP-Nova Iguaçu e a UIES, um encontro onde se levanta e discute os problemas da educação em Nova Iguaçu.

A partir do segundo semestre de 1985 começam a ser inaugurados os primeiros CIEPs em Nova Iguaçu.

Em março de 1987, as questões da educação são aprofundadas numa plenária do MAB. O esvaziamento e a desativação do projeto CIEPs pelo Governo Moreira Franco leva a plenária a assumir a luta pela manutenção e ampliação do mesmo.

E 5 de junho de 87, o MAB e outras entidades populares são impedidos, por cerca de 300 policiais militares, de fechar a Via Dutra para denunciar o trato dispensado por Moreira Franco aos CIEPs.

Em 22 de junho, o MAB, juntamente com a ABM, o MUB, o CEP-Meriti e São Gonçalo e a Associação de Funcionários de Apoio, voltam às ruas, ao Palácio da Guanabara para cobrar do Governo a manutenção dos CIEPs.

A construção dos CIEPs por Leonel Brizola, assim como a

regularização da merenda escolar e sua metodologia de ensino significam um grande avanço na educação a nível estadual. No entanto, o seu progressivo esvaziamento pelo Governo Moreira Franco, apesar de suas promessas de campanha de mantê-los, será objeto de disputas internas ao MAB, com as forças da situação e oposição se acusando mutuamente:

A OPPL acusa a direção do MAB de não encaminhar a luta, tanto pela conquista de mais CIEPs, quanto pela manutenção do Programa ("Tese ao V Congresso", Encontro Especial, novembro 87).

O Regional V acusa a posição política da direção do MAB, durante o Governo Leonel Brizola, "de total aversão a qualquer medida do Governo, mesmo quando algumas destas medidas interessavam ao Movimento, como por exemplo, a construção dos CIEPs (...). esta luta não foi privilegiada pela diretoria. Hoje o Governo Moreira Franco está claramente destruindo o Programa Especial de Ensino" (tese "Regional V", V Congresso do MAB, Encontro Especial, novembro 87).

. Projeto Educar

Em 1986, em convênio com a Fundação Educar (ex-MOBRAI) inicia-se o Projeto de Educação Básica da Baixada Fluminense. Participam do convênio o MAB, o MUB, a Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu, o Clube de Mães da Taquara (Duque de Caxias), a Associação do Bairro dos Cavalheiros e a AM do Canal Meriti.

O projeto alfabetiza 8 mil alunos maiores pelo Método Paulo Freire. A Fundação repassa o dinheiro às entidades conveniadas para administrarem o Projeto. Os supervisores e agentes de

ensino são escolhidos pelas AMs e selecionados pela Fundação Educar.

Em Nova Iguaçu, o Projeto Educar desenvolve-se em duas frentes, uma pela Cáritas Diocesana e outra pelo MAB.

Pelo MAB, 33 AMs assinam o convênio em 23 de junho de 86. Por ocasião do V Congresso (dezembro 87) 44 AMs estão conveniadas, totalizando 119 classes e 2.500 alunos.

Apesar de ponderar "que a educação é um direito de todos e um dever do poder público e que cabe a nós associações reivindicarmos e lutarmos por este atendimento" (Informe do MAB - 1986, "Convênio Educar" - grifo meu), a direção do MAB justifica a sua colaboração com a administração pública: "Porém este convênio que estamos firmando representa um avanço, pois fomos nós que conquistamos através de nossa luta, nós que na verdade já realizávamos este trabalho há muitos anos sem nenhuma ajuda por parte do Governo" (idem).

E as atividades da Cáritas e do MAB entorno do Projeto Educar, a partir do processo de seleção do pessoal para trabalhar o Projeto, adquirem algumas características próprias, conforme depoimentos. A Cáritas administra e coordena o Projeto mais preocupada com o processo educativo-pedagógico, selecionando com mais rigor técnico-pedagógico os monitores, supervisores e coordenadores para trabalhar no Projeto. A direção do MAB administra e coordena o Projeto mais preocupada com a questão partidária, buscando selecionar monitores, nem sempre preparados, mas alinhados à sua concepção política. E o resultado do processo educativo ensejado por essas entidades acaba sendo diverso.

Em agosto de 88, o trabalho de alfabetização de adultos desenvolvido pelo Projeto Baixada, numa disputa envolvendo 156

países, conquista em Paris o Prêmio Nadjada Krouoskaia (20). A UNESCO confere o Prêmio ao Projeto Baixada pela "Validade, efetividade, menores índices de repetência e de evasão dos programas de alfabetização dos países do Terceiro Mundo" (O Globo, 12/09/88).

Segundo Dilcéia Nahon, então presidente do MAB, "este prêmio internacional mostra que é possível se fazer um bom trabalho na área da educação quando existem recursos, pessoas capacitadas e determinação política. O Projeto é um avanço na educação de adultos, mas sofre com a burocracia do poder público" (Jornal de Hoje, 12/09/88).

No entanto, o Projeto, desde o início de 87, enfrenta dificuldades como "a dúvida da continuidade ou não (...) o atraso dos pagamentos do pessoal..." (Jornal de Hoje, 23/06/90).

"Com a implantação do Projeto Baixada através do Projeto Educar nós pudemos provar por A + B que existem condições tranquilas para o Governo acabar com analfabetismo no Brasil. O pouco tempo que esse convênio durou, entorno de 4 anos, o Movimento conseguiu (...) trabalhar uma média de 30 mil alunos" (entr. João B. Assis, 27/04/92 - sic).

Apesar do sucesso, talvez devido ao sucesso da alfabetização de adultos na Baixada, que lhe vale a menção honrosa da UNESCO, o Projeto Educar, por "falta de verbas", vai sendo lentamente esvaziado pelo Governo Sarney até sua total extinção em 1990, já no Governo Collor.

. *Convênio Pré-escolar*

Ainda em 1986, o MAB e algumas AMs assinam convênio com o MEC para trabalhar com pré-escolas. Desde 1980, algumas AMs, devido à falta de creches, desenvolvem trabalhos com pré-escolas sem qualquer ajuda do Poder Público. Agora o MEC assume o pagamento das monitoras e supervisoras das 100 classes existentes no Município.

Por ocasião do V Congresso (dezembro 87), 63 AMs desenvolvem atividades pré-escolares com 173 turmas. 100 monitoras recebem 1 salário mínimo pelo Convênio com o MEC e outras 20 pela Prefeitura. Mas essa iniciativa ainda é muito limitada frente ao grave problema educacional do Município. E há dificuldades com o MEC que atrasa a verba para o pagamento do pessoal e não assume seus encargos sociais.

A partir de 88, o MAB procura firmar convênios com a LBA, "interessada" em ampliar o número de creches na Baixada. Iniciativa que acaba surtindo pouco efeito.

Fato é que a questão da Educação no MAB, a partir de 86, se reduz "à administração, pela Federação e AMs, dos convênios com o MEC (pré-escolar) e... EDUCAR (alfabetização de adultos), sem o necessário questionamento e a consequente conscientização dos moradores, do papel do Poder Público e da necessidade da luta do Movimento, para que o Governo assuma, de fato, a responsabilidade do ensino, sem repassá-la para a comunidade" (Tese da OPPL ao V Congresso, Encontro Especial, novembro 87).

O MAB não desenvolverá uma luta mais ampla entorno da educação. Quando se extinguem esses convênios praticamente se anula a questão da educação no MAB e AMs filiadas

3.2. A luta pelo "impeachment" de Paulo Leone

O descaso para com os serviços públicos e a crescente corrupção do Executivo Municipal dilapidando os bens públicos, além da conivência do Legislativo Municipal, o clientelismo e o fisiologismo, com as falcatruas do Prefeito, levam as forças do MAB e até a pequena e média burguesia local a se somarem em vista do "impeachment" de Paulo Leone. Iniciada pelo Movimento Popular, principalmente pelo MAB, pela Igreja e pelos estudantes, a luta pela intervenção no Município ganha aos poucos a adesão de outros segmentos da sociedade iguaçuana, como a Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu.

"O Prefeito Paulo Leone, um raro exemplo de administrador que consegue a proeza de unir toda a população -- contra ele" (JB, 07/09/87).

A exemplo do período da Ditadura Militar, a identificação de um inimigo público comum leva as forças a se somarem, apesar das diferenças. Esse fato indica que a divisão dentro do MAB tem origem na falta de um norte comum. No entanto, historicamente, o Movimento mostrou-se incapaz de aprender essa lição.

Aos poucos, o diálogo MAB e Governo Paulo Leone se transforma em denúncia e em luta pela sua exoneração junto à Câmara Municipal, aos Governos Estadual e Federal. Nessa luta o MAB realiza várias manifestações e passeatas.

Em outubro de 1985 é formada na Câmara uma Comissão de Inquérito para apurar as denúncias de corrupção e irregularidades políticas administrativas do Prefeito.

Em 25 de abril de 1986, "cerca de 2 mil pessoas realizaram (...) uma das maiores manifestações de Nova Iguaçu, exigindo a cassação do Prefeito Paulo Leone" (Jornal de Hoje, 20/04/86).

Numa nota "à população de Nova Iguaçu", o MAB denuncia os desmandos da administração municipal, exigindo a definição de um Plano de Emergência para enfrentar a gravidade dos problemas locais:

"O povo exige respeito, apuração rigorosa de todas as denúncias de corrupção; chega de impunidade, exigimos solução já", foram as palavras de ordem da nota à população.

O Prefeito responde com panfletos e notas acusando:

"Grupos radicais (...) fomentam a desestabilização do Governo Paulo Leone", citando como autores desse Movimento "a ala radical do PMDB iguaçuano (ex-deputado Francisco Amaral, Jorge Gama e o médico extremista Antonio Ivo); alguns setores do MAB e FAMERJ; Jornal de Hoje, subvencionado pelo Banerj; Pastoral Diocesana que é contra o Centro Médico Comunitário da Prefeitura", anunciando ainda que o "processo de subversão da ordem contra os interesses de Nova Iguaçu" é coordenado pelo "ex-secretário Vivaldo Barbosa".

Neste período o MAB, na pessoa de sua Presidente, Azuleicka Sampaio, é processado por crime de calúnia e difamação. São seus advogados de defesa Francisco Amaral, logo depois eleito vice-governador do Estado, e Delário Ribeiro. Dia 29 de julho de 1987, o MAB é julgado na 3ª Vara Criminal de Nova Iguaçu e sua Presidente condenada a pagar um salário mínimo. Enquanto isso, o MAB acompanha a Comissão Especial de Inquérito.

Em 27 de maio de 86, 31 dos 33 vereadores reconhecem a veracidade das denúncias e formam a Comissão Processante. No entanto, em meados de 86, após comprar vereadores, por 17 votos a favor e 11 contra, o Prefeito consegue arquivar o processo.

Esse fato leva a Presidente do MAB, em 2 de agosto de 86, a apelar através dum ofício ao Ministro da Justiça Paulo Bros-

sard e ao Presidente José Sarney, exigindo providências "a respeito da grave situação de Nova Iguaçu (...) preocupados com tal situação recorreremos à Vossa Exa. para que possamos restaurar a confiança da população nas Instituições Públicas, tão desmoralizadas e desacreditadas" (grifo meu).

Em 8 de maio de 87, o MAB realiza outra grande passeata exigindo o afastamento do Prefeito. Subscvem o Manifesto o MAB, a FAMERJ, a CDJP, a Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu, a União da Juventude Socialista, o PCdoB, o PCB, o PDT, o PT, o PMDB e a Bancada de Resistência da Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu.

No entanto, a nota conjunta do MAB com a Bancada de Resistência da Câmara, sem uma consulta prévia ao CR, é controversa no interior do Movimento. Lideranças do Regional V saem a público criticando a diretoria "por aceitar ajuda dos vereadores" (Correio da Lavoura, 09-10/05/87).

E o movimento "Fora Leone" vai ganhando força e repercussão na imprensa local e estadual.

Dia 18 de setembro de 87, o movimento "Fora Leone" realiza uma passeata ao Palácio da Guanabara. Um documento com 304 páginas contendo várias denúncias contra a administração Paulo Leone, pede intervenção, auditoria e eleição de um novo Prefeito. O CEP-Nova Iguaçu e a UIES somam-se ao manifesto.

Diante do não atendimento da reivindicação "Fora Leone" por parte da Câmara Municipal, do Ministério da Justiça e do Governo do Estado, no denominado "Dia da Dignidade" 14 de outubro de 87, o movimento "Fora Leone" faz um ato no centro de Nova Iguaçu. Cerca de 700 pessoas participam da manifestação e as 300 lojas do calçadão, à rua Amaral Peixoto, são fechadas em protesto contra o Prefeito. Vemos aqui um baixo nível de mobi-

lização do MAB, que já mobilizara 2000, 3000, 5000 pessoas no passado.

Somam-se aos subscritos às notas anteriores a Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu (ACINI), o Clube dos Diretores Logistas (CDL), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu, o Conselho Comunitário de Saúde e Previdência Social de Nova Iguaçu, a Associação Médica de Nova Iguaçu e a Associação dos Empresários da Construção Civil de Nova Iguaçu.

Em junho de 88, o MAB junto com a Igreja, com alguns Partidos Políticos e outras entidades, volta ao Palácio da Guanabara levando um processo com cerca de 300 páginas de novas provas contra Leone.

Finalmente em julho de 88, o Governo de Estado intervém em Nova Iguaçu. Assume a Prefeitura, como interventor, o Vice-governador Francisco Amaral, o "Governador da Baixada" (O Globo, 21/07/88).

Começa aí uma nova relação do MAB com o Executivo Municipal. Por um breve período, cerca de 6 meses, a direção do MAB vai ter pela frente um Executivo Municipal "confiável" e afinado com suas lutas. Assim, após 4 anos de interrupção voltam as audiências públicas do Prefeito com as AMs.

Assim, a partir de 1985, o MAB concentra-se mais na luta pelo afastamento do Prefeito Paulo Leone e na administração dos convênios firmados com os Governos Estadual e Federal:

"De dois anos para cá, surgiram vários projetos: Educar (alfabetização de adultos), Pré-escolar, os tickets do leite, os projetos da SEAC (Secretaria Especial de Ação Comunitária), as creches (LBA) e o PSA (Programa de Suplementação Alimentação). Todos estes Projetos foram criados pelo Governo Federal e Estadual e se apóiam na comunidade para atuar na alfabetização

de adultos, distribuir leite etc" (Tese ao V Congresso, Nelson Nahon, Encontro Especial, novembro 87).

Se a luta pelo afastamento do Prefeito é consensual dentro e fora do MAB, os convênios são objetos de fortes divergências no interior do Movimento (cf. teses ao V Congresso do MAB). No entanto, nenhuma concepção, por mais contrária que seja a esta prática "assistencialista" do MAB, tem a coragem de se posicionar contra os convênios firmados, pois a perda política frente às AMS seria irreparável (entr. João B. Assis, 27/04/92).

Numa conjuntura favorável a posições estreitas e radicais, a FAMERJ realiza, em meados de 87, o seu III Congresso. A exemplo do MAB, as mesmas questões fracionam o Movimento.

A situação, avalia o Movimento e desta^{co}, entre outras, como principais causas dos problemas enfrentados pela FAMERJ:

- "a falta de clareza de objetivos do Movimento, no quadro da crise vivida;
- o esvaziamento de alguns fóruns do Movimento;
- a disputa entre grupos e correntes no fórum do CR é priorizada, ficando as lutas para um segundo plano, levando os membros do conselho a não participarem do processo de direção do Movimento, isso graças à partidari-zação e intolerância dos debates" (Chapa da situação "FAMERJ 'tá na rua -- a luta continua").

A direção da FAMERJ justifica e fundamenta, ainda, os convênios sociais firmados com o Governo Sarney:

"Não devemos recusar nossa contribuição nestes programas para evitar que políticos se utilizem deste artifício em seu benefício, mas também ao aceitá-los devemos fazê-lo de forma educativa debatendo com a população suas intenções e para que exija do Poder Público condições de infra-estrutura material e

humana, que não prejudiquem a organização do Movimento e nem coloquem em risco a sua autonomia" (idem).

A oposição partidarizando o Movimento, em cima dessa prática da direção, a pretexto dela estar apoiando a Nova República, discursa para ganhar a direção da FAMERJ (entr. F. de Assis, 11/12/91).

Três chapas concorrem à direção. As duas da oposição atacam a chapa da situação que tem militantes ligados ao PCB e PCdoB, partidos que apoiaram Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e apóiam a "Nova República", assim com militantes do PT. O PDT com uma chapa "pura", só PDT, veda a participação de "pessoas que apóiam a 'Nova República'" e "cúmplices da atual diretoria". A outra chapa de oposição, composta por militantes da OPPL, do CGB e do PT ganha a direção da FAMERJ.

A crítica do ex-presidente, Chico Alencar, logo após o Congresso, num periódico local é taxativa:

"A nova diretoria da FAMERJ entenderá que a direção de um movimento como esse tem que ser flexível, larga e respeitadora das diferenças, sem que isso signifique transigência na defesa dos interesses do nosso povo tão massacrado. Afinal, as AMs são o primeiro degrau na caminhada da conscientização política dos cidadãos e não um espaço de formação de 'quadros revolucionários'. É da essência de uma Associação de Bairro ser ampla e plural e a direção da FAMERJ deve sempre refletir isso. Levar para as comunidades as disputas internas do movimento sindical ou estudantil é uma maneira nada sutil de espantar o povo simples das nossas reuniões" (grifo eu).

A presença desse grupo à frente da FAMERJ é breve.

4. V CONGRESSO DO MAB (dezembro 1987)

O MAB chega ao V Congresso (4, 5 e 6 de dezembro de 1987) apresentando o maior crescimento quantitativo de sua história (cerca de 1/3 das 210/211 AMs no MAB se filiaram no período de 1986/1987), mas com menor poder mobilizador -- esvaziamento -- e maior distanciamento entre direção-base do Movimento (cf. Anexo 2, quadro VII):

"Menos de 30% das AMs participam das reuniões do CR. Um grande número de Associações hoje estão desativadas ou funcionam precariamente" (Tese ao V Congresso, "OPPL", Encontro, Edição Especial, novembro 87; cf. também tese "mudanças se conquistam com luta e organização" e Anexo 2, quadro II).

"Nesses últimos dois anos o Conselho de Representantes, quando teve maior participação, contou com cerca de 40 Conselheiros. As poucas manifestações que ocorreram contaram com cerca de 600 a 1000 pessoas. Quando da sua fundação o MAB reunia em assembléias de 500 a 1000 pessoas, chegando a ocorrer assembléias com cerca de 2000 pessoas e as manifestações aconteciam com mais de 3 mil pessoas" (tese ao V Congresso, "MAB pela base -- avaliação do Movimento", Homero de Souza, Encontro Especial, novembro 87).

"O MAB nos últimos anos não conseguiu realizar uma grande manifestação pública. Promoveu três passeatas contra o Prefeito, que tiveram pouca participação. As principais lideranças do Movimento continuam as mesmas desde o seu início, não houve reprodução de novas lideranças" (tese ao V Congresso, "OPPL", o. c.).

Nesse período não funcionam as comissões de luta e os departamentos do MAB, nem circula o jornal "Encontro". E a dire-

toria se esvazia, reduzindo-se a cerca de 9 diretores (cf. tese Homero de Souza, o. c.).

A combatividade, a luta e a mobilização, características do MAB no período da Ditadura Militar, cedem espaço às negociações de gabinetes e aos Programas Assistencialistas. Suas lideranças ocupam seu tempo na distribuição de leite, na manutenção do Pré-escolar e na alfabetização de adultos (Projeto Educar), na administração de Postos de Saúde, na distribuição do sacolão etc. As lutas reivindicativas quando encaminhadas se dão mais a nível de reuniões de gabinete entre a diretoria da Federação e as autoridades.

4.1. Significado dos Convênios Sociais

Para as forças no MAB está claro, nesse momento, que com os projetos sociais o Governo objetiva:

- cooptar a liderança do Movimento através de empregos;
- criar tantas tarefas para as lideranças comunitárias que acabe faltando tempo para as AMs conscientizar e mobilizar as massas;
- enganar a população dizendo estar dando soluções aos seus problemas (tese "Os projetos do MAB", Nelson Nahon, Encontro Especial, novembro 87).

Mas não há consenso entre as forças quanto à manutenção ou a extinção dos mesmos:

- A oposição defende nos CR que o MAB não deve usar os projetos. No entanto, sua prática contradiz esse discurso, quando ela implanta nos bairros o ticket do leite, luta pelos mini-postos, faz concursos para monitores ou

supervisores do Educar etc.

- A situação defende que se deve saber utilizar estes projetos para organizar, mobilizar e conscientizar a população, mas também se contradiz quando se utiliza dos mesmos "para fazer politicagem, propaganda eleitoreira e enganar o nosso povo. A exemplo do (...) convênio INAMPS/CÁRITAS (...) assinado perto das eleições com a presença de diversos candidatos do PMDB, o vice-governador que faziam a campanha do Moreira em Nova Iguaçu" (tese ao V Congresso, "MAB pela Base", Homero de Souza, Encontro Especial, novembro 87).

Se no discurso das várias forças se afirma que os convênios com o Poder Público devem ser redirecionados para o fortalecimento do Movimento, a prática do MAB como um todo acaba se reduzindo ao mero assistencialismo. O MAB não consegue responder com satisfação e desenvoltura ao contra-ataque da "Nova República" que busca cooptar e transformar a força dos Movimentos Sociais em meros movimentos de assistência social.

Iniciativas como o seminário promovido pelo Regional I do MAB, em 1º de outubro de 88, para discutir politicamente os projetos são exceções. De acordo com Sandra Guimarães, coordenadora do Regional, com o seminário se pretende descobrir uma maneira de organizar os projetos e assim voltar a fortalecer os movimentos das associações. Segundo essa coordenadora, os projetos foram aceitos sem qualquer orientação, "com isso, nós passamos a trabalhar para o Governo e esquecemos nosso objetivo principal, que é o de tentar conscientizar a população e lutar por melhorias" (Jornal de Hoje, 02/10/88).

Assim a política do MAB frente aos convênios não ajuda a elevar a consciência política das massas que deles se benefi-

ciam. A direção, no entanto, ganha mais respaldo político e a entidade consegue financiamento com a implantação dos projetos: 10% da verba do Projeto Educar, por exemplo, são repassados ao MAB para a administração do mesmo (cf. tese "Regional V", Encontro Especial, novembro 87).

O Movimento que nunca investira numa política de auto-sustentação financeira (entr. Moisés Corrêa, 25/03/92), agora sente reflexos disso em sua práxis política. Até o II Congresso, conseguira se manter com o apoio de projetos avalizados pela Igreja junto a entidades estrangeiras, mas a partir do III Congresso, passa a viver uma crise financeira. Embora ainda consiga algum dinheiro, a direção do MAB privilegia a aquisição da sede e seu aparelhamento em detrimento do seu boletim "Encontro", que a partir do final de 1983 praticamente se extingue.

Os convênios com os Governos Estadual e Federal, principalmente o Projeto Educar, a partir de 1986 vêm de encontro à incapacidade do MAB de se auto-sustentar. "O Projeto Educar deu algum dinheiro" (depoimento de Azuleicka Sampaio, presidente do MAB nesse período).

Afirmando que "fica muito difícil (...) manter essa organização hoje se não vier recurso de algum lugar" (entr. Ananias Batista, 19/02/92), muitos diretores e lideranças justificam os convênios, o atrelamento do Movimento pela dependência financeira.

Assim, apesar das divergências, a política assistencialista toma conta do Movimento, com muitas novas AMs se filiando ao MAB mais em função dos programas sociais, dando a falsa impressão de mobilização e de organização (cf. Anexo 2, quadro VII).

"E aí a diretoria anterior do MAB, mandato 88/89, passou a trabalhar muito em função de projetos que o próprio Governo

tinha com os movimentos (...) Então aquilo que era reivindicação passou a ser tentativa da manutenção dos projetos. E aí o MAB deixou de fazer assembléias com base generalizada no sentido da reivindicação, da pressão popular, num sentido mais amplo e passou a fazer reuniões, assembléias com uma base vinculada a um desses programas, desses projetos" (entr. Artur Messias, 21/10/91 - grifo meu - sic).

As atividades entorno de cada convênio alimentam o esvaziamento do MAB, pulverizam a sua força enquanto um todo articulado. As AMs que estão em determinado projeto se reúnem apenas em função do mesmo, enquanto as outras ficam à margem do processo (entr. Cássia V. Marques, 21/10/91) (21).

"Havia ali também embutida a luta pela manutenção do trabalho" (entr. Artur Messias, 21/10/91 e entr. João B. Assis, 27/04/92).

E a grande mobilização entorno dos convênios, em particular, do Projeto Educar, dá à direção do MAB a falsa impressão dum avanço de consciência, de mobilização e de organização mais sólida do Movimento:

"Aí, essa coisa dos projetos sociais, até a direção passada era uma coisa falsa, porque o CR continuava esvaziado. O que enchia a sede da Federação eram as reuniões do Projeto..." (entr. Cássia V. Marques, 21/10/91). Com o fim dos convênios, do financiamento para a educação de adultos, o MAB se esvazia, revelando os limites dessa mobilização. O MAB não soubera aproveitar-se da situação para se fortalecer, deixara-se envolver pelo assistencialismo dos convênios.

O Educar, "esse convênio, da maneira que o Movimento aplicou poderia servir como denúncia (...) da maneira como o Governo trata a questão da educação no Brasil. (...) A discussão po-

lítica era aprimorada? (...) Era. Mas no momento em que acabou o salário desses militantes que discutiam política, eles pararam de discutir política. É como se existisse uma gama de militantes do Movimento (...) liberados para fazer isso (...). Se esse convênio tivesse sido gerenciado para servir de denúncia, a gente teria feito um trabalho melhor" (entr. João B. Assis, 27/04/92). No entanto, "a Federação (...) se debruçou o tempo todo sobre o Projeto Educar e não conseguiu produzir política para o Movimento" (entr. João B. Assis, 07/08/91 - sic).

Em nome de um maior poder de contato da direção com a massa, manipulou-se o Movimento para a aprovação dos convênios:

"O ticket do leite foi uma grande jogada da Secretaria de Ação Comunitária (SEAC). Inclusive há um fato importante que a gente tem que lembrar, é que o Governo Sarney contou com o apoio, principalmente, do PCdoB e do PCB na sua estruturação. E o PCdoB ficou próximo à SEAC. Então no Congresso da CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores) em Brasília, em março de 1986, o PCdoB conseguiu, nós saímos daqui do Rio de Janeiro com mais de 20 ônibus, totalizando cerca de 500 e poucos delegados, isso aí em termos de FAMERJ. Esses delegados fomos ao Congresso respaldar uma chapa da CONAM, que é uma entidade questionada por sua representatividade, suas intenções, para respaldar o Programa de Ação Comunitária do Governo Federal. Tanto é que quem bancou o Congresso da CONAM foi o Governo através da SEAC.

"Lá na abertura do Congresso, todos nós viramos fiscais do Sarney com direito a adesivo na entrada. Querendo ou não éramos etiquetados lá fora. O Secretário de Ação Comunitária abriu o Congresso. Toda a infra foi financiada. E o PCdoB tinha uma proposta de que as associações iam poder distribuir ticket de

leite e em função disso iriam ter uma força de contato com a massa, de poder ter gente, já que teriam esses projetos... Não era só o ticket do leite eram mais 15 outros projetos.

"Mas o ticket do Leite foi o mais universal dos projetos da SEAC, mesmo sendo restrito. E aí o PCdoB, acho que foi um dos vários equívocos do partido, acreditou que era importante o Movimento segurar isso, segurar essa distribuição. (...) Não consigo identificar concretamente o interesse do Partido nessa questão. Mas era visível que havia algum. E ele tentou. E o movimento de distribuição de leite foi direto para as associações e deu um falso poder às Associações de Moradores, uma ilusão de que elas tinham agora um poder maior de mobilização dos moradores dos bairros" (entr. Artur Messias, 21/10/91 - grifo meu - sic).

E "os convênios tanto eram usados pelo Governo para persuadir a população (...), como eram utilizados pelas direções do Movimento e pelas concepções políticas ideológicas para se perpetuar no poder do Movimento" (entr. João B. Assis, 27/04/92). "O PCdoB (...) defendia os convênios porque através deles mantinha um certo controle dessas questões junto à Federação. Baseado nessa defesa dos convênios ficou muitos anos, quase 10 anos, na direção da FAMERJ" (entr. João B. Assis, 07/08/91).

Dessa forma, o MAB não soube, não conseguiu captar o significado mais profundo dos convênios:

"O sistema, quando ele sentiu que estava perdendo espaço, (...) começou a articular artifícios para esvaziar isso. A gente vê esses diversos programas sociais que buscam nada mais que isso, esvaziar, dispersar a atenção do ponto maior que é a política" (entr. Carlos R. Trigo, 27/09/91 - sic).

E "passou a ser auxiliar do Governo (...) o papel do assistencialismo. As pessoas ligadas ao PCB e ao PCdoB apoiaram o encaminhamento desses projetos populistas (...). Isso enfraqueceu o Movimento (...). No final o Estado, (...) a elite brasileira, aparelhou tanto as associações que fizeram com que elas desaparecessem (entr. Moisés Corrêa, 25/03/92 - sic).

Assim, os Governos Federal e Estadual são muito mais hábeis para lidar com o movimento popular organizado, em particular com o MAB, na sua cooptação, do que o Governo Municipal de Paulo Leone, que prefere ignorá-lo e fazer seu próprio caminho. Quando vem o novo prefeito, Aluísio Gama (PDT), chaguista, a cooptação também se dá a nível do poder municipal. Aluísio Gama, mais hábil, mais "brizolista", usa do populismo e do clientelismo para esvaziar o Movimento, principalmente via AMs.

Dessa forma, o MAB e suas AMs são incapazes para o embaite-cooptação, para usar do aparelho do Estado para os interesses populares, para o reforço da luta contra-hegemônica.

No V Congresso, o MAB aponta como obstáculos à organização do Movimento a cooptação e a partidarização:

- "A cooptação: os poderes públicos tentam 'comprar' lideranças com empregos e favorecimentos, para afrouxar a pressão das AMs ou afastá-las do MAB" (tese "O MAB é de Luta", Boletim Especial, novembro 87);

A tática das elites dominantes é intervir no Movimento Popular organizando e cooptando AMs. "Com isso buscam enfraquecer e dividir o Movimento para quebrar a arma fundamental da população que é a organização e a unidade de ação entorno dos objetivos comuns" (tese "Mudanças se conquistam com luta e organização", PCB, Encontro Especial, novembro 87).

- "A partidarização (...) cria divisionismo, atividades paralelas, fora das Regionais e do CR; enfraquece o Movimento" (tese "O MAB é de Luta"; cf. também tese "Mudanças se conquistam com luta e organização", Encontro Especial novembro 87 - grifo meu).
- "Há forças políticas (setores do PDT) no interior do Movimento que vêm desenvolvendo uma política nociva e desagregadora, a exemplo do que aconteceu no IV Congresso do MAB e no III Congresso da FAMERJ, quando um deputado interferiu ostensivamente no Movimento desrespeitando a sua autonomia e independência, objetivando transformar o Movimento em extensão do seu partido político. (...) No Congresso da FAMERJ tivemos um claro exemplo onde estas forças só aceitavam formar uma chapa com membros de um único partido. Portanto, o critério partidário se sobrepondo aos critérios de trabalho e luta na construção do Movimento" (PCB, 10/10/87).

O V Congresso conclui que o MAB enfrenta dificuldades de participação e de mobilização:

- "em participar, por erros cometidos pela própria diretoria que não fez uma ligação adequada das lutas específicas (saneamento, saúde, educação) com as lutas mais gerais (*Reforma Agrária, Fora Sarney, diretas já*)" (Encontro, maio/junho 88);
- várias AMs e CR encontram-se desmobilizados por "falta de uma política direcionada para maior discussão com as bases do Movimento" (idem);
- por causa do "boicote (...) de alguns setores da oposição que criticam a diretoria (...) jogam pela divisão" do Movimento (ibidem);

- por causa dos projetos, "utilizados pelos governos, como formas de cooptação, fazendo com que as AMs se desmobilizem nas suas reivindicações" (ibidem).

Nas teses ao V Congresso há, da parte das lideranças, um discurso muito empolgante entorno da democracia interna, da soma, da não divisão e da formação (cf. teses ao V Congresso, Encontro Especial, novembro 87), mas a prática não reflete esse discurso idealista. A divisão, a distância entre o pensar e o agir permanecem.

Quanto à formação, várias teses a defendem:

A tese "Organização Popular é Pra Lutar" (oposição) propõe "que o Movimento se torne uma verdadeira escola de formação de novas lideranças". Para isso, deve-se "evitar que uma mesma pessoa acumule várias funções e representações"; produzir debates e seminários de educação política para as lideranças; fazer encontros, de 3 em 3 meses, das Coordenações Regionais, para ampla troca de experiência e formação política; fazer funcionar as instâncias do Movimento (AMs, CR e Regionais), incentivando o despontar de novas lideranças, evitando-se que uma mesma pessoa ocupe um cargo indefinidamente (cf. Encontro Especial, novembro 87).

A tese da situação, "Mudanças se conquista com luta e organização", também fala da necessidade da "formação de lideranças". Diz que o MAB deve "procurar realizar uma proposta, já aprovada, mas ainda não desenvolvida, que é a realização de cursos dirigidos às AMs, com o objetivo de passar informações e contribuir para o trabalho permanente de conscientização política" (idem - grifo meu).

A tese do Regional V aponta as duas concepções de Movimento de Bairros em conflito no MAB:

- "Há os que consideram este Movimento como meramente reivindicatório, sendo assim não caberia lutar por transformações sociais via o socialismo, pois esta luta caberia aos partidos políticos;
- "Há um outro modo de ver que considera o movimento popular como uma das partes integrantes de um futuro Poder Popular, cabendo a este mesmo movimento definir seu campo de luta pela conquista do socialismo" (ibidem - sic).

Vivendo essas contradições internas, sem um norte político orientador de sua práxis, o MAB chega rachado ao V Congresso. Nele, sem um consenso na forma de encaminhar as lutas, cada força se apresenta como a portadora do projeto "ideal" para o Movimento.

Das 210 AMs filiadas, apenas 144 (68%) participam do V Congresso com 1333 delegados (cf. Anexo 2, quadros IV e VII). Apenas 12 convidados se fazem presentes (6 partidos, FAMERJ, UIES, CEP-Nova Iguaçu, Associação dos Funcionários dos CIEPS, Movimento Negro de Nova Iguaçu, Associação de Aposentados e Pensionistas). A Igreja novamente está ausente.

Duas chapas concorrem à direção da entidade: a chapa da situação "O MAB é de Luta" (PCB, PCdoB, ala progressista do PMDB e o PDT) e a chapa da oposição "O MAB é pra lutar" (PT, OPPL, CGB) (22). Os nomes das chapas denotam o que as concepções em conflito entendem por "luta".

O resultado da eleição, favorável à situação, mostra o equilíbrio e a conseqüente exclusão de metade das forças da direção do MAB. Presságio de esvaziamento ainda maior. A chapa 1 obtém 438 votos e a 2, 413, dum total de 874 votantes (10 votos em branco, 9 nulos e 4 abstenções).

O PCdoB que desde sempre estivera na direção, ora compondo

com uma força ora com outra, finalmente consegue chegar à presidência do MAB com Dilecia Quintella Nahon. O PDT vai lentamente ascendendo à direção.

Além das lutas gerais ("diretas já", fim da Nova República, não desfiliação da CONAM, Reforma Agrária etc) e das lutas específicas, destacam-se entre as deliberações do V Congresso:

- "O quorum do CR se baseará pelo número de associações presentes" e não mais no número de filiadas (Encontro maio/junho 88);

Esta decisão apenas mascara a situação, cria condições técnicas para se atingir o quorum do CR, mas não resolve o problema do esvaziamento do Movimento.

- A "criação do Conselho `diretoria/Coordenações Regionais' que se reunirá uma vez por mês após o CR, para encaminhar as lutas aprovadas no CR;
- cursos de formação de lideranças pelas Regionais, sobre os temas específicos e gerais;
- estimular a produção de debates, de seminários de educação política de lideranças;
- que o 'jornal Encontro' circule de dois em dois meses;
- que se crie um 'Boletim Informativo' com circulação mensal" (Encontro, maio/junho 88).

Nota-se, contudo, que embora consensuais, a maior parte das deliberações dos Congressos não levam em conta as condições reais para sua implementação. Resultado: entra Congresso sai Congresso e muita coisa fica na mesma, muito desejo de luta permanece nas intenções.

E a nova diretoria do MAB, eleita para o mandato 88/89, passa a trabalhar muito em função dos convênios com os Governos Estadual e Federal, e a lutar pelo afastamento do Prefeito Paulo

Leone (cf. p. 211).

No início de 1988, o governo Sarney, através da SEAC, por ser um ano eleitoral, despeja um festival de recursos nas periferias das grandes cidades, direcionando-os para o atendimento superficial e clientelista das carências estruturais da massa trabalhadora.

Com as enchentes de fevereiro de 88, a maior dos últimos anos, finalmente a luta prioritária pelo Saneamento Básico, até então mais a nível das propostas dos congressos do MAB e da negociação de cúpulas, toma corpo, tornando-se real, concreta. O MAB e demais Federações de Moradores da Baixada e a FAMERJ vão conquistar algumas melhorias quanto ao saneamento e moradias para os desabrigados e os ameaçados pelas chuvas. Essa luta, no entanto, também se esvai paulatinamente (cf. p. 166 ss).

Fortíssimo aparato militar da PM e do Exército, em 11 de maio de 88, interrompe no Rio de Janeiro a marcha de 8 mil pessoas. Organizada pelos movimentos negros do Estado, a marcha questiona a "farsa do 13 de maio", durante o centenário da "libertação dos escravos".

Em 29 de maio de 88, o Exército utiliza tropas de três batalhões, mais de 600 homens e 10 carros blindados para reprimir a greve de 18 mil trabalhadores da CSN, em Volta Redonda. A greve, então abafada, retorna nos inícios de novembro.

Em 9 de novembro, a repressão do Exército aos metalúrgicos da CSN, em greve desde o dia 7, causa a morte de três operários (William Fernandes Leite, Carlos Alberto Barroso e Valmir Freitas Monteiro). O clima de tensão domina a cidade a partir de então, com vários acontecimentos.

As forças democráticas reagem. A CNBB reunida em Itaici, SP, divulga nota condenando a ação do Exército. A Diocese de

Nova Iguaçu promove ato ecumênico de protesto e solidariedade.

Em 21 de fevereiro de 89, o Prefeito de Volta Redonda, Juarez Antunes (PDT), que recentemente havia sido ameaçado de sofrer um possível "acidente", "morre num acidente automobilístico". Por diversos anos, Antunes liderara o movimento operário de Volta Redonda que, ao lado do movimento dos metalúrgicos do ABC, em São Paulo, se torna um marco na história do sindicalismo brasileiro.

Em 2 de maio de 89 um atentado terrorista da extrema direita amplia a tensão em Volta Redonda. Menos de 12 horas após sua inauguração, é destruído à bomba o "Memorial 9 de Novembro", erguido em homenagem aos 3 operários mortos em 1988. O soldado do exército que testemunhara sobre o atentado é morto a tiros em 26 de maio. Em 12 de agosto de 89 é reinaugurado o Memorial.

Em junho de 88 é assassinado o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, RJ, Sebastião Lan.

Ainda em 1988, em 22 de dezembro, é assassinado no Acre o líder seringueiro, Chico Mendes.

A direita durante a "Nova República", apesar do ascenso e da pressão das organizações populares e das conquistas obtidas através de emendas populares na Constituição, consegue redirecionar a pressão e fazer valer seus interesses:

"O sistema dominante conseguiu travar e fracionar o Movimento Popular e suas organizações. Ficaram vacilantes no contexto da Nova República. Esqueceram-se de seu inimigo principal que é o Governo. Perderam-se em questões divergentes nas densidades ideológicas internas, e vários setores da luta popular ficaram à deriva dos liberais conservadores da Nova República. E como um todo o Movimento Popular e Sindical não conseguiram

construir um projeto histórico. O máximo que conseguiram foi aumentar o medo e inquietações de setores dominantes, aumentar o grau de consciência social das classes subalternas e intermediárias e elevar a luta pela desobediência da ordem estabelecida" (Pe. Jorge Paim, Boletim Nacional da Pastoral Operária, nº 56, junho 88).

Em 23 de outubro de 1988, o MAB promove debate com os prefeiteiros de Nova Iguaçu. Embora cada AM filiada (nessa época cerca de 250 AMs são filiadas ao MAB) tenham direito de inscrever até 10 delegados para o debate, apenas 81 AMS (44,7%) filiadas se inscrevem e apenas 362 (31,6%) delegados inscritos comparecem ao debate.

Se o evento não encontra muita repercussão no interior do Movimento, encontra junto aos prefeiteiros que comparecem em grande número, evidenciando-se ainda a força política do MAB.

Embora considerando o "Programa Mínimo" do MAB "severo, rigoroso e impraticável" (O Pontual, 25/10/88), com 67 itens englobando todas as necessidades básicas da população, todos os candidatos, premidos pela necessidade eleitoral, se comprometem com o mesmo.

Mais uma vez, o MAB não conseguira tirar o prioritário para acumular força e reivindicar. Seu Programa "idealista", sem fundamento no concreto, não apresenta condições para se concretizar.

As forças de esquerda avançam. A eleição de prefeitos petistas para capitais como São Paulo, Porto Alegre e Vitória assusta as elites. O PDT se mantém em Nova Iguaçu, reduto brizolista, elegendo Aluísio Gama Prefeito.

Pela primeira vez Nova Iguaçu elege vereadores comprometidos com o Movimento Popular. Apesar disso, em janeiro o CR ava-

lia que "a atual Câmara é tão ruim quanto a anterior". Os vereadores ligados ao Movimento Popular são os médicos Moacyr Carvalho e Rosely de Souza, ambos do PT, com militância no MAB.

Em dezembro, o MAB, inaugura festivamente as obras no pátio de sua sede. Segundo Milton de Castro, tesoureiro da Federação, as obras são realizadas com recursos "oriundos do Projeto Educar" (Última Hora, 13/12/88)

O prefeito eleito, Aluísio Gama, encontra uma cidade problemática:

Condições de saneamento básico: "20% das residências estão ligadas à rede mista de esgoto, 25% a fossas sépticas e 55% a fossas rudimentares ou valas abertas" (Jornal de Hoje, dezembro 89).

"De acordo com estudos feitos pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), Nova Iguaçu apresenta outros dados alarmantes. Apenas 25% das ruas são pavimentadas e somente 27% do lixo são recolhidos. Este quadro tem papel preponderante nos altos índices de doenças infecto-contagiosas que infestam o Município. Basta lembrar que a dengue encontra terreno fértil para expansão na Região" (idem).

Abastecimento de água: "A rede de abastecimento atende menos da metade da população (...) Fruto de números tão drásticos é a apresentação de uma das mais altas taxas de mortalidade existente no País" (ibidem).

Educação: "Apenas seis em cada dez crianças em idade escolar têm acesso à escola, isto significa que, aproximadamente 50 mil menores deixam de estudar. Resultado do número insuficiente de estabelecimentos para atender a todos" (ibidem).

Inicialmente há um bom relacionamento entre o MAB e novo Prefeito.

Em 23 de novembro de 88, a direção do MAB encontra-se com o vice-prefeito Laerte Bastos e com o Secretário de Promoção Social Ananias Batista (ambos pertenceram ao MAB) para tratar:

- do impedimento de concurso para creches;
- do passe-estudante e idoso;
- da questão das sub-prefeituras.

Aluísio Gama, que comparecera ao debate com os prefeitáveis e se comprometera com o Programa Mínimo do MAB, reafirma seu compromisso em 2 de fevereiro de 89 no seu primeiro encontro com a diretoria do MAB. Nesta ocasião se compromete a realizar audiências públicas bimensais com as AMs e prestar contas de sua administração semestralmente.

No entanto, aos poucos esse relacionamento se torna conflituoso.

Na "nota de esclarecimento à população", distribuída durante a manifestação de 25 de maio de 1990, o MAB critica:

- a efetivação dos Conselhos Comunitários da Prefeitura pelo Prefeito, sem qualquer discussão dos Movimentos Sociais;
- a má recepção dada pelo Secretário do Gabinete Civil, Edésio da Cruz Nunes, a membros do Conselho Comunitário de Saúde, em meados de 89;
- o "abandono do Município, com obras eleitoreiras e inacabadas (creches, ruas, viadutos etc), onde a grande preocupação é promover alguns vereadores, enquanto as subprefeituras continuam totalmente desaparelhadas, servindo como cabide de emprego";
- a "troca vergonhosa de favores entre o Legislativo e o Executivo", com "máquinas da Prefeitura a serviço de alguns vereadores";

- a ausência das audiências públicas: "em um ano e quatro meses de Governo, só aconteceu uma reunião com este caráter".

Esta manifestação do MAB, em frente à Prefeitura, reivindicando o retorno das audiências públicas, acaba em tumulto.

Vivendo uma forte "crise de identidade", o MAB que nascera lutando contra o clientelismo e o fisiologismo, principalmente municipal, via então, sob o Governo do PDT e do chaguista Aluísio Gama, reforçarem-se os mesmos.

1989, ano do bicentenário da Revolução Francesa e da Declaração dos 'Direitos do Homem e do Cidadão' é repleto de fatos políticos:

O MAB se soma às 15 mil pessoas, numa passeata no Rio de Janeiro, em repúdio ao recente e velho Plano Verão (Cruzado Novo) no dia 25 de janeiro de 89. Nesta semana lança "uma nota de repúdio ao Pacote de Verão, formulada pela diretoria e referendada pelo CR" (Jornal de Hoje, 25/01/89 - grifo meu).

Nos dias 14 e 15 de março de 89 acontece a Greve Geral e o MAB se mantém ausente. Nos seis primeiros meses de 89 há uma retomada das greves no País, com 9,7 milhões de pessoas fazendo greve.

A nível mundial, em abril de 89, com a ebulição estudantil e repressão na China Comunista, o "socialismo real" começa a dar os primeiros sinais da derrocada que se segue nos anos seguintes.

Se a "linha dura" do Partido Comunista Chinês "mantém a ordem", em 4 de junho, matando inúmeras pessoas concentradas na praça da Paz Celestial, o mesmo não acontece no resto do Leste Europeu. A partir da União Soviética que introduz, através da perestroika (abertura, reestruturação) de Mikhail Gorbatchov,

as primeiras reformas no sistema de produção soviético, vai-se desfazendo o "socialismo real".

Essa conjuntura internacional se reflete também na esquerda nacional e no MAB.

Em junho de 89, no IV Congresso da FAMERJ, a direção anterior retoma a direção da mesma, fazendo severas críticas à prática e representatividade da situação:

"A atual direção não tem um programa de lutas concreto, mas apenas palavras de ordem (...) As suas instâncias intermediárias de base estão esvaziadas (tese "As AMs e o IV Congresso da FAMERJ").

De acordo com a nova direção, a anterior "não possuía representatividade do conjunto do Movimento, nem tinha o seu reconhecimento (...) Formada por militantes de pequenas tendências que não conheciam a dinâmica do Movimento" (idem).

E perguntando-se "o que podemos fazer diante disso?", a nova direção da FAMERJ expõe sua concepção de Movimento (urbano):

"Em primeiro lugar é preciso voltar aos princípios do Movimento, resgatá-los, torná-los vivos e sempre atuantes. Nosso movimento é político sim, mas apartidário. Tem que ser autônomo e independente de governos e partidos. Mas é plural, é composto de todas as classes sociais. Vai da grande cidade ao interior, vai do norte ao sul do Estado; por isso a FAMERJ tem que representar todos os moradores, todos esses lugares e todas as visões que têm expressão e trabalho dentro do Movimento, além de formar permanentemente suas lideranças" (grifo meu).

Expõe também sua compreensão entorno do educativo-político para a capacitação dos não-antagônicos em vista da luta contra os antagônicos:

A FAMERJ "deve ter uma secretaria de formação permanente e chamar os melhores especialistas nas questões sociais, políticas, urbanas, fazendo seminários com aquelas que estão presentes de forma constante no Movimento" (idem).

"O Movimento de Bairro precisa qualificar com competência sua intervenção, propor alternativas aos problemas e não ficar apenas nos chavões de denúncia, isto requer um instrumento qualificado, a exemplo do DIEESE -- para o movimento sindical -- que o Movimento de Bairros tem condições de criar" (ibidem - grifo meu).

3 Chapas concorrem ao IV Congresso. "Socos e cadeiradas marcam eleição na FAMERJ" é manchete de O Dia, em 5 de junho de 89. A chapa encabeçada por Sérgio Bonato é vencedora. Do MAB entram na direção como 1ª vice, Lúcia Souto (Secretária Geral do MAB), como 3ª vice, Dilcéia Nahon (Presidente do MAB), como 1ª tesouraria, Vera; Azuleicka Sampaio, Cláudio de Oliveira e Alberico, sem pasta.

De 10 a 14 de julho de 89, acontece em Duque de Caxias o 7º Encontro Nacional Intereclesial das Comunidades de Base, com mais de 1800 pessoas.

O DIEESE registra em agosto a maior inflação desde 1959, quando a entidade começa o acompanhamento dos preços. Enquanto o DIEESE acusa uma inflação de 36,32%, a inflação oficial registra 29,34%.

Em 29 de setembro é criado o Fórum Permanente Contra a Violência, na UERJ, Rio de Janeiro. O MAB é um dos promotores. Em pauta, os grupos de esquadrão da morte e de extermínio, que entre 86 e 88 assassinaram 431 menores de rua na Baixada Fluminense (23).

O primeiro turno das eleições de 15 de novembro de 89 cre-

dencia Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva a disputarem o segundo turno das eleições presidenciais. A polarização entre o candidato das elites e o candidato com um projeto de democracia popular dá fôlego à esquerda brasileira que se encontra perplexa com o ocaso do "socialismo real". A queda do Muro de Berlim, em novembro, é presságio de novos tempos.

5. VI Congresso do MAB (dezembro 1989)

Embora todas as forças políticas no MAB afirmem ser a favor duma chapa única e contra a partidarização do Movimento, os fatos acabam negando esse discurso. O MAB chega ao VI Congresso, realizado entre 1º e 3 de dezembro de 89, literalmente rachado, com três chapas concorrendo à sua direção:

A situação, não se entendendo internamente, provoca uma recomposição de forças. Enquanto o PCB propõe e realiza uma convenção às vésperas do Congresso para buscar uma chapa única, o PCdoB, através de Dilcéia Nahon, presidente do MAB, defende a formação de uma chapa usando os critérios da proporcionalidade, proposta que é rechaçada pelo PCB.

A convenção promovida pelo PCB, reunindo 143 representantes de 51 AMs, indica José Abranches Sobrinho (PCB) como cabeça de chapa. No entanto, a falta de representatividade das forças políticas no MAB fragiliza a sua indicação. Somente o PCB e o PMDB estão representados (Jornal de Hoje, 22/11/89). Representantes do PDT consideram ilegítima a convenção e lançam uma chapa própria.

Dessa forma, concorrem à direção do MAB a chapa 1 "avançar com luta" encabeçada por Dilcéia Nahon e defendida pelo PCdoB e PT; a chapa 2 "União das bases" encabeçada por Milton Luiz Silva Castro e defendida pelo PDT; e a chapa 3 "MAB democrático pra lutar e transformar", encabeçada por José Abranches Sobrinho e defendida pelo PCB, Ala progressista do PMDB e OPPL (24).

O fracionamento interno do MAB se torna de domínio público através da imprensa local. Antecedendo ao Congresso, os vários grupos se degladiam através da imprensa.

Cerca de 1.374 delegados são inscritos ao Congresso, re-

presentando 147 AMs, cerca de 57,4% das 256 AMs filiadas ao MAB.

O clima eleitoreiro domina esse Congresso mais do que os anteriores. Se no segundo dia do Congresso, quando se discute a organização do Movimento e suas lutas, há pouca participação de delegados, "no último dia do Congresso, dedicado exclusivamente à eleição da Diretoria, a presença dos delegados dobra em relação ao sábado" (Correio da Lavoura, 15-19/12/89).

O resultado da eleição não poderia ter sido menos desastroso para o Movimento. Dos 968 delegados votantes, mais da metade, 521 (cerca de 53,7%) não se sentem contemplados na nova direção. A chapa 1, com 446 votos, mantém o PCdoB na presidência e na hegemonia e eleva o PT à direção. A chapa 2 recebe 185 votos e a chapa 3, 336 votos. Há um voto nulo.

Participam do Congresso 21 representantes convidados. Entre outros, o vice-prefeito Laerte Bastos, a ABM, o MUB, a CO-NAM, entidades de mobilização popular, de formação popular, sindicatos, partidos e 2 vereadores.

O MAB chega ao VI Congresso com a menor média de participação das AMs filiadas nas reuniões do CR: cerca de 19,3% (cf. Anexo 2, quadro II) e com os Regionais esvaziados.

Entre as decisões do Congresso, destacam-se:

- no CR o quorum deverá basear-se no número de AMs atualizadas no MAB e não no número de AMs presentes, como deliberara o V Congresso;
- a proporcionalidade na composição da próxima diretoria da entidade: no VII Congresso as chapas que obtiverem mais de 20% dos votos da plenária, terão direito de participar da diretoria na proporção dos votos obtidos.

O sistema fora, até então, majoritário.

- a realização de mini-congressos nos 12 Regionais do MAB, antes da realização do VII Congresso.

Essa decisão se funda na dinâmica dos Congressos que vivem mais em função da eleição da nova direção e não têm tempo para aprofundar as questões levantadas: "Propusemos, no Congresso de 89, que se transformasse o Congresso em dois tempos de discussões, um Mini-congresso nas Regionais e depois as plenárias finais. Neste Mini-congresso a Coordenação Regional tinha maior liberdade (...) Nós quisemos ampliar a discussão do Movimento" (entr. João B. Assis, 27/04/92).

- apoio e engajamento na campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva;

O Congresso realizado entre o primeiro e o segundo turno da eleição presidencial, obriga os congressistas a se comprometerem com o candidato que "nasceu das lutas populares e sindicais e apresenta um programa comprometido com as reivindicações históricas do Movimento Popular" (Ata do VI Congresso do MAB).

- "que o Movimento se torne uma verdadeira escola de formação de novas lideranças, através da realização de debates, seminários etc" (Ata do VI Congresso);

Como sempre esta deliberação não passa das intenções, não se concretiza.

"Os temas da Lei Orgânica Municipal não fizeram parte da pauta do MAB. Nem mesmo as tão esperadas emendas populares, que precisam de mil assinaturas para serem apresentadas aos vereadores (...) As discussões sobre a Lei Orgânica Municipal estão ocorrendo, com a participação do MAB, todas as quintas-feiras, na sede da Federação" (Correio da Lavoura, 15/12/89).

"O grande derrotado (...) foi o Prefeito Aluísio Gama que tinha preferência pela Chapa 2, composta somente por 'brizolistas'" (idem).

A composição PCdoB e PT na gestão 90/91, após o VI Congresso, não funciona bem. "Foi uma gestão praticamente levada no empurrão" (entr. Moisés Corrêa, 25/03/92). Ao invés de buscar um norte para o Movimento, a direção se perde na luta interna:

"A direção dessa atual gestão não consegue falar a mesma linguagem. Uma composição PT, PCdoB que não acontece. As visões políticas são totalmente contrárias (...) As lideranças e as direções aqui no MAB perdem um tempo muito grande brigando entre si, do que indo pra massa conscientizar o povo" (entr. Jorsinete, 07/08/91) (25).

A derrota eleitoral na disputa presidencial, faz com que a esquerda brasileira, já abalada com a crise do Leste Europeu, mergulhe numa crise existencial sem precedentes. Perde o referencial histórico e teórico, não sabe o rumo a tomar.

Na Nicarágua, depois de 10 anos no Governo (desde 1979), enfrentando retaliações econômicas e políticas dos EUA, os sandinistas são derrotados nas eleições de 25 de janeiro de 90.

Em 1990 ainda, acontecem a reunificação da Alemanha, as eleições na Alemanha, na Polônia, na Bulgária, na Tchecoslováquia, Romênia.

A eleição de Collor leva à rearticulação das forças políticas no Brasil. O PMDB se apresenta como oposição.

A quase eleição de Lula como presidente do Brasil traz à esquerda a realidade da posse de Collor de Mello com a implementação do "seu projeto" neo-liberal. No bojo desse projeto, o confisco da poupança popular, o maior arrocho salarial da his-

tória brasileira, índices de desemprego, miséria e corrupção nunca vistos.

O confisco arbitrário das poupanças e a redução das verbas de agências do Primeiro Mundo, redirecionando seus investimentos para o Leste Europeu, levam várias entidades populares do País a paralizarem suas atividades.

Collor com seu projeto político anti-popular e anti-nacional sufoca o Movimento Social pela inanição. Suspende o Convênio com a Fundação Educar, deixando o MAB, que desde 1986 se mantém às custas do mesmo, em grave crise financeira.

Além de participar da pressão popular na elaboração da Lei Orgânica Municipal, o MAB participa do "Fórum em Defesa da Vida" que promove um importante ato público contra a violência no Centro de Nova Iguaçu, em 15 de julho de 90, mobilizando cerca de 4 mil pessoas. A motivação central é o assassinato da religiosa Filomena em 8 de junho, no Bairro da Viga, onde desenvolve trabalho com a comunidade favelada. Nesse período, Dilcéia Nahon, presidente do MAB, é ameaçada de morte, passando a ser escoltada por uma patrulhinha da PM.

Durante a gestão 90/91 são fundadas as Federações de Moradores dos municípios recentemente emancipados de Nova Iguaçu. São fundadas a Federação de Queimados e as duas de Belford Roxo, a FEMAB, com predomínio do PCdoB e PT, e a FAMBER, com predomínio do PDT. O PCB fica diluído entre as duas (entr. C. R. Trigo, 27/09/91).

Em 3 de outubro de 90 ocorrem eleições para Governador, deputados estaduais, federais e senadores. As forças democráticas e populares desarticuladas não sensibilizam os eleitores para a importância desse pleito que elege congressistas praticamente com a incumbência de reescrever o texto constitucional

a partir de outubro de 1993.

Leonel Brizola é reeleito Governador do Rio. E a representação parlamentar da esquerda avança um pouco mais.

1991 é marcado pela crise social e pelos desmandos que tomaram conta do País, pela ascensão do PDT à direção da FAMERJ e pelo agravamento da "crise de identidade" do MAB, com o surgimento do "MAB Paralelo"/"MAB Independente" por ocasião das comemorações dos dez anos de fundação da Federação, durante seu VII Congresso.

6. VII Congresso do MAB (dezembro de 1991)

O VII "Congresso ocorre em uma situação nova, criada com as emancipações de três regiões do Município de Nova Iguaçu e o conseqüente surgimento dos novos municípios de Japeri, Queimados e Belford Roxo" (Boletim das AMs da Baixada Fluminense, novembro 1991).

Durante o mês de novembro de 1991 realizam-se os mini-congressos regionais do MAB, mas a direção os conduz equivocadamente, perdendo o seu controle (entr. João B. de Assis, 27/04/92). Grupos em disputa no Movimento, em particular a OPPL, procuram controlar-manipular os mini-congressos para, conseqüentemente, controlar a plenária do VII Congresso e fazer a direção do MAB. No entanto, a aplicação, com maior rigor, do Regimento Interno dos mini-congressos pela direção disciplina os mesmos e acirra os ânimos com a OPPL (entr. João B. e Francisco de Assis, o. c.).

O MAB comemora seus 10 anos de fundação fracionado e sob o maior esvaziamento de sua história (cf. Anexo 2, quadros II, IV, VII e VIII). Às vésperas do VII Congresso todas as forças sentam-se para negociar a composição de chapas. Surgem, então, duas chapas a da unidade somando a situação (PCdoB e PT) com o PCB, o PDT e independentes (26), e a chapa da OPPL e ala progressista do PMDB.

O pessoal da chapa 2, no entanto, de acordo com Humberto Ugo Trindade, presidente do MAB na gestão 92/93, não aceita o critério de proporcionalidade (27), aprovado no VI congresso, para a composição da direção do MAB (entr. Humberto Ugo Trindade 18/12/91) (28).

Segundo Ananias Batista (PDT), a chapa da unidade se faz

em cima duma concepção política comum. A OPPL não se sente contemplada na chapa por achar que o MAB não deve discutir com os poderes públicos (cf. entr. Ananias Batista, 19/02/92) (29).

Na semana comemorativa dos "10 anos do MAB", sua sede e o centro de Nova Iguaçu amanhecem pichados com convocações para o VII Congresso do MAB a ser realizado no Centro de Formação, embora o Congresso oficial esteja sendo convocado para outro local. Trata-se de uma convocação paralela objetivando confundir os delegados e esvaziar o Congresso oficial e levar o maior número de delegados ao Congresso paralelo. A Igreja, ao ser notificada, nega o espaço do Centro de Formação para o Congresso paralelo. Alega que embora não concorde com muitos encaminhamentos do MAB, não aceita essa divisão (entr. João B. Assis, 27/04/92). Dia 7 de dezembro, pressionado pela Igreja, Bráulio Rodrigues (ala progressista do PMDB) entrega uma carta à direção do MAB desistindo de investir no "Congresso Paralelo", embora alegue continuar com as mesmas críticas.

O "Congresso paralelo" acaba acontecendo num CIEP em Comendador Soares. Seus congressistas fundam outra Federação, o "MAB Independente"/"MAB Paralelo". Muitos delegados confusos, desorientados, não conseguem identificar o Congresso oficial. Essa desorientação sinaliza, explícita, a não formação-capacitação do pessoal do MAB, o grau de vanguardismo a que se atém a sua direção, que não trabalha a base e a massa sensibilizada para a autonomia.

Após o Congresso, enquanto as duas direções eleitas brigam na justiça pela própria legitimidade, evidencia-se, ainda mais, o seu descolamento em relação à base e à massa. Conforme depoimentos, o pessoal das AMS sob a influência de uma e de outra continuam a se reunir em conjunto, indiferentes às brigas dos

"caciques".

Assim, nos dias 7 e 8 de dezembro de 1991 realizam-se as plenárias finais do VII Congresso. Convidados, estão presentes 3 representações de partidos, 3 parlamentares, 3 de federações de AMs, 1 do Movimento de Mulheres de Nova Iguaçu e 1 do Sindicato dos Metalúrgicos.

Dos 430 delegados participantes dos mini-congressos regionais (menos da metade dos delegados inscritos ao VI Congresso, descartando-se os delegados ao VI Congresso pertencentes aos Regionais recentemente emancipados), 385 se inscrevem no VII Congresso e apenas 152 votam escolhendo a nova direção do MAB. Os números não mentem, o MAB já não é o mesmo. Se antes, por ocasião dos Congressos há forte presença de delegados, apesar de pouca participação das AMs no CR e nos Regionais, participação essa que vem declinando no decorrer da história do MAB (cf. Anexo 2, quadros II e III), agora nem isso acontece (cf. Anexo 2, quadros IVa e IVb).

A chapa 1 é eleita, no Congresso oficial, com 137 votos dos 152 votantes.

Embora a chapa vencedora defendesse a constituição duma "direção plural e proporcional entre os vários pensamentos existentes no Movimento (...) sem hegemonia de nenhuma corrente de pensamento" (10 pontos da chapa 1, "MAB unido, a luta continua"), a ausência da OPPL e do PMDB progressista negam essa pluralidade. Pela primeira vez, não se apresentam teses a um Congresso do MAB.

A autonomia e independência do MAB em relação a qualquer dos Poderes Públicos também são negadas pela prática cotidiana da nova direção. A postura do novo presidente do MAB (PDT) frente a inautorizada e prolongada ausência do Prefeito para

tratamento de saúde é exemplar:

Em julho de 92, Aluísio Gama se ausenta de Nova Iguaçu para tratamento de saúde nos Estados Unidos. A ausência prolongada e sem autorização da Câmara exige do Legislativo Municipal uma tomada de posição. Diante disto, alguns vereadores pedem ao então presidente do MAB, Humberto Ugo Trindade, um posicionamento e apoio do MAB. Ao que o presidente do MAB responde: "Não. Eu não posso fazer isso com o Aluísio Gama. O Prefeito é do meu partido" (depoimento de um vereador de Nova Iguaçu, em meados de 1992).

Segundo esse presidente do MAB, gestão 92/93, pertencente ao PDT, são objetivos do MAB a médio prazo "a luta pelas conquistas populares, a longo prazo o maior entrosamento entre o poder e o movimento comunitário" (cf. Anexo 1, depoimento do Presidente do MAB na pesquisa feita junto aos delegados ao VII Congresso do MAB, 03/12/91 - grifo meu).

Em 1992, o MAB não promove debate com os prefeitáveis, mas promove-o com o prefeitável do PDT, e, depois de muita pressão interna, com a prefeitável do PT. Este último sem muita divulgação e investimento.

Partidarizado, atrelado ao partido nos poderes municipal e estadual, não tem a mesma força no embate com o poder público. O PDT permanece no poder municipal com Altamir Gomes e retorna ao Estadual com Leonel Brizola, em 1990.

O mesmo sói acontecer com a FAMERJ. A direção hegemônica do PDT leva a mesma a administrar convênios com o Governo Estadual e Federal. Conforme depoimentos, a FAMERJ recebe muito dinheiro da Fundação Nacional da Saúde, tanto dinheiro que financia atividades do MAB e de outras federações em dificuldades financeiras. Mais cooptação.

Post-scriptum

Durante os anos de 1992 e 1993 o MAB praticamente inexistia enquanto força política no município de Nova Iguaçu. O mandato caracteriza-se mais pela luta interna entre os correligionários do PDT e as outras forças no Movimento. Melhor articulado, o PDT intervém clientelisticamente junto às AMs, enquanto as outras forças trabalham desarticuladas, sem um norte comum.

Entre outubro e novembro de 93, o MAB realiza mini-congressos regionais em preparação ao VIII Congresso. Duas chapas e respectivas teses se apresentam para disputar a direção do Movimento. O Congresso acontece nos dias 4 e 5 de dezembro: a chapa "Renovação" (chapa 1), ligada ao PDT e a chapa "Recomeçar" (chapa 2), aglutinando as várias outras forças (PT, PCdoB, PPS, PMDB) (30).

Ao todo 228 delegados são inscritos e 139 credenciados. Em toda a história do Movimento, esse é o menor número de delegados inscritos e credenciados a um Congresso do MAB (cf. Anexo 2, quadros IVa e IVb).

No primeiro dia do Congresso a chapa 1, contrariando os estatutos da entidade, consegue aprovar o critério da "majoritariedade" (sic) para a eleição da diretoria do Movimento e o mandato de 3 anos para a nova direção. No segundo dia, em comum acordo com a chapa 1, a chapa 2 consegue reverter o quadro do dia anterior. Por 56 votos a favor e 33 contra, o Congresso decide impugnar a inscrição irregular de 6 delegados que haviam votado em separado no dia anterior. Como esses votos irregulares são o fiel da balança, retoma-se o critério da proporcionalidade para a composição da direção e o mandato de 2 anos.

A chapa "Recomeçar" é eleita para o mandato 94/95 com 65

votos, tendo como presidente Maria José de Souza (AM Guandu), uma das fundadoras do MAB e atualmente primeira suplente de vereador pelo PT. A chapa "Renovação" obtém apenas 4 votos. Há 1 voto em branco e 1 nulo. Esse número reduzido de votantes deve-se, em parte, o concurso público para os CIEPs, que acontece no segundo dia do Congresso e a uma parcela de delegados vinculados à chapa 1 que se retira por não concordar com a reversão da votação do dia anterior.

Após esse período de "crise de identidade" (Azuleicka Sampaio), novas perspectivas se abrem para o MAB com a recomposição de suas forças. Se a direção for capaz de aprender com as lições da sua história, o Movimento dará um salto qualitativo. E sua história denuncia que as lutas internas, o fracionamento, esvaziam, desmobilizam, fazem o Movimento perder o norte político.

O Movimento avançará:

- se for capaz de fazer uma auto-crítica de sua postura político-educativa até então, auto-avaliar-se em profundidade e, a partir disso, planejar e monitorar suas ações;
- se priorizar a formação/qualificação de seu pessoal para uma intervenção mais fundamentada;
- se trabalhar para, e conseguir, recuperar a parceria da Igreja;
- se, trabalhando as diferenças internas, buscar um novo consenso entre os não-antagônicos a a partir de lutas específicas priorizadas pelo conjunto;
- se sua direção for mais orgânica às bases (AMs e CR); e
- se recuperar o boletim "Encontro".

De imediato, algumas decisões da nova direção apontam para

esse salto qualitativo:

- intervenção e controle do orçamento municipal (orçamento participativo);
- estender a todos os Regionais do MAB a intervenção no Plano Diretor;
- fazer um planejamento estratégico do Movimento (o MAB está buscando assessoria do CEDAC para um planejamento estratégico);
- articular as AMs; e
- voltar a publicar o boletim "Encontro".

NOTAS DO CAPÍTULO 2

1. O Primeiro Congresso foi em 1960 (cf. p 28).
2. As Chapas que, em primeira instância, disputavam a direção do MAB no II Congresso (dezembro 81):

Chapa 1:

Presidente: Teresinha Lopes (Jd. Gláucia)
1ª Vice-presidência: Maria José de Souza (Jd. Guandu)
2ª Vice-presidência: Bráulio Rodrigues (Monte Líbano) (*)
3ª Vice-presidência: Azuleicka Sampaio (Piam) (*)
Secretaria Geral: Jorge Anselmo dos Santos (Pq. S. Pedro)
2ª Secretaria Geral: Antonio Ivo de Carvalho (Mesquita -- Centro) (*)
3ª Secretaria Geral: José Bertoldo Brandão (Pq. Flora)
1ª Tesouraria: Lúcia Regina Souto (Ponto Chic) (*)
2ª Tesouraria: Maria Fátima de Souza Silva (Sto. Elias)
3ª Tesouraria: Ana Alice Teixeira Pereira (Posse)
Dep. Feminino: Dilcéia Quintella Nahon (S. Bernardo)
Dep. de Imprensa: Anna Leonor de Carvalho (Juriti) (*)
Depto Cultural: Rosely Souza da Fonseca (Andrade Araújo)
Vogais: Nelson Nahon (S. Bernardo)
João Valani (Xavantes)
Maria Cristina Pereira da Silva (Cerâmica)
Ewerson Cláudio de Azevedo (Sto. Elias)
Aluísio Pampolha Bevilacqua (Austin)
Raimundo Neves de Araújo (Caioaba) (*)

Obs.: Os nomes com asteriscos (*) são das pessoas que se recusaram a participar da chapa 1, após os conflitos políticos do II Congresso.

Chapa 2:

Presidente: Bráulio Rodrigues (Monte Líbano)
1ª Vice-presidência: Maria José de Souza (Jd. Guandu)
2ª Vice-presidência: Azuleicka Sampaio (Piam)
Secretaria Geral: Antonio Ivo de Carvalho (Mesquita -- Centro)
2ª Secretaria Geral: Maria Fátima de Souza Silva (Sto. Elias)
3ª Secretaria Geral: Jorge Anselmo dos Santos (Pq. S. Pedro)
1ª Tesouraria: José Bertoldo Brandão (Pq. Flora)
2ª Tesouraria: Lúcia Regina Souto Noronha (Ponto Chic)
3ª Tesouraria: Ana Alice Texeira Pereira (Posse)
Depto Feminino: Lurdes Batista Pereira (Carmari)
Depto Cultural: Rosely Souza da Fonseca (Andrade Araújo)
Depto de Imprensa: Anna Leonor de Carvalho (Juriti)
Vogais: José Abranches Sobrinho (Pq. Flora)
Nelson Nahon (S. Bernardo)
Raimundo Neves de Araújo (Caioaba)
André Borges (Paraíso)
Sérgio
Texaco (Vale do Ipê)

3. Direção do MAB eleita no II Congresso (05-06/12/81):
 Presidente: Teresinha Lopes (Jd. Gláucia)
 1ª Vice-presidência: Maria José de Souza (Jd. Guandu)
 2ª Vice-presidência: Maria Fátima de Souza Silva (Sto. Elias)
 3ª Vice-presidência: Laert Isac Pinheiro (Pq. S. José) (*)
 Secretaria Geral: Jorge Anselmo dos Santos (Pq. S. Pedro)
 2ª Secretaria Geral: José Bertoldo Brandão Filho (Pq. Flora)
 3ª Secretaria Geral: Santino Parrini (Lote XV) (*)
 Tesouraria: Ana Alice Teixeira Pereira (Posse)
 2ª Tesouraria: Pedro Elói Soares (Jd. Ocidental) (*)
 3ª Tesouraria: Antonio Cândido de Oliveira (Vale do Ipê)
 Dep. Cultural: Aluísio Pampolha Bevilacqua (Austin)
 Dep. Feminino: Dilcéia Quintella Nahon (S. Bernardo)
 Dep. de Imprensa: Rosely Souza da Fonseca (Andrade Araújo)
 Vogais: Nelson Nahon (S. Bernardo)
 Flávio Jorge Vasconcelos (Posse)
 Valdemir José da Costa (Sta. Rita) (*)
 Maria Cristina Pereira da Silva (Cerâmica)
 Ewerson Cláudio de Azevedo (Sto. Elias)
 João Valani (Xavantes)
 Obs.: Os nomes, com asteriscos (*) são os daqueles que no 2º semestre de 1982 já se encontravam afastadas da direção do MAB.
4. O CEDAC (Centro de Ação Comunitária), fundado em 15 de abril de 1979, é uma entidade de educação popular, na linha da autogestão, com atuação em Pastorais Sociais, Movimentos Populares e Sindicais. Está sediado na cidade do Rio de Janeiro.
5. Moisés Corrêa da Silva, origem de Igreja -- ACO, AMB Heliópolis, diretor do MAB mandato 90/91 (pós VI Congresso).
6. Chapa Única à direção do MAB, III Congresso (02-04/12/83):
 Presidente: Azuleicka Sampaio (Piam)
 1ª Vice-presidência: Maria José de Souza (Guandu)
 2ª Vice-presidência: Dilcéia Quintella Nahon (S. Bernardo)
 3ª Vice-presidência: Ananias Batista do Nascimento (N. Iguaçu -- Centro)
 1ª Secretaria: Ana Alice Teixeira Pereira Bevilacqua (Boa Esperança).
 2ª Secretaria: Augusto Jorge de Pina (Vila de Cava)
 3ª Secretaria: Regner Trindade (S. A. Mesquita)
 1ª Tesouraria: Ewerson Cláudio de Azevedo (Sto. Elias)
 2ª Tesouraria: Wirtz Sérvulo da Silva (Inconfidência)
 3ª Tesouraria: Carlos Alberto de Souza Reis (Pq. Maraú)
 Dep. Feminino: Lúcia Regina Souto de Noronha (Ponto Chic)
 Dep. Cultural: Lurdes Batista Pereira (Carmari)
 Dep. Imprensa: Nilva Silva de Oliveira (Piam)
 Vogais: Carlindo Bitaraes (Heliópolis)

Maria Fátima de Souza Silva (Sto. Elias)
 Marinês Valle da Trindade (SAMES)
 Neuza Pinheiro (Pq. S. José)
 Paulo Fernando de Freitas (Pq. S. Tiago)
 Teresinha Lopes (Pq. S. Bento, Jd. Gláucia)

C. Fiscal efetivo:

Aluísio P. Bevilacqua (Boa Esperança)
 Mauro M. Burlamaqui (N. América)
 Léa Maria da S. Soares (Belford Roxo)

C. Fiscal suplente:

Irene (Sta. Rosa)
 Vera Lúcia A. Sepúlveda (Bco. de Areia)
 Zacarias V. da Trindade (Jd. Alvorada)

7. Escalada da violência no campo

LAVRADORES ASSASSINADOS POR ANO NO BRASIL

1982	1983	1984	1985(10/12)
53	85	116	189

(Boletim Nacional da Pastoral Operária, nº 28, dezembro 85)

8. A divisão do MAB em 12 Regionais irá até o VII Congresso (1991) (cf. Anexo2, quadro I). A partir de então, com as emancipações dos distritos de Belford Roxo, Queimados, Engenheiro Pedreira e Japeri, o MAB passa a ter 7 Regionais.

9. Esse tom panfletário é negado pelo próprio MAB no texto "A luta popular pelo saneamento", em 2 de março de 88, que afirma: "está em andamento dragagem do Rio Sarapuá; esgoto sanitário em S. João de Meriti, Caxias e Nova Iguaçu nos bairros de Jd. Gláucia, Bom Pastor e Chatuba; água em Lote XV e Austin", obras fruto do convênio Estado do Rio e BNH, de 4 de julho de 85.

10. "Entidades vão à Brasília para cobrar verba da enchente" (Correio da Lavoura, 8-14/07/89); "FAMERJ cobrará verba com passeata de desabrigados" (O DIA, 12/07/89); "Prefeito (Marcelo Alencar) vai à justiça contra Caixa" (O Globo, 18/07/89); "FAMERJ em Brasília exige recursos do Rio" (O DIA, 18/07/89); "Sarney manda liberar verba do Rio" (O Globo 09/08/89); "Caixa anuncia liberação de verbas" (O DIA, 09/08/89); "Caixa dá sinal verde para obras do Rio" (Última Hora, 09/08/89); "Estado começará obras com dinheiro do BIRD" (Última Hora, 15/08/89).

11. "A idéia do Conselho Comunitário de Saúde surgiu das AMs, porque os associados sentiam necessidade de participar ativamente das decisões que conduziam à melhoria da saúde da população, fiscalizando o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo nessa área específica. Os CCs atuam, pois, a partir da decisão das AMs e desenvolvem seu trabalho junto aos órgãos da Previdência Social, e inclusive junto à CIMS (Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde). A razão da participação consiste sempre em sugerir, fiscalizar e cobrar dos órgãos responsáveis ações concretas em benefício da população.

"Finalmente, por sugestão do Ministério da Previdência, ciente da importância de sua atuação, foram reconhecidos no ano passado, por Decreto do Presidente da República, os CCs (Decreto 92.701).

"É importante frisar que o Governo não criou os conselhos: ele os reconheceu tão somente. E, se reconheceu, é porque já existiam Conselhos funcionando" (Folheto "Conselhos Comunitários de Saúde: a participação democrática da população para melhoria das condições de saúde", Ministério da Previdência Social/MPAS e Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social/INAMPS, 1985 - grifo meu).

12. "O primeiro ponto de contato junto aos órgãos governamentais, é o Conselho Comunitário de Saúde, pois todos os recursos disponíveis na área da saúde do município de Nova Iguaçu, passa por aquele Conselho que tem pelo seu Estatuto plenos poderes para deliberar o destino dos mesmos, como tem o poder de fiscalizar a aplicação desses mesmos recursos; como também exigir uma auditoria se necessário; fiscalizar o atendimento dos pacientes, em todas as unidades de saúde, quer sejam públicas ou particulares. O CCS é formado por dois representantes de cada entidade civil, religiosa ou não, clubes esportivos, associações de moradores etc; desde que estejam legalmente constituídos. Esse Conselho foi instalado no dia 7 de maio de 1985" (Relatório das atividades da Pastoral de Saúde de Belford Roxo, 12/10/85). Em 12/11/88, além do MAB, enquanto Federação, 53 AMs filiadas ao MAB estavam no CCS.
13. Trata-se dos candidatos do PMDB a vice-governador Francisco Amaral e a senador Nelson Carneiro, por sinal eleitos em novembro de 1986. Com a eleição de Moreira Franco ao Governo do Estado, acenderam a cargos de confiança correligionários seus do MR-8 ligados ao MAB.
14. "INAMPS revoluciona atendimento na Baixada" (JB, 23/07/87); "Comunidade carente já tem médico de família" (Última Hora, 05/07/88).
15. Lúcia Souto, MR-8/PCB, uma dos 4 médicos pioneiros dos Amigos de Bairro, fundadora do MAB e no CIMS, eleita deputada estadual em 1990 pelo PCB.
16. Francisco de Assis Freitas, origem da Igreja -- Pastoral Operária, AM Sta. Rita, Apolo 11 e Lote 15, diretor do MAB mandato 90/91 (pós VI Congresso).
17. Em 28 de junho de 1988, o subsecretário de Saúde do Governo Moreira Franco, Antonio Ivo de Carvalho (ex-MAB, MR-8) anunciou "que para atender os cerca de 3 milhões e 500 mil habitantes da Baixada Fluminense, a Secretaria de Saúde vai iniciar, no segundo semestre, a construção de 3 Hospitais Gerais -- Queimados, Duque de Caxias e São João de Meriti --, com 180 leitos cada um" (Última Hora, 29/06/88).
18. O CEAC (Centro de Estudos e Ação Comunitária), sediado em Nova Iguaçu, é uma entidade de apoio e assessoria ao trabalho no meio popular, com atividades educativo-políticas em algumas comunidades da Igreja católica e AMs. Criado em meados dos anos 70, durante o regime militar, por pessoas fundadoras do MAB, não mantém vínculo institucional com o mesmo (entr. Ugo Paiva, 17/12/90).

19. Chapa 1, "O MAB unido jamais será vencido", eleita no IV Congresso (06-08/12/85):

- Presidente: Azuleicka Sampaio Rodrigues (Piam)
1ª Vice-presidência: Dilcêia Quintella Nahon (S. Bernardo)
2ª Vice-presidência: Raimundo Lima (Engenheiro Pedreira)
3ª Vice-presidência: Augusto Jorge de Piná (Vila de Cava)
1ª Secretaria: Lúcia Regina Souto (Pro. D. Prata)
2ª Secretaria: Adna Vieira de Oliveira (Vila Marina)
3ª Secretaria: Carlos Alberto de Souza Reis (Pq. Maraú)
1ª Tesouraria: Bráulio Rodrigues da Silva (Monte Líbano)
2ª Tesouraria: Célia Citeli Pereira (Sta. Amélia)
3ª Tesouraria: José de Lima Pereira (Sta. Rita)
Dep. Cultural: Lurdes Batista Pereira (Carmari)
Dep. Feminino: Ester Soares dos Reis Pereira (Boa Esperança)
Dep. de Imprensa: Paulo Fernando de Freitas (Pq. S. Tiago)
Vogais: Nilva Silva de Oliveira (Piam)
Dulce da Cunha (Hinterlândia)
Fernando Carlos Teixeira (Vista Alegre)
Milton Luís da Silva Castro (Monte Sol)
Maria Pereira Goulart (Pq. Floresta)
C. Fiscal efetivo:
José Pinto (Vila Maia)
Edna Germano Martins (Pq. Central)
Edmilson Cardoso dos Santos (Wona)
C. Fiscal suplente:
Marina da Silva Luna (Itaipu)
Sérgio Fernando (Sta. Eugênia e Chacrinha)
Geralda Maria de Lucena (Grande Rio)

Chapa 2, "Avançar na luta":

- Presidente: Ana Alice T. P. Bevilacqua (Boa Esperança)
1ª Vice-presidência: Celso Filizola (Metropolitano)
2ª Vice-presidência: Maria da Glória S. Farias (Banco de Areia)
3ª Vice-presidência: Zacarias V. da Trindade (Alvorda)
1ª Secretaria: Rosely S. Fonseca (Andrade Araújo)
2ª Secretaria: Sandra R. Fortes (Itaipu)
3ª Secretaria: Luís A. Bruno (Prata)
1ª Tesouraria: Janilde F. Araújo (Edson Passos)
2ª Tesouraria: Janete A. Alencar (Comendador Soares)
3ª Tesouraria: Moisés Corrêa da Silva (Heliópolis)
Dep. Cultural: Adilson P. de Souza (Vila Nascentes)
Dep. Feminino: Dirce Maria Soares (Tinguazinho)
Dep. de Imprensa: Artur Messias (Pq. Ludolf)
Vogais: Francisco de A. Freitas: (Sta. Rita, Apolo XI)
Alberico G. Pereira (Sto. Elias)
Joel Fábio Balière (Posse)
Solange Cruz da Silva (CEHAB Km 32)
Cipriano P. da Silva (Alzira)
José Machado Fernandes (Heliópolis)

C. Fiscal efetivo:

Iara dos Reis Teixeira (José Peres)
Zaldeir Pinto Nunes (Graças)
José Rodrigues (José Peres)

C. Fiscal suplente:

Walter E. Lopes (Guandu)
Manoel L. da Silva (Pq. S. Vicente)
João Dias (Alzira)

20. O Prêmio Nadjada Krouoskaia instituído em 1969 pela União Soviética, em homenagem à mulher de Lênin, principal líder da revolução russa, é concedido pela UNESCO, órgão da ONU para a educação, a ciência e a cultura.

21. Cássia Valéria Marques Furtado, origem da Igreja -- grupo jovem, AM Pq. Ludolf e adj., diretora do MAB em 90/91 (pós VI Congresso).

22. Chapa 1 "MAB é de luta", eleita no V Congresso (04-06/12/87):

Presidente: Dilcéia Quintella Nahon (S. Bernardo)

1ª Vice-presidência: Azuleicka Sampaio Rodrigues (Piam)

2ª Vice-presidência: Sérgio Telles Moreira (BR-3)

3ª Vice-presidência: Cláudio J. Oliveira (Pq. Esperança)

1ª Secretaria: Lucia Regina Souto (Prata)

2ª Secretaria: Eliane Nicodemos de Souza (V. Jacinta)

3ª Secretaria: Jorsinete Almeida de Souza (S. Michel)

1ª Tesouraria: Milton Luís da Silva Castro (MARFEL)

2ª Tesouraria: Bráulio Rodrigues de Silva (Monte Líbano)

3ª Tesouraria: Ângela Maria Ribeiro de Souza (Vila Pauline)

Dep. Imprensa: Luiz Roberto Damas (Aliança)

Dep. Feminino: Neide da Silva de Oliveira (Dimas)

Dep. Cultural: Vivaldo Alves dos Santos (Pq. Afonso)

Vogais: Miguel Vieira da Costa (Mutirão Vila Cláudia)

José Abranches Sobrinho (Ambaí)

Carlos R. de Andrade Trigo (Belford Roxo) (*)

Mário Joaquim dos Santos (Mucajá)

Alcides Alves Bezerra (Jd. Fonte)

Paulo Pio da Silva (Serra Azul)

C. Fiscal efetivo:

Maria de Fátima N. Nunes (Graças)

Antonio Carlos Rodrigues (Cerâmica)

Valdir Faustino Ferreira (Ideal II)

C. Fiscal suplente:

Jair Batista dos Santos (Sta. Cecília)

José Severino de Souza (S. Jorge)

Djalma Juarez de Lima (Grande Rio)

(*) Não chegou ao fim do mandato.

Chapa 2 "MAB é pra lutar":

Presidente: Vanda Vasconcelos (Posse)

1ª Vice-presidência: Janilde Franco (Ed. Passos)

2ª Vice-presidência: José Carlos (Monte das Oliveiras)

3ª Vice-presidência: Djalma

Secretaria Geral: José Brandão (Carmari)

2ª Secretaria Geral: Sandra Guimarães (N. Iguaçu - Centro)

3ª Secretaria Geral: Valter Elisiário (Jd. Iguaçu)

1ª Tesouraria: Alberico Gomes (Santo Elias)

2ª Tesouraria: José Nunes dos Santos (Chama)

3ª Tesouraria: Antonio Alves (Grande Rio)

Dep. Imprensa: Jorge Assunção (Pq. Esperança)

Dep. Cultural: Rafael L. M. Barros Fo. (Jd. Gláucia)

Dep. Feminino: Solange Cruz C. da Silva (CEHAB Km 32)

Vogais: José Anastácio (Campo Alegre)

Moisés Corrêa da Silva (Heliópolis)

José Ferreira (Austin - Centro)

José Miguel Batista (Gogó da Ema)

Jorge Cesário (N. Sra. Graças)

Américo Rodrigues (União do Canto)

C. Fiscal:

Severino José da Silva (Mut. Campo Alegre)

José Wellington dos Santos (Rosa dos Ventos)

Pedro Elói Soares (Jd. Ocidental)

Janete Rosa Guimarães (Monte Líbano)

Silvana Venâncio (Areia Branca)

Josefa Fernandes de Oliveira (São Pedro)

23. Dados oficiais dão conta que nos cinco primeiros meses de 1990, 184 meninos de rua foram assassinados só na região de Duque de Caxias.

24. **Chapa 1 "avançar na luta",** eleita no VI Congresso (1º-03/12/89):

Presidente: Dircéia Quintella Nahon (S. Bernardo)

1º Vice: Francisco A. Fernandes (S. Rita, Apolo XI)

2ª Vice: Iris da Conceição (Queimados)

3ª Vice: Ana M. Cavalcante de Oliveira (Tinguá)

1º Secr. João Batista de Assis (Marajoara)

2ª Secr. Maria de Lóudes de O. Justino (S. Bernardo)

3º Secr. Erivaldo Simões de Souza (S. Michel)

1ª Tesoureira: Katia S. Griffó Souza (S. Michel)

2ª Tesoureira: Ivonete Marques Afonso (Belford Roxo)

3ª Tesoureira: Maria G. P. Wanderley (Carolina) (*)

Dep. Cultural: Cássia V. Marques Furtado (Pq. Ludolf)

Dep. Imprensa: Uirtz Sérvulo da Silva (Jd. Queimados)

Dep. Feminino: Célia Citeli Pereira (S. Amélia)

Vogais: Rodrigo Fonseca (AMEP)

José Rodrigues dos Santos (Cobrex) (*)

Sebastião Miguel da Silva (V. Kita) (*)

Eunice C. L. Silva (Alto da Bela Vista)

Joana Gonçalves de Oliveira (Edson Passos) (*)

Vandenira Fernandes Belém (Austin) (*)

C. Fiscal efetivo:

José Ribamar Valença (Juscelino)

José C. de Oliveira (Monte de Oliveiras) (*)

Ângela M. P. Gaidzinsk (Ponto Chic)

C. Fiscal suplente:

Adeir Ribeiro da Silva (S. Michel)

José Augusto da Silva (Wona) (*)

Moisés Corrêa da Silva (Heliópolis)

Maria Lúcia de Souza

(*) Diretores afastados antes do final do mandato (os identificados).

Chapa 2 "União das bases":

Presidente: Milton L. Silva Castro (MARFEL)
1º Vice: Cláudio J. Oliveira (Pq. Esperança)
2º Vice: João Tavares (Xavantes)
3º Vice: Fátima do Nascimento (B. das Graças)
1º Secretário: José M. F. Barbosa (Xavantes)
2º Secretário: Josias Rodrigues (Paraíso)
3º Secretário: Manoel J. Tavares (Ald. Felicidade)
1º Tesoureiro: Lezir Tunala Rezende (S. Martinho)
2º Tesoureiro: José de Lima Pereira (S. Rita)
3º Tesoureiro: João Barbosa de Souza (Eng. Pedreira)
Dep. Imprensa: Eurivaldo de Souza (Chavascal)
Dep. Feminino: Teresinha Sena dos Passos (Chavascal)
Dep. Cultural: Antonio J. Oliveira (Castelar-Lucimar)
Vogais: Manoel Antonio da Costa (Mut. Urb. Bela Vista)
Exedito Miguel (Pq. Ludolf)
Altamiro Aurora da Silva (S. Leopoldo)
Virgínia do Amaral Chaves (N. Iguazu-Centro)
Cleuse de Souza (Botafogo)
Carlos José de Carvalho (Pq. Esperança)
C. Fiscal efetivo:
Valtrudes Ferreira de Lima (Lote XV)
Maria da Conceição Nascimento (Pq. Ludolf)
Levi Gonçalves de Souza (Nova Era)
C. Fiscal suplente:
Saulo Lopes Arruda (Posse)
Edmilson C. dos Santos (Wona)
João Lima dos Santos (Boa Esperança)

Chapa 3 "MAB democrático pra lutar e transformar":

Presidente: José Abranches Sobrinho (Ambaí)
1º Vice: José Pinto (V. Maia) (*)
2º Vice: Luiz Alfredo Silva (Pq. Venesia)
3º Vice: Manoel Pinto Neves (Banco de Areia)
Secretaria Geral: Sandra Guimarães (C. Soares)
1ª Secretária: Eliane Nicodemos (Vila Jacinta)
2ª Secretária: José Augusto de Pina (Vila de Cava)
Tesouraria: Rogério S. Silva (Ponto Chic)
1ª Tesouraria: Reinaldo L. Souza Gama (B. Esperança)
2ª Tesouraria: Ivone Lecas (Alvorada)
Dep. Feminino: Rosely Costa de Menezes (S. Cecília)
Dep. Cultural: Raimundo Lima (Vila S. Luiz)
Dep. Imprensa: Eliseu Sipriano Oliveira (P. D. Prata)
Vogais: João Sena (Xavantes)
Denise Alves de Souza (C. Soares)
Maria Inês de Souza (Eng. Pedreira)
Adilson Paes de Souza (Austin)
Edimir Cortez (Chatuba)
Josete Hordália de Paula (Posse)
C. Fiscal efetivo:
Waldemar Barbosa Ribeiro (Rancho Novo)
Ana Clara Rosa Villela (Carmari)
Bárbara Isabel da Conceição (Aliança)
C. Fiscal suplente:
Teresinha S. Ferreira (Recr. Eldorado)
Rogério Vieira Barbosa (Marapicu)
Sebastião Ambrósio (Vila Zenith)

(*) José da Costa Pinto retirou seu nome dessa chapa, alegando:

"Nossa decisão se prende ao fato de que, na ocasião, em que estabelecemos contato, o nosso nome foi colocado à disposição como possível à conciliação, buscando uma chapa de unidade.

"Sentimo-nos deslocados, participando desta chapa, uma vez que **jamais desejamos participar de um grupo contrário às nossas convicções política.**

"Portanto, irrevogavelmente, exigimos a retirada de nosso nome desta chapa, que restou claro não represente nosso pensamento e, tampouco atinge os **objetivos da unidade** que nos levou a travar entendimentos" (Carta à Chapa - grifo meu - sic).

25. Jorsinete Almeida de Souza, AM S. Michel, diretora do MAB na gestão 88/89 (pós VI congresso), secretária contratada do MAB gestão 90/91 (pós VI Congresso).

26. Chapa 1 "MAB unido, a luta continua", eleita no VII Congresso (07-08/12/91):

Presidente: Humberto Hugo T. Silva (Califórnia)

Vice-presidente: Vera Caetano (Califórnia)

Secretário Geral: Bartíria P. Lima Costa (S. Michel)

1º Secretário: Zacarias V. Trindade (Alvorada)

Tesoureiro Geral: Rogério S. Silva (Ponto Chic)

1º Tesoureiro: Célia (Jd. Pernambuco)

Dep. Imprensa e Divulgação: Roberto (Pq. Ludolf)

Dep. Saúde: Ivone Lecas (Alvorada)

Dep. Questões Urbanas: Wellington (Rosa dos Ventos)

Dep. Jurídico: Tenilson (Jd. Primavera)

Dep. Estudo e Formação: Nilza (Unidos Vista Alegre)

Dep. Meio-ambiente: Aquino (S. Elias)

Dep. Cultural: Chiquito (Austin-Centro)

Dep. Educação: Max (Unidos Vista Alegre)

Dep. Criança e Adolescente: Sérgio Mello (N. Iguaçu-Centro)

Dep. Feminino: Solange (Jd. Primavera)

Glorinha (Califórnia)

Dep. de Assuntos Sindicais: Deuzimar (Nova América)

João Batista de Assis (Marajoara)

C. Fiscal: Lurdes Batista Pereira (Carmari)

Maximiniano (Guandu I)

Celso (Guandu II)

Carlinhos (Marapicu)

Kátia (S. Michel)

Elói (IV Centenário)

27. O argumento de que a proporcionalidade garante a representatividade e a qualificação duma direção eleita é falacioso, pois na prática as chapas, em geral partidárias, preocupam-se por ter hegemonia na direção. O Partido, a tendência, querem o controle do Movimento e para isso não se preocupam tanto com a qualidade, mas com a presença na direção.

28. Humberto Hugo Trindade da Silva, AMB Califórnia e adj., presidente do MAB mandato 92/93 (pós VII Congresso), do PDT.

29. Ananias Batista do Nascimento, AM Nova Iguaçu-Centro, diretor do MAB mandato 84/85 (pós III Congresso), presidente regional do PDT.

30. **Chapa 1 "Renovação" no VIII Congresso (04-05/12/93):**

Presidente: Mauricéa Alcântara dos Santos
Vice-Presidente: Roberto Ferreira
Secretário Geral: João Rosa de Jesus
1º Secretário: Rutílios dos Santos
Tesoureiro Geral: José Isauro Santana
1º Tesoureiro: Sebastião Aquino dos Santos
Dep. de Educação: Linava Maria Nicanor
Dep. de Imprensa e Divulgação: Antônio José
Dep. Jurídico: José Paulo Lauro
Dep. de Estudo e Formação: Sebastião Mendes
Dep. de Cultura: Marta Helena de Souza
Dep. de Meio-ambiente: Márcio Castro Mercê
Dep. da Criança e Adolescente: Antônia Nuniz
Dep. de Saúde: Celsa Gomes
Dep. de Questões Urbanas: Jorge Roberto Boekrim
Dep. Feminino: Luci da Silva
 Maria J. da Encarnação
Dep. Assuntos Sindicais: Ladir Lopes
 Ronaldo
C. Fiscal efetivo: Dionizio Oliveira
 José Lima de Medeiros
 José Costa Lobo
C. Fiscal suplente: Maria Aparecida Delgado
 Glória Augusta Rodrigues
 Maria da Ajuda Nascimento Silva

Chapa 2 "Recomeçar", eleita no VIII Congresso:

Presidente: Maria José de Souza
Vice-Presidente: Batíria P. Lima Costa
Secretária Geral: Solange da Silva Brito
1º Secretário: Paulo Sérgio de Souza
Tesoureira Geral: Eliane Nicodemos de Souza
1º Tesoureiro: Miguel Topine
Dep. de Educação: Vera Lúcia Caetano de Queiroz
Dep. de Imprensa e Divulgação: Osvaldo Luiz F. Silva
Dep. Jurídico: Edrísio Silva
Dep. de Estudo e Formação: Bráulio Rodrigues
Dep. de Cultura: Joacy Eloy Pio Sabino
Dep. de Meio-ambiente: Celso Alvaro G. Santos
Dep. da Criança e Adolescente: Maria L. F. Araújo
Dep. de Saúde: Lurdes Batista
Dep. de Questões Urbanas: José Wellington Santos
Dep. Feminino: Lúcia Aleixo
 Luzia Menezes dos Santos
Dep. Assuntos Sindicais: Elaina Aguiar de Oliveira
 Ronaldo Alves
C. Fiscal efetivo: Jorge Alberto de Souza
 Maria do Carmo dos Santos
 Jorge Tavares
C. Fiscal suplente: Celso Ferreira da Silva
 Paulo Couto de Araújo
 Adei Ribeiro da Silva

CAPÍTULO 3

A PRÁXIS POLÍTICO-EDUCATIVA E EDUCATIVO-POLÍTICA DO MAB

Este capítulo objetiva analisar a práxis político-educativa e educativo-política no e do Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu (MAB) e as suas relações de poder: vanguarda-base-massa. Para isso, após uma rápida conceituação do "Movimento Social Urbano" e das estruturas de poder no MAB, analisa os fatores que, no fim do regime militar, levaram-no a ser um dos Movimentos Populares mais significativos e a viver, hoje, uma forte "crise de identidade". Tais fatores são os agentes externos, a conjuntura política, o Estado, os Partidos, a prática político-educativa e educativo-política. São destacados o papel e os limites educativos da ação política, assim como o papel e os limites políticos da ação educativa (formação) no interior do Movimento para a construção da contra-hegemonia.

1. O conceito "Movimento Social Urbano"

Embora o objeto deste trabalho não seja o de precisar o conceito de Movimentos Sociais Urbanos, conceito ainda permeado de imprecisões e ambigüidades, cumpre estabelecer alguns marcos teóricos para iluminar a compreensão do Movimento Social Urbano, do Movimento de Bairro de Nova Iguaçu, MAB.

A ampliação do espaço político de atuação dos Movimentos de Bairro em fins da década de 60, na Europa, e a partir da década de 70, na América Latina e no Brasil, fez surgir uma série de estudos sobre os Movimentos Sociais Urbanos.

Manuel Castells, Jordi Borja, Jean Lojkine (1), considerados clássicos na questão, são os primeiros a buscarem uma reavaliação conceitual destes movimentos, em especial dos Movimentos de Bairro. Considerados imprecisos e sujeitos a ambigüidades, por alguns teóricos, os referenciais teóricos destes auto-

res ainda são os mais abrangentes e significativos (2).

Estes autores teorizam o Movimento de Bairro na Espanha, emergente no final da era franquista (regime autoritário). Castells, eurocomunista, teoriza a partir de sua militância no Movimento de Bairro em Madri, a partir de sua prática militante no Movimento e administrativa como Prefeito de Barcelona; Lojkin, é mais teórico que prático.

Os esforços desses investigadores deram origem à definição clássica de Movimentos Sociais Urbanos, marco teórico fundamental para o entendimento destas manifestações coletivas urbanas.

Para Castells, Movimentos Sociais Urbanos são "movimentos urbanos suscitados pelas contradições urbanas, quer dizer, aqueles que se referem à produção, distribuição e gestão dos meios de consumo, em particular dos meios de consumo coletivo" (CASTELLS, 1978b: 12).

Entende-se por "meios de consumo coletivo (...) o conjunto de suportes materiais de atividades destinadas à reprodução ampliada de uma força de trabalho social", isto é, "o conjunto de equipamentos de saúde, esportivos, escolares, culturais e de transporte coletivo" (LOJKINE, 1972: 2 s), que se particularizam por produzirem "efeitos sociais qualitativamente novos nas relações entre as classes, em um sentido contraditório à lógica estrutural dominante" (CASTELLS, 1978b: 4).

Assim esses movimentos são definidos como "um sistema de práticas sociais contraditórias que colocam em questão a ordem estabelecida, a partir de contradições específicas da problemática urbana" (CASTELLS, 1977, cit. por JACOBI, 1989: 12).

Castells oferece outra definição de MSUs, onde a transformação estrutural do sistema pode aparecer como objetivo:

"Por Movimento Social Urbano se entende um sistema de prá-

ticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, a um tempo pela inserção dos agentes suportes na estrutura urbana e na estrutura social, e de natureza tal, que seu desenvolvimento tende objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da correlação de forças na luta de classes, ou seja, em última instância, no poder do Estado" (CASTELLS, 1978a: 475).

A partir dessas definições clássicas, desde meados da década de 70, têm-se multiplicado no Brasil os estudos dos Movimentos Sociais Urbanos, configurando um cenário de reflexão intelectual estimulante, polêmico e contraditório no que concerne a interpretação (3). "Os problemas interpretativos concentram-se na heterogênea e complexa base social dos movimentos, no caráter assumido por eles na medida em que constituem formas de mobilização, que ocorrem fora dos espaços tradicionais de representação e na especificidade das suas demandas" (JACOBI, 1989: 10 s).

Conforme "balanços críticos" (4), observou-se nesses estudos de brasileiros a influência de Castells e Lojkine, a presença do marxismo, em maior intensidade Althusser e Gramsci, do filósofo Michel Foucault e do sociólogo francês Alain Touraine.

"Nos estudos analisados haveria uma clivagem na percepção sobre a abrangência dos Movimentos Sociais Urbanos. Para alguns autores o conceito envolveria apenas as lutas urbanas das classes subalternas da sociedade referentes à questão da terra, habitação e aos bens de consumo coletivo" (SOUZA, 1990: 20 - grifo meu).

Segundo Ruth Cardoso, "o conceito de Movimentos Sociais Urbanos proposto por Castells teria sofrido um 'estreitamento' quando apropriado pelos intelectuais para analisar os conflitos

urbanos latino-americanos. Um estreitamento que privilegiou os grupos populares reivindicativos, as demandas que podiam ser identificadas como das classes populares. Neste recorte deixou-se de lado as mobilizações interclassistas..." (CARDOSO, 1987, cit. por SOUZA, 1990: 20).

A partir desse "estreitamento", dessa perspectiva reducionista, atribuiu-se, com muitos equívocos, caráter de classe às reivindicações advindas das periferias urbanas: novos atores revolucionários substituindo as forças proletárias (cf. CARDOSO, 1987: 30).

Os estudos sobre os Movimentos Sociais Urbanos, no Brasil, "têm-se pautado por explicitarem argumentos controversos sobre o seu papel no contexto da sociedade, oscilando entre a ênfase no seu caráter político, como agentes de transformação, e a explicitação de suas limitações políticas" (JACOBI, 1989: 12).

Sem entrar no mérito desta e de outras questões -- das imprecisões conceituais e da prática política e social que têm embasado --, aqui, quando se fala em Movimentos Sociais Urbanos, está-se referindo ao Movimento de Bairro (MAB), objeto específico deste estudo. Buscando não subestimar nem superestimar o potencial transformador deste Movimento (5), e sim captá-lo nas suas múltiplas determinações, optou-se por analisá-lo a partir dos seus movimentos específicos, da sua dinâmica específica (lutas travadas, relação estabelecida entre a direção(vanguarda)-base-massa, sua prática político-educativa e educativo-política), procurando pensá-lo como um processo aberto, sujeito a contradições internas e pautado por uma composição heterogênea que potencializa a emergência de diferentes formas de ação coletiva e de interação e/ou negação em face ao Estado (cf. JACOBI, 1989: 16).

2. Relações de Poder no MAB

Na linguagem do MAB, dos Movimentos Sociais e partidos, em geral, e também dos seus teóricos, há um discurso que reduz a compreensão das relações de poder intra-movimento, intra-partido. Esse discurso superficializa a interpretação das relações de poder aí estabelecidas, reduzindo as instâncias de poder à direção e à base. Gramsci diria "dirigentes e dirigidos", "intelectuais e simplórios".

Buscando-se compreender as relações de poder dentro do MAB, percebe-se que são mais complexas, que há limites nesta caracterização, conceituação. A própria Leda Queiroz, em sua dissertação sobre o MAB, fala em "instâncias intermediárias" (QUEIROZ, 1981: 279), o Conselho de Representantes.

Servindo-nos das categorias de A. Huxley (6), poderíamos distinguir, a grosso modo, no mínimo três níveis de instâncias de poder presentes ao MAB: a direção, os "homens de fé" e a massa ("rebanho"). Em Gramsci corresponderiam aos três elementos necessários para a formação de um partido (v. abaixo).

"No Estado da Razão (...) as três principais categorias (...) serão as seguintes: as inteligências dirigentes, os homens de fé e o rebanho" (HUXLEY, 1964: 362 ss - grifo meu).

"Entre as inteligências dirigentes, encontrar-se-iam todos os que fossem capazes de pensar (...) Um corpo selecionado de inteligências, extraído daqueles que se tivessem dedicado aos problemas da vida prática, seria o dos governantes do Estado Racional. Empregariam como instrumento do poder a segunda grande espécie da humanidade -- os homens de fé, os loucos (...) que acreditam apaixonadamente em coisas sem sentido, que estão prontos a morrer por seus ideais e pelas suas ambições (...) Os

homens de fé terão uma educação especial sob a vigilância das inteligências. Amoldados por um longo processo de sugestão, irão pelo mundo pregando, com uma obstinação generosa, os projetos frios e racionais dos dirigentes superiores (...) verdade eterna (...) A principal função dos homens de fé será agitar e dirigir a multidão, essa terceira grande espécie que constituiria nos inumeráveis milhões de homens, a quem falta a inteligência e um entusiasmo válido. Quando fosse necessário um esforço particular do rebanho, quando fosse julgado indispensável para a salvação da solidariedade, que a humanidade se animasse e unisse em volta de uma só e entusiasmática ambição ou idéias, homens de fé providos de um credo simples e satisfatório, seriam enviados em missão de evangelização. Em tempo normal, (...) estariam entregues, sossegados e ativamente, à grande tarefa da educação". A multidão "trabalhando as suas oito horas por dia, obedecendo aos superiores, convencida de sua grandeza, importância e imortalidade, será maravilhosamente feliz" (Idem: 364 ss - grifo meu).

Sintetizando, para A. Huxley, no Estado Racional (positivista) haveria no mínimo três níveis, instâncias de poder com as seguintes características:

Primeiro nível: as inteligências dirigentes, composto de pessoas lúcidas e impiedosas, penetrantes, capazes de pensar, ideólogos, dirigentes superiores.

Segundo nível: homens de fé que acreditam apaixonadamente no projeto da vanguarda, grupo de pessoas "sensibilizadas" para a proposta da direção. Dirigentes inferiores com certa capacidade intelectual, cabe a eles o papel de "educadores", "formadores" da massa. Trata-se de um grupo "alienado de pessoas", sem autonomia e sem criatividade, que re-

za pela cartilha da direção.

Terceiro nível: o rebanho, dependente, influenciável, a quem falta a inteligência, obediente, trabalhador, alienado, sem autonomia, massa de manobra, satisfeita com sua condição feliz.

Embora mais ampliada e próxima ao MAB real, essa caracterização ainda se revela insuficiente para caracterizá-lo. Gramsci, por exemplo, detalha melhor as relações de poder na sociedade, no partido, no movimento. Em "Maquiavel, a Política e o Estado Moderno", ele destaca três elementos necessários para a formação de um partido:

"1. Um elemento difuso de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade e não pelo espírito criativo e altamente organizativo (...) Eles constituem uma força na medida em que houver quem os centralize, organize, discipline (...);

"2. O elemento principal de coesão que centraliza no plano nacional, que torna eficiente e potente um conjunto de forças que, sozinhas, valem zero ou pouco mais. Este elemento é dotado de força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e até -- talvez por isso mesmo -- 'inventiva';

"3. Um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo, que os coloque em contato não só 'físico', mas moral e intelectual" (GRAMSCI, 1990: 20 s).

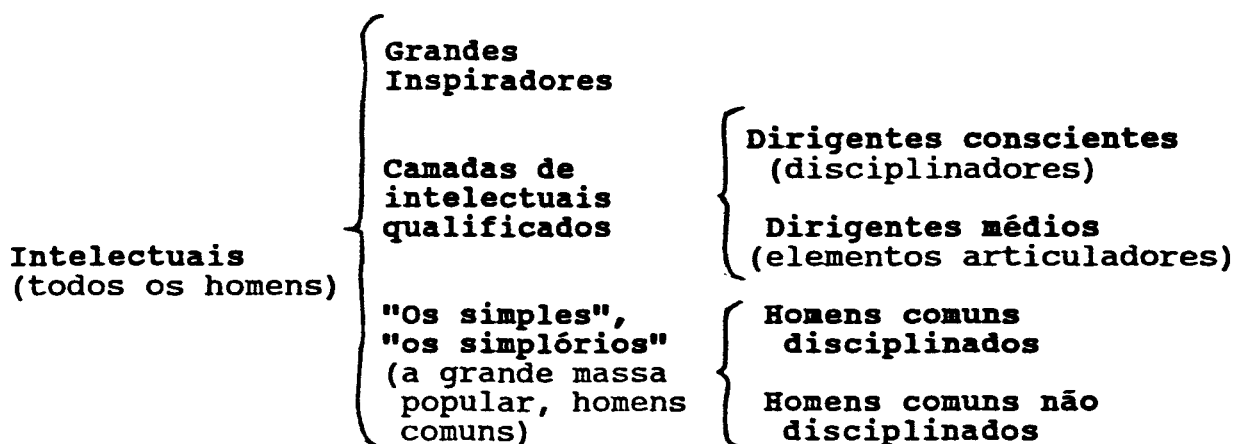
Gramsci destaca, ainda, que existem "estratos de intelectuais", "camadas de intelectuais" nos movimentos, no partido e na sociedade. Intelectuais no sentido de que "todo homem (...) participa de uma concepção de mundo" (GRAMSCI, 1989: 8 s). "Todos os homens são intelectuais (...) mas nem todos desempenham

na sociedade as funções de intelectuais" (idem: 7). Ele reconhece os graus de intelectualização na sociedade, no partido, no movimento ao mencionar a existência de "várias camadas de intelectuais qualificados" (GRAMSCI, 1987: 28).

Temos ainda a grande massa popular, denominada "os simples", "os simplórios" (idem: 18).

Num nível superior, mais amplo, global, de acordo com Gramsci, estão os grandes inspiradores da sociedade, da política, do movimento.

Em síntese, as relações de poder na sociedade, de acordo com Gramsci, estariam assim configuradas:



Essas análises, no entanto, não captam as relações de poder em sua dinamicidade e contradição. Na verdade essas caracterizações, além de estáticas, são unidirecionais, verticais, autoritárias.

Para ajudar a caracterizar as relações de poder no MAB, recorreremos a Foucault. Foucault elabora um método de análise do poder em que ele é visto em uma dimensão global, em sua distribuição no todo, mas tendo uma existência específica. Segundo Foucault, os poderes se exercem em níveis variados e em pontos

diferentes da rede social. Foucault os denomina "micro-poderes". Periféricos em relação ao poder central -- o Estado -- esses poderes sempre estão produzindo novas articulações:

"O poder pode ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas também estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação, nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centro de transmissão" (FOUCAULT, 1989: 183).

No MAB os papéis sociais não são homogêneos nem estáticos. Aí as relações de poder têm se dado de forma dialética, através de um fluxo contínuo de ida e vinda, legitimando e deslegitimando poderes. O MAB se caracteriza por ser um todo orgânico ("soma"), o Movimento, que se constitui através de relações de poder entre as instâncias direção-base-massa, e dentro de cada uma delas. Quando uma dessas instâncias se esvazia ou se fortalece, o todo, o MAB, é também atingido.

Assim, a grosso modo, os três níveis, as instâncias de poder, intra-MAB seriam: direção(vanguarda)-base-massa.

Primeiro nível: a direção (vanguarda da base)

Esse nível comportaria:

a) A direção "mais preparada", isto é, "mais qualificada", intelectualizada, os "fazedores de opinião" (entr. Francisco de Assis, 11/12/91), "as lideranças maiores" (entr. João B. de Assis, 07/08/92), com capacidade sistematizadora e disciplinadora. Essa é a direção real, "o elemento principal de coesão" do Movimento. Nessa direção "prepara-

da" está o perigo do vanguardismo tanto da parte da esquerda materialista como da esquerda católica e da dependência, por parte da base e da massa. Aqui estariam também os intelectuais, os chamados "agentes externos", os médicos de origem do MR-8, de origem do PCdoB, entre outros, quando na Coordenação, na diretoria do MAB;

b) A direção "menos qualificada", a direção enquanto presente na estrutura de poder do MAB, na diretoria da Federação, Regionais e Conselho de Representantes. Liderança média, "fruto da luta, despertada na luta". Direção mais formal do Movimento, liderança articuladora, multiplicadora, divulgadora das idéias e decisões da direção mais preparada, da vanguarda. Dir-se-ia direção "não-capacitada" porque menos intelectualizada, menos qualificada, "dotada de uma competência restrita" (Bourdieu), ainda não-autônoma, ainda "incapaz" duma compreensão mais orgânica do Movimento, mais voluntarista, panfletária;

"Quando, muitas das vezes, você vai para o Congresso, um congresso que tem um nível de competição muito grande, todas as forças políticas, essas forças políticas tem 5 diretores de vanguarda, diretores que são diretores que pensam, que imaginam tudo e os outros são lideranças que você pega nos bairros sem a mínima formação política pra compor a chapa" (entr. João B. de Assis, 07/08/91).

c) Os intelectuais que não estão na diretoria mas estão na direção do movimento. São eles que acabam exercendo forte influência sobre o mesmo, chegando até a direcioná-lo, a influir em seu surgimento e destino: são os "agentes externos" ou "intelectuais orgânicos" (7), assessores, articuladores sociais (Igreja, partidos, militantes de esquer-

da, profissionais políticos etc.) (8).

Segundo nível: a base (vanguarda da massa)

Quanto à conceituação "base", há também no MAB um equívoco teórico reducionista que coloca embutidas nesse conceito "base" as lideranças das AMs que não estão na diretoria da Federação e a "massa", "os simplórios", "os simples".

Buscando diluir essa imprecisão conceitual, há que se caracterizar como pertencentes ao nível "base", as lideranças que estão nas AMs, nas diretorias das AMs mas não estão na direção da Federação. São as lideranças sensibilizadas para a proposta do MAB e de sua vanguarda: "as lideranças periféricas", representativas da massa, mais orgânicas à massa sensibilizada, com condições de mobilizá-la nos bairros, de fazer atos públicos, manifestações, lideranças que fazem o MAB ser movimento: a **vanguarda da massa**.

Nessa "base", há que se distinguir:

- a) As lideranças "preparadas", mais intelectualizadas, com uma concepção mais clara, a direção;
- b) As lideranças, diríamos, que mobilizam mais por seu "carisma" do que por sua preparação, "incapazes" de elaborar, mais ativistas, voluntaristas, panfletárias. É uma **liderança multiplicadora** local, mais suscetível de cooptação.

Essas lideranças "base" costumam estar mais relacionadas com os agentes externos ou intelectuais orgânicos (intelectuais de esquerda, militantes partidários, agentes de pastorais etc), quem mais quem menos, influenciando sobre estes agentes e deles recebendo influência.

Terceiro nível: a massa - "os simplórios"

Nesse nível há que se distinguir:

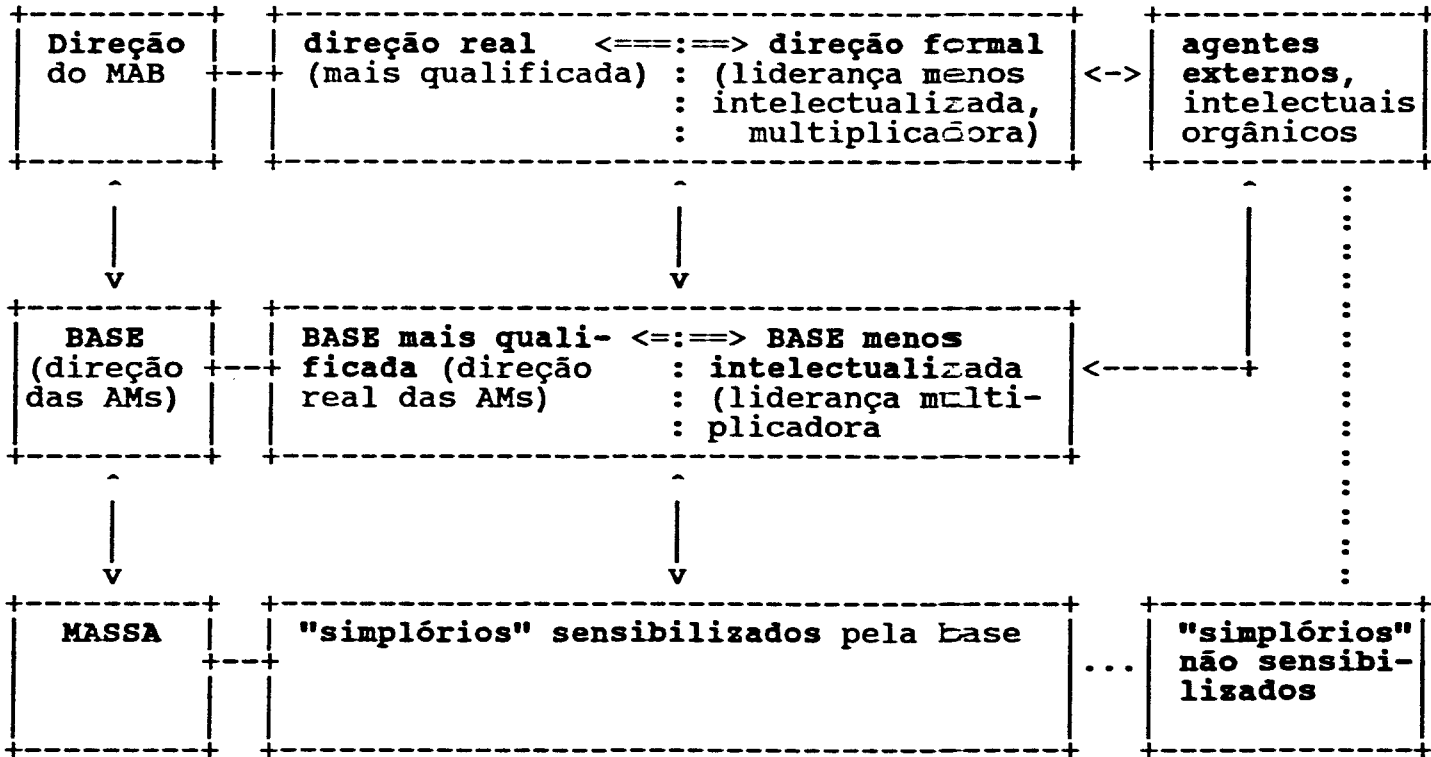
- a) A "massa sensibilizada", "sensibilizável" pela base, os simplórios que "reconhecem", a partir de sua adesão, a liderança e a direção das AMs;
- b) A massa não sensibilizada pela base que, não reconhecendo a direção das AMs, permanecem à margem do MAB.

É a toda essa massa -- sensibilizada ou não -- que a direção das AMs e do MAB se dirigem quando buscam mobilizar.

A caracterização do MAB, enquanto relação de poder entre as instâncias direção-base-massa, é ainda mais complexa do que esta aqui detalhada. Se entrássemos no mérito do Conselho de Representantes, das Regionais, dos Conselhos Regionais etc, teríamos um quadro ainda mais complexo. Nesse caso, estaríamos fazendo uma analítica dos minúsculos poderes que constituem o MAB, estaríamos na "microfísica do poder" (FOUCAULT), o que não é o objeto deste estudo.

Esquemáticamente, as relações de poder no MAB -- relação direção(vanguarda)-base-massa -- estão configuradas conforme organograma abaixo:

RELAÇÕES DE PODER NO MAB (organograma)



3. MAB e instâncias externas

3.1. MAB e Agentes Externos

Apesar de uma vasta literatura destacar que os Movimentos Reivindicatórios Urbanos surgem espontaneamente a partir das precárias condições de vida da população urbana e do descaso do Estado em relação aos serviços públicos, no MAB "não existe (...) uma relação mecânica e espontânea entre a carência e a reivindicação" (JACOBI, 1989: 151).

Se as péssimas condições de vida da população eram adequadas para a mobilização, elas se revelaram insuficientes, sem a intervenção dos agentes externos (Cáritas e seus agentes, agentes de pastorais, intelectuais e militantes de esquerda), sem a intervenção dos intelectuais orgânicos (9).

De acordo com Gramsci "não há organizações sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes". Os intelectuais são "organizadores da vida social na medida que são partido dirigente de uma massa ativa" (GRAMSCI, 1987: 21). O MAB surgiu das precárias condições de vida da população e dos serviços públicos -- tese --, mais as condições criadas pela intervenção dos agentes externos (Diocese progressista e seus serviços, intelectuais e militantes de esquerda) -- antítese. O MAB é a síntese dessas condições dadas e criadas.

"Neste processo de construção de uma identidade popular, ou de uma 'nova cultura política', deve-se destacar a mediação exercida por agentes externos às classes populares e seus reflexos no processo de construção dos pressupostos coletivos da ação, a saber, questões relativas às características organiza-

cionais, à autonomia do movimento e ao caráter de sua relação com o Estado (...) Papel dos agentes externos ou articulares sociais, que, orientados por motivações basicamente ideológicas, têm exercido influência significativa sobre a dinâmica dos movimentos" (JACOBI, 1989: 15).

O papel exercido por esses intelectuais orgânicos à massa popular no MAB foi o de despertá-la, motivá-la para a necessidade de se organizar para reivindicar, e de organizá-la.

"É fato insofismável e comprovado a sua influência como mediação no plano de envolvimento popular numa prática participativa, através de uma consciência crítica. O papel destes agentes assume características muito diversificadas nos movimentos estudados" (JACOBI, 1989: 155).

Esse passo, "o despertar" a massa popular e organizá-la para reivindicar, foi bem executado pela Igreja e pelos médicos sanitaristas, principalmente nos inícios do MAB: a necessidade sentida "no momento era organizar o povo e reivindicar" (entr. Ugo Paiva, 17/12/91).

O outro papel desses intelectuais orgânicos à massa popular, o de buscar a soma das forças no Movimento para a elaboração dum projeto alternativo contra-hegemônico apresentou equívocos:

- o vanguardismo das tendências e partidos, portadores dum projeto metafísico, idealista e excludente das massas, a estas cabendo apenas mobilizarem-se, legitimando a direção vanguardista e seus projetos (democracia representativa burguesa reproduzida intra-movimento);
- o basismo eclesial: a Igreja se fez ausente na hora de discutir, de propor, de aprofundar um projeto social alternativo (cf. p. 37).

Os intelectuais de Igreja, segundo Gramsci, "intelectuais tradicionais", sensibilizados pela classe popular e trabalhadora brasileira durante o Regime Militar, ao que tudo indica, não se tornaram orgânicos a elas. O jogo dúbio da maior parte desses "intelectuais tradicionais", a retirada da hierarquia e de boa parte de seus seguidores, indicam que eles não foram conquistados, mas apenas sensibilizados. A palavra de D. Ivo Lorscheider, presidente da CNBB, é indicadora da nova postura da Igreja: "é preciso dar vez e voz ao leigo". A classe popular e trabalhadora não conseguiu, de fato, conquistá-los, torná-los orgânicos a ela. Apesar de alguns intelectuais de origem eclesial, via Teologia da Libertação, se mostrarem orgânicos à massa popular, a maior parte desses intelectuais não entendeu o seu papel para além do suplementar, do ocasional (10).

Essa retirada da hierarquia eclesial acabou deixando órfão o "novo" que vinha se forjando. Eis um dos motivos dos desvios dos movimentos. A Igreja vinha investindo nos grupos de base, com forte tendência ao basismo, enquanto seus quadros intermediários já sentiam certa debilidade no teorizar sua prática, seu cotidiano e no formular um projeto de sociedade. Essa debilidade acabou se acentuando com o afastamento da hierarquia.

Afinal, esse "intelectual tradicional", a Igreja, que se considera como autônomo e independente do grupo social dominante (cf. GRAMSCI, 1989: 5 ss), está orgânico a que grupo social? É possível a neutralidade?

No caso particular de Nova Iguaçu, a Igreja, que fora apoio fundamental para o MAB chegar aonde chegou (entr. Francisco de Assis, 11/12/91), se afastou do Movimento, ao que tudo indica, diante da partidarização e do fim do Regime Autoritário.

"Realmente acho que o relacionamento atual é de simpatia, mas meio distante, sobretudo porque o MAB se reduziu a lutas para assumir a direção. Na disputa, na luta partidária, a Igreja se sente mal, ela não sabe o que fazer diante de uma situação dessa" (entr. Ugo Paiva, 17/12/91).

Assim, a perda paulatina do apoio da Igreja, aliada fundamental, e de outros intelectuais da primeira hora, acabou contribuindo para o enfraquecimento, o esvaziamento do MAB. A partir da luta interna, alguns intelectuais da primeira hora foram sendo excluídos ou se excluindo por não encontrar mais espaço no MAB. Outros intelectuais foram se ausentando porque, após a abertura política, voltaram aos seus locais de origem, entraram em outros movimentos ou ascenderam a cargos de confiança no Governo.

No entanto, "uma massa humana não se 'distingue' e não se torna independente 'por si', sem organizar-se (...); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas 'especializadas' na elaboração conceitual e filosófica" (GRAMSCI, 1987: 21).

"Com o passar do tempo, perdendo os intelectuais que pensavam o MAB, e perdendo também esse maior aliado, a Igreja (...), a gente ficou com as nossas opções de poder chegar no bairro e produzir política reduzidas" (entr. J. Batista de Assis, 07/08/91).

De acordo com Gramsci, é preciso "velar para que exista homogeneidade entre dirigentes e dirigidos, entre chefes e massa. Se nos momentos decisivos os chefes passam para seus 'verdadeiros' partidos, as massas ficam sem direção, inertes e sem

eficácia" (GRAMSCI, 1990: 25 - "notas sobre Maquiavel").

E o Movimento ressentiu-se do apoio da Igreja, do ponto de vista do decréscimo:

- da divulgação do Movimento e suas lutas nas comunidades e bairros;
- da renovação de seus quadros (muitas pessoas dos inícios do MAB eram de Igreja);
- do incentivo aos membros das comunidades para se integrarem à luta nos bairros;
- do apoio infra-estrutural: recursos financeiros (a Igreja avalizou muitos projetos a entidades do exterior destinados às AMs, aos ABs e ao MAB), carros, mimeógrafos, salões para reuniões etc.

Assim, sem a vanguarda pensante (intelectuais) o Movimento acabou perdendo o seu norte de luta, a identidade de classe: "o elo perdido" (OLIVEIRA, 1987).

Tudo isto acabou expondo o Movimento a clientelismo, ao apadrinhamento político, à cooptação do Estado, principalmente através dos convênios sociais da era Sarney:

"A gente percebeu que muitas dessas associações, livrando-se da tutela da Igreja, caíam na tutela desses políticos" (entr. Matheo Vivalda, 02/08/91).

"O MAB, perdendo o aliado Igreja, optou pelos convênios sociais com o Governo" (entr. João B. de Assis, 07/08/91).

3.2. MAB e Partido

Embora o MAB declare-se apartidário nos estatutos, no regimento interno, nos depoimentos e nas entrevistas, a sua prá-

tica política, desde a origem, configura uma ambiguidade de orientação político-partidária.

Se, nos inícios, a questão da autonomia oculta as vinculações político-partidárias e as diferenças entre os participantes do Movimento, no decorrer da sua história se explicita uma cultura política característica de Partido.

Apesar de não possuir uma conexão partidária definida, a história do Movimento tem sido marcada pela disputa partidária entorno do controle do aparelho chamado MAB, da obtenção de uma hegemonia ideológica que norteie suas ações. Isso tem se dado tanto pela intervenção da esquerda ortodoxa (PCdoB, PCB), como do PT e suas tendências, do MDB progressista (PMDB), do PDT e dos segmentos da Igreja mais próximos de uma e outra concepção partidária (cf. 121 ss).

Nos inícios, a identificação de um inimigo comum externo, o Estado Autoritário, somou as forças políticas intra-MAB, apesar das diferenças. Havia a união a partir dum entendimento maniqueísta do Estado: o bem e o mal em luta. No entanto, o contexto da Abertura Política e da reformulação partidária acabaram obscurecendo essa visão maniqueísta do Estado, e o MAB veio a perder o consenso interno no trato com o poder público. Esses fatos alimentaram o fracionamento (partidarização) do Movimento, pois suas forças políticas foram se realinhando, foram explicitando suas conexões e concepções políticas, até então subjacentes ao MAB:

"Bom, você sabe que isto tudo é conjuntura política. Na conjuntura em que o MAB nasceu você tinha o seguinte: você tinha a força do lado de cá, do lado do povo, e você tinha a repressão, o poder político, fácil de identificar. Só haviam dois partidos no cenário político, o MDB e a ARENA. Então é o se-

quinte: ou você estava do lado de lá ou... Não tinha meio termo, as concepções. Estava todo mundo esfacelado. Então as concepções se juntavam aí, diante de uma bandeira comum. O inimigo, todo mundo o identificava. O problema começa a surgir quando da criação dos partidos, porque as pessoas foram se alotando nos partidos. Essa crise que o MAB, hoje, vive (...) crise de identidade, de participação, de envolvimento, de somatório, de todo mundo se alinhar junto, de ter um projeto comum, essa crise começa a surgir em 81, antes um pouco, exatamente quando o MAB se prepara para se legalizar (entr. Azuleicka Sampaio, 14/08/91).

Fracionado pela partidarização, o MAB e suas forças políticas vão dar-se por "todos" os meios e recursos, a meta de "vencer" na correlação de forças internas, para fazer valer seus interesses e perspectivas. Vencer, dominar internamente o aparelho passou a ser o objetivo primeiro, senão único, das tendências e concepções em conflito.

A partidarização "implica no desenvolvimento de acirradas lutas no interior do MAB para controle partidário do espaço do movimento, resultando num processo de forte fracionamento que conduz à monopolização/exclusão de forças políticas, o que empobrece o Movimento uma vez que, não havendo espaço para a diferença, não acontece o questionamento e a auto-crítica indispensáveis no avanço da qualidade das lutas populares" (BERNARDES, 1987: 23).

Assim, de uma relação política antagônica externa -- antagônica ao Estado, os poderes constituídos -- e da ausência duma relação pedagógica para a obtenção do consenso interno (convencimento), próprias de seus inícios, o MAB passou para uma relação política de antagonismo interno, luta interna, entre as

correntes, por ocasião da Abertura Política. Nesse jogo de confronto político interno, de luta interna excludente -- a partidarização -- o Movimento acabou perdendo o seu norte de luta -- "o elo perdido" (cf. "MAB e Estado", p. 285 ss).

Acirrando a disputa interna, a política partidária, o Movimento perdeu o objetivo de "organizar a população entorno de questões concretas" (entr. Cássia V. Marques, 21/10/91).

"As pessoas não vêm mais a luta comunitária pela frente, elas vêm como uma fração do Partido, do que o Partido quer" (entr. Jorsinete Almeida, 07/08/91 - sic).

"Se desgasta muito na luta interna e se esquece o principal adversário (...) Uma coisa que pega muito dentro do movimento: o elemento quando vota numa proposta, ele não está olhando toda a proposta. Ele está olhando qual partido ou quem está apresentando aquela proposta. De repente é uma proposta que interessa ao movimento, mas como foi fulano de tal quem apresentou, vota-se contra aquela proposta. Não está vendo o alcance social daquela proposta e sim quem está apresentando, qual partido. Se comunga à idéia do mesmo grupo ou não" (entr. C. R. Trigo, 27/09/91 - sic).

"Quando, por exemplo, uma força política vai pra direção de um movimento, as outras forças políticas que perderam não jogam na mobilização" (entr. Azuleicka Sampaio, 14/08/91).

A expressão, "não colocar azeitona na empada do outro", é característica dessa prática de partidarização. Historicamente essa prática contribuiu para esvaziar o Movimento, pois muitas lideranças excluídas da direção, assim como sua base, foram sendo marginalizadas ou foram se afastando, não investindo nele. Enquanto isso, a massa sensibilizada, avessa à "politicagem" foi se desmobilizando: a rebeldia da massa. Quanto à dire-

ção foi deixando de sê-lo, de fato, pois foi perdendo a legitimidade, não sendo mais reconhecida como direção real do Movimento.

A propósito da partidarização como um fator determinante no esvaziamento do Movimento, a vanguarda precisa estar muito atenta. Num País como o nosso, há da parte da massa popular um imaginário social de repulsa à política -- leia-se aqui "política" como sinônimo de politicagem. Qualquer atividade partidária, qualquer luta interna pela hegemonia do Movimento, traz em seu bojo mecanismos de luta e valores éticos introjetados pelo sistema dominante, que acabam sendo identificados com politicagem, com manobras escusas. E por vezes o são realmente. Se esta prática tem esvaziado o Movimento, então o imaginário social é real, é concreto. A esquerda precisa estar sempre atenta a isso, investigando a linguagem e o imaginário popular para, a partir dessa realidade de consciência das massas, investir no fortalecimento e no desenvolvimento da sua consciência de classe. Caso contrário não conseguirá acesso às massas, pois se a manipulação política pela classe dominante as tem distanciado da política, a manipulação pela esquerda tem feito com que a massa identifique a sua prática com a da classe dominante: "tudo é política", leia-se, "politicagem". Daí, a sua reação. Quando a massa percebe a semelhança da prática da direção do Movimento com a prática do sistema dominante, ela desacredita da luta, se afasta, e o Movimento acaba se esvaziando. A vanguarda acaba isolada, sem ressonância na base e na massa, deixa de ser direção real.

3.3. MAB e Estado

É muito difícil fazer um recorte analítico do Movimento de Bairro em Nova Iguaçu, já que adquiriu características diversas, contraditórias, no decorrer de sua história. Os referenciais teóricos revelam-se insuficientes para a sua compreensão (cf. p. 263 ss, o conceito "Movimento Social Urbano").

Fundamentalmente, o Movimento adquiriu características diversas nos contextos de repressão, de distensão e de consolidação da "democracia".

- o Movimento começou a se delinear (gestação e surgimento do MAB) nos inícios dos anos 70, sob o Regime Militar, dentro de um contexto repressivo, o AI-5, resistindo e reivindicando. Nesse momento as forças políticas de Nova Iguaçu, identificadas com os interesses da massa popular, se somam umas às outras enquanto MAB, para resistir ao Regime (resistência), para reivindicar serviços e melhorias nos bairros (reivindicação) e para se fazer reconhecer junto ao poder público (conquista do poder).

"Ao que tudo indica, a repressão que os partidos políticos haviam sofrido contribuiu para aproximá-los das associações de moradores que representavam uma alternativa de acesso às bases, considerando-se que a via movimento sindical ainda se encontrava nesse momento sob forte controle. Por outro lado, os movimentos de bairro necessitavam de respaldo que legitimasse suas ações em direção ao poder público. Essa reciprocidade (?) de interesses provavelmente, contribuiu para que o movimento alcançasse grande repercussão nessa fase inicial" (BERNARDES, 1987: 23 - sic).

"No momento havia todo um aglutinar de forças. Você não

distinguia, não havia muita variação, divisão não. A coisa não era homogênea nem uniforme, mas havia um norte comum de saber que era preciso ter todo mundo junto na luta" (entr. Artur Mes-sias, 21/10/91 - grifo meu). "No MAB não havia divisão partidária, correntes políticas, elas formavam um bloco de oposição ao Governo Militar" (entr. Ugo Paiva, 17/12/91).

- O Movimento se consolida, chega à sua maior organicidade sob o contexto da distensão, da abertura política brasileira, momento de ascenso das forças populares. Frente ao regime estabelecido, o surgimento do novo sindicalismo no ABC Paulista, o Movimento Contra o Custo de Vida, a reorganização partidária, a legalização dos partidos clandestinos (PCdoB e PCB), o surgimento do PT, a fundação da CUT, da CONAM, da FAMERJ caracterizam um momento de ascenso das forças populares. Esse ascenso manifesta toda sua pujança na luta pelas "diretas-já". Trata-se de um período de reivindicação, de contestação e de confronto ao regime estabelecido, no qual o MAB se impõe e passa a ser reconhecido pelo poder público e pela sociedade civil, embora o Movimento revelasse um frágil equilíbrio interno, em que as várias forças e concepções tendiam à partidarização levando ao início do fracionamento interno.

"E a força do MAB estava na articulação das várias associações (...) Vindo a redemocratização, era normal que surgissem várias correntes dentro do MAB (...) Isso reflete na dinâmica do Movimento, no poder de mobilização do Movimento. Fica mais complexa a unidade do Movimento sobretudo (...) que muitas vezes os partidos não respeitam a autonomia das organizações populares. Cada partido quer se apropriar dessa organização"

(entr. Ugo Paiva, 17/12/91 - grifo meu).

- o Movimento entra em acentuada "crise de identidade" (entr. Azuleicka Sampaio, 14/08/91), entra em queda, sob a consolidação do regime democrático, com a perda do seu "norte político": "o elo perdido" (OLIVEIRA, 1987). Paralelamente ao avanço da "democracia" no País, cresce a crise do MAB. Há, nesse momento, da parte do "novo" regime estabelecido, todo um trabalho para minar a força dos Movimentos Sociais. Fracionado, incapaz de compreender o novo contexto político em que a burguesia se rearticulava e de responder às suas investidas, sem um projeto político alternativo para a sociedade, fracionado por falta de consenso interno, o MAB vai sofrer o impacto da nova postura do Estado. Trata-se de um período caracterizado pela **cooperação** entre o Movimento e o Estado -- parceria -- entorno dos bens e serviços coletivos reivindicados (convênios sociais) e, mais recentemente, pela **cooptação e atrelamento do Movimento** (11).

"Agora, qual o norte político que nós temos hoje? Muitos daqueles companheiros que estavam no Movimento, fazendo com que a gente desenvolvesse a denúncia, a luta por uma sociedade democrática, hoje estão no Governo (...) Hoje o MAB é feito de diversas forças políticas, continua a ser, só que de forças que estão tentando galgar espaços dentro desse movimento" (entr. João B. de Assis, 07/08/91).

No início, "a idéia que se tinha do MAB é que era um movimento de pressão na linha da reivindicação. Era um movimento muito marcado, sem dúvida, por uma vanguarda que via o momento como uma etapa, quase que fundamental, para a liquidação do Regime Militar" (entr. Ugo Paiva, 17/12/91).

"O movimento era basicamente confrontador da situação do País na época" (entr. Carlos R. Trigo, 27/09/91). Tinha-se "objetivos claros, reivindicações bastante concretas, embora não fossem sugestões à administração, mas fossem cobranças à administração no sentido de investimentos nos bairros por parte dos poderes públicos. (...) depois nós vivemos um segundo momento e aí eu acho que a coisa começou a perder um pouco a sua característica, e aí deixou de ser uma luta em cima de coisas específicas, e aí (...) passou-se a trabalhar muito em função de projetos que o próprio Governo tinha com os movimentos (...) aquilo que era reivindicação passou a ser a tentativa de manutenção de projetos" (entr. Artur Messias, 21/10/91 - sic).

Na cooperação MAB-Estado, perdeu-se de vista o confronto de interesses presentes ao Estado Capitalista, "o elo perdido". Perdeu-se também de vista que é no confronto de interesses, na pressão, que o Movimento fez e fará valer de fato seus interesses, que só assim fará com que a democracia formal -- "todos iguais perante a lei" -- se torne real.

Dessa forma, o consenso interno ao Movimento, o das origens, aquele que levou à "soma", foi sendo pulverizado pelos equívocos da direção na condução dos processos político-educativo e educativo-político do e no MAB e pela política clientelista, populista, do Estado que "aprendeu a lidar com o Movimento". E o clientelismo "está voltando porque o Estado clientelista não foi superado e o MAB foi enfraquecido" (entr. Ugo Paiva, 17/12/91).

"Uma análise dos diferentes movimentos estudados por pesquisadores brasileiros (...) mostra um Estado cada vez mais apto a absorver a maioria das demandas populares" (JACOBI, 1989: 18 ss).

4. Concepções em conflito no MAB

4.1. As concepções fundamentais

O MAB tem se caracterizado, no decorrer de sua história, por possuir duas concepções básicas a propósito da relação vanguarda-base-massa: a vanguardista e a basista.

Na sua origem, sob o Regime Militar, o MAB foi marcado por uma composição de diferentes correntes e moradores, e pelo conflito entre as concepções vanguardistas e basistas. E o Movimento se caracterizava mais como uma "soma", apesar das diferenças internas:

"No início essa relação era muito estreita. Havia um poder de mobilização grande e a direção era direção bastante representativa das forças, embora houvesse divergências internas" (entr. Artur Messias, 21/10/91).

"O MAB era forte porque estava todo mundo no mesmo barco (...) era uma aglutinação muito grande de lideranças" (entr. João B. Assis, 07/08/91).

Duas posições a nível da diocese de Nova Iguaçu nortearam a relação da Igreja com os Amigos de Bairro, em sua origem:

Havia posição do clero diocesano, via Cáritas, reflexo de uma Igreja, com base social significativa e com infra-estrutura, preocupada com o engajamento social, mas desprovida de pessoas capacitadas para a ação social. Esse se somou incondicionalmente aos intelectuais de esquerda, formando o núcleo fomentador dos Amigos de Bairro, do MAB (cf. 35 ss).

Havia também a posição da direção da Pastoral Operária, que, desde a origem do MAB, teve uma certa prevenção, um certo

preconceito com os intelectuais fomentadores do Movimento. Algumas lideranças mais de ponta da Pastoral Operária "conheciam o pessoal que estavam organizando o MAB de outros 'carnavais'. Então sabiam da sua vinculação com tendências de esquerda. Isso gerou uma retração, o pessoal não queria entrar nisso de jeito nenhum com receio seja de serem manipulados, seja de que manipulassem outras lideranças nos bairros (...) Enquanto a direção nunca se dispôs a atuar, a entrar, a base, o pessoal foi entrando no MAB cada vez mais" (entr. Ivo Lesbaupin, 02/92 - sic)

Nessa reação da direção, da Pastoral Operária descortinam-se as conseqüências do vanguardismo manipulador que contribui para o esvaziamento do Movimento, dificulta o somatório, o quantitativo e, conseqüentemente impede o salto qualitativo.

A direção da Pastoral Operária, escaldada pela prática manipuladora, não se soma, afastando-se de sua base e massa que, inconscientes ou mesmo indiferentes à manipulação, tendem a se somar. A luta concreta, comum, se impunha, levando à se somarem. No entanto, o ideal projetado sobre o concreto, muitas vezes não a partir do concreto, mas "idealizado", mistificado, divide e afasta, pois na análise não se dá chance ao processo, ao dinamismo do concreto. Antes, se vê o concreto como estático. Se "noutros carnavais" os intelectuais de esquerda tiveram uma práxis manipuladora, serão sempre manipuladores. É este o preconceito alimentado pela direção da Pastoral Operária. Não entende a direção sendo educada também, sendo formada, num processo, a partir da práxis. Aliás, se não fosse assim, o que seria dos intelectuais e outras lideranças comprometidas com as classes populares, de origens não tão democráticas?

Perde-se de vista que o fundamental nisso tudo é a opção de classe, opção que vai se fazendo concreta através duma prá-

xis e não só de um discurso panfletário, idealizado ou ainda só do ativismo. O ativismo, o idealismo especulativo são míopes, não abordam a totalidade do real e do homem concreto, separam o homem que tem mãos, do homem que pensa; separam o projeto de sociedade da sociedade concreta. Mas o homem total, na sociedade da "poíesis", se manifestará reintegrando-se enquanto totalidade que pensa e faz: "O homem pensa porque tem mãos" (Anaxágoras), e dialeticamente se completaria "e tem mãos porque pensa".

No entanto, uma visão do real enquanto processo não pode ser ingênua como, no caso, a da Diocese que deu apoio incondicional. É preciso ter sempre a antena ligada para detectar os mecanismos manipuladores que a liderança, possa consciente ou inconscientemente, tê-los introjetados na própria prática: perigo da distância dum discurso teórico sobre democracia, nova sociedade como projeto e uma prática cotidiana anti-democrática, velha sociedade. Embora idealisticamente se fale do novo, a prática cotidiana pode negá-lo. Falta uma visão profunda da totalidade e da dinamicidade do real. Fica-se na superfície do real, no senso comum, no panfletarismo da luta pelo socialismo. Falta uma visão total (totalidade), o que se tem são visões parciais, unilaterais do concreto. Falta uma visão dinâmica (dialética), o que se tem são visões dadas, prontas, fixas, da nova sociedade, idealisticamente projetadas para se impor como camisa de força ao real. Tudo isso se traduz como distanciamento entre o ideal projetado e a prática concreta, cotidiana; como distanciamento entre direção, base e massa pois a direção vai perdendo sua organicidade com a base e a massa; como desmobilização e enfraquecimento do Movimento; como não-reconhecimento da liderança da direção pela base e massa. O que sói

acontecer, por vezes, na relação base e massa.

Com o tempo, a Igreja acabou reconhecendo a prática vanguardista das tendências e organizações. A liderança de origem da Pastoral Operária, que nessa época não conhecia bem a prática das tendências e organizações, "aprendeu depois, na marra" (entr. Ivo Lesbaupin, 02/92). O clero diocesano se auto-criticará, reconhecendo que talvez houvesse um pouco de "ingenuidade de nossa parte, confiar demais nessas pessoas. Como a gente os respeitava, a gente pensava que eles fossem respeitar também as nossas lideranças" (entr. Matheo Vivalda, 27/03/92 - sic).

Na práxis, o pessoal de origem da Igreja aprendeu depois ou foi forçado a reconhecer no processo.

A partir desse fato histórico, cabe perguntar a onde se localiza o vanguardismo autoritário? Na direção do MAB? Na direção da Pastoral Operária? Em ambas?

Ao que tudo indica, as direções, tanto do MAB como da Pastoral Operária, trazem em si o autoritarismo. O vanguardismo das tendências, o autoritarismo consciente é uma forma de impor à sociedade o que é melhor, através da ação de alguns iluminados, para fazer surgir a nova sociedade. A outra forma democrática de levar à nova sociedade, também se traduz como autoritarismo, agora inconsciente, introjetado, é a pseudo-democracia. O democratismo acaba também por manipular as bases e a massa: "Conhecedores de sua prática, tivemos receio de que fôssemos manipulados ou manipulassem as lideranças operárias no bairro". O paternalismo das lideranças populares, protegendo seus "filhos".

O pessoal de Igreja, "muitas vezes o seu 'basismo' muito rudimentar, no esforço de dar espaço para que os grupos se organizem e expressem seus interesses, chega a ser autoritário.

Isto quando nega a possibilidade desses grupos se articularem organicamente a propostas do interior da sociedade, que, em última análise, são de partidos" (GRZYBOWSKI, 1984: 47).

O fundamento do paternalismo da direção da Pastoral Operária está na sua insegurança. Naquele momento ela não tem clareza nem conhece em profundidade o real, não percebe que lideranças "conhecidas de outros carnavais", fazem parte das forças sociais em que o MAB está nascendo. Este se traduz na atitude de proteger seus dirigidos contra qualquer manipulação por parte de outros. No limite também acabou manipulando a base e a massa para que essas não fossem manipuladas, realizando assim a dialética do senhor e do servo introjetados, que agem dialeticamente em nós (HEGEL, 1992: A fenomenologia do Espírito). Não houve da parte desta liderança preocupação com a busca da autonomia da base e da massa, para caminharem por si. Essa visão e Prática da direção da Pastoral Operária acabaram influenciando as suas bases no trato com o MAB, reproduzindo seus preconceitos e práticas intra-movimento:

"Eu tinha uma experiência boa que era a Pastoral Operária. Só que a gente era de oposição a todo mundo (...) Ainda no grande início, quando o MAB começou a aparecer (...) E, naquele momento, o erro era a gente que partidarizava o MAB" (entr. Francisco A. Freitas, 11/12/91).

4.2. A Lógica das Tendências

Sem sombra de dúvida, no Brasil, certa prática da vanguarda constitui num dos fatores fundamentais pelos quais a luta sócio-política não tem avançado significativamente rumo a uma so-

cidade alternativa, socialista. Isto porque, com atitudes vanguardistas, autoritárias, verticais, dogmáticas, ela reproduz nas relações de direção e na relação da direção com a massa e base, as mesmas relações de poder como autoritarismo e exclusão da maioria, com que o sistema capitalista trata a massa popular, a massa trabalhadora, como massa de manobra.

"Há uma certa concepção voluntarista, uma certa idéia vertical de impor normas à sociedade e há a postura messiânica. Os quadros de esquerda, que têm formação de esquerda, em muitos casos, reproduzem esta conduta autoritária de imaginar que a sociedade está pronta para receber o iluminado" (DELGADO, JB 17/02/91).

A tendência, o partido no Movimento, idealiza um discurso metafísico, a sua verdade, um novo "depósito de fé", que não bate com a realidade concreta da massa. Por mais superficial que seja a "análise da massa" é a sua realidade que está aí. Enquanto os ortodoxos e seus seguidores recitam e repetem até o cansaço e inoperância total seus dogmas, não conseguem estar em sintonia com a massa. Eles vão para um lado e a massa para outro. E assim perdem a legitimidade enquanto direção, deixam de ser reconhecidos enquanto direção pela base e massa.

Ocorre que cada tendência se considera a detentora da verdade e tem de impedir que a outra tenha a direção porque senão vai atrasar a caminhada. Comentando a prática das tendências nos movimentos, a partir da prática do PCdoB, Ivo Lesbaupin afirma: "eles consideram que a massa não sabe aonde deve ir, ou se sabe, sabe o caminho errado. Então eles têm que trazer. Se coincidir que o processo democrático, eleitoral, for na linha que eles julgam correta, eles aceitam a decisão. Se eles sentirem que não está indo, farão tudo pra não ir pra lá. Então essa

dicotomia ou essa defasagem do que a massa pensa e que elas pensam, porque não confiam na capacidade da massa pensar, nem sequer pensam: 'não pensa assim, mas poderá chegar'. Querem que a partir de hoje já vá caminhando na direção deles" (entr. Ivo Lesbaupin, 02/92 - sic).

"Essa idéia básica -- espontaneamente, deixadas a seu livre movimento as classes populares, em particular a classe operária, não atingem uma concepção socialista -- é uma idéia de Lenin. (...) Parece-me que essa é uma tarefa fundamental do partido (a de elevar a consciência das classes populares do nível corporativo ao nível ético-político, ao nível da sociedade). E o mal da concepção leninista do partido, em particular da versão que essa concepção teve a partir de um certo momento, é a idéia de que o partido detém a verdade. E se o partido detém a verdade, cabe ao partido vender essa verdade ou impor essa verdade ao conjunto da classe que ele diz representar. Então o proletariado não pode jamais chegar à verdade. A verdade está com o partido, e a tarefa do partido seria simplesmente a de convencer a classe operária de que a verdade está com ele e não com ela" (COUTINHO, 1984: 15s).

"Na esquerda, cada tendência se considera a única detentora da verdade. Então ao invés de considerar que a sua é uma visão útil, sem dúvida, mas que existe a possibilidade de outras visões que também têm uma dose de verdade, parcial, em vez de considerar que o processo é uma construção coletiva e necessariamente outras terão de participar e é bom, a lógica das tendências até hoje tem sido, (...) que só uma, a sua própria, é a detentora da verdade, e portanto as outras têm de ser excluídas. Isso dentro do Partido (...), existe dentro de todos os movimentos onde estas tendências estão. Isso foi a causa de vá-

rios movimentos populares terem sofrido" (entr. Ivo Lesbaupin, 02/92 - sic).

A vanguarda tem pecado pelo seu distanciamento da massa e pelo autoritarismo com que se propõe conduzi-la. Vanguardista, enquanto senhora da verdade, tenta se impor à massa. Sua visão e prática são as melhores, as definitivas e definidoras. Possui a chave para os problemas sociais, para os problemas do "povo". Não busca trabalhar o concreto, mas o ideal sonhado -- materialismo metafísico, idealismo -- sem levar em consideração as múltiplas determinações que fazem com que a classe trabalhadora, a classe popular, seja o que é hoje e que a levará a ser o que será amanhã. A vanguarda tem um projeto absoluto, fruto de um racionalismo universalizante, portanto idealista, abstrato, que quer ver imposto à massa trabalhadora, aos moldes do sistema capitalista (a cosmovisão da vanguarda é capitalista). Em suma, não apresenta nada de novo como projeto de sociedade. É quando se manifesta a intuição política da massa, intuição que, embora niveladora, cala fundo na realidade: "político é tudo a mesma coisa!"

Trata-se de autoritarismo pois, aí o projeto socialista idealizado, o socialismo iluminista, precede o concreto vivido pela massa trabalhadora, pela massa popular. Ou seja, é um reducionismo em que o racional precede o real.

Falta o sentido do provisório, de um projeto que vai se forjando na concretude, a partir do real, do concreto. O que se tem é um projeto dado, fora do real, descolado do concreto: materialismo metafísico, vanguardista, que traz mais segurança à direção insegura. No entanto, o futuro do previsto-imprevisto (não improvisado) não corresponde aos anseios da direção, mas é fruto dos vários determinantes tanto subjetivos como objetivos.

Para ser concreto ao previsto-imprevisto deve-se estar atento a esses determinantes subjetivos-objetivos. "O real, concreto, por ser tal como é, não vai continuar a ser como é". Ora o projeto por ser tal como é, a partir do real-concreto, não pode continuar a ser tal como é. Afinal o futuro real, concreto, não é só duma vanguarda iluminada, esclarecida, mas é também dela, disso ela precisa tomar consciência.

Esse discurso idealista, autoritário, único, homogêneo, -- "concepção da vanguarda como portadora da consciência externa que deve ser introduzida nas massas" (NUN, 1982: 29), -- sem referência ao concreto das massas, num primeiro momento pode até persuadir, mas não possui consistência político-ideológica:

"A adesão ou não adesão de massas a uma ideologia é o modo pelo qual se verifica a crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar (...) As construções que correspondem às exigências de um período histórico complexo e orgânico terminam sempre impondo-se e prevalecendo" (GRAMSCI, 1987: 28).

Ideologias vanguardistas, enquanto "modos predominantemente racionais de discurso que fundamentam seus chamados à ação no conhecimento que alegam e no informe que produzem acerca do que a sociedade é, como funciona, quais são seus méritos e falhas e como pode ser mantida ou mudada" (NUN, 1982: 8).

O Documento de São Bernardo constata: "uma causa do preconceito político do movimento popular é a maneira como certos setores, teoricamente identificados com este movimento, procuram politizá-lo, ou seja, de fora para dentro ou de cima para baixo, como seres dotados de toda ciência política a ser mecanicamente infundida na consciência popular" (1980: 126).

Trata-se do autoritarismo e verticalismo pequeno-burguês

dos falsos revolucionários, denunciados por Marx, pois "nega a autonomia e a eficácia específica das diferentes esferas da prática social para buscar submetê-las aos ditados do único discurso" (NUN, 1982: 29).

Ora, se como constatou Marx "o real é resultado de múltiplas determinações", por lógica também "somos projeto de múltiplas determinações". O projeto concreto de uma sociedade nova, socialista, deve também necessariamente, ser projeto de múltiplas determinações, portanto indeterminado: "O potencial radicalmente democrático dos novos movimentos sociais reside precisamente (...) em suas exigências implícitas de uma visão indeterminada e radicalmente aberta de sociedade, na medida em que cada arranjo social 'global' representa o resultado contingente de operações de barganha entre uma pluralidade de espaços" (LACLAU, 1986: 46).

No entanto, "todos os grupos são capazes de a expressão 'os fins justificam os meios'. Eles agem assim mesmo. Essas brigas e essa busca de cada um por manter monopólio do processo afasta a massa. A massa não entra nessa lógica" (entr. Ivo Lebaupin, 02/92 - sic).

Nessa prática manipuladora das tendências intra-Movimento, nota-se uma capacidade desarticuladora, desmobilizadora, quiçá mais eficiente do que a dos órgãos repressivos externos durante a ditadura:

"A partidarização é muito grande. Com isso, a gente está sentindo que está muito difícil hoje fazer movimento de massa, (...) por questões mínimas perde-se o horizonte (...) Já não é nem a polícia mais, não é a polícia repressora o maior obstáculo. Hoje pra nós o maior perigo é interno. Esse não está deixando o Movimento avançar" (entr. Bráulio Rodrigues, 22/07/91).

Por detrás dessa prática vanguardista, há a convergência de concepções entre a esquerda e a direita: a questão liberal. "É a mesma concepção. 'A massa ignara'. Nós fazemos. (...) A convergência das concepções autoritárias da esquerda e da direita. No fundo ambos são iguais, ambos partem do ter o saber, a tecnocracia. 'Eu sei. Como é que posso perguntar à massa que não sabe qual é o caminho? Eu tenho que determinar pra ela.' A tecnocracia, os militares dizem: 'O povo não sabe. Temos que levar na marra!' Idem a esquerda, quando chega ao poder tende a dizer. E quando não chega ao poder político, chega ao poder das organizações populares" (entr. Ivo Lesbaupin, 02/92).

A vanguarda não transparente busca o poder político através da imposição da sua "verdade". No entanto, a verdade do poder é sempre parcial, lacunar, ideológica (cf. CHAUI, 1980: 24-27). Enquanto o "poder da verdade" se impõe por si mesmo, a "verdade do poder" busca se impor autoritariamente como verdade à base e a massa: a reificação da verdade. A "verdade do poder" só se impõe através da manipulação e porque não é transparente. A vanguarda age desta maneira porque sabe que o "poder da verdade" pode minar o seu poder, desmascarar a ideologia da sua verdade e desautorizá-la, esvaziando assim a sua autoridade e, por consequência, o Movimento.

Por isso, não houve uma preocupação em preparar mais sistematicamente as pessoas, só em mobilizá-las para ganhos políticos: "Pelo contrário, o importante era cooptar" (entr. Ivo Lesbaupin, 02/92).

"Não existe aquela integração real e, muitas vezes, as associações só são mobilizadas quando existe interesse. Por exemplo, quando existe uma luta qualquer não existe aquela discussão ampla, eles formulam um trabalho a ser feito e acabam as

associações, através de seus representantes, funcionando como a direita as utiliza, como massa de manobra. Só são convocadas para participar daquilo que interessa a eles. Não existe uma relação consciente, existe manipulação" (entr. C. A. Trigo, 27/09/91).

E na concepção e prática de participação política da base e da massa, implementada pela direção no interior do Movimento, se reproduz a democracia representativa liberal burguesa, através do voto legitimador da direção e do seu projeto para o Movimento.

"As cabeças pensantes, não são todos os que participam. Agora a responsabilidade maior sim, é de todos os companheiros que vão votar nesta ou naquela chapa" (entr. Ananias Batista, 19/02/92).

No entanto, como os delegados de base podem ser co-responsáveis pelo Movimento se não o refletem em profundidade? A pesquisa junto aos delegados ao VII Congresso (Anexo 1) aponta para a fragilidade desse discurso, o da "responsabilidade maior de todos os companheiros que vão votar...". Havia nesse Congresso delegados decidindo as lutas, escolhendo a direção, decidindo o futuro do Movimento sem clareza política e de seus objetivos.

Reproduz-se aí a democracia liberal burguesa: só se é co-responsável enquanto se delega à direção, via votação, o direito de encaminhar a luta, de direcionar o Movimento. Delegação de fachada, pois não se tem uma visão para além da simples votação, vota-se na simpatia, no convencimento, legitimando, dando carta branca, e não conscientemente.

O mesmo costuma acontecer com relação ao Conselho de Representantes: Em tese, "o CR é o Fórum mais importante dessa

entidade" (entr. João B. de Assis, 07/08/91), "nele se define qual é o tipo de política que na prática nós queremos, é ele quem formula a política" do MAB (entr. Ananias Batista, 19/02/92).

Na prática as decisões no CR são burocratizadas e esvaziadas: "E o CR delibera, burocraticamente. Na prática acontece o seguinte: normalmente o CR não tem número (quorum), não pode, mas delibera assim mesmo. Falta representatividade. São sempre os mesmos. O grupo hegemônico que está mais presente é que define" (entr. Bráulio Rodrigues, 22/07/91).

Na verdade há uma prática piramidal, vertical, autoritária, não participativa, antes legitimadora das decisões da direção, à lá democracia liberal burguesa: À base cabe apenas delegar, votar, aprovar: "O papel da diretoria é formular as propostas e levar para o CR; por sua vez o CR desce as propostas para as Regionais, as Regionais descem para as Associações... A gente entende que o MAB discutiu" (entr. Ananias Batista, 19/02/92).

Essa prática leva a massa a permanecer no senso comum da luta e não a eleva a uma visão mais aprofundada da luta política, pois não interessa socializar o poder: "Querem só o poder, a verdade deles é o que interessa. Eles não estão ligando para aceitar que estão com esta posição esvaziando" (entr. C. A. Trigo, 27/09/91).

No mini-congresso de Vila de Cava, por exemplo, antecedendo ao VII Congresso, vê-se claramente esta prática manipuladora, objetivadora da massa sensibilizada. Naquela oportunidade, em meados de 1991, enquanto o pessoal da organização dizia que era um Mini-congresso, a plenária dizia que era uma reunião para distribuição de terra, conforme convocação do pessoal da or-

ganização (entr. de Assis, 27/04/92).

Ora, a realidade político-social de pluralismo do sujeito político coletivo se impõe exigindo o fim do discurso idealista, autoritário, único e homogêneo:

"Há, hoje, um pluralismo do sujeito político. Não mais apenas o partido, ou os partidos, mas uma pluralidade de sujeitos, sindicatos, associações de moradores, movimentos de minorias e, além disso (...) um pluralismo de partidos também. Quer dizer, acho que o movimento popular, não só o movimento operário, sobretudo o movimento popular não pode se expressar somente através de um partido. Ele tem origens diferentes..." (COUTINHO, 1984: 7).

O pluralismo do sujeito político coletivo exige relações autenticamente democráticas, equilíbrio entre o processo de condução e participação, para que haja condições objetivas duma síntese política real, concreta, global:

"Eu acho que aí, mais uma vez, 'a verdade está no meio'. É preciso um longo diálogo, um permanente intercâmbio entre as lideranças políticas, e concretamente entre os partidos e os movimentos sociais, para que você defina mais ou menos aquilo que seria a linha política que organize efetivamente as massas e que dê a elas uma visão global do processo político.(...) Quem encarna essa vontade geral? (...) Frequentemente, porém, as classes não têm acreditado nas verdades que as suas vanguardas dizem encarnar. Por outro lado, cair na mera posição de dizer 'a voz do povo é voz de Deus' (...) significa adotar uma posição espontaneísta ao extremo, que não nos conduziria (...) (à) síntese política. Quem vai operar essa síntese política, a meu ver, é essa dialética entre o movimento social setorial e o partido político, como instância universalizadora" (COUTINHO,

1984: 16 s). Partido Político enquanto uma "coisa que organiza pessoas em nome de um projeto global de construção de sociedade" (Idem: 18).

"Parece-me que deve ser um partido moderno revolucionário, democrático e de massas. E que seja capaz de recolher, de filtrar, essas várias reivindicações que vêm dos movimentos de bairro e dar a elas uma certa direção hegemônica. Sobretudo que seja um partido político e não um partido ideológico. Um partido que se unifique entorno de uma linha política (...) Na constituição desse bloco histórico, provavelmente esses partidos operarão como m filtro só, como alguma coisa que vai sintetizar, como um projeto único dentro das suas divergências" (COUTINHO, 1984: 8).

Nota-se, pelo contrário, um fechamento auto-suficiente (o mais das vezes inconsciente, diga-se de passagem) de cada movimento, direção, tendência, grupo de Igreja, partido.

5. A Práxis Política e Educativa no e do MAB

"As relações que as organizações estabelecem e desenvolvem em seu interior, umas com as outras, cada uma e todas elas com a massa -- configuram práticas políticas (que manejam a questão do poder) e práticas educativas (que manejam a questão do saber) dialeticamente relacionadas" (PROPOSTA, 1984: 20).

Trata-se aqui da **dimensão política da ação educativa** e da **dimensão educativa da ação política** (12) no interior das organizações e movimentos sociais.

O MAB, enquanto Federação, de acordo com as deliberações dos congressos, quase sempre manifestou preocupação com a formação de seus quadros. No entanto, de acordo com os registros documentais, depoimentos e entrevistas, ele nunca investiu sistematicamente na formação política de suas lideranças, na sua instrumentalização cultural para serem, de fato, direção tanto nas AMs (base), como na Federação; nunca elaborou um programa sistemático de capacitação; nunca enquanto corpo se serviu de assessorias de entidades, pois não havia consenso: "Não havia unidade no sentido da formulação da proposta" (entr. Artur Mesias, 21/10/91).

"Esta questão da formação dentro do movimento popular é muito problemática. Ela é problemática exatamente por causa das visões, porque (...) só para trazer uma pessoa para fazer uma palestra já é uma guerra porque cada um tem o seu, que representa a sua ideologia. São questões, que enquanto as esquerdas não resolverem vai ficar muito complicado. Porque elas estão no MP e cada uma com a sua visão e tudo o que se vai fazer passa por aí. Na realidade isso nunca aconteceu. É uma preocupação. Todo mundo sente isso, que as pessoas não estão preparadas, mas

quando se fala que as pessoas não estão preparadas, em geral, está se falando: 'As pessoas ainda não têm condições de fazer uma opção por uma linha 'A', 'B' ou 'Y', ou uma opção de um projeto (...) Não se tem uma pessoa preparada para entender e lutar por um projeto político, diferenciado do que está aí" (entr. Azuleicka Sampaio, 14/08/91 - sic).

Na origem do MAB, sob o Regime Militar, os intelectuais da Igreja e agentes externos, ainda que na superfície, estiveram atentos à articulação dialética entre a ação política e a ação educativa dos grupos de saúde, dos Amigos do Bairro. Dessa prática são exemplares os encontros bimensais desses grupos para troca de experiência, aprofundamento e apoio, o relatório bimensal, posteriormente transformado no boletim do MAB, as avaliações periódicas da caminhada dos grupos e ABs, alguns seminários e encontros de formação. Com o tempo, porém, principalmente com a abertura política do Regime, com o "afastamento" da Cáritas Diocesana da direção, essa prática foi sendo esvaziada, a ponto de impossibilitar qualquer investimento articulado entre a ação política e a ação educativa.

O fracionamento interno, a politização autoritária, acabou impedindo qualquer iniciativa entorno duma ação educativa para a ação política, porque as tendências, as concepções em luta não tinham um consenso entorno duma proposta nem de nomes de agentes externos, entidades, intelectuais, assessorias para a formação e porque a partidarização impedia o avanço qualitativo do Movimento.

Embora as concepções basistas e vanguardistas no e do MAB estivessem preocupadas com a conscientização para e pela ação política, não houve de sua parte uma práxis educativa em sentido amplo. Não houve capacitação, potencialização, instrumenta-

lização cultural de suas lideranças, da direção e da base não-intelectualizadas e do quadro intermediário, para uma prática política mais fundamentada.

Nos inícios, seus agentes se somaram entorno do "despertar", do conscientizar a massa popular no bairro para a necessidade de se organizar e se mobilizar para reivindicar bens e serviços coletivos.

5.1. Linha vanguardista

A linha vanguardista, a da esquerda materialista, ala progressista do MDB, incluindo o MR-8, o PCB o PCdoB, entendia o MAB como: "Um movimento fundamentalmente massivo e que, portanto, tivesse uma prática definida prioritariamente pela ação coletiva, visando resolver os problemas imediatos e mais sentidos pela massa" (QUEIROZ, 215). Entenda-se aqui "ação coletiva" como mobilização da massa popular enquanto massa, e não propriamente de sujeitos coletivos, coletividade.

"Efetivamente, a prática ensina e também é a verdadeira fonte de conhecimentos e seu critério de verdade; porém, uma prática consciente, sistemática e criticamente refletida -- teorizada -- para converter-se pois em uma verdadeira práxis que permita aproveitar o tático, obtendo um saldo estratégico (político-ideológico)" (HURTADO, 1993: 119).

A linha vanguardista não investiu na capacitação, na autonomia das lideranças não-intelectualizadas do MAB, porque entendia conscientização como adesão, adequação da massa, ao seu projeto de vanguarda, à sua "verdade". Entendia o trabalho de massa como massificação e mobilização, soma das pessoas na lu-

ta, fazendo o Movimento crescer, inchar. Ficava no quantitativo, fazendo as pessoas irem à luta por voluntarismo, por simpatia, por interesses mas não fundamentadas.

Sua prática educativa e teorização dos inícios, restringiu-se ao senso comum, ao aparente, à superfície da luta, da mobilização, pois "da própria ação se tirava a educação popular"(entr. Ugo Paiva, 17/12/91 - grifo meu) (13).

Existe o perigo da metodologia ação-reflexo-ação cair no superficialismo, porque mal interpretada. Dá-se o primeiro passo da práxis (prática, ação), mas o segundo passo, o da teorização a partir da prática acaba ficando incompleto, pois o militante teoriza na superfície de sua prática, a partir da própria experiência, sem se apossar, sem se servir de qualquer instrumental, de qualquer método de análise completa. Fica sem confrontar sua experiência teórico-prática com outras teorizações da práxis, nem com o saber universal acumulado. Fica ainda sem se servir do saber técnico especializado. Evidentemente, tudo isso dificulta um salto qualitativo no terceiro passo, para uma nova prática, prática com "P" maiúsculo, mais fundamentada. Perigo da redundância, da reificação da própria prática no ativismo.

Nessa prática educativa há a manutenção do homem alienado, unilateral, unidimensional, ativo "mãos que lutam, mobilizam", com uma "compreensão" superficializada, panfletária da luta, do Movimento no senso comum da luta, desconhecendo o porquê e para quê da luta e como lutar. O projeto está na cabeça da vanguarda esclarecida, iluminada, na direção do Movimento, é um projeto idealizado a se impor às direções não-intelectualizadas, à massa sensibilizada.

Não há o "novo" da autonomia nessa relação político-peda-

gógica, nessa prática educativa vanguardista. Nela busca-se impor **verticalmente** às lideranças não-intelectualizadas e à massa popular no e do MAB, o projeto idealizado pela vanguarda, descolado do concreto (14).

5.2 Linha basista

A linha basista, a da esquerda católica, entendia o MAB como "um Movimento '**dos mais conscientes**', no qual a prática prioritária seria a **discussão que conscientizasse** 'os oprimidos' de seu antagonismo contra 'os opressores'" (QUEIROZ, 1981: 215).

Prisioneira do seu basismo unilateral e populismo pedagógico, segundo o qual "**o povo é capaz**" e não cabe à direção qualquer direcionamento, e entendendo qualquer direcionamento como manipulação, a linha basista restringiu a formação da massa ao despertar, ao "**conscientizar para a ação política**".

"A formação basicamente vinha, não se falava muito na época, relacionando a fé com a política (...) Era um despertar pra luta a partir duma questão concreta. Do tipo assim, buscar as causas de seus problemas. E sabendo o que gerava a falta de saúde, a falta de escola, o que gerava a violência e outros aspectos, você ficaria indignado e iria se organizar e lutar para tentar superar aquilo e tendo os poderes públicos como principais vilões dessa situação" (entr. Artur Messias, 21/10/91).

E a linha basista não investiu na capacitação, na autonomia das lideranças não-intelectualizadas do MAB, porque entendia a elevação do nível de consciência, a "**conscientização**" e o "**despertar**" para a confiança em si através da discussão como

suficientes para a ação política.

A avaliação que a direção fez do Movimento, em 1983, ilustra bem essa concepção e prática. Segundo a direção basista de então, a dificuldade de participação, divulgação e organização do Movimento Popular, naquele momento "reflete o baixo nível de consciência política do povo brasileiro, fruto de longos anos de ditadura militar (...) O resultado foi a falta de confiança dos trabalhadores em si próprios. Hoje, a maioria do povo explorado se sente incapaz de organizar suas próprias entidades, independentes da classe dominante" (Encontro 36, janeiro 83 - grifo meu).

Este argumento é limitado, unilateral. A direção via as origens das dificuldades da maioria da população em participar e se organizar apenas no regime militar. Não se perguntava se antes da ditadura havia maior participação e organização popular, com maior intervenção em suas entidades e maior profundidade do que então.

Mesmo não havendo uma análise, uma reflexão rigorosa, profunda e ampla da questão, a direção afirmava categoricamente: "É preciso romper esta barreira. E isso só acontecerá com uma política de trabalho que leve o povo a ter confiança em si próprio" (idem).

E neste refletir, uma afirmação, um sofisma lapidar: "Qualquer pessoa tem capacidade de pensar, propor encaminhamentos para o Movimento e de exercer funções" (ibidem).

Num primeiro instante esta afirmação soa verdadeira, remete a Gramsci que afirma: "Todos os homens são 'filósofos'", "todos os homens são intelectuais". No entanto, Gramsci apenas quer dizer que todos os homens são portadores duma "filosofia espontânea", "participam duma concepção de mundo", ainda que

inconscientemente. Refletindo-se um pouco mais, ver-se-á que a afirmação da direção do MAB é superficial, unilateral, pois não leva em conta que nem todos os homens têm desenvolvido o "bom senso", isto é, o senso crítico; "nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais". Segundo Gramsci o homem tem que se dedicar, que se preparar, que desenvolver esta dimensão para além do senso comum, a fim de ser capaz de exercer funções, há de se capacitar (GRAMSCI, 1987: 11-30; 1989: 3-16).

Segundo a direção, no entanto, para que uma pessoa exerça funções no Movimento "basta ter experiência". Nessa linha de reflexão, a direção aponta e justifica o ativismo do Movimento, matando a práxis revolucionária, pois não faz o passo seguinte da dialética ação-reflexão, prática-teoria, isto é, o passo da reflexão, da crítica, da teorização a partir da prática e para uma prática mais fundamentada. Segundo a direção, para que uma pessoa exerça funções no Movimento "basta ter experiência", experiência "que só se adquire com a prática. Sendo assim, é preciso que a organização das Associações seja no sentido de que cada vez mais pessoas assumam todo esse trabalho" (Encontro 36 - sic). Após afirmar que o MAB tem o papel de unir e organizar o povo, a direção diz: "Mas esta organização tem que se realizar juntamente com a elevação do nível de consciência" (idem).

Mas, o que é a elevação do nível de consciência?

Na seqüência da argumentação, a resposta: "A sociedade brasileira está dividida em exploradores e explorados, e o sistema de governo está montado para garantir os interesses dos exploradores (...) É por isso que as associações têm um objetivo maior, que é elevar o nível de consciência e contribuir para a transformação do País" (ibidem).

Dessa forma, segundo a direção basista, para a união e a organização popular serem efetivas seria suficiente uma consciência despertada e elevada através da prática. A luta política educa e eleva o nível de consciência. A direção, com uma prática unilateral, é incapaz de detectar o real embate entre prática e teoria, só vê a ação alimentando a consciência, não vê a teorização, a elevação do nível de consciência, como alimentadora duma práxis mais profunda e efetiva. "Com essa perspectiva, -- dizia a direção -- o Movimento garantirá que o povo controle de fato suas organizações" (ibidem).

Nessa avaliação afirmava: "As entidades cupulistas, em que o povo não tem maior participação, a não ser nos grandes momentos, são responsáveis por organizações fracas e que acabam ao menor problema que surge. Além disso, qualquer transformação social no País estará ameaçada e sujeita a retrocessos" (ibidem). Se essa crítica, ao que tudo indica, endereçada à outra concepção alijada da direção, é válida para toda prática vanguardista e cupulista nos movimentos sociais, é válida também para a sua prática de direção basista que age na superfície dos fenômenos "consciência" e "prática política": perigo do ativismo espontaneísta.

No término da avaliação, a direção sintetizava a sua concepção basista de Movimento Popular: "O momento é de incentivar as discussões políticas nas associações, e com isso fazer crescer sua consciência política. Assim, as associações serão mais sólidas e fortes. O importante é não adotar os mesmos métodos do sistema que oprime o povo, em que uma minoria pensa pela grande maioria" (ibidem, grifo meu).

Nessa prática educativa basista a manutenção do homem no unilateralismo iluminista: o conhecimento, o saber levando à

ação. E qual ação? A ação superficializada, a do senso comum da luta, pois ausente um projeto do e para o MAB.

Nessa relação basista, a manutenção da relação autoritária, paternalista do populismo pedagógico, superficial, ingênuo da direção basista cuidando, protegendo a sua base (grei) da manipulação dos vanguardistas (prática da Pastoral Operária). E a posição "ingênua" da Diocese, via Cáritas, de apoio incondicional aos intelectuais de esquerda, expondo a base e a massa à manipulação, à cooptação.

"Paradoxalmente, o intelectual imbuído da utopia igualitária não só desenvolveria uma prática autoritária, como também dificultaria a constituição da democracia social" (SOUZA, 1990: 73). Pois o basismo "se esgota em sua falta de estratégia em termos de luta ideológica (HURTADO, 1993: 115).

Assim, tanto na relação pedagógica vanguardista, quanto na basista não se trabalhou a liderança não-intelectualizada na direção da Federação, nem na base para a autonomia, para ser direção.

No entanto, a formação política deve permitir aos sujeitos da ação educativa pensar por si mesmos, analisar novas situações, teorizar sobre novas práticas; em última instância, auto-educar-se (JARA, 1983: 20).

Estes são "os limites das posturas 'basistas' e 'vanguardistas' dos educadores que se expressam no desconhecimento e/ou mistificação das culturas populares e do 'saber popular'" (SOUZA, 1990: 43) (15).

Dessa forma, as lideranças não-intelectualizadas na Federação e nas AMs (base), à mercê das direções basistas e vanguardistas, entraram nas brigas de "caciques" ou se afastaram, esvaziando o Movimento. As conseqüências dessa prática, como

faces da mesma moeda, foram o panfletarismo, o descrédito do Movimento.

E a massa ficaria à mercê de suas lideranças locais, vanguardistas ou basistas, com práticas educativas verticalistas ou espontaneistas. A primeira com o projeto da sua vanguarda iluminada buscando se impor à massa, a segunda sem um projeto para o Movimento, lutando contra a imposição arbitrária do projeto vanguardista. Ambas lutando pelo controle da "grei", tendo como consequência a reação superficializada da massa, a do senso comum, "política é tudo a mesma coisa".

E isto só aconteceu porque a "esquerda" é portadora dum desejo de transformação, de revolução social, mas raramente este desejo se traduz numa "vontade concreta" (16). Enquanto a massa se entrega ao conformismo, a esquerda costuma se entregar ao "voluntarismo superficial" ativista, não se dando conta de que não basta o desejo de uma nova sociedade, de revolucionar isto e aquilo. Este desejo tem que se traduzir em vontade, mas uma vontade que vá além do simples "deixar-se levar" pela vontade de mudança, de transformação. Há que se criar condições para que o desejo se transforme em vontade concreta. Isto é, uma vontade capaz de criar poder, -- "vontade de poder" (Nietzsche) - a contra-hegemonia. Ora, boa vontade é importante, mas insuficiente em si, se não vier acompanhada da elevação do seu nível cultural que é muito panfletário ("palavras de ordem"), da capacitação técnica (conhecimento técnico a nível econômico, administrativo, jurídico, militar, político, pedagógico etc), da capacitação para ser direção. A capacidade que se forja na prática social cotidiana, se revela insuficiente, superficial, se não for teorizada em profundidade e não portar o conhecimento universal acumulado pela humanidade, apropriando-

se do instrumental necessário a uma prática mais fundamentada e incisiva.

Os intelectuais da primeira hora, sem horizonte de longo prazo para o Movimento, investiram na política mobilizatória imediata, na reivindicação, na superação do regime. A vanguarda investiu nas lutas específicas, entendendo o Movimento como uma etapa de superação do Regime: "Era um Movimento muito marcado, sem dúvida nenhuma, por uma vanguarda que via o momento como uma etapa, quase que fundamental, para a liquidação do Regime Militar" (entr. Ugo Paiva).

"Agora, sem dúvida nenhuma, o que faltou ao MAB foi o salto, que eu chamaria, qualitativo, no sentido técnico ou seja, sair do campo apenas da reivindicação propriamente dita para o campo da apresentação de propostas. O que não conseguiu, inclusive, por essa questão da disputa dos movimentos e (...) Aí eu acho que também as forças políticas hegemônicas no MAB não tinham essa visão (...) Pararam no reivindicatório e na tentativa de reunir as pessoas" (entr. Artur Messias, 21/10/91 - sic).

"Se a realidade é una, múltipla, complexa e contraditória, mas uma apenas, suas partes estão inter-relacionadas numa só unidade dialética. Por isso, responder parcialmente (funcionalmente) às falhas (disfunções) da sociedade é perder de vista o sentido estratégico do processo e do projeto político de transformação" (HURTADO, 1993: 190 ss).

Assim, ambas as concepções, a vanguardista e a basista, acabaram mantendo na dependência as lideranças não-intelectualizadas e a massa do Movimento. Como o MAB não trabalhou as suas lideranças para a autonomia, ele as manteve na dependência, vulneráveis à manipulação, à cooptação clientelista de Estado que se readaptou à nova conjuntura do Movimento Social.

6. Sentido da Desmobilização

Buscando entender como se deu a relação vanguarda-base intra-MAB, nota-se que a direção manteve as lideranças não intelectualizadas na dependência. Num primeiro momento essas eram massa de manobra do Estado e de seus aparelhos ideológicos que desenvolvem o culto ao paizinho, ao salvador da pátria. Num segundo momento, sob a influência da vanguarda iluminada, as lideranças não-intelectualizadas e a massa sensibilizada passaram a ser massa de manobra do partido, da tendência e até da Igreja comprometida com o popular, que direcionam e exigem culto.

"A gente está num esvaziamento completo justamente porque ao invés da gente fazer uma política que integrasse todo o conjunto das AMs e seus militantes, nós fizemos uma política infelizmente (...) que projetasse somente algumas concepções políticas, aquilo que a gente entende que é mais avançado para a sociedade e não fizemos, eu diria, uma discussão ampla com o morador do bairro, com o militante das AMs, com o seu diretor. Acabamos por nos afastar de toda discussão porque achávamos que prioritariamente as diferentes concepções eram as mais importantes" (entr. João B. Assis 27/04/92 - sic).

Se anteriormente as lideranças não intelectualizadas e a massa sensibilizada eram massa de manobra do Estado e de seus aparelhos ideológicos, posteriormente se tornaram massa de manobra de algo que se diz "novo", massa de manobra da vanguarda. A vanguarda, assim como o Estado, buscou mantê-las na dependência, com o agravante de que nesse segundo momento criou nas lideranças não-intelectualizadas uma "dependência auto-suficiente". Dependência em relação à vanguarda (direção real) que pensa o Movimento, tem um projeto para o Movimento. Auto-suficien-

te porque uma vez amoldadas, domesticadas, "cabeças feitas" pela vanguarda, se consideram, também elas, "donas da verdade" a ser imposta à massa popular.

Isso tudo aconteceu porque a vanguarda, "dona da verdade", procurou domesticar, "fazer a cabeça", controlar, manter as lideranças não-intelectualizadas e a massa popular como massa de manobra.

Num terceiro momento a massa popular e algumas lideranças (síntese) chegam a afirmar que "político é tudo a mesma coisa" e se desmobilizam. E em parte têm razão, pois as lideranças forjadas aí, neste processo dialético, trazem em si a contradição do "velho", ou seja, do autoritarismo, do vanguardismo e a contradição do "novo", ou seja, do basismo que busca a emancipação do proletariado, da massa popular, busca uma relação mais autônoma, mais democrática.

"A massa não vem porque a liderança se cansou. Sentiu que estava sendo usada. Não vou dizer que seja toda a massa, mas as lideranças percebem (...) Presidentes de outras Associações, ou mesmo componentes da direção, mas com uma visão bem avançada sentem. E você começa a discutir isso dentro da sua Associação. E você perde a força. E você perdendo a força, a massa também fica na sua dependência" (entr. Adelmo Matias, 02/08/91 - sic) (17).

E aqui, cabe perguntar: Não será a desmobilização que se traduz no distanciamento da grande massa popular não sensibilizada e no afastamento da grande massa sensibilizada, também um sinal de uma práxis político-educativa? Não será sinal de que a massa aprendeu, ainda que superficialmente a não novidade da prática das lideranças do Movimento? Seu afastamento não se justifica na afirmação "político é tudo a mesma coisa"? E a

acusação, da parte da vanguarda, de que a massa é alienada, não será uma justificativa para atitudes vanguardistas e autoritárias? Não brota daí a crescente distância entre a vanguarda, cada vez menos direção, e a massa?

Em síntese, temos hoje um vanguardismo dependente em um grau superior aos inícios do MAB. Nos inícios o MAB teve os seus intelectuais, hoje não os tem. No decorrer da história, pela sua prática, foi excluindo, perdendo seus intelectuais orgânicos (?) sem substituí-los por "intelectuais de novo tipo". Assim a direção do MAB não-intelectualizada continuou dependente daqueles que foram excluídos, os chamados "capas pretas", os "formadores de opinião". A ausência deles fragilizou o Movimento, deixou sua direção sem um norte de luta, pois esta continuava dependente deles, não fora educada para a autonomia. Ao mesmo tempo, a direção do MAB depende da base para mobilizar a massa e ser reconhecida enquanto direção: "quem tem a manobra sobre a massa é o presidente de cada Associação (...) Porque o MAB não é capaz de botar ninguém na rua, ou como ninguém a torto e a direito é capaz de colocar a massa na rua se não forem envolvidas todas as comunidades, todas as forças" (entr. Adelmo Matias, 02/08/91, grifo meu).

Apesar de dependente, a direção se julga auto-suficiente. Ela é incapaz de fazer uma auto-crítica, de avaliar em profundidade o Movimento. Ela é superficial, panfletária, imediatista, despreparada. Ela não possui um projeto mais amplo que as reivindicações e alianças imediatas. Sua preocupação maior é a luta interna pela hegemonia no Movimento, pela conquista de um poder que não sabe para que serve.

O problema maior nessa relação é a manutenção da relação massa-objeto. A reação da massa que não se deixa levar ao ex-

tremo da objetivação é o indiferentismo e o afastamento, a desmobilização. Esse problema não se restringe ao MAB, mas tem se reproduzido na grande maioria dos movimentos sociais, cujos grupos investem na luta pela hegemonia interna e se esquecem de aprofundar o processo político-educativo e educativo-político. A maioria das lideranças cai no ativismo da luta reivindicativa, corporativista, economicista e não se preocupa com a própria capacitação e formação para uma intervenção mais fundamentada e incisiva, muito menos com a capacitação e formação das bases. Desperta-se as massas para mantê-las sob o controle de uma direção iluminada.

Quando a liderança não-intelectualizada e a massa sensibilizada identificam que a luta interna é pelo poder, por projetos cristalizados, idealizados, de "caciques" aistóricos, tomam partido ou, mais comumente, se afastam superficializando a crítica no "é tudo a mesma coisa".

"As lutas internas são um fator de diminuição do ânimo" (entr. Ivo Lesbaupin, 02/92).

Essa prática tem levado os Movimentos a se esquecerem de trabalhar a contra-hegemonia para fora, na luta, nas instituições da sociedade civil, nos aparelhos de Estado, a perderem o horizonte de longo prazo: "o MAB hoje não tem um projeto de curto nem de longo prazo" (entr. Francisco de Assis Freitas, 11/12/91).

No entanto, se da parte da vanguarda intelectual do Movimento tivesse havido um investimento na capacitação, a partir da prática, formação sistematizadora, ampla, plural, democrática, provavelmente o Movimento teria se enriquecido mais, teria avançado mais, teria dado um salto qualitativo.

Gramsci afirma que "todo movimento cultural que pretenda

substituir o senso comum e as velhas concepções de mundo" tem necessidade de "trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa, e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos. Esta (...) necessidade, quando satisfeita, é a que realmente modifica o 'panorama ideológico' de uma época" (GRAMSCI, 1987: 27).

NOTAS DO CAPÍTULO 3

1. CASTELLS, 1977, 1978a, 1978b, 1980 e 1992; BORJA, 1975; LOJKINE, 1972 e 1977.
2. Importante crítica ao trabalho de Castells foi feita por Paul Singer "Urbanização, dependência e marginalização na América Latina" em Singer **Economia Política da Urbanização**. Nessa linha ver também Luiz Antônio Machado da Silva e Alícia Ziccardi "Notas para uma discussão sobre Movimentos Sociais Urbanos" **Caderno do Centros de Estudos Rurais e Urbanos** 1ª série, 13, 1980, p. 79-95.
3. Trabalhos de grande valor e consistência teórica realizados por brasileiros nas diferentes óticas: AMMANN, 1991; BARREIRA, 1982 e 1983; BLAY, 1980 e 1983; BOSCHI, 1982 e 1983; CARDOSO, 1983 e 1987; DOIMO, 1984; DURHAM, 1984; GOHN, 1982, 1985 e 1988; JACOBI, 1980, 1981, 1982, 1983, 1987 e 1989; KOWARIK, 1983a e 1983b; MOISÉS, 1979a e 1979b; OLIVEIRA, 1978; RIBEIRO e SILVA, 1984; SADER (Eder), 1988; SADER (Emir), 1987; SANTOS, 1981; SILVA e ZICCARDI, 1980; SINGER, 1980; SINGER e BRANT, 1980; SOMARRIBA, 1984; VALLADARES, 1981 e 1982; WANDERLEY, 1980; WARREN, 1984a e 1984b.
4. Vários cientistas sociais têm analisado essa diversidade de estudos produzidos no Brasil, no sentido de compreenderem como foi sendo construída a noção de Movimentos Sociais Urbanos e quais as referências metodológicas usadas nestas investigações. Têm refletido também sobre as imprecisões conceituais encontradas e sobre a prática política e social que essa categoria tem embasado. Neste sentido, são representativos e abrangentes os trabalhos de CARDOSO, 1984; RIBEIRO, 1984; DURHAM, 1984.
5. De acordo com Pedro Jacobi, "tanto as análises voluntaristas que enfatizam o potencial transformador dos movimentos urbanos, como abordagens opostas, são insuficientes para explicar a complexidade destas ações coletivas" (JACOBI 1989: 16).
6. Aldous Huxley é um escritor inglês contemporâneo. Escreveu o best-seller "Admirável Mundo Novo" onde ironiza, critica a sociedade racionalista, planejada, a sociedade do homem adaptado e submisso à ciência e à tecnologia. Critica o uso da ciência aplicada como o fim, cujos meios são os seres humanos. Destaco estes parágrafos da sua obra "Sobre o Estado Racional" porque, em parte, revelam os vícios positivistas reproduzidos nas relações de poder intra-movimentos.
7. Seria interessante confrontar as concepções de partido revolucionário em Lênin e em Gramsci, enquanto matrizes teóricas da esquerda brasileira. Esse não é o objetivo de nosso trabalho. Cumpre, no entanto, destacar que o conceito "agente externo" é de origem leninista (LÊNIN, "Que fazer") e o conceito "intelectual orgânico" é de origem gramsciana. Esses conceitos partem de suas concepções de partido revolucionário. De acordo com Lênin, o movimento social é incapaz de avançar por si só. Para ele, a única possibilidade do proletariado chegar à luta revolucionária é através da

organização partidária. Para avançar os movimentos sociais necessitam da intervenção dos "mais conscientes", da vanguarda, dos agentes externos. Para Gramsci, o partido político representa a forma concentrada de poder, o núcleo a partir do qual se dá a direção ideológica do proletariado, a partir do qual se busca o consenso das massas, a contra-hegemonia. Porém o partido político em Gramsci, diferente de Lênin, tem como uma das suas mais importantes tarefas a de empreender uma reforma intelectual e moral "o que significa criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna" (GRAMSCI, 1988: 8 s). E essa reforma intelectual e moral seria realizada principalmente através dos intelectuais orgânicos, aqueles cuja relação com a classe revolucionária torna-se fonte de um pensamento comum. Gramsci entende que o movimento social somente avança se possuir, elaborar seus intelectuais orgânicos.

8. "Trata-se (...) de atores que se distinguem geralmente das bases das associações, tanto por sua origem de classe quanto por suas qualificações intelectuais, tendo um importante papel como formadores de opinião e legitimador de demandas. Em muitos casos, optam por morar na periferia para viver com os moradores a experiência de carências. Trata-se de pessoas diferenciadas, (...) 'catalizadores', que com frequência não reconhecem este seu papel e se colocam numa situação de igualdade com os moradores, refletindo uma dificuldade de aceitar a sua real função no processo" (JACOBI, 1989: 156).
9. "Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânica, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da sua função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político" (GRAMSCI, 1989: 3)
10. Se faz necessário, nas análises histórico-políticas, "encontrar a relação justa entre o que é orgânico e o que é ocasional" (GRAMSCI, 1990: 46).
11. Em "Il Rissurgimento", Gramsci trabalha bem a questão da cooptação, do reformismo, da "assimilação" de lideranças no remanejamento hegemônico.
12. "A dimensão política da educação consiste em que, dirigindo-se aos não-antagônicos a educação os fortalece (ou enfraquece) por referência aos antagônicos e desse modo potencializa (ou despotencializa) a sua prática política. E a dimensão educativa da política consiste em que, tendo como alvo os antagônicos, a prática política se fortalece (ou enfraquece) na medida em que, pela sua capacidade de luta ela convence os não-antagônicos de sua validade (ou não-validade) levando-os a se engajarem (ou não) na mesma luta" (SAVIANI, 1989:94 -- grifo meu).
13. "Se se pensa -- como é tão sustentado -- que a luta (somente a luta) é a que ensina, pode-se cair numa posição 'rei-

vindicalista' que embora muito espetacular e fortemente formalizada não deixa de ser uma expressão tática e, portanto, com o perigo de provocar reações desmobilizadoras e de confusão, se não respondem a uma clara formulação estratégica" (HURTADO 1993: 119).

14. "Propaganda, dirigismo, manipulação -- as armas da dominação -- não podem ser instrumentos de re-humanização. O único instrumento válido é uma pedagogia humanizante na qual os líderes revolucionários estabelecem uma relação de diálogo com os oprimidos" (FREIRE, 1979: 86).
15. Cf. PAIVA, Vanilda. Anotações para um estudo sobre o populismo católico e educação no Brasil. In. "Perspectivas e dilemas da educação popular". Rio de Janeiro Graal, 1984.
16. "O homem (...) é vontade concreta: isto é, aplicação efetiva do querer abstrato ou do impulso vital aos meios concretos que realizam esta vontade" (GRAMSCI, 1987: 47).
17. Adelmo Matias, origem da Igreja -- Pastoral Operária, AM Vila Pauline, não-diretor do MAB, presidente de AM filiada ao MAB (base), motorista da Cáritas Diocesana. Se afastou do MAB.

Considerações Finais

Este estudo objetivou resgatar e analisar a maneira pela qual tem-se dado a relação direção(vanguarda)-base-massa e a práxis político-educativa de construção da contra-hegemonia popular a partir dum Movimento Social concreto: o MAB.

A importância dessa análise do Movimento de Bairro, espaço de luta pela hegemonia, está na pertinência das questões que levanta para o entendimento dos descaminhos da esquerda brasileira e para o descortinar duma práxis político-educativa verdadeiramente democrática nos Movimentos Sociais.

Este Movimento foi analisado na sua constituição como um processo aberto, sujeito a contradições internas e pautado por uma composição heterogênea que potencializa/despotencializa a emergência de diferentes formas de ação coletiva e de interação e/ou negação em face ao Estado. Esta análise detectou que o Movimento foi perdendo seu norte de luta, no decorrer de sua história, não chegando a se completar, principalmente, por causa das suas lideranças.

A práxis no e do MAB aponta algumas pistas teórico-práticas para os Movimentos sociais em geral:

- Das relações de poder intra-Movimento

As relações de poder intra-Movimento são muito mais dinâmicas e complexas do que até agora se tem entendido. Esta constatação aponta para a necessidade de aprofundar sua compreensão para que possa haver maiores avanços nos Movimentos Sociais.

No Movimento de Bairro de Nova Iguaçu, há no mínimo três

(3) instâncias de poder que formam o todo orgânico chamado MAB: direção(vanguarda)-base-massa. Aí, atores sociais múltiplos e diferenciados exercem papéis sociais de forma não homogênea nem estática. As relações entre as instâncias (direção-base-massa) e dentro de cada uma delas têm se dado, antes, de forma contraditória, através de fluxo-refluxo contínuo, ida-vinda, legitimando e deslegitimando as relações de poder que vão se estabelecendo. Assim, quando uma ou mais instâncias são afetadas, o MAB como um todo é também afetado; se uma delas, por exemplo, se fortalece ou esvazia, o Movimento como um todo sofre os efeitos também.

Exemplar foi a experiência de luta pelo Saneamento Básico, que as Federações de AMs da Baixada viveram a partir de 1984. Naquele momento, estas Federações, servindo-se da mobilização e da pressão popular, conquistaram um importante canal de discussão e negociação junto às Secretarias de Estado. No entanto, a direção do Movimento, ao privilegiar as reuniões com as Secretarias, acabou se enfraquecendo enquanto poder de negociação e esvaziando o Movimento. Isto aconteceu porque a força do Movimento está na sua capacidade de articular e mobilizar as AMs. Esta força leva-o a conseguir um canal de negociação com o Governo. No entanto, o canal de negociação resultado da força do Movimento acaba sendo o motivo de seu enfraquecimento, pois a Direção ao privilegiar a negociação de cúpula "esquece-se" de mobilizar, de fazer avançar as massas. Diante da fraca mobilização do Movimento, o poder constituído não manifesta interesse em assumir e cumprir os compromissos. A força da direção já não é "força", pois a direção se encontra distante da massa, não sendo representativa da mesma (dialética do Senhor e do Escravo, HEGEL (I), 1992: 126-134).

O grande limite teórico-prático da direção do Movimento está na sua incapacidade de compreender e de agir a partir desta dinamicidade e complexidade das relações de poder estabelecidas intra-Movimento. Age como se os "conscientizados", a base, os sensibilizados estivessem aí, estáticos, à espera de sua palavra de ordem. Inexiste o vínculo orgânico entre intelectuais-direção e massa. A direção não expressa o movimento, o desejo, as necessidades do coletivo. Eis o que tem alimentado a desmobilização.

- Do papel dos Agentes Externos

A análise do MAB mostra a importância fundamental dos agentes externos, "intelectuais orgânicos", para a emergência, organização e sustentação do Movimento Social.

Nota-se, em Nova Iguaçu, que a carência e a exclusão de benefícios urbanos, embora fundamentais, foram e são insuficientes para a emergência e sustentação da mobilização popular. Na verdade, o Movimento surgiu da reação às precárias condições de vida e de serviços públicos (tese), mais as condições criadas pela intervenção dos agentes externos, diocese progressista e seus serviços, intelectuais e militantes de esquerda (antítese). O MAB é a síntese dessas condições dadas e criadas.

Ora, na medida em que o MAB, pelos seus descaminhos, foi excluindo/marginalizando esses "organizadores e dirigentes" da primeira hora, foi também definhando, pois perdeu o seu norte de luta (cf. GRAMSCI, 1987: 21).

Esses intelectuais, sem horizonte de longo prazo para o Movimento, investindo na pequena política, acabaram sendo os

maiores responsáveis pelos descaminhos do Movimento. Desconhecendo, mistificando as culturas populares e o "saber popular" na prática político-educativa "basista" e "vanguardista", não trabalharam a contra-hegemonia partir do consenso interno. Antes disseminaram no interior do Movimento práticas "basistas", "vanguardistas" que levaram à luta pela hegemonia interna, ao fracionamento do Movimento, à sua exclusão e conseqüente desmobilização popular.

- Da relação político-educativa

A relação educativa entre os intelectuais, a base e a massa, a elevação da cultura para dar coerência, para sair da consciência ingênua, seria uma mediação política fecunda para os Movimentos Sociais, o que, em geral, não tem ocorrido.

Embora quase sempre tenha se manifestado e deliberado, em seus Congressos, a favor da formação de suas lideranças, o MAB nunca criou condições objetivas para isso acontecer (não criou infra-estrutura, isolou intelectuais-assessorias, não previu orçamento para isso nem para o boletim Encontro). E ao negar na prática a possibilidade objetiva da educação, da formação política de suas lideranças e massas sensibilizadas, acabou não desenvolvendo condições subjetivas para o seu crescimento político, organizativo, para seu salto qualitativo. Daí, a crise.

O certo é que a maioria de suas AMs só tiveram existência real, efetiva, enquanto permaneceram ligadas, sob o raio de influência de suas lideranças originárias (cabeças). Isto aponta para os descaminhos de suas lideranças que não fizeram emergir outras, novas lideranças, "lideranças de novo tipo".

E essa despreocupação/desatenção com uma preparação mais sistemática das suas lideranças e da massa popular acabou expondo-as à manipulação e ao jogo clientelista de Estado.

O Movimento, só preocupado em mobilizar para ganhos políticos imediatos, se fixou no ativismo reivindicativo e no educativo superficializado da luta política (tático). Sem visão estratégica, não investiu na capacitação de suas lideranças para que fossem direção nem elaborou um projeto global de sociedade com objetivos a curto, médio e longo prazos.

A história do MAB aponta para a necessidade de estar atento e de investigar continuamente a linguagem e o imaginário popular, de investigar a real consciência popular e, a partir dessa realidade de consciência da massa, investir no fortalecimento e desenvolvimento da sua consciência de classe. Pois, ao identificar como semelhantes as práticas políticas da esquerda e da classe dominante, a massa, que é objetiva e prática, prefere se aproximar da prática clientelista que "resolve" seu problema imediato.

- Da relação Movimento X Partido

Embora, desde a origem, o MAB tenha se declarado apartidário, saltam à vista as conexões partidárias dos seus militantes e as concepções políticas em luta pela hegemonia interna.

Na prática do MAB fica evidente, que a identificação, por suas forças políticas de um inimigo comum (o Regime Militar, o prefeito Paulo Leone), assim como a agudização de uma carência pública e do serviço coletivo (luta dos Conjuntos Habitacionais, do Hospital da Posse e dos Transportes Coletivos, as en-

chentes de 1988), somam as forças políticas do Movimento, apesar das diferenças.

No entanto, a luta partidária ideológica no Movimento levaram-no ao enfraquecimento e à "crise de identidade", pois perdeu-se de vista a luta pela melhoria das condições de vida da população.

Diante da hegemonização do Movimento por uma ou mais forças e exclusão/auto-exclusão de outras, fundamentais, a massa se afasta. Questão da "verdade da tendência e do Partido" que não encontra ressonância na massa.

O MAB se constituiu desde às origens como "soma". A análise detecta que o pluralismo da realidade político-social do sujeito coletivo intra-Movimento se impõe, exigindo o fim do discurso idealista, autoritário, único e homogêneo, exigindo relações autenticamente democráticas, equilíbrio entre o processo de condução e participação da base e da massa para que haja condições duma nova síntese política.

Para isso, a vanguarda do Movimento tem que superar os limites de suas posturas "basistas" e "vanguardistas", através de nova síntese dialética. Pois, tanto uma como outra, contraditórias que são, têm limites e qualidades: A "basista" está limitada pela sua falta de estratégia político-ideológica e pela mistificação do "popular". No entanto, sua "aversão" à manipulação, que chega por vezes às raias da psicose coletiva, aponta para a necessidade de um sujeito político coletivo, isto é, para o avanço da luta, buscando a desobjetivação da população.

A "vanguardista" está limitada pelo iluminismo de "seu projeto", da "sua verdade", e pela sua prática autoritária ao buscar impor essa verdade mantendo a massa objetivada, mantendo-a como massa de manobra. Sua qualidade está na percepção da

necessidade duma vanguarda que "organize a massa humana num projeto de sociedade".

O "X" da questão, hoje, é que essa base panfletária (massificada) e a direção vanguardista sejam capazes duma auto-avaliação, duma leitura em profundidade da situação dada e de um salto de qualidade em vista de uma cultura da autonomia, e da troca de valores. E que tenham ainda capacidade de construir a hegemonia popular a partir do pluralismo do "sujeito político coletivo" e de manter relações verdadeiramente democráticas.

- Da relação Movimento X Estado

O MAB nos ensina que a conjuntura sócio-político-econômica é um elemento básico, não único, para a determinação do caráter do Movimento Social. Em Nova Iguaçu, de acordo com a conjuntura e com a concepção política hegemônica, o Movimento adquiriu características diversas e até contraditórias no decorrer de sua história.

O MAB real, concreto, tem se caracterizado por ser um Movimento Social Urbano com práticas contraditórias diante do Estado. Frente à má distribuição e/ou à falta de bens e serviços coletivos (sociais) no âmbito do bairro e da cidade, e até mesmo da Baixada Fluminense, por vezes suas ações reivindicativas têm adquirido, no decorrer de sua história formas de contestação, protesto e/ou pressão (confronto com o Estado); por outras formas, cooperação (convênios); por outras, ainda, formas participativas na gestão da coisa pública (Conselhos Comunitários); e até, mais recentemente, cooptação e atrelamento ao Estado.

Nota-se, no entanto, que no seu auge o MAB foi mais contestatário ao Regime, pressão e reivindicativo em torno dos bens e serviços coletivos urbanos. E na sua decadência, já na Nova República, foi mais cooperação com o Estado, ferindo dessa forma a sua característica original de contestação e pressão junto ao Estado.

Com uma compreensão superficial da relação Movimento-Estado, a direção não foi capaz de entender, de captar, que nela os pólos, Movimento e Estado, se transformam no decorrer do processo. Assim como os interesses das classes dominantes, representados hegemonicamente no Estado Capitalista (espaço de disputa entre as classes), apresentam contradições que fazem com que freqüentemente o Estado assuma um caráter ambíguo nas suas intervenções, assim também os interesses das classes dominadas, representados hegemonicamente nos Movimentos Sociais, apresentam contradições que fazem com que freqüentemente os Movimentos Sociais (também espaço de disputa hegemônica entre classes), apresentem um caráter ambíguo nas intervenções e reivindicações.

E é a partir das vinculações partidárias que se torna possível compreender o caráter e as orientações que se processam no decorrer da história do MAB, com a vinculação partidária hegemônica na direção do Movimento (bloco hegemônico) dando o norte ao mesmo. E de acordo com as facções no poder do MAB, o mesmo teve um relacionamento diversificado com o poder público: pressão, cooperação. Não sem conflitos internos. Conflitos, fracionamentos, que levaram ao esvaziamento, à desmobilização, à não-representatividade da direção.

- Do papel da Igreja na luta pela hegemonia

O MAB aponta para a necessidade da Igreja, "partido ideológico", reavaliar o seu papel sócio-político enquanto aparelho ideológico a serviço da hegemonia/contra hegemonia. A fundamentação teórico-prática da Igreja ao retirar-se da vanguarda do meio popular, após a implantação da Nova República, revelou-se frágil. Essa retirada apontou para o enfraquecimento do Movimento Social e para o fortalecimento do sistema dominante.

"Descuidar e, pior ainda, desprezar os movimentos chamados 'espontâneos', isto é, renunciar a dar-lhes uma direção consciente, a elevá-los a um plano superior inserindo-os na política, pode ter, frequentemente, consequências muito sérias e graves" (GRAMSCI, 1990: 127).

A realidade do MAB aponta para a impossibilidade da Igreja ser "neutra", autônoma, independente em relação à luta pela hegemonia social. De acordo com sua postura, ela esteve orgânica a uma ou outra classe social, alimentou a hegemonia da classe no poder e a contra-hegemonia das classes em busca do poder.

- Da mobilização/desmobilização do Movimento

O Movimento se supera ou se esvazia pela concretização e não-concretização de suas reivindicações, pelos conflitos internos e pela cooptação do Estado.

O fracionamento interno leva ao esvaziamento do Movimento. A luta entre os grupos políticos pela hegemonia interna, buscando impor o "próprio" projeto, faz com que o Movimento perca seu norte de luta.

A identificação de um inimigo comum, de um problema comum grave a ser superado é um fator fundamental para a constituição duma mobilização popular (questão prática).

"Sem a perspectiva de objetivos concretos, não pode existir movimento algum" (GRAMSCI, 1990: 147).

Bandeiras de lutas, que a massa não consegue identificar como pertinentes a ela não mobilizam. "Nenhuma ação massa é possível se a própria massa não está convencida dos fins e dos métodos que deve aplicar" (GRAMSCI, 1990: 166). A massa é objetiva, concreta na luta, quer resultados. Ela não se mobiliza só por se mobilizar, só com "palavras de ordem", a critério da vanguarda. Atingido ou não atingido o objetivo da luta, a massa se desmobiliza. A vanguarda ainda permanece muito deslocada do concreto da massa, por isso sente muita dificuldade para mobilizar. O ascenso do Movimento Social está vinculado a uma carência, a uma necessidade específica imediata a ser satisfeita, também a agentes externos portadores de credibilidade junto aos "simplicírios".

Evidentemente, a realidade de Nova Iguaçu mostra que o Movimento não se esgota. O que parece se esgotar é a forma federativa de intervir. A forma federativa aponta para uma infundável lista de bandeiras de lutas sem priorização, e exige uma permanente mobilização popular. Talvez a solução seria a mobilização a partir de lutas específicas... Hoje, ainda acontecem mobilizações, e como no passado, mais a partir de lutas específicas. As AMs do Regional de Cabuçu, por exemplo, estão mobilizadas em torno do Plano Diretor; o Clube de Mães em torno da saúde e da educação e envolvendo outros atores sociais. Haveria outros exemplos, como o do transporte, do saneamento básico, da habitação popular tentando se articular.

Para uma práxis político-educativa e educativo-política democrática

A história do MAB aponta para a necessidade duma práxis político-educativa e educativo-política verdadeiramente democrática. Para tanto, a vanguarda do Movimento deve superar suas posturas "vanguardistas" e "basistas", que se expressam no desconhecimento e mistificação das culturas populares e do "saber popular". Deve dar um salto qualitativo, através de uma síntese entre essas posturas visando a construção de uma hegemonia popular a partir do pluralismo do "sujeito coletivo". Práxis essa que busque envolver sempre mais a massa como sujeito coletivo do processo.

Num processo democrático, a vanguarda, direção, deve buscar a unidade entre a "espontaneidade" da massa e uma "direção consciente". Ou seja, a "disciplina". Deve buscar precisamente a ação política real das classes subalternas, enquanto política de massas, e não se limitar à aventura de apelar pelas massas, oferecendo algo arbitrário e artificial (GRAMSCI, 1990: 127).

"A autêntica vanguarda nasce do povo e de seu processo de organização; deve-se a ele; interpreta-o e o mantém, como permanente referência; é sensível a ele, porque não é estranha a sua origem, sua realidade e sua cultura; enfim, a ele conduz, porque é parte dele por origem e/ou decisão" (HURTADO, 1993: 81).

A vanguarda deve estar direcionada a homens reais, formados em determinadas relações históricas, com determinados sentimentos, modos de conceber, fragmentos de concepção do mundo, que resultam em combinações "espontâneas" de um determinado ambiente de produção material com a "casual" aglomeração de ele-

mentos sociais díspares. Este elemento de "espontaneidade" não pode ser descuidado, muito menos depreciado, deve ser educado, orientado, depurado de todo elemento estranho que possa corrompê-lo, para fazê-lo homogêneo, mas de um modo vivo e historicamente eficaz, com a teoria moderna (GRAMSCI, 1964: 309).

A educação enquanto práxis, se realiza com a massa trabalhadora quando educando e educador são sujeitos sociais do processo a partir do concreto, do real. Quando a vanguarda-direção, os intelectuais orgânicos interferem ativamente na vida prática como organizadores, persuasores permanentes da massa (GRAMSCI, 1989: 8). Por sua vez, a educação massificadora, alienadora, educa para manter uma sociedade ou impor um ideal de sociedade mistificada por uma vanguarda.

Em nome do trabalhador se forma o trabalhador para a manutenção do sistema, ou para um ideal descolado do concreto (materialismo metafísico). Na prática, trata-se de imposição de conteúdos, doutrinação, descolada do real, do concreto. Portanto sem qualquer atrativo, criatividade, autonomia. Educação bancária. Nesta prática, seguindo o capitalismo, o indivíduo está separado do social, não existe enquanto individualidade, pois aí toda coletividade só tem sentido enquanto massa.

Quanta violência se tem cometido contra os trabalhadores a partir desse "educar para". Direita e esquerda, órgãos classistas buscam "fazer a cabeça" dos trabalhadores para os seus próprios interesses. A burguesia faz o seu papel de educar para manter, para reproduzir o sistema. O vanguardismo "educa para", manipula para que a revolução aconteça. Ele tem o condão da libertação da classe proletária: "A massa virá atrás..." Portador de um "fatalismo racionalista", se justifica: "Manipular por manipular, manipulamos nós".

Nada de novo. O objetivo ideológico continua a ser "objetivação do trabalhador", sua alienação. Marx buscou desmascarar "o ideológico das ideologias", das que concernem aos sistemas de crenças justificadoras da ordem estabelecida como também das propostas alternativas dos diversos "socialismos" (NUN, 1982: 8).

Ambos formam para a dependência. O vanguardismo é portador de uma visão ideológica estranha à massa. "E esta ideologia entra uma 'consciência falsa' não em termos de uma oposição lógica entre o verdadeiro e o falso senão porque, ainda que gere conhecimentos corretos, o faz desde a perspectiva estreita em que a coloca sua alienação classista; ou seja que descontextualiza obrigatoriamente seu discurso e é, portanto, incapaz de controlar as condições de produção de suas próprias significações" (NUN, 1982: 13).

O compromisso do educador popular é com a educação dos trabalhadores, das classes populares, educação para uma nova sociedade, e com os trabalhadores, com as classes populares. Educação do trabalhador advinda do trabalhador, a partir do seu concreto, do seu labor, da sua intencionalidade e da intencionalidade do educador, relação intersubjetiva. Aí, no conflito de intencionalidades, esses sujeitos em diálogo, processam o conhecimento, a cultura, a nova concepção de mundo, a nova sociedade, a libertação e a desobjetivação.

"Tanto as democracias quanto as revoluções se constróem na luta de vontades políticas conscientes e "responsáveis" (CASTELLS, 1974).

Nessa educação pela práxis, o educando deve tornar-se, desde o início, sujeito do processo político-educativo. Sua prática social, refletida por ele mesmo é a fonte privilegiada

do novo conhecimento, pois o conhecimento humano é um processo sempre em construção (ARRUDA, 1988: 2).

Mas essa organicidade de pensamento e essa solidez cultural só poderão ocorrer se entre os intelectuais, vanguarda, e os simplórios, massa, se verificar a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais forem, organicamente, os intelectuais daquela massa, capazes de elaborar e tornar coerentes os princípios e os problemas que as massas colocam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social (GRAMSCI, 1987: 18).

Lamentavelmente muito "educador" popular não quer a massa trabalhadora autônoma e criativa, ou porque tem medo de perder a hegemonia do espaço, de perder o poder ou porque não acredita na sua capacidade de alçar vôos. Fomos educados para ocupar espaços, e não para criar espaços e o maior desafio do educador é o de criar espaço para os sujeitos em emersão.

Não existe, por parte do vanguardismo, a preocupação com a educação da massa, apenas a de sua manipulação. Quando existe essa preocupação com a educação tanto da massa quanto da base, trata-se de uma educação unilateral, verticalista, idealista, reducionista, abstrata, formalista autoritária. Esquece um dos princípios fundamentais do materialismo histórico: "O real, o concreto é a síntese de múltiplas determinações" (Marx). Aborda apenas alguns aspectos das dimensões políticas, sociais e econômicas. E, mesmo assim, na maioria das vezes distantes do imaginário social, isto é, descolada do senso comum, da concepção de mundo, do "imaginário concreto" da massa e da base.

Dai a contradição do vanguardismo que prega a libertação do capitalismo, mas na prática mantém a alienação e a dependência da massa trabalhadora, da massa popular.

Ora, a educação para uma nova sociedade deve fugir do doutrinismo estreito, educação bancária, que mata a espontaneidade, a criatividade, o senso crítico, a autonomia. Doutrinismo estreito, vanguardista, que não respeita o processo de libertação, nem tem compromisso com a massa trabalhadora, e sim com um conhecimento dado, uma doutrina dogmatizada, mistificada, idealizada.

A autonomia não surge da imposição de uma doutrina libertária, abstrata. Não haverá, à força, uma classe trabalhadora, uma massa popular, livre, autônoma, sujeito do processo. Enquanto a massa trabalhadora e seus "intelectuais orgânicos", isto é, o "bloco histórico" (GRAMSCI), não assumirem o processo libertador enquanto sujeito coletivo autônomo, capaz de tomar decisões eficazes e fundamentadas no concreto e de forjar uma concepção de mundo, não haverá verdadeira revolução, não des-cortinará a alegria da poíesis. Derrubar-se-á o sistema capitalista, ou melhor, o mesmo estará fadado a se superar pelo processo dialético, e em seu lugar estar-se-á estabelecendo outro sistema alienante, castrador, objetivador, legando a classe trabalhadora à condição de mera executora dos desejos e interesses duma classe dirigente-vanguarda. Continuará presente a separação entre trabalho intelectual e manual.

No entanto, "a nova forma proposta pela classe trabalhadora de um trabalho criativo, político, concreto, solidário, demanda, a nível educacional, pedagogia criativa, não autoritária e concreta" (NOSELLA, 1989: 39).

Para preservar sua autonomia desde seu nascedouro, para se fazer sujeito, a classe trabalhadora tem que tomar decisões a partir de si, tendo como referência o seu concreto, concreto enquanto indivíduo e coletividade que estabelecem entre si re-

lações de produção, de reprodução e de poder:

"Na prática social enquanto prática produtiva, organizativa, se faz cultura, o povo se educa e se forja, se torna ser social consciente" (ARROYO, 1989: 80). Assim o povo se torna sujeito criativo, crítico, autônomo, solidário, sujeito do processo, capaz de criar o novo a partir da realidade local, buscando envolver sempre mais e mais pessoas nesse processo.

O educador tem o papel de vanguarda, pois ele "é um guia permanente dos próprios sujeitos da aprendizagem. O desafio para ele é, em essência, tornar-se um sujeito entre sujeitos, potencializando as capacidades criativas de cada um na dinâmica do trabalho coletivo" (ARRUDA, 1988: 2).

O termômetro será a preocupação de devolver sistematizado à massa o que é feito por ela, e a partir dela, mostrando que o horizonte da vanguarda não se esgota em si mesmo, enquanto grupelho, mas se abre à solidariedade, ao coletivo, superando o individualismo propalado pelo capitalismo e seus aparelhos ideológicos.

A vanguarda, na perspectiva da práxis, deve ter como objetivo estratégico de todo processo político-educativo "o desenvolvimento das capacidades e das potências de cada educando para sentir, pensar e agir de forma autônoma, crítica e criativa, no contexto dos grupos sociais em que vive e trabalha" (ARRUDA, 1988: 2 - grifo do autor).

Para isso, "é preciso que a organização não se torne opaca para o indivíduo" enquanto sujeito social, "que ele não se sinta perdido dentro dela; é preciso que ela não o reduza a uma situação de impotência contemplativa ou a um ativismo cego. Se não, o indivíduo fica impossibilitado de atuar revolucionariamente e se sente alienado na atividade coletiva. A organização

deixa de ser o lugar onde suas forças se multiplicam e passa ser o lugar onde elas são neutralizadas por outras forças orientadas em função de outros objetivos", os da direção iluminada (KONDER, 1987: 76 s - grifos do autor).

"E o trabalho de educação popular, se tem algum sentido, enquanto pedagogia, é exatamente não se limitar ao corporativismo dos grupos sociais, mas exatamente ser essa pedagogia da constituição de uma hegemonia de classe" (GRZYBOWSKI, 1984: 47).

E o educador popular no e do Movimento Social tem que ter como referências:

- A revolução concreta, real, é fruto e projeto de múltiplas determinações. A direção deve articular, deve ter como projeto educativo a libertação em seus múltiplos determinantes para que haja condições objetivas e subjetivas da libertação;
- A direção não tem a chave da revolução, mas enquanto direção pode ir ajudando na articulação das condições objetivas e subjetivas da mesma. Por ser a revolução concreta fruto e projeto de múltiplas determinações, ninguém tem certeza de como ela será, nem por onde ela vai passar. No entanto, a direção pode, juntamente com a massa popular, com a massa trabalhadora ir humanizando, isto é, ir dando feições humanas a esse processo, direcionando-o, em suma. E a educação aí é fundamental, enquanto educação que parte do concreto, duma base real, como educação pela práxis, omnilateral e omnidimensional;
- As pessoas se representam as coisas a partir de suas vivências. A consciência vem do concreto. É a práxis, a

vida que vai configurando a consciência revolucionária e não-revolucionária. A consciência reflete relações reais. É também na práxis pedagógica que se vai configurando a consciência revolucionária e não-revolucionária. Daí a importância da interferência pedagógica do educador, da vanguarda, para que a massa trabalhadora, popular, faça valer sua vontade concreta (Nietzsche), ou seja, determinar suas condições de vida. Pois o socialismo democrático é uma conquista, e não algo natural, dado, determinado (materialismo científico) como tem dado a entender o vanguardismo. Ele se faz quando a massa popular e sua vanguarda começam a valorizar o seu cotidiano e a perceber este cotidiano como produção humana, fruto da conquista social e não algo natural, quando vivem a dialética do sistema. Em suma, a revolução é fruto e projeto do concreto e nunca do idealismo autoritário vanguardista;

- Deve-se recuperar o saber do educando (massa trabalhadora, massa popular). A experiência do educando, a sua prática, o seu saber não estão apenas no ponto de partida, mas também em todo o processo. Isto é básico, pois "ninguém liberta ninguém", "ninguém conscientiza ninguém". Deve-se estar atento à dialética da intencionalidade: "O que eles queriam era um pouco diferente do que nós queríamos".

ANEXO 1

Pesquisa sobre a práxis no e do MAB

Em dezembro de 1991, foi realizada uma pesquisa junto aos delegados ao VII Congresso do MAB. Objetivava-se, com ela, corroborar/negar, se possível fundamentar as hipóteses até então levantadas em torno da práxis político-educativa e da relação vanguarda-base-massa no e do Movimento.

Foram distribuídas 100 cópias duma folha pesquisa. Dessas retornaram 44 propostas (= 100% dos pesquisados), correspondendo a 28,9% dos 152 delegados votantes e a 66,6% (22 AMs) das AMs credenciadas ao Congresso.

1. Representatividade dos congressistas

31 (70,4%) dos congressistas são diretores de AMs e 11 (25%) são apenas sócios de AMs. Isto é, a maior parte têm a responsabilidade de dirigir AMs.

2. Participação nos congressos do MAB

Apenas 5 (11,3%) dos congressistas são fundadores do MAB, enquanto 36 (81,8%) não são fundadores. Isto é, neste período, o MAB mudou radicalmente o seu perfil, pois a maior parte dos congressistas não estiveram nos inícios do MAB.

Dos participantes do VII Congresso:

- 20 (45,4%) participaram pela primeira vez dum Congresso do MAB, o VII;
- 23 (52,2%) participaram do VII Congresso 1989);
- 16 (36,3%) participaram do V Congresso (1987);
- 11 (25%) participaram do IV Congresso (1985);
- 4 (9%) participaram do III Congresso (1983);
- 2 (4,5%) participaram do II Congresso (1981);
- 1 (2,2%) participou do I Congresso (idos dos anos 80).

3. Participação na direção do MAB

Apenas 6 (13,6%) dos congressistas participaram da direção do MAB. Isto é, a maioria (36 dos pesquisados, 81,8%) nunca foi direção do MAB.

4. Origem do despertar para a luta popular

- 20 entrevistados (45,4%) foram despertados para a luta popular a partir do próprio Movimento;
- 10 (22,7%) foram despertados através do Partido (4 PDT e 6 PT);
- apenas 5 (11,3%) foram despertados pela ação da Igreja.
- 5 (11,3%) foram despertados pelo Movimento Sindical.

Isto é, hoje, o Movimento de Bairros conta somente consigo mesmo para o próprio crescimento. É sensível o crescimento da influência partidária e o decréscimo da influência da Igreja Católica, um dos timoneiros do MAB nascente.

5. Sobre a clareza dos objetivos do MAB a médio e longo prazos

- 26 (59%) admitem que, desde que entraram no Movimento, tiveram clareza dos objetivos destes;
- 13 (29%) admitem que não tinham clareza dos objetivos, sendo que desses, 7 (15,9%) admitem que hoje a têm.

Somando-se os 13 que não tinham clareza, mais os 5 que não responderam à questão, um total de 18 congressistas pesquisados (40,9%) duma ou doutra forma manifestaram não clareza sobre os objetivos do MAB ao entrar nele. Somando-se os 6 congressistas que ainda não têm clareza sobre estes objetivos com os 5 que não responderam à questão, um total de 11 (25%) congressistas permanecem sem ter clareza sobre os objetivos do Movimento. Isto é, um quarto dos congressistas permanecem sem ter clareza dos objetivos e decidem sobre os destinos do Movimento, denotando assim que o MAB não avançou significativamente no processo de formação, pois dos 18 congressistas que não tinham clareza dos seus objetivos, apenas 7 a têm agora.

6. Os objetivos do MAB a médio e longo prazos, segundo os pesquisados, são

- "Esclarecer, ajudar, fortificar as AMs para que tenham um ponto de base";
- "Que as AMs assistam às reuniões do MAB para poder chegar a um objetivo, sendo concreto";
- "Dar respaldo a AM, fortalecer o Movimento" (3 congressistas);
- "a organização mais consistente dos cidadãos/moradores e participação efetiva na transformação da nossa cidade e do País";
- "organizar e mobilizar a massa -- as AMs";
- "lutar pelo interesse comum junto às AMs";
- "dar andamento aos projetos";
- "ajudar as AMs a se fortalecerem dentro do Movimento e dar ajuda nas finanças. Para todos colaborarem com a direção do MAB";
- "reivindicar melhorias, justiça social, outras";
- "buscar reivindicar junto as AMs melhores dias de vida para a população";
- "continuar a luta para a conscientização política e exercício da cidadania, cobrando e lutando por melhores condições de vida para o povo";
- "defender as AMs, seu movimento";
- "a médio a luta pelas conquistas populares, a longo prazo o maior entrosamento entre o poder e o movimento comunitário" (grifo meu -- afirmação do presidente do MAB, eleito no VII Congresso);
- "um trabalho constante dentro dos órgãos públicos e uma assistência ainda maior às suas filiadas";
- "ajudar as AMs a pressionarem o Governo para cumprir as suas promessas de campanha";
- "entrosamento com todos os órgãos participantes do movimento e ajuda às suas associações";
- "O MAB tem de se reorganizar e as lutas futuras tendem a ser de longo prazo"; (grifo meu)

- "mobilizar as AMs unificando seus objetivos";
- "esclarecer e unir o povo em busca de uma melhor conscientização política e hegemonia nacional".

7. A preocupação do MAB com a formação-capacitação de seus membros

- 21 entrevistados (47,6%) disseram que há esta preocupação;
- 16 (36,3%) disseram que não há esta preocupação;
- 7 (15,9%) não responderam a questão.

Estes 23 congressistas (52,2%) (16 e 7) por si só demonstram que inexistente esta preocupação com a formação-capacitação no MAB. Esta conclusão se torna ainda mais evidente quando se levanta as atividades, que, segundo 21 entrevistas, manifestam esta preocupação no MAB:

- "Pela luta para vencer todos os obstáculos";
- "pela diretoria que sempre esteve se preocupando com todos";
- "como diretor";
- "através da campanha (?) houve muita empolgação e participação de todos os movimentos e da população";
- "nos movimentos reivindicatórios";
- "geral, em tudo" (2 congressistas);
- "todas as atividades têm por objetivo a luta pelo melhoramento de nosso Município";
- "pela moradia, por aqueles que até hoje sofrem com este problema"

Destacam-se, entre as respostas, a propósito da formação que esta :

- foi uma preocupação de "algumas pessoas da direção";
- aconteceram nas "reuniões promovidas e distribuição de panfletos", "no ciclo de palestras sobre temas da atualidade" (?), na formação de nossos líderes comunitários e participação na eleição da atual diretoria" e no sistema de debates em que o MAB procura expor as questões em pauta".

8. Quanto à pergunta de múltipla escolha, a formação tem se dado através

- "da prática, da luta da AM e do MAB, segundo 15 (34%) congressistas;
- "dum processo de avaliação, da revisão dos objetivos a se atingir e da prática", segundo 14 (31,8%) congressistas (ao que tudo indica, os entrevistados referem-se à revisão e avaliação, num sentido reduzido, das lutas específicas e gerais, e não do Movimento em si, como um todo, seus objetivos);
- dum "processo de formação e capacitação planejado", segundo 6 (13,6%) congressistas (esta afirmação se desautoriza quando cruzada com as afirmações sobre a formação no item anterior).

9. Local da formação

- Para 25 congressistas (56,8%) sua formação tem se dado dentro do MAB;
- 10 congressistas (22,7%) afirmam que sua formação tem se dado fora do MAB;
- 11 (25%) não responderam a questão.

A formação fora do MAB tem se dado no Partido (6 congressistas -- 13,6%), na Igreja (1 congressista -- 2,2%). Outros 3 congressistas não identificaram o local da sua formação para a luta.

Disso tudo se conclui novamente que o espaço "privilegiado" de "formação" hoje, está restrito ao próprio MAB. Autonomia? Isolamento dos mais agentes de formação?

10. Sobre a capacidade do MAB ainda mobilizar

10.1. No entender de 32 congressistas pesquisados (72,7%) o MAB ainda consegue mobilizar a massa. Enquanto para 8 (18%) o MAB não mobiliza mais. 4 (9%) congressistas não responderam a questão.

Aqueles que disseram que não mobiliza mais, se justificaram dizendo:

- "Há falta de interesse e união por parte de alguns membros do MAB";
- "existem pessoas a fim de deturpar a Federação";
- "por causa da política-partidária dentro do Movimento";
- "esvaziamento e desorganização".

Entre os que dizem acreditar na capacidade do MAB ainda mobilizar a massa, encontram-se exigências para tal e afirmativas otimistas:

Exigências para a mobilização, hoje:

- "Teria que se visitar as AMs para reeducar";
- "conscientizando a massa";
- "pelas lutas";
- "sim e não: questões de articulações";
- "não a 'desratização' da OPPL será possível".

Afirmações otimistas: o MAB mobiliza

- "Por ter um pessoal de luta";
- "por causa das "AMs filiadas";
- "por ser uma entidade de luta popular";
- "porque o pessoal do MAB tem capacidade";
- "porque o povo já não acredita em nenhum governo";
- "quando o povo for convocado vai se recobrar";
- "por ser uma entidade idônea";
- "porque "é do povo";
- "porque "atua diretamente com a massa" (4 afirmações);
- "porque "as pessoas têm consciência";
- "porque ainda se acredita nele";
- "porque o MAB somos nós";
- "porque é preciso vencer" (desejo);
- "pela grande influência popular";
- "porque "ainda tem o respeito dos demais companheiros de luta";
- "porque "a luta continua";
- "porque tem força de vontade e nome.

10.2. 24 dos congressistas que disseram que o MAB ainda consegue mobilizar e 8 que disseram que não mobiliza mais, isto é, 32 congressistas (72%) apontaram como problemas enfrentados hoje pelo MAB (múltipla escolha):

- "Muitas AMs e lideranças de base não se sentem contempladas no MAB" (15 congressistas, 34%);
- "falta um referencial, um norte de luta" (14 congressistas, 31,8%);
- "as lutas estão mais a nível burocrático, o povo não participa" (13 congressistas, 29,5%);
- "as lutas internas" (11 congressistas, 25%);
- "faltou preparação de quadros de acordo com as exigências e crescimento do MAB (formação-capacitação)" (10 congressistas, 22,7%);
- "os convênios sociais junto ao Governo desviaram o MAB da luta" (10 congressistas, 22,7%);
- "perdeu o apoio de entidades importantes, por ex.; a Igreja" (9 congressistas, 20,4%);
- "sob a ditadura militar todo mundo estava unido num único objetivo, com a abertura política houve fracionamento interno, a perda do norte político, do "elo" e consequente esvaziamento" (7 congressistas, 15,9%);
- "partidarização do movimento e esquecimento da luta concreta, atrelamento" (7 congressistas, 15,9%);
- "distanciamento direção-base-massa" (7 congressistas, 15,9%);
- "a direção das AMs tem mais condições de mobilizar as massas do que a direção do MAB" (5 congressistas, 11,3%).

11. Quanto à trajetória do MAB:

- 10 congressistas (22,7%) não responderam a questão;
- 6 (13,6%) afirmaram que tem sido boa, muito boa, ótima a sua trajetória;
- 7 congressistas (15,9%) afirmaram que a trajetória do MAB tem sido "um pouco complicada", "mais ou menos", "com muita dificuldade", "boa, mas pode melhorar", "razoável", "deixando a desejar", "fraca por não coordenar junto às suas AMs";

Outras avaliações da trajetória do MAB:

- "falta um referencial, um norte de luta";
- "estamos junto, dando apoio no que as AMs precisam";
- "sempre lutando a favor da comunidade";
- "sempre atuando nas lutas da massa";
- "o MAB procura lutar pelo bem-estar da Baixada Fluminense";
- "ainda é um referencial popular de luta de moradores, por isso tem um importante papel na luta dos cidadãos por melhores condições de vida";
- "o MAB tem um papel importante na sua trajetória; terá mais se tiver vontade política para reativar as massas e levá-las a lutar" (grifo meu);
- "organizado e com liderança";
- "luta com muita dificuldade pelo motivo de muitas AMs não entenderem o seu objetivo";
- "no seu conjunto controlando. Mas falta muita coisa para reeducar o povo. O nosso povo dos bairros necessita mui-

ta presença de vocês para movimentar nossos trabalhos dos bairros, para facilitar as estradas, a condução... Até agora não temos esse apoio" (grifo meu);

- "que dê mais apoio às AMs ajudando na reestruturação das mesmas";
- "necessita reformular sua atuação visando objetivos da atualidade e prevendo ações futuras";
- "as lutas se setorizaram a nível político excludente, onde só encontram lugar os adeptos de certos partidos no poder do MAB, relegando boas lideranças por terem uma outra ideologia política. O que ocasionou um certo distanciamento de muitas pessoas";
- "uma entidade que vem lutando e tentando atingir uma meta nas lutas do movimento comunitário";
- "fazer com que nossa luta seja benéfica para a população";
- "muito difícil devido a atual condição do movimento comunista. Por isso temos de nos reorganizar e descobrir a melhor trajetória para o Município";
- "é uma entidade que tem nossos ideais e objetivos, mas é preciso que os companheiros tenham mais seriedade à frente dessas entidades";
- "se a Federação não tomar rumos na luta popular com objetivo de lutar sem política partidária, (...) teremos o esvaziamento total";
- "sempre estive na luta a favor da massa e nunca se negou a dar apoio a nenhum movimento quando solicitado".

ANEXO 2

QUADRO I

RELAÇÃO DE BAIRROS LIGADOS AO MAB

Convenções dos sinais usados nos quadros abaixo:

(*) A listagem abaixo é a divulgada pelo MAB no Boletim especial por ocasião dos 10 anos de fundação da federação (novembro 91) -- documento "MAB 1981-1991 -- Nova Iguaçu: unir, organizar, avançar -- 10 anos de luta". Os Amigos de Bairros e Associações de Moradores com (*) foram acrescentados à listagem oficial após levantamento nos Boletins Encontro, Arquivos do MAB, do CEAC e de Azuleicka Sampaio. Nesta relação buscou-se levantar os nomes dos bairros, Amigos de Bairros e Associações de Moradores de Nova Iguaçu que duma ou doutra forma estiveram sob o raio de influência do MAB desde sua origem, em novembro de 1975, até dezembro de 1991 (VII Congresso). Os arquivos incompletos, imprecisos e desorganizados do MAB certamente alimentam imprecisões, principalmente no tocante ao levantamento de todos os Amigos de Bairros, de todas as Associações de Moradores e a data de sua fundação.

(**) Este sinal na relação significa que a AM, o AB, embora estivessem em condições legais, não participou do Congresso sinalizado.

"ob" Este sinal na relação significa que a AM, o AB, participou como observadora (or) do Congresso sinalizado.

"X" Este sinal na relação significa presença no evento.

(nº) A relação de notas numéricas que constam a seguir de cada nome de eventos no cabeçalho superior, têm o seu significado relacionado em NOTAS no final da relação de bairros.

REGIONAL I
NOVA IGUAÇU

	ANO DE FUNDAÇÃO (1)			1ª PRESEÇA NO MAB (2)	1ª FILIAÇÃO AO MAB (3)	1º/7º ENCONTROS (4)	8º/18º ENCONTROS AB (5)	ASSEMBLÉIA DOS 800 (6)	ASSEMBLÉIA DOS 3000 (7)	1º/27º CR (8)	REGIMENTO INTERNO (9)	II CONGRESSO (1981) (10)	III CONGRESSO (1983) (11)	IV CONGRESSO (1985) (12)	V CONGRESSO (1987) (13)	VI CONGRESSO (1989) (14)	MINI-CONGRESSO (1991) (15)	VII CONGRESSO (1991) (16)	ÚLTIMA PRESEÇA (17)	PRESEÇA NO CR (18)
1. AB Ilma	88	88	88													X			89	4/31
2. AB Iolanda	86	?	86													X			88	0/31
3. AC Boa Esperança do Caiçara	89	89	89													X			91	10/19
4. AC São Benedito	89	91	90														X		91	0/17
5. AC Zumbi do Palmares	88	89	88													X			91	0/31
6. AM BR-3	86	87	86												X	**			90	10/35
7. AM Caiçara	?	?	?																?	?
8. AM Cobrex	87	80	88								X					ob			91	3/31
9. AM Califórnia	83	79	87			1/11							ob		X	X	X	X	91	18/35
10. AM Carmari	80	76	81	3/3	11/11	X	X	20/27	X	X	X	X	X	X	X	X	X		91	30/35
11. AM Cerâmica (*)	81	79	81			1/1	X	4/27	X	X	X	X	X	X	X	X	X		91	12/35
12. AM Chavascal	81	79	81			2/2	X	19/27	X	X	X	X	X	X	X	X	X		91	15/35
13. AM Grajaú	87	80	88													X			89	1/28
14. AM Jd. Alvorada e adj.	81	81	83					2/27					X	X	X	X	X	X	91	6/35
15. CC Jd. Boa Esperança, N. América, Caioaba e adj.	65	77	88			5/8	X	X	7/27										90	1/28
16. AM Jd. Iguaçu e Palmeiras	84	78	85			4/4	X	X	7/27					X	X	X			89	3/35
17. AM Juriti, Grajaú e adj.	80	80	81				X	19/27	X	X	X	X	X	X					85	0/35
18. AM Maria da Luz	86	86	86													X	X		91	2/35
19. AM Manoel João Gonçalves	73	80	88					1/20											88	0/28
20. AM M. Líbano, Margarida, Tropical e Ulisses	79	79	81			2/2	X	23/27	X	X	X	X	X	X	X	X	**		91	21/35
21. AM Moquetá	85	79	88			1/2	X	12/27	X							X			91	1/28
22. AM Nova América	83	78	83			5/5	X	X					X	X			X	X	91	7/35
23. AM Nova Iguaçu-Centro	81	81	81									X	X	X	X	X	X	X	91	17/35
24. AM Pg. Maravilha	87	87	87												X		X	**	91	8/35
25. AM Posse	81	79	81			1/2	X	19/20		X	X	X	X	X	X	X			90	12/35
26. AM Ponto Chic	80	79	81				X	20/27	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	91	17/35
27. AM Rancho Novo	85	85	85											X		X	X	**	91	15/25
28. AM Roberto da Silveira	?	87	87												X		X	**	91	9/35

XI

[illegible]

REGIONAL II
QUEIMADOS

X

	ANO DE FUNDAÇÃO (1)	1ª PRESEÇA NO MAB (2)	1ª FILIAÇÃO AO MAB (3)	1º/7º ENCONTROS (4)	8º/18º ENCONTROS AB (5)	ASSEMBLÉIA DOS 800 (6)	ASSEMBLÉIA DOS 3000 (7)	1º/27º CR (8)	REGIMENTO INTERNO (9)	II CONGRESSO (1981) (10)	III CONGRESSO (1983) (11)	IV CONGRESSO (1985) (12)	V CONGRESSO (1987) (13)	VI CONGRESSO (1989) (14)	MINI-CONGRESSO (1991) (15)	VII CONGRESSO (1991) (16)	ÚLTIMA PRESEÇA (17)	PRESEÇA NO CR (18)
1. AM Aljezur e Sta. Amélia	?	?	88														?	0/28
2. AM Carmo	?	?	89														?	0/23
3. AM Campo da Banha	?	?	87														?	0/35
4. AM Copacabana e adj.	?	79	81														89	1/23
5. AM Centro de Queimados	81	77	81	2/2		X	4/27	X	X	ob				**			89	0/35
6. AM Conj. Vila Camorim	?	90	89			X	3/20	X	X	ob	X			X			90	2/23
7. AM Fleishman	?	?	90														?	0/17
8. AM Jd. da Fonte	86	87	87										X	X			90	11/35
9. AM Jd. Queimados	83	79	85				4/27					X		X			91	21/35
10. AM Luiz de Camões	85	85	85									X	X	X			91	15/35
11. AM Mutirão de Campo Alegre	85	85	85									X	X	**			88	1/35
12. AM Mutirão de Queimados	82	83	83								X	X					85	0/35
13. AM Pera Flor	88	?	88														?	0/28
14. AM PM Jd. Alzira	55	81	81							X	X	X					85	0/35
15. AM Recreativo R. Eldorado	81	83	83									X	X	X			91	6/35
16. AM Rio D'Ouro	81	81	81							X		X					85	0/35
17. AM Sta. Catarina	88	89	88														89	1/28
18. AM Sta. Rosa	?	79	83			X	1/27	X		X	X						85	0/35
19. AM Sto. Expedito, Coqueiro e adj.	?	89	87											X			91	2/35
20. AM São Roque	62	81	81				1/2		X		X						85	0/35
21. AM Valdariosa	?	84	?														?	?
22. AM Vila Camarim	?	?	88														?	0/28
23. AM São Francisco	?	78	83										X	X			91	13/35
24. AM Vila Tinguá	?	89	87														89	1/35
25. AM Vila Americana	83	83	84							ob	X						90	6/35

IX

REGIONAL III VILA DE CAVA			ANO DE FUNDAÇÃO (1)	1ª PRESEÇA NO MAB (2)	1ª FILIAÇÃO AO MAB (3)	1º/7º ENCONTROS (4)	8º/18º ENCONTROS AB (5)	ASSEMBLÉIA DOS 800 (6)	ASSEMBLÉIA DOS 3000 (7)	1º/27º CR (8)	REGIMENTO INTERNO (9)	II CONGRESSO (1981) (10)	III CONGRESSO (1983) (11)	IV CONGRESSO (1985) (12)	V CONGRESSO (1987) (13)	VI CONGRESSO (1989) (14)	MINI-CONGRESSO (1991) (15)	VII CONGRESSO (1991) (16)	ÚLTIMA PRESEÇA (17)	PRESEÇA NO CR (18)
1. AM Adrianópolis	87	?	89																?	0/23
2. AMB Ambai	83	78	83				5/5	X	X	10/27	X		X	X	X	X	X	**	91	13/35
3. AMB Amaral	86		86												X				88	0/35
4. AMB Botafogo	80	79	81						X	2/24	X	X	X	X		X			89	1/35
5. AMB Luciana	87	89	87												**	**			89	0/35
6. AMC Corumbá	88	80	88							1/3							X	**	91	5/29
7. AM Jd. Ocidental	87	79	87					X		5/23	X				X	**			91	5/28
8. AM Marambaia	88	81	89													X			89	1/23
9. AM Monte Castelo	84	85	85											X	X	X			90	7/35
10. AM Rancho Fundo	86	78	88				6/6	X	X	15/27	X								?	0/29
11. AM Sta. Rita	81	76	81	3/3	5/11				X	24/27	X	X	X	X	X	X	X	**	91	1/35
12. AM Tinguá	86	76	87	2/3						4/27	X				X	X			90	5/35
13. AM Vila Iguazuana	83	83	83										X	X		**			89	0/35
14. Núcleo Comun. Automóvel Club	87		89																	0/11
15. AM Pg. Flora, Ambai e Jd. Ocidental (*)	81	77	81	1/1	11/11	X	X	X	X	6/25	X	X	X	X					85	
16. AM Vila de Cava e adj. (*)	81	77	81		1/1		X	X		23/27	X	X	X	X	X	X	X	ob	91	8/35
17. AM Jd. Montevideo (*)	87	88	87																88	1/35
18. AM Bairro dos Automóveis (*)	?	?	85											X					?	

IX

[illegible]

REGIONAL V
MESQUITA

Figure 1 shows a schematic diagram of a two-dimensional lattice. The lattice is represented by a grid of points. A central point is labeled '0'. Points are labeled with integers from -10 to 10. The horizontal axis is labeled 'x' and the vertical axis is labeled 'y'. The lattice is shown in a perspective view, with the axes extending into the distance.

[illegible]

XIV

[illegible]

XV

[illegible]

REGIONAL VIII
LOTE XV

IAX

	ANO DE FUNDAÇÃO (1)	1ª PRESEÇA NO MAB (2)	1ª FILIAÇÃO AO MAB (3)	1º/7º ENCONTROS (4)	8º/18º ENCONTROS AB (5)	ASSEMBLÉIA DOS 800 (6)	ASSEMBLÉIA DOS 3000 (7)	1º/27º CR (8)	REGIMENTO INTERNO (9)	II CONGRESSO (1981) (10)	III CONGRESSO (1983) (11)	IV CONGRESSO (1985) (12)	V CONGRESSO (1987) (13)	VI CONGRESSO (1989) (14)	MINI-CONGRESSO (1991) (15)	VII CONGRESSO (1991) (16)	ÚLTIMA PRESEÇA (17)	PRESEÇA NO CR (18)
1. AM Alto da Bela Vista (SAMABEVI)	?	87	87										X	X			90	5/31
2. AMB Fátima, Pq. Afonso e Veneza	85	85	85									X	X	**			87	0/31
3. AMB Luzes e Aldeia da Felicidade	86	87	87										X	X			88	4/31
4. AMB Maria	?	?	88														?	0/24
5. AM Jd. Ideal II	?	78	87		4/4	X		3/27	X				X	X			89	13/31
6. AM Jd. do Ipê	?	85	83								X	X	X	X			89	2/31
7. AM Jd. Patrícia (Ex-Vale do Ipê)	81	77	81		2/11		X	19/27	X	X	ob	X	X	**			88	2/31
8. AM Jd. Redentor	?	78	83		3/3	X	X	6/27	X		X	X	X	X			90	6/31
9. AM Largo do Redentor	?	90	89														90	1/14
10. AM Lote XV (Ecumênica Democr. e Popular)	81	78	81		1/4					X		X	X	X			89	8/31
11. AM Monte das Oliveiras	84	85	85									X	X	X			90	11/31
12. AM N. S. do Carmo	?	87	87										X	X			89	2/31
13. AM Pq. Amorim	81	78	81		1/4			12/15		X	X	X	X	X			91	7/31
14. AM Pq. Afonso	?	87	87										X	**			88	4/31
15. AM Pq. Esperança e adj.	?	78	87		1/4			4/7			ob		X	X			90	6/31
16. AM Pq. dos Ferreiras	84	78	84		1/4							X	X	X			91	8/31
17. AM Pq. Floresta	84	85	84									X	X	X			90	15/31
18. AM Pq. Itaipu e Jd. Brasil	83	80	83								X	X					85	0/31
19. AM Pq. São José	81	78	81		4/4	X	X	13/27	X	X	X	X	X	X			90	4/31
20. AM Pq. São Martinho	86	87	86										X	X			89	0/31
21. AM Pq. São Pedro	?	87	87										X	X			89	3/31
22. AM Pq. Suécia	?	87	86										X	X			89	0/31
23. AM Pq. União I	?	?	89														?	0/18
24. AM Pq. União II	81	78	81		1/4			9/27	X	X	X	X	X	X			89	4/31
25. AM Pq. Venézia e adj.		87	86										X	X			89	3/31
26. AM Sta. Marta e adj.	81	78	81		2/3	X	X	2/27	X	X	X	X	X	X			91	10/31
27. AM Sta. Rita, Apolo XI, Império e adj.	85	78	85		1/4							X	X	X			90	21/31
28. AM Vila Sta. Tereza		87	87										X	X			89	1/31

^a Values are means ± SD.

29 AM União, S. João Bernardino e Sa. do Itapoã
30. AM Várzea da Alegria
31. AM Vila Mercedes
32. AM Vila Pauline (AMOVIP)
33. AM V. Redentor, Jd. Silvânia, Sta. Mônica e adj.
34. AM Pq. Wona
35. APM Bairro Maringá
36. AM Pça. Mauá (*)
37. AM Malhapão, Japiranguai, Ponte (*)
38. Jd. Brasil (*)

[illegible]

XVIII

[illegible]

XX

28. Soc. Amigos do Jd. Cabuçu

REGIONAL X
CABUÇU

	ANO DE FUNDAÇÃO (1)	1ª PRESEÇA NO MAB (2)	1ª FILIAÇÃO AO MAB (3)	1º/7º ENCONTROS (4)	8º/18º ENCONTROS AB (5)	ASSEMBLÉIA DOS 800 (6)	ASSEMBLÉIA DOS 3000 (7)	1º/27º CR (8)	REGIMENTO INTERNO (9)	II CONGRESSO (1981) (10)	III CONGRESSO (1983) (11)	IV CONGRESSO (1985) (12)	V CONGRESSO (1987) (13)	VI CONGRESSO (1989) (14)	MINI-CONGRESSO (1991) (15)	VII CONGRESSO (1991) (16)	ÚLTIMA PRESEÇA (17)	PRESEÇA NO CR (18)
29.AM Jd. Valparaíso e adj. (*)	84	?	85														?	0/35
30.AM Pq. Todos os Santos (*)	84	85	85														90	2/35
31.AM Pq. São Marcelo (*)	87	89	89														89	1/23
32.AMB Bom Jesus (*)	?	79	?		1/1		X	2/11									80	
33.AM Alto São Pedro (*)	?	83	?								ob						83	
34.AM N. S. da Glória (*)	83	83	83								ob						83	
35.AM Lagoinha (*)	?	85	85									X					85	

REGIONAL XI
AUSTIN

	ANO DE FUNDAÇÃO (1)			1ª PRESEÇA NO MAB (2)	1ª FILIAÇÃO AO MAB (3)	1º/7º ENCONTROS (4)	8º/18º ENCONTROS AB (5)	ASSEMBLÉIA DOS 800 (6)	ASSEMBLÉIA DOS 3000 (7)	1º/27º CR (8)	REGIMENTO INTERNO (9)	II CONGRESSO (1981) (10)	III CONGRESSO (1983) (11)	IV CONGRESSO (1985) (12)	V CONGRESSO (1987) (13)	VI CONGRESSO (1989) (14)	MINI-CONGRESSO (1991) (15)	VII CONGRESSO (1991) (16)	ÚLTIMA PRESEÇA (17)	PRESEÇA NO CR (18)
1. AM Austin-Centro	81	80	81							4/8		X	X	X	X	X	X	X	91	22/35
2. AM Caculia	84		85																91	2/35
3. AMB Central-Austin		87	87																88	3/35
4. AM Eurico Miranda	83	85	84											X	X	X	X	X	91	12/35
5. AM Fazenda do Sossego e Pq. Amorim		88	88													X			89	1/28
6. AM Inconfidência	82	80	82										X	X	X	**			90	15/35
7. AM Monte Alegre	88	?	89																?	0/23
8. AM Pq. Grande Rio	80	80	81								X	X		X	X	**			88	0/35
9. AM Pq. Maraú e Jd. Lililéia	82	83	82										X	X	X	X	X	X	91	8/35
10. AM Pq. São Joaquim	89	90	90											X	X	X			90	1/17
11. AM Pq. São Thiago e adj.	83	83	83										X	X	X	X	X	**	91	2/38
12. AM Pinheiro, Ponte Nova e São Joaquim	86	90	89											X	X	X	X	**	90	3/18
13. AM Rua Riachão e Vila Mariléia	88	77	89			1/1	3/18							X		X	X	X	91	3/23
14. AM Sta. Cecília	84	85	85											X	X	X	X	X	91	8/35
15. AM Sta. Luzia, Solimões e D. Antônia	89		89													X	X	**	91	11/23
16. AM Tinguazinho	85	77	85				8/8	X					ob	X	X	X	X	**	91	11/35
17. AM Três Fontes	85	79	85							1/27	X			X		X			85	0/28
18. AM Unidos de Vista Alegre	81	81	81									X		X	X	X	X	X	91	7/35
19. AM Vila Guimarães	85	79	85					X		1/27	X			X					85	0/28
20. AM Vila Jacinta	87	87	87												X	X			90	10/35
21. AM Vila Jurema	85	85	85											X			X	X	91	1/7
22. AM Vila Nova e Jd. Antilha	87		87													X			89	0/28
23. AM Vila São Michel	85	85	85										X						91	3/35
24. AM Vila Zenhith e adj.	84	85	84											X		X	X	X	91	1/28
25. AM Vila Manoel Rezende	87	89	89													X			89	0/23
26. APM IV Centenário	89	91	90														X		91	2/7
27. AM Vila Nascente (AMOVIN)	83	83	83										X	X	X	X			89	1/35
28. AMA Carlos Sampaio (*)	87	?	91																?	?
29. Largo dos Peixes (*)		83	85										ob	X					85	?

XIII

[illegible]

NOTAS

1. Refere-se ao ano da fundação da Associação de Moradores.
2. Busca identificar o ano da 1ª presença do AB-AM no MAB.
3. Refere-se ao ano da 1ª filiação do AB-AM no MAB após a fundação da federação (dezembro de 81). Observe-se que cada nova direção de AB-AM após sua eleição deve refiliar sua associação ao MAB, isto é, a cada mandato de 2 anos.
4. Comunidades de Igreja e Bairros presentes aos 7 primeiros Encontros (ainda reuniões dos ambulatórios puxadas pela Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu), entre novembro de 1975 e março de 1977. O nº inteiro identifica o número de encontros havidos após o início da participação de cada ambulatório aos encontros promovidos pela Cáritas, e a fração, o número de encontros dos quais realmente participou.
5. AB presentes do 8º ao 18º Encontros do MAB (entre maio de 1977 e maio de 1979). O nº inteiro identifica o número de encontros havidos após a entrada de cada AB no MAB, e a fração, quantos encontros realmente participou.
6. Os 34 AB que subscreveram o "Memorial Geral dos Bairros" entregue ao Prefeito de Nova Iguaçu na Assembléia dos 800, em 14 de outubro de 1974 (16º Encontro).
7. Identifica os 70 AB presentes à Assembléia dos 3000, em 15 de julho de 1979 e que subscreveram o "Manifesto de Protesto do Povo de Nova Iguaçu" (18º Encontro).
8. Identifica a presença dos AB nas 27 primeiras reuniões do Conselho de Representantes (CR), entre 15 de novembro de 1979 e 8 de novembro de 1981, reuniões que antecederam a fundação da Federação. O nº inteiro identifica o número de reuniões do CR havidas após a entrada do AB no MAB e a fração, o número de reuniões do CR dos quais realmente participou.
9. Os 68 AB que subscreveram o Regimento Interno do MAB em março de 1980.
10. Identifica os 54 AB-AM presentes ao II Congresso do MAB (dezembro 81), considerados, pelo estatuto, fundadores da federação. Este Congresso, em deferência ao Congresso de Bairros de Nova Iguaçu, acontecido nos inícios dos anos 60, é considerado o II Congresso pelo MAB.
11. a 16.
Identificam as AMs presentes (credenciadas) nos demais Congressos do MAB, a cada 2 anos, até dezembro de 1991 (VII Congresso). Observe-se que a coluna relativa ao

IV Congresso traz os nomes das AMs então filiadas ao MAB, pois não se conseguiu levantar os nomes das AMs que participaram do mesmo.

17. Busca identificar o último ano em que a AM esteve presente no MAB (reuniões do CR, pagamento de mensalidades, mini-Congresso, congressos).

18. Identifica a presença de cada AM nas reuniões mensais do CR, reuniões levantadas entre março de 1987 e julho de 1991 (num total de 35 reuniões). O nº inteiro identifica o número de reuniões do CR a que a AM teria que participar a partir de sua filiação ao MAB e a fração, o número de reuniões a que a AM realmente participou.

QUADRO II

QUADRO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

Período das Reuniões do CR	Nº Reuniões	Nº de AMs no CR	Presenças Possíveis	AMs Presen-tes	Média Presen-ças
15/11/79-08/11/81 (antes II Congresso)	27	93	2.315	709	30,6%
1984 (pós III Congresso)	12	107	1.232	422	34%
1987 (pós IV Congresso)	4	211	802	180	22,4%
1988-89 (pós V Congr.)	15	256	3.478	673	19,3%
1990-91 (pós VI Congr.)	17	290	4.417	629	14%
1990 (pós VI Congresso)	10	281	2.810	394	14%
1990(*)	10	181	1.810	248	13,7%

(*) Dados obtidos desmembrando-se os Regionais II, IV, VIII e IX pertencentes a municípios emancipados de Nova Iguaçu na oportunidade

QUADRO III

QUADRO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES - 1984

(Apresentado na reunião de diretoria do MAB em 13/03/85)

Mês	AMs Filiadas	Conse-lheiros	Quorum Mínimo	AMs Presentes		Conselheiros Presentes	
				Nº	%	Nº	%
jan.	100	200	61	40	40	54	27
fev.	100	200	61	37	37	53	26,5
março	100	200	61	33	33	42	21
abril	100	200	61	45	45	56	28
maio	101	202	61	31	31	38	19
junho	102	204	63	44	43	48	23
julho	103	206	63	27	26	33	16
agosto	103	206	63	23	22	30	15
set.	104	208	64	29	28	37	18
out.	106	212	65	43	41	50	24
nov.	106	212	65	39	37	45	21
dez.	107	214	66	31	29	41	19

Obs: não atingiu em nenhum mês o quorum mínimo de 30%+1 quanto ao número de Conselheiros (2 por AM). Quanto ao número de AMs no CR atingiu-se o quorum em 8 meses durante 1984.

NOTA 1

Os dados acima são levantados junto às reuniões:

- 1) Antes do II Congresso (todas as 27 reuniões): 15/11/79; 15/12/79; 06/01/80; 20/01/80; 24/02/80; 09/03/80; 13/04/80; 11/05/80; 01/06/80; 13/07/80; 08/08/80; 14/09/80; 05/10/80; 02/11/80; 16/11/80; 14/12/80; 11/01/81; 25/02/81; 15/03/81; 12/04/81; 09/05/81; 14/06/81; 12/07/81; 09/08/81; 13/09/81; 11/10/81 e 08/11/81.
- 2) Em 1984, as 12 reuniões acontecidas durante o ano.
- 3) Em 1987 (4 reuniões): 03/09/87; 13/09/87; 19/09/87 e 10/87.
- 4) Em 1988-89 (15 reuniões).
- 5) Em 1990-91 (17 reuniões): 01/90; 02/90; 03/90; 04/90; 05/90; 06/90; 08/90; 10/90; 11/90; 12/90; 01/91; 02/91; 03/91; 05/91; 05/91; 06/91; 07/91 (de abril a julho de 91 não se obteve dados dos Regionais IV, VII, VIII e IX).

NOTA 2

Não se obteve dados das reuniões do CR pós II Congresso (1982-83).

Comparando-se as reuniões do CR em toda história do MAB, percebe-se pela média, que houve maior participação (quantitativo) das AMs nas reuniões do CR no período de 1984 (pós III Congresso). Antes do II Congresso, 30%; em 1984 34%, em 1987 22,4%, em 1988-89 19,3% e em 1990-91 14%. As médias obtidas relativas aos anos 1990, 1990-91 e 1990 (descartando os Regionais emancipados) praticamente são as mesmas (cf. Quadro II). Esses últimos dados descartam a hipótese e argumentação de que a emancipação de Belford Roxo e Queimados é que teria esvaziado o MAB. Aceite-se que as emancipações tenham diminuído o volume de atuação do MAB como um todo, pois pulverizou a sua atuação em três municípios e federações, no entanto, não se aceite que as emancipações tenham reduzido a média de participação das AMs.

Quanto ao quorum exigido de 30% de participação das AMs e dos Conselheiros (2 por AM) nas reuniões do CR, constatou-se que o quorum das AMs só foi obtido antes do II Congresso e em 1984. Mesmo assim, no período de maior participação (1984) o quorum foi obtido somente em 8 reuniões. Quanto ao número de Conselheiros, dificilmente as reuniões do CR terão atingido o quorum mínimo exigido, pois no ano de maior participação (1984) em nenhum momento o mesmo foi obtido (cf. Quadro III).

QUADRO IVa

CONGRESSOS DO MAB - DELEGADOS INSCRITOS (não credenciados)

Regional	Delegados por Congresso						
	II	III	IV	V	VI	MINI C.	VII
I	100	143	125	192	234	111	99
II	35	40	66	44	73	*	*
III	35	54	44	65	75	27	29**
IV	42	89	90	183	161	*	*
V	70	112	103	115	85	29	28
VI	1	10	10	59	70	29	22
VII	10	20	63	89	60	44	30
VIII	58	83	118	241	200	*	*
IX	65	58	58	49	67	*	*
X	10	18	78	83	105	34	28
XI	30	49	80	98	138	64+4 ob	61
XII	30	20	69	118	106	81+7 ob	88
TOTAL	486	696	901	1.336	1.374	419+11 ob	385
Na ata	?	?	901	1.333	?	?	?
Votantes	297	?	592	874	968	?	152
Credenciados	361	?	632	915	?	?	?

QUADRO IVb

CONGRESSOS DO MAB - DELEGADOS INSCRITOS

(desmembrando-se os Regionais II, IV, VIII e IX)

Regional	Delegados por Congresso							
	II	III	IV	V	VI	MINI C.	VII	VOTANTES
I	100	143	125	192	234	111	99	43
III	35	54	44	65	75	27	29**	0
V	70	112	103	115	85	29	28	11
VI	1	10	10	59	70	29	22	1
VII	10	20	63	89	60	44	30	0
X	10	18	78	83	105	34	28	14
XI	30	49	80	98	138	64+4 ob	61	33+1
XII	30	20	69	118	106	81+7 ob	88	50
TOTAL	286	426	572	719	873	419+11 ob	385	152

* Regionais desmembrados.

** Regionais com delegados observadores.

Nota: no II e III Congressos, o MAB ainda não estava dividido em 12 regionais. Para efeito deste estudo, as AMs com delegados a estes congressos, foram redistribuídas nos 12 regionais do MAB, como se naquela época o MAB já tivesse 12 regionais.

QUADRO V

MAPA GERAL DO MAB

(AMs fundadoras do MAB nos Congressos do MAB) (*)

AMs no MAB até II Congresso (incluído) 144 (100%)

AMs no II Congresso	54 (37%)
AMs fundadoras nos demais Congressos	60 (42%)
AMs fundadoras em nenhum Congresso	30 (21%)

(*) Considera-se AM fundadora do MAB, aquela que duma ou doutra forma, desde novembro 75, contribuiu para criação do MAB.

QUADRO VI

MAPA GERAL DO MAB

(AMs no MAB após fundação da Federação)

AMs desde o II Congresso (incluído)	311 (100%)
AMs com participação a partir do II Congresso	252 (81%)
AMs sem qualquer participação no MAB após II Congresso	59 (19%)

Somando-se as 30 AMs (ABs) não mais no MAB após a fundação da Federação (no II Congresso em 1981), mais as 59 AMs que se filiaram ao MAB enquanto federação, mas que não participaram dos congressos nem das reuniões do CR entre 1987-91, tem-se um total de 89 AMs-ABs sem qualquer vínculo orgânico ao MAB, correspondendo a 26% (1/4) de AMs sem qualquer atuação no MAB, após a fundação da Federação, dum total de 341 AMs-ABs sob a influência do MAB desde a origem.

QUADRO VII**PARTICIPAÇÃO DAS AMS SOB INFLUÊNCIA DO MAB NOS CONGRESSOS**
(da origem ao VII Congresso)

Congresso	AMs sob influência		AMs Inscritas e/ou Credenciadas		
		Ams filiadas			
Mês/ano		Nº	%	Nº	%
II (12/81)	144	54	37	54 (I e C)	100
III (12/83)	178	98	55	74+11 ob (C)	86,6
IV (12/85)	227	147	64	100 (I)	68
V (12/87)	262	211	80,5	144 (C)	68,2
VI (12/89)	321	256	80	147 (C)	57,4
VII (12/91)	337	290	86	31+2 ob (C)	11,3
MINI-C. (91)	337	290	86	52+2 ob (C)	20,7

4 outras AMs não foram tabuladas pois não se conseguiu identificar os anos de sua ligação ao MAB (Caiçara, Vila Japeri e Chacrinha, Grama e AMABAI).

QUADRO VIII**PARTICIPAÇÃO DAS AMS SOB INFLUÊNCIA DO MAB NOS CONGRESSOS**
(da origem ao VII Congresso) (*)

Congresso	AMs sob influência		AMs Inscritas e/ou Credenciadas		
		Ams filiadas			
Mês/ano		Nº	%	Nº	%
II (12/81)	78	31	40	31 (C)	100
III (12/83)	100	56	56	44 (C)	78
IV (12/85)	138	91	66	62 (I)	68
V (12/87)	153	129	84	88 (C)	68
VI (12/89)	197	162	82	91 (C)	56
VII (12/91)	210	186	88,5	31+2 ob (C)	17,7
MINI-C. (91)	210	186	88,5	59+2 ob (C)	32,7

(*) Este Quadro VII, para efeito de comparação, desmembra desde a origem do MAB os Regionais II, IV, VII e IX que no VII Congresso (1991), por pertencerem a municípios recentemente emancipados, formavam outras federações. Note-se que não se tabulou neste quadro as 26 "AMs sob influência do MAB" que não se conseguiu os regionais a que pertenceriam.

Os Quadros acima buscam identificar todos os ABs e AMs, da origem a dezembro de 91, que duma ou doutra forma, tiveram alguma ligação com o MAB, a nível de filiação e de participação nos Congressos.

QUADRO IX
FORÇAS NO MAB
(IV Congresso - 1985) (*)

Regional	Nós	T.	A	PT	PDT	Nada	Total
I	9	0	1	1	1	5	17
II	0	3	0	3	2	3	11
III	6	0	0	0	0	1	7
IV	3	6	-	-	1	2	12
V	2	?	?	4	?	?	18
VI	2	-	-	-	-	1	3
VII	2 1/2	-	2 1/2	-	-	2	7
VIII	1	10	-	1	2	7	21
IX	2	-	-	2	-	6	10
X	1/2	-	-	9 1/2	-	-	10
XI	?	?	?	?	?	?	16
XII	5	-	3	-	1	1	10
TOTAL	33	19	6 1/2	20 1/2	7	28	114
							142

(*) Reprodução de um rascunho, manuscrito à lápis, identificando as forças políticas dentro do MAB, na listagem das AMs para o IV Congresso (in Arquivos do MAB).

Interpretação dos códigos:

Nós: militantes da chapa eleita no IV Congresso (MR-8, PCB, PCdoB, PMDB)

T.: AMs sem hegemonia duma força (todos)

A: AMs com hegemonia da ALP (hoje OPPL)

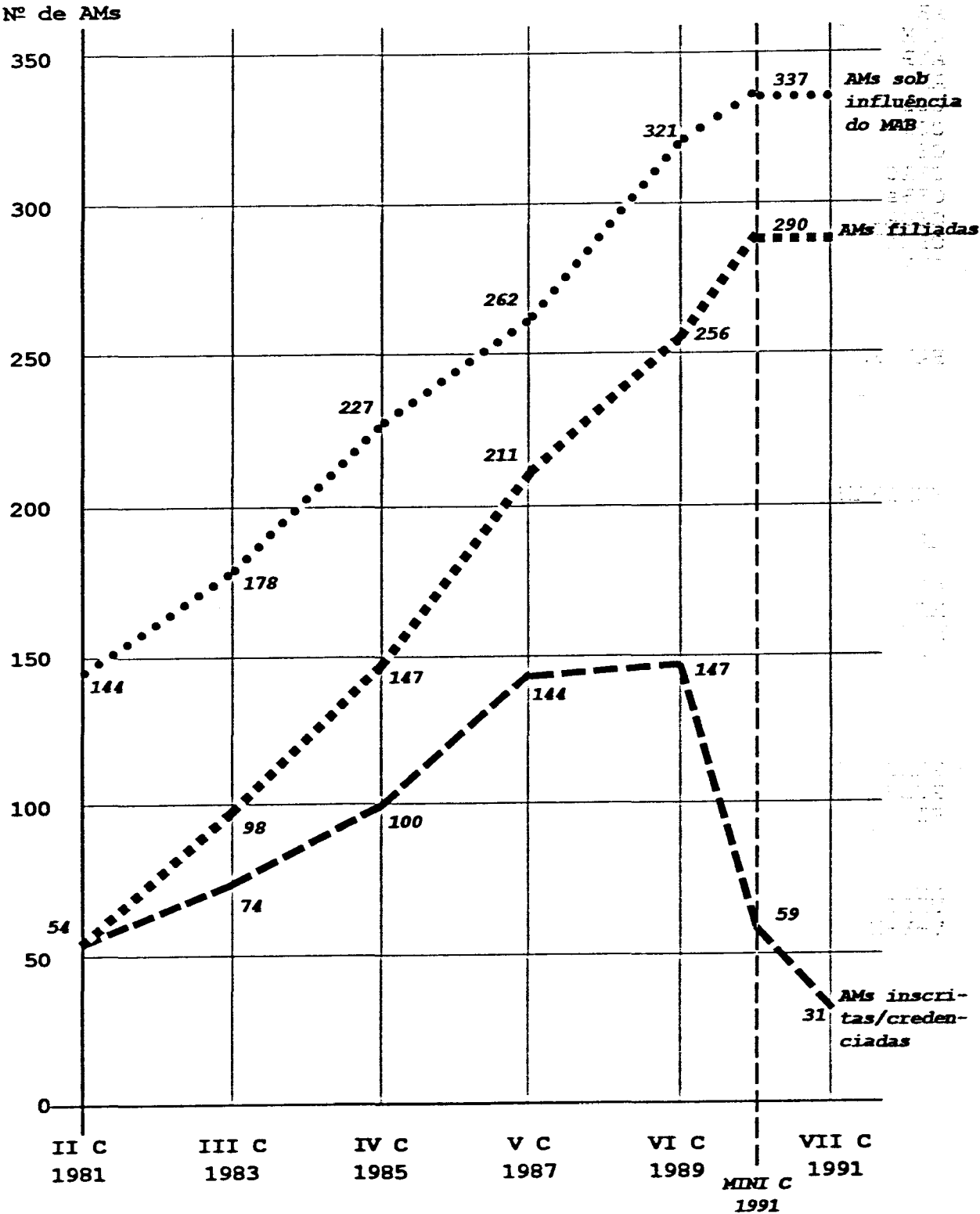
PT: AMs com hegemonia do PT

PDT: AMs com hegemonia do PDT

Nada: AMs independentes, sem vínculo partidário.

Obs: A diferença entre as totalizações na vertical (142) e na horizontal (114) se dá porque: na vertical está o total de AMs em condições de inscreverem-se ao Congresso e na horizontal estão as AMs com as forças políticas identificadas.

QUADRO X
GRÁFICO RELACIONANDO AMs SOB INFLUÊNCIA DO MAB X AMs FILIADAS E INSCRITAS
AOS CONGRESSOS DO MAB



GLOSSÁRIO

AB	Amigos do Bairro
ABM	Federação das Ass. Moradores de S. João de Meriti
ALP	Aliança Libertadora do Proletariado
AM	Associação de Moradores
CCS	Conselho Comunitário de Saúde
CDJP	Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nova Iguaçu
CE	Coordenação Executiva
CEAC	Centro de Educação e Ação Comunitária
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDAC	Centro de Ação Comunitária
CEHAB	Companhia Estadual de Habitação
CEP	Centro Estadual dos Professores
CGB	Coletivo Gregório Bezerra
CIMS	Conselho Interinstitucional Municipal de Saúde
CR	Conselho de Representantes
FAFERJ	Federação das Associações de Favelados do Estado do Rio de Janeiro
FAMERJ	Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FUNDREM	Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
MAB	Movimento Amigos de Bairros de Nova Iguaçu (Federação)
MCC	Movimento Contra Carestia
MEP	Movimento pela Emancipação do Proletariado
MIC	Movimento de Integração Comunitária
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MSU	Movimento Social Urbano
MUB	Federação das Associações de Moradores de Duque de Caxias
OPPL	Organização Popular é Prá Lutar
PAMS	Postos de Assistência Médica do INAMPS
PESB	Programa Especial de Saúde da Baixada
RI	Regimento Interno
SESNI	Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu
SUDS	Sistema Unificado Descentralizado de Saúde
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UIES	União Iguaçuana de Estudantes Secundaristas
V-B-M	Vanguarda-Base-Massa

BIBLIOGRAFIA

- AMMANN, Safira Bezerra. *Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento*. São Paulo, Cortez, 1991.
- ARROYO, Miguel G. *O direito do trabalhador à educação*. In: VV. AA. *Trabalho e conhecimento: dilemas da educação do trabalhador*. São Paulo, Cortez, 2ª ed., 1989.
- ARRUDA, Marcos. *Metodologia da práxis e formação dos trabalhadores*. Rio de Janeiro, PACS, 1988 (mimeo.).
- BARREIRA, I. A. Firmo. *Movimentos urbanos e contexto sócio-político em Fortaleza*. *Espaço e Debates*, 6, ano 2, São Paulo, Cortez, jun/set. 1982.
- . *Os movimentos dos desempregados nas ruas: prática fora do tempo e lugar?* VII ANPOCS, Águas de São Pedro, 1983.
- BERNARDES, Júlia A. *Espaço e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu*. UFRJ-Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 1983, tese de mestrado.
- . *A reprodução do espaço e as lutas sociais na Baixada Fluminense na atual conjuntura*. UFRJ-Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 1987 (mimeo.).
- BLAY, E. Alterman. *Mulheres e Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches*. *Encontros com a Civilização Brasileira*, 26, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- . *Do espaço privado ao público: a conquista da cidadania pela mulher no Brasil*. *Espaço e Debates*, 9, ano, 3. São Paulo, Cortez, maio/ago. 1983.
- BOBBIO, Norberto. *Qual socialismo?* Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2ª edição, 1983.
- BORJA, Jordi. *Movimientos Sociales Urbanos*. Buenos Aires, SIAP, 1975.
- BOSCHI, R. Raul (org.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- BOSCHI, R. Raul e VALLADARES, Lícia P. *Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado*. *Espaço e Debates*, 8, ano 3. São Paulo, Cortez, jan/abr. 1983.
- CARDOSO, Ruth. *Movimentos Sociais Urbanos: balanço crítico*. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. (orgs.) *In: Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 2ª ed., 1984.
- . *Movimentos sociais na América Latina*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, São Paulo, Cortez, 3 (1), fevereiro, 1987.

- GOHN, Maria G. Reivindicações populares urbanas. São Paulo, Cortez, 1982.
- _____. A força da periferia. Petrópolis, Vozes, 1985.
- _____. Movimentos Sociais: militância e produção teórica. Campinas, 1988 (mimeo.).
- GRAMSCI, A. A formação dos intelectuais. In: MELO, Romeu (org.). Os intelectuais e a política. Lisboa, Portugal, Editorial Presença, 1964.
- _____. Antologia: selección, traducción y notas de Manuel Sacristán. México/Espanha/Argentina/Colômbia, Siglo Veintiuno Editores, 4ª ed., 1979.
- _____. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 7ª ed., 1987.
- _____. Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 6ª ed., 1988.
- _____. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 7ª ed., 1989.
- _____. Poder, Política e Partido. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- GRZYBOWSKI, Cândido et alii. Estrutura e conjuntura política. Entrevista da Fase, Rio de Janeiro, 1984.
- HEGEL, G. W. F. Fenomenologia do Espírito (I e II). Petrópolis, Vozes, 1992.
- HINKELAMMERT, Franz. As armas ideológicas da morte. São Paulo, Edições Paulinas, 1983.
- HURTADO, C. Nuñez. Comunicação e educação popular: educar para transformar e transformar para educar. Petrópolis, Vozes, 1993.
- HUXLEY, Aldous. Sobre o Estado Racional. In: MELO, Romeu (org.). Os intelectuais e a política. Lisboa, Portugal, Editorial Presença, 1964.
- JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ, 9, 1980.
- _____. Movimentos por melhores condições de saúde: Zona Leste de São Paulo. V Encontro ANPOCS, Nova Friburgo, 1981 (mimeo.).
- _____. Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia. Espaço e Debates, 7, ano 2. São Paulo, Cortez, out./dez. 1982.
- _____. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: SADER, Emir (org.). Movimentos sociais na transição democrática. São Paulo, Cortez, 1987.
- _____. Movimentos Sociais e Políticas Públicas. São Paulo, Cortez, 1989.
- JACOBI, P. e NUNES, Edison. Movimentos urbanos na década de 80: mudança na teoria e na prática. Espaço e Debates, 10, ano 3. São Paulo, Cortez, 1983.
- JARA, Oscar. Educação Popular: a dimensão educativa da ação política. Revista Proposta, Fase, Rio de Janeiro, 21, maio 1983.

- CARVALHO, A. Ivo. *Saúde e educação de base. Cadernos do CEAS*, Salvador, 71, jan/fev. 1981.
- CASTELLS, Manuel. *História y verdad*. México, Grijalbo, 1974.
- _____. *Movimientos Sociales Urbanos*. Madrid, Siglo Veintiuno, 1977.
- _____. *La cuestion urbana*. México, Siglo Veintiuno, 5ª ed., 1978a.
- _____. *Pobreza urbana y organizacion social: analisis comparativo de movimientos urbanos en asentamientos espontaneos en América Latina*. In: *Seminário Pobreza Urbana*, Recife, 1978. Recife, 1978b.
- _____. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- _____. *Lo local e lo global: el papel de los Movimientos Vecinales en el nuevo orden mundial*. In: PARDO, J. R. e CASTRO, M. G. (coords.). *Los Movimientos Vecinales, la democracia participativa y la solidaridad*. I Congreso Universal de Movimientos Vecinales, Sevilla, 1992, Ed. Federación Prov. de Asociaciones de Vecinos, Unidad de Sevilla, 1992.
- CHAUÍ, Marilena. *Ideologia e Educação*. *Revista Educação e Sociedade*, São Paulo, Cortez, nº 5, jan. 1980.
- COMISSÃO DE TRANSPORTES DA PASTORAL OPERÁRIA DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. *A condução do trabalhador*. In: BRANDÃO, C. R. (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 3ª ed., 1983.
- CHAVERRA, Neftalí V. *As CEBs nos caminhos do Espírito: sua contribuição para a renovação da Igreja e a transformação da sociedade* (2 volumes). PUC-Depto. Teologia, Rio de Janeiro, 1985, tese de doutorado.
- COUTINHO, C. N. et alii. *Estrutura e conjuntura política*. *Entrevista da Fase*, Rio de Janeiro, 1984.
- _____. *Gramsci e nós*. In: *Democracia como valor universal*.
- DELGADO, Paulo. *Uma estrela ameaçada pelo PT*. Rio de Janeiro, JB, 17/02/91.
- DOCUMENTO DE SÃO BERNARDO. *Taboão da Serra*, 1980.
- DOIMO, Ana M. *Movimento social urbano, Igreja e participação popular*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- DURHAM, Eunice. *Movimentos sociais: a construção da cidadania*. *Novos Estudos CEBRAP*, 10, outubro, 1984.
- ENGELS, F. *Carta a Bloc*, 21/22 setembro de 1890. In: REZENDE, A. (coord.). *Curso de Filosofia*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Soberania e disciplina*. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 8ª ed., 1989.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização*. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.

- KONDER, Leandro. O que é dialética. São Paulo, Brasiliense, 17ª ed. 1987.
- KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 5ª ed., 1989.
- KOWARICK, Lúcio. Lutas urbanas e movimentos populares: alguns pontos para reflexão. Espaço e Debates, 8, ano 3. São Paulo, Cortez, jan./abr. 1983a.
- _____. Os caminhos do encontro. Trabalho apresentado no Workshop sobre Estado e Movimentos Sociais na América Latina. CEDLH, Amsterdam, out. 1983b (mimeo.).
- LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. Revista RBCS, 2, vol. 1, outubro de 1986.
- LIMA, Adriana Oliveira. Projeto Educar na Baixada. Petrópolis Vozes, 1991.
- LIMA, Ulisses M. A luta armada: Baixada Fluminense 1961. Nova Iguaçu, ed. do Autor, 1985.
- LOJKINE, Jean. Contribuição para uma teoria da urbanização capitalista. Cahiers Internationaux de Sociologia, Paris, 52, 1972.
- _____. Le marxisme. L'Etat e la question urbaine. Paris, Presses Universitaires de France, 1977.
- MARX, Karl. Posfácio à 2ª edição alemã de O Capital. In: O Capital, vol. I. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- _____. Prefácio de "para a crítica da economia política". São Paulo, Nova Cultural, 4ª ed., 1987.
- MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã (Feuerbach). São Paulo, Hucitec, 5ª ed., 1986.
- MOISÉS, J. Álvaro. Contradições urbanas, Estado e Movimentos Sociais. Cultura Política de São Paulo, 1, ano 1. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, ago. 1979a.
- _____. Movimentos sociais urbanos: o caso de São Paulo. III Encontro ANPOCS, Belo Horizonte, 1979a.
- MOISÉS, J. A. e outros. Cidade, povo e poder. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- NARDONE, Giorgio. Política e cultura em Gramsci. Rio de Janeiro, 1986 (apostila).
- NOSELLA, Paolo. Trabalho e educação. In: VV. AA. Trabalho e conhecimento: dilemas da educação do trabalhador. São Paulo, Cortez, 2ª ed., 1989.
- NUN, Jose. El otro reduccionismo. México, julho 1982 (apostila).
- OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J. A. et alii. Contradições urbanas e Movimentos Sociais. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 2ª ed., 1978.

- _____. O elo perdido: classe e identidade de classe. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- PAIVA, Vanilda. Anotações para um estudo sobre o populismo católico e educação no Brasil. In: *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- QUEIROZ, Lêda L. R. F. Movimento de Amigos de Bairro de Nova Iguaçu: o povo exige passagem. UFRJ-COPPE, Rio de Janeiro, 1981, tese de mestrado.
- QUINTO ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO POPULAR. *Cultura e que fazer ideológico*. Revista Proposta, 22/23. Rio de Janeiro, FASE, jan./84.
- RIBEIRO, A. C. e SILVA, L. A. Machado. *Paradigma e Movimento Social: por onde andam nossas idéias*. VII Encontro anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, out. 1984 (mimeo.).
- SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir (org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo, Cortez, 1987.
- SANTOS, Carlos N. Ferreira. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. São Paulo, Cortez, 21ª ed., 1989.
- SCOTT, Mainwaring. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- SILVA, L. A. M. e ZICCARDI, Alícia. *Notas para uma discussão sobre Movimentos Sociais Urbanos*. Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1ª série, 13, 1980.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- SINGER, Paul e BRANT, Vinicius Caldeira (org.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- SOMARRIBA, M. Mercês C. et alii. *Lutas urbanas*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- SOUZA, Herbert. *Como se faz análise de conjuntura*. Petrópolis, Vozes/IBASE, 1986.
- SOUZA, M. C. Jacob. *O que pinta de novo pinta na tela do povo: o uso do vídeo na educação popular*. UFF-Fac. Educação, Niterói, 1990, tese de mestrado.
- SOUZA, Sonali. *Da laranja ao lote: uma reflexão sobre a história dos loteamentos em Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu, 1992 (mimeo.).

